

35^o

CONGRESSO
DA **CNTE**

EDUCAÇÃO,

15 A 18
DE JANEIRO
DE 2026
BRASÍLIA-DF

DEMOCRACIA

SUSTENTABILIDADE

E SOBERANIA.

CADERNO DE RESOLUÇÕES

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE

(GESTÃO 2022/2026)

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luiz Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Edson Rodrigues Garcia (RS)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIO DE COMBATE AO RACISMO

Carlos de Lima Furtado (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Girlene Lázaro da Silva (AL)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Iêda Leal de Souza (GO)

José Valdivino de Moraes (PR)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

Valéria Conceição da Silva (PE)

COORDENADORAS DO DESPE

Rosane Terezinha Zan (RS) e Aparecida Reis Barbosa (PR)

COORDENADORES DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Arnaldo Bruno Lopes Vital (RN) e Luiz Felipe Krehan da Silva (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Claudio Antunes Correia (DF)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Luiz Henrique Becker (RS)

Marco Antônio Soares (SP)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Sueli Veiga Melo (MS)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Arnaldo Bruno Lopes Vital (RN)

Iara Gutierrez Cuellar (MS)

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Fábio Henrique Oliveira Matos (PI)

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

CNTE

SDS, Ed. Venâncio III, Salas 101/106, Asa Sul, Brasília-DF, Brasil.

CEP: 70393-900 | Telefone: + 55 (61) 3225.1003

E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5

01 - POR UMA CNTE DEMOCRÁTICA, PLURAL, COMBATIVA E COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE -
CORRENTES DO PSOL 7

02 - EM TEMPOS DE GUERRA A ESPERANÇA É VERMELHA E A EDUCAÇÃO É RESISTÊNCIA! -
ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA..... 15

03 - RESOLUÇÕES DA MS SINDICAL..... 27

04 - CNTE COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA DERROTAR O PROJETO CAPITALISTA
PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA - CSP CONLUTAS 43

05 - OS POVOS DO MUNDO REAGEM CONTRA O IMPERIALISMO! 55

06 - RESOLUÇÕES DA CSD 63

07 - RESOLUÇÕES DA ARTICULAÇÃO SINDICAL – ARTSIND 81

08 - RESOLUÇÕES DA INTERSINDICAL 99

09 - SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO E AVANTE, ESCOLA DO POVO..... 109

10 - UNIDADE CLASSISTA 115

11 - "É PRECISO ARRANCAR ALEGRIA AO FUTURO!" V. MAIAKÓVSKI – CORRENTES DO PSOL 129

12 - RESOLUÇÕES DA CTB 139

13 - CNTE INDEPENDENTE E DE LUTA..... 153

ESTATUTO DA CNTE..... 159

APRESENTAÇÃO

O Brasil atravessou - e ainda atravessa – mais um momento dramático em sua conturbada história democrática. A ascensão da direita e da extrema direita, sobretudo após o golpe institucional de 2016, impôs retrocessos à sociedade e em especial à classe trabalhadora, que ainda sofre com as reformas capitaneadas pela agenda neoliberal - Previdência, Trabalhista, Ensino Médio, entre outras.

O desarranjo político-institucional, pós-2016, contribuiu para a eleição de um governo fascista de extrema direita, em véspera da pandemia de Covid-19 que vitimou mais de 700 mil brasileiros/as por ações e negligências dos detentores do poder central. O (des)governo foi derrotado nas urnas, mas o projeto fascista e ultraliberal resiste não apenas em nosso país, mas no continente latino-americano e em outras partes do planeta.

Tal como ensinou Paulo Freire, “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”. E as trabalhadoras e os trabalhadores em educação são parte constitutiva do compromisso de transformação do país, não podendo, jamais, abdicarem de seu protagonismo social.

A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, embora reprimida pelas vias judiciais, ainda acalenta projetos antidemocráticos e estará na pauta das eleições de 2026 em todo o país. Nossa tarefa será combatê-lo no campo das ideias e nas ruas, elegendo representações comprometidas com a democracia e os direitos humanos, trabalhistas e sociais.

A luta pela educação pública, gratuita, democrática, laica, desmilitarizada e de qualidade social para todos/as segue sendo o norte da CNTE e de suas afiliadas. E não admitiremos a privatização desse direito, essencial para a transformação da sociedade e a defesa da soberania.

A crise climática que já se apresenta e desafia a vida no planeta precisa ser tratada com responsabilidade e compromisso ético pelos governos de todas as nações. E a educação tem papel estratégico na formação das atuais e futuras gerações para mudar o curso da destruição ambiental.

Esse caderno reúne as propostas de diversas forças políticas que militam nos movimentos de educadores/as do Brasil, e ajudarão a conduzir os trabalhos do 35º Congresso e as lutas da CNTE nos próximos quatro anos.

Bom trabalho a todos e todas!

Brasília, 15 de janeiro de 2026

Diretoria Da CNTE

01 - POR UMA CNTE DEMOCRÁTICA, PLURAL, COMBATIVA E COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE - CORRENTES DO PSOL

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O capitalismo em crise gera um novo cenário na geopolítica mundial, representando uma ameaça real à democracia e aos direitos das(os) trabalhadoras(es). Políticas anti-imigração, partidos nacionalistas e autoritarismo são características deste fenômeno.

O maior exemplo recente desta política neofascista é o massacre – classificado como genocídio – do Estado de Israel na Faixa de Gaza. Seja através dos canhões ou da fome, milhares de palestinas(os) foram assassinadas(os). Gaza é somente escombros. Mais de 90% das residências foram destruídas.

O avanço da extrema direita ocorre também no continente europeu, tanto nos principais países, como Itália, Inglaterra, Alemanha, Espanha, França e Portugal, como nos periféricos, exemplo da Polônia, Noruega, Áustria, Holanda, entre outros.

O mesmo ocorre nos demais continentes, como a Argentina, Bolívia, Equador e também no Brasil, com a polarização ferrenha, a partir do surgimento do fenômeno Bolsonaro, em 2018

Como se não bastasse, vivemos uma situação de emergência climática sem precedentes, mas anunciada, recordes de emissões de gases de efeito estufa, recordes de temperatura, secas e enchentes cada vez mais violentas, resultado deste sistema perverso, que coloca o lucro acima da vida.

Trump iniciou este seu segundo governo de forma muito ofensiva, tanto na política interna, combatendo de forma criminosa as(os) imigrantes, como nas relações internacionais, ameaçando, sobretaxando as importações e colocando seus tentáculos bélicos em várias frentes.

Mas a polarização política cresce nos EUA. O aumento do custo de vida, as perseguições a imigrantes e a instabilidade social, são fatores que têm causado um desgaste considerável na imagem de Trump.

A recente derrota nas eleições municipais de Nova

Iorque para um candidato de esquerda, que tinha como lema de campanha “Nova York continuará sendo uma cidade de imigrantes”, demonstra que há muita resistência.

Também são potentes as mobilizações das mulheres, juventude, negras e negros e LGBTQIA+ em defesa do meio ambiente e dos povos originários. Em todos os cantos, a reação tem sido firme, embora ainda muito mediada pelas disputas eleitorais.

Diante da conjuntura marcada pelo avanço da extrema direita, mas também pela resistência da nossa classe, segue na ordem do dia a necessidade do 35º Congresso da CNTE reafirmar a unidade das(os) lutadoras(es) para enfrentar nas ruas o fascismo, o discurso de ódio e a intolerância.

Fortalecer as conexões com as lutas internacionais contra o imperialismo, por liberdades democráticas, em defesa dos direitos da classe trabalhadora e pela autodeterminação dos povos.

Aprofundar o internacionalismo e a solidariedade ativa, de modo que cada mobilização, dentro ou fora do país, se transforme numa trincheira de luta anticapitalista.

CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, mesmo com a vitória eleitoral, a polarização política com a extrema direita não arrefeceu. Enganam-se aqueles que acham que a condenação de Bolsonaro e dos golpistas mudou a correlação de forças a favor da classe trabalhadora.

No entanto, os julgamentos de Bolsonaro e seus generais foram, de forma inédita, fundamentais para redimir um pouco o Brasil de seu passado de impunidade. Que os condenados cumpram suas penas. Generais na cadeia tem um simbolismo muito importante. Tortura Nunca Mais! Sem anistia!

Por outro lado, o governo Lula aprofunda as suas contradições. Tenta se equilibrar entre as políticas sociais e a “estabilidade econômica” exigida pelo mercado. O arcabouço fiscal, para cumprir as metas fiscais, limita na essência

1. os investimentos nas áreas sociais.

2. Busca conciliar o discurso da distribuição de renda,
3. diminuição do desemprego e ampliação de direitos com a
4. realidade dos juros altos e da ampliação das emendas parla-
5. mentares que dão ainda mais poder à maioria do Congresso
6. reacionário e antipovo.

7. As contradições se manifestam em várias outras áreas,
8. como na Educação, na Saúde, na política ambiental. É a velha
9. tática “um tiro no cravo, outro na ferradura”. Como justifi-
10. car que, no início de seu governo, Lula travasse uma ver-
11. dadeira guerra contra o Banco Central e, ao nomear o novo
12. presidente, a taxa Selic subisse a patamares jamais alcança-
13. dos no Brasil?

14. E em relação ao meio ambiente, como entender que,
15. ao mesmo tempo em que sedia a COP30, o governo autorize
16. a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, mesmo
17. com todas as opiniões contrárias de ambientalistas?

18. Um outro problema que se arrasta é a política de segu-
19. rança pública, agravada nos estados governados pela extrema
20. direita. Recentes episódios da chacina no Rio de Janeiro
21. demonstram que a lógica das operações policiais e a do exter-
22. mínio seguem no país.

23. Ao mesmo tempo é preciso destacar que grande parte
24. da esquerda e das lutadoras(es) seguem na linha do “enfren-
25. tamento à extrema direita”. E esta é realmente uma neces-
26. sidade. Não podemos permitir que se percam as liberdades
27. democráticas conquistadas até agora. Seguir fazendo unidade
28. de ação com quem quer lutar é fundamental.

29. Mesmo na COP30, enquanto líderes mundiais se
30. reúnem para intermináveis debates e poucas soluções objeti-
31. vas para os graves problemas ambientais que vive o planeta,
32. importantes eventos ocorreram em Belém, como a Marcha
33. Global Indígena, que reuniu os povos originários para exigir
34. demarcação de terras, fim da exploração de combustíveis fós-
35. seis e mineração em áreas de preservação

36. No entanto, as lutas ainda são insuficientes e preci-
37. sam se dar para além das eleições. Os recentes atos contra a
38. “PEC da Blindagem” mostraram que existe disposição dos
39. movimentos sociais e de setores de massa com consciência

de classe para fazer o enfrentamento na rua.

Por isso, é fundamental que os movimentos, os sin-
dicatos, organizações da classe cumpram o seu papel. Não é
possível jogar todas as expectativas no processo eleitoral, é
preciso mobilizar a classe trabalhadora.

Neste sentido, é preciso que o 35º CONGRESSO DA CNTE reafirme o princípio da independência e que, para derrotar a extrema direita, precisamos enfrentá-la nas ruas.

Que a luta por soberania nacional passa por manter e ampliar os direitos da classe trabalhadora, o fortalecimento das liberdades democráticas e a garantia do território das populações marginalizadas e dos povos indígenas.

Que apoiará as medidas do governo que atendam as demandas do povo pobre e do conjunto das(os) trabalhadoras(es), defendendo o mesmo sempre que atacado pela extrema direita, sem adesismo ao seu projeto de conciliação com a burguesia.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Um dos principais desafios da educação para este e para o próximo período: resistir às investidas violentas do capital para transformar as escolas públicas em empresas!

Mais do que nunca o projeto imposto pela burguesia mundial para a classe trabalhadora é o da liquidação completa do Estado, o fim de qualquer política pública que garanta o direito mínimo de acesso ao ensino público, de qualidade, democrático e laico.

O processo de luta para que a educação pública tivesse um orçamento capaz de responder às necessidades da formação das(os) filhas(os) da classe trabalhadora, não só no Brasil, mas no mundo, tem sido longo e envolve muitas disputas. E quando avançamos alguns passos, retrocedemos em muitos, mesmo antes que as leis aprovadas sejam cumpridas.

A expropriação dos recursos públicos pelo mercado ocorre de várias maneiras e mudam a sua forma de fazer isto conforme a sua conveniência, mas a drenagem dos mesmos para a iniciativa privada cresce assustadoramente, inclusive

1. em governos progressistas.

2. Desde os anos 90, houve um crescimento de funda-
3. ções, institutos e organizações empresariais, inclusive reco-
4. nhecidas como sociedade civil organizada, que, desde o
5. início, começaram a formular políticas e iniciativas para abo-
6. canhar os recursos públicos.

7. Em 2022, reforçavam-se as preocupações e as denún-
8. cias a partir dos dados alarmantes dos cortes no orçamento
9. do MEC (mais de 37,7 bilhões em receitas) e a controvérsia
10. do Brasil entre as nações que menos investiram em educação
11. durante a crise sanitária da COVID 19, retrocessos apontados
12. como marcas do governo Bolsonaro.

13. Apesar de, nos últimos três anos, o orçamento ter
14. avançado, num comparativo entre os anos de 2014 e 2021,
15. no ano de 2024 foram anunciados novos cortes, de 42 bilhões
16. de reais, desse orçamento até 2030.

17. Em relação aos resultados pedagógicos e das dificul-
18. dades do acesso à escola, o que podemos acompanhar desde
19. aquele período foi o crescimento vertiginoso da platafor-
20. mização da educação e dos oligopólios educacionais pelo
21. mundo, assim como as Big Techs (Kroton – Cogna Educa-
22. ção; Yduqs – Estácio; Ânima Educação; Laureate Education,
23. Nord Anglia Education etc.).

24. Os governos fazem das secretarias de educação os
25. clientes prioritários dessas empresas, um “balcão de negó-
26. cios” na compra de apostilas (desidrataram o Programa
27. Nacional do Livro Didático – PNLD), de cursos de for-
28. mação que desestimulam educadoras(es), pois treinam
29. professoras(es) para “adestrarem” estudantes, de equipa-
30. mentos tecnológicos e “sistemas de ensino”, gerando enor-
31. mes lucros.

32. As plataformas digitais servem à coerção sobre equi-
33. pes diretivas, ao assédio moral, à garantia do treinamento
34. das(os) estudantes para avaliações externas, para a aprova-
35. ção automática e cumprimento de metas, adoecendo a escola.

36. A pedagogia dos banqueiros e empresários é a do
37. “adestramento” das(os) estudantes para realizarem tais ava-
38. liações externas, que respondem e criam índices que mas-
39. cam a realidade educacional e os resultados dos projetos

que desorganizam e desestruturam a escola, como a “nova
reforma” do ensino médio.

Responsabilizam as(os) trabalhadoras(es) pelo não
cumprimento das metas que, em suma, servem somente para
justificar as privatizações, mas são uma das causas do adoe-
cimento de trabalhadoras(es) da educação.

Sem contar que, nos últimos anos, a educação tem
sido alvo prioritário dos ataques da extrema direita. Pro-
gramas como “Escola sem Partido” e a tentativa de rotular
educadoras(es) como doutrinadoras(es), tentam transformá-
-los em inimigos das(os) estudantes e das suas famílias.

Neste sentido, o primeiro aspecto que precisamos con-
siderar para a elaboração da política educacional da nossa
entidade é que as investidas violentas contra o “quinhão” da
educação pública estão sendo aplicadas por governos de dife-
rentes matizes políticas.

Por isso a política educacional da CNTE precisa ser
de combate e enfrentamento, pois só assim a mesma vai se
fortalecer como uma ferramenta capaz de organizar as(os)
trabalhadoras(es) em educação do ensino básico para lutar
contra todos os ataques, velhos e renovados, à escola pública
e às(aos) suas(seus) profissionais.

Afinal, se a escola que temos não é a mesma que
tínhamos há 20 anos atrás, se a vanguarda que dirigiu as prin-
cipais lutas da educação e que participou ativamente da vida
política do nosso país se aposentou, ou está prestes a se apo-
sentar, nos parece que insistir nas mesmas práticas e cami-
nhos já percorridos só serve para afastar a nova geração da
entidade.

Com os concursos públicos acontecendo cada vez
mais esporadicamente, quem garante o funcionamento da
escola, na maioria das vezes, são as contratações precárias e
até as terceirizações, se nos negamos a organizar aquelas(es)
que vivem outra realidade, só enfraquecemos as nossas fer-
ramentas de luta.

As consequências do desmonte e a desvalorização das
carreiras das(os) educadoras(es), a precarização, a terceiriza-
ção, platformização, sobrecarga de trabalho, meritocracia,
assédio moral e sucateamento das estruturas e até a venda das

1. escolas, através das PPPs, adoecem não só a categoria, mas
2. a escola de conjunto.

3. Mesmo assim as(os) trabalhadoras(es) em educa-
4. ção seguem lutando, são inúmeras mobilizações e greves,
5. no entanto, apesar das pautas serem comuns, as ações não
6. são coordenadas nacionalmente e por isso ocorrem de forma
7. fragmentada.

8. **Somente um enfrentamento “sem tréguas” uni-**
9. **tário, mas com independência de classe, articulado com**
10. **a comunidade escolar e com os movimentos sociais,**
11. **poderá impedir a destruição da escola pública e da nossa**
12. **profissão.**

13. **Para tanto, a CNTE tem um papel decisivo, pois**
14. **os ataques se repetem por todo o Brasil, em Estados e**
15. **Municípios. Ter como estratégia central a mobilização e,**
16. **principalmente, não alimentar ilusões de que a luta ins-**
17. **titucional descolada das ruas pode impedir os ataques é**
18. **fundamental.**

20. **POLÍTICA SINDICAL**

21. O mundo vive uma fase de sucateamento dos direitos
22. trabalhistas, com a ampliação da precarização das relações
23. de trabalho e o subemprego. No Brasil, desde a reforma de
24. Temer, em 2017, aprofundaram-se as terceirizações, a pejo-
25. tização, o trabalho intermitente e também a informalidade.

26. Em todos estes, uma coisa em comum: redução de
27. direitos. Fim do 13º salário, das férias remuneradas, enfra-
28. quecimento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
29. e baixa remuneração. A ampla campanha de mídia na defesa
30. do “empreendedorismo” esvaziou a CLT e ampliou o traba-
31. lho informal.

32. Outro fator fundamental para explicar este novo fenô-
33. meno no mundo do trabalho é o avanço das tecnologias que,
34. através da produção digital e/ou de máquinas, substituem a
35. mão-de-obra ou simplesmente extinguem profissões, como
36. os(as) cobradores(as) de ônibus, bancários(as) e operários(as)
37. nas fábricas, dentre tantos(as) outros(as).

38. Com a Reforma administrativa no governo Bolso-
39. naro, lembrando que, atualmente, vivemos a ameaça de uma

nova tramitando no Congresso Nacional, cresceu a explora-
ção do setor público, facilitando ainda mais para a iniciativa
privada a possibilidade de ofertar todos os serviços públicos.

Na educação, após a derrota de Bolsonaro e mesmo
com a chegada de Lula ao planalto seguimos sem ter conse-
guido derrotar a Reforma do Ensino Médio, as ameaças ao
Piso Nacional são constantes, não conquistamos o piso para
as(os) funcionárias(os) e, como se não bastasse, o Arcabouço
Fiscal limita os investimentos na educação.

Com a maioria dos estados e municípios governados
pela direita e/ou extrema direita, a escola pública e a nossa
profissão estão sendo destruídas. Apesar da resistência prota-
gonizada por algumas entidades, nossas lutas seguem desar-
ticuladas, a burocratização aumenta e o afastamento dos Sin-
dicatos da realidade das escolas é muito grande.

Por isso que a propagandeada unidade precisa acon-
tecer nas ações, mas também na construção de uma alterna-
tiva de direção capaz de enfrentar a extrema direita, unificar
as entidades de base para retomar o caminho das lutas, com-
bater a burocratização e aprofundar a democracia.

Além de incorporar, no centro da ação sindical da
CNTE, todas(os) as(os) trabalhadoras(es) em educação, inde-
pendente da sua condição de contratada(o), terceirizada(o),
ativas(os) ou aposentadas(os), será necessário respeitar a plu-
ralidade política e a diversidade.

Rever posições sectárias que se fortaleceram no inte-
rior da Confederação é necessário, pois a hegemonia para
manter espaços no aparelho tem enfraquecido a contribui-
ção da Entidade no processo de reorganização da classe tra-
balhadora brasileira.

No âmbito das relações sindicais para fora, nacional
e internacional, será preciso compreender que existem cen-
trais sindicais, sindicatos, fóruns, movimentos da juventude
e sociais, classistas e de esquerda, para além do campo maio-
ritário que dirige atualmente a CNTE.

BALANÇO POLÍTICO

O balanço político da CNTE deve partir da impor-
tância da Confederação para a organização das(os)

1. professoras(es) e das(os) funcionárias(os) e na defesa da
2. escola pública do nosso país.

3. Também é fundamental destacarmos que as(os)
4. trabalhadoras(es) em educação são protagonistas de grandes
5. mobilizações por direitos, por educação pública de qualidade
6. e também por liberdades democráticas.

7. A pergunta que se faz é por que as lutas não são arti-
8. culadas e fortalecidas por uma unidade nacional, visto que os
9. grandes Sindicatos estaduais, bem como entidades munici-
10. pais importantes, são filiados à CNTE?

11. Desde muito longe, a CNTE tem assumido uma linha
12. de que a sua principal tarefa seria a representação na insti-
13. tucionalidade. A responsabilidade de organizar a mobiliza-
14. ção ficaria com os Sindicatos de base, a direção e a estrutura
15. estariam a serviço dos Fóruns, do parlamento e das deman-
16. das judiciais.

17. Nas instâncias de deliberações e Congressos, sempre
18. foram aprovados excelentes planos de ação, pautas importan-
19. tes para avançar nos direitos da categoria, foram reafirmadas
20. concepções de educação popular e votaram-se políticas de
21. articulação internacional para fortalecer o caráter internacio-
22. nalista da Confederação.

23. No entanto, a falta de uma articulação nacional com
24. clareza do papel dos Sindicatos colocou na conta das entida-
25. des de base a execução das ações. Por isso muitas não acon-
26. teceram, ou se ocorreram, foi de forma frágil e fragmentada.

27. Esta linha política da maioria das direções veio ali-
28. mentando, por anos, a ilusão de que eleger o PT (leia-
29. -se Lula) resolveria os problemas da educação e das(dos)
30. educadoras(es). E que as mobilizações neste governo teriam
31. o caráter de ajudar a governar ou, no máximo, disputar os
32. rumos do mesmo.

33. Assim, a CNTE e grande parte dos Sindicatos foram
34. rompendo a barreira da independência de classe, confundi-
35. ram as lutadoras e lutadores e o resultado foi a fragmentação
36. do movimento, por óbvio que o sectarismo e esquerdismo
37. contribuíram bastante para a confusão.

38. Aumentaram de 10% para 20% o coeficiente para que
39. as chapas possam compor a direção. Passaram a construir

acordos para manter esta composição que está há duas déca-
das dirigindo a Confederação e excluindo setores importan-
tes, mesmo que eventualmente sejam minoria, impediram a
"oxigenação do contraditório" nos debates internos.

Neste Congresso será preciso reverter esta situação,
uma nova conformação para a direção com certeza contribui-
ria para diminuir a inerente acomodação burocrática do fun-
cionamento composta por apenas um único campo.

Continuaremos defendendo a CNTE como uma
das trincheiras de luta fundamental da organização das
educadoras(es) em defesa da escola pública, das(os) profis-
sionais da educação e do enfrentamento à extrema direita.

POLÍTICAS PERMANENTES

A CNTE é a entidade que deve ter como estratégia
articular e organizar nacionalmente as mobilizações em
defesa da escola pública e das(os) trabalhadoras(es) em edu-
cação, mas também é fundamental preparar a nossa categoria
para disputar o debate político-pedagógico e organizar a luta
para pautas que vão além das questões corporativas

Com o avanço da extrema direita, que tenta militarizar
a educação, interferir na liberdade de cátedra, amordaçando
professoras(es) e estudantes, a luta pelas liberdades democrá-
ticas deve estar presente nas nossas entidades, mas associada
com as pautas contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia,
a emergência climática, entre outras.

Portanto, o trabalho de base dos sindicatos filiados
precisa ser orientado no sentido de avançar na consciência
daquelas(es) que já se organizam politicamente, além de
manter uma constante preocupação com a renovação do diá-
logo com todas(os) que integram as comunidades escolares
e que percebem a importância da escola pública.

A escola deve ser também um lugar de proteção para
crianças e jovens contra as consequências do sistema per-
verso que é o capitalismo. Assim, a percepção dos casos das
violências físicas e emocionais sofridas por meninas e meni-
nos, muitas vezes no seio da família, é um exemplo extre-
mamente importante da necessidade de fortalecer a escola
pública no combate à violência.

1. O papel que as(os) educadoras(es) cumprem dentro
 2. das escolas públicas vai muito além das relações pedagógicas
 3. de aprendizagem, mexem com os preconceitos e a hipocri-
 4. sia da estrutura patriarcal. Sabemos que o assédio e o abuso
 5. sexual contra crianças, jovens e mulheres não é algo fácil de
 6. enfrentar e denunciar de forma solitária, por isso, o cami-
 7. nho passa pelo olhar sensível, pelo acolhimento e pela ação
 8. coletiva.

9. Outro complicador que facilita a violência machista é
 10. a intensificação do uso das redes sociais, sem a devida regu-
 11. lamentação e sob controle das Big Techs. Nesse aspecto, a
 12. categoria também precisa estar preparada para questionar o
 13. papel das tecnologias e da inteligência artificial no aprofunda-
 14. mento dessas violências, transformando a escola num impor-
 15. tante local de atenção e vigilância contra essa fragilização.

16. A escola deve apoiar a luta LGBTQIAPN+, que, na
 17. maioria das vezes, se inicia com o enfrentamento à própria
 18. família. É pelo olhar atento de educadoras e educadores que
 19. passa também o acompanhamento dos casos de racismo.
 20. É preciso lutar por uma educação antirracista, que proteja
 21. estudantes LGBTQIAPN+, negras e negros, indígenas e
 22. todas(os) que correm o risco de serem vítimas das mais diver-
 23. sas formas de discriminação, preconceito e opressão.

24. Infelizmente, a violência machista, que mata, que ani-
 25. quila a vida das meninas e mulheres, faz parte da realidade
 26. das escolas. Nenhuma estudante ou profissional da educação
 27. pode passar por situações de violência, de constrangimento,
 28. de assédio ou de humilhação pelo fato de ser mulher, dentro
 29. do ambiente escolar, isso é inadmissível.

30. Precisamos reafirmar também nosso compromisso
 31. nas lutas do presente, para que não seja roubado o futuro
 32. da classe trabalhadora. Em meio à crise ambiental, deve ser
 33. pauta da entidade, junto à escola pública, defender o ecos-
 34. socialismo através da identificação e do fortalecimento das
 35. comunidades indígenas e quilombolas.

36. Para além da luta pelo direito à educação, que precisa
 37. ser cotidianamente reafirmado nos territórios dessas comu-
 38. nidades, não existe defesa do meio ambiente que não passe
 39. pelo aprendizado de como as comunidades originárias se

relacionam com o meio ambiente. Não é admissível que a
 luta ambiental se transforme em adaptação do meio ambiente
 aos interesses do capital.

Contudo, para que a escola pública seja uma trincheira
 das lutas da classe trabalhadora, a nossa confederação tem o
 mesmo desafio que as organizações sindicais que dela fazem
 parte, combater a burocratização e enfrentar a transição gera-
 cional que está colocada.

A categoria, que sofre a perda de direitos em épocas
 diferentes, as(os) aposentadas(os) ou as(os) que estão
 próximas(os) da aposentadoria e aquelas(es), que, mesmo
 com vínculos precários, levam adiante o ofício de ensinar,
 estão no “mesmo barco”, por isso, fortalecer os laços de soli-
 daria e trabalho conjunto entre as gerações, para que se
 encontrem “ombro a ombro” nas lutas, será a única maneira
 de fortalecer a CNTE.

PLANO DE LUTAS

Fortalecer a unidade para lutar contra a extrema
 direita, com atividades de rua, e manter a independência da
 entidade frente aos governos.

Aprovar um calendário de mobilizações nos esta-
 dos e que culmine com uma grande marcha em Brasília por
 um Piso Nacional para todas(os) as(os) funcionárias(os)
 de escola e pela manutenção do Piso Nacional das(dos)
 professoras(es) com a aplicação efetiva nas carreiras.

Construir, a partir do debate nas escolas, com aprova-
 ção em assembleias de base, uma greve nacional com uma
 pauta única, que dialogue com a valorização profissional,
 defesa de direitos e da escola pública.

Defender o direito de greve: lutar é um direito funda-
 mental e não podemos permitir que o conluio entre Judiciá-
 rio e governos destrua essa conquista histórica.

Articular mobilizações e campanhas em defesa da
 educação pública e pela valorização das(dos) suas(seus) pro-
 fissionais: abaixo a meritocracia, a plataformização, a tercei-
 rização e a privatização.

Continuar a luta por um PNE que garanta a autono-
 mia pedagógica e o financiamento e investimentos públicos

1. para a educação pública. Fora entidades privadas da educa-
 2. ção: é preciso retirar a educação básica das mãos dos grupos
 3. empresariais e interromper o processo de financeirização da
 4. educação.

5. Fortalecer a luta pela gestão democrática das esco-
 6. las e o combate à privatização das direções escolares: defesa
 7. da eleição direta para diretor(a), com respeito à comunidade
 8. escolar.

9. Articular a luta das(os) educadoras(es) com a comuni-
 10. dade escolar para derrotar o “Escola sem Partido” e qualquer
 11. forma de perseguição política a educadoras(es).

12. Defender a educação indígena, quilombola e do
 13. campo: reconhecer as especificidades culturais da pluralidade
 14. de povos e tradições que formam o Brasil é o único caminho
 15. para uma educação justa.

16. Campanha em defesa de lei que garanta o aporte
 17. do Governo Federal para o pagamento do piso salarial de
 18. professoras(es), cumprindo os planos de carreira existen-
 19. tes, para os municípios e estados que não tiverem condições
 20. financeiras para cumprir.

21. Lutar contra a Reforma Administrativa
 22. (PEC38/2025): articular e organizar a reação à PEC e fazer
 23. campanhas em defesa dos serviços públicos de qualidade
 24. para a população

25. Fortalecimento da luta Sindical internacional: consi-
 26. derando que o capitalismo impõe cada vez mais os planos
 27. ultraliberais e os ajustes fiscais são a base de todos os gover-
 28. nos, é fundamental que nossa entidade busque reforçar os
 29. laços de solidariedade da classe trabalhadora e a integração
 30. nas lutas globais.

31. Continuar exigindo a revogação da Reforma Traba-
 32. lhistas e participando ativamente das mobilizações para impe-
 33. dir a retirada de direitos da classe trabalhadora, pelo fim da
 34. escala 6X1 e pela taxa dos super ricos no país.

35. Construir no Congresso um plano unitário, mas para
 36. a sua execução é necessária uma CNTE democrática, plural,
 37. combativa, independente de governos e que seja instrumento
 38. real de mobilização e de luta da classe trabalhadora.

39.

CONSTRUÇÃO SOCIALISTA, REBELIÃO ECOSSOCIALISTA, INSURGÊNCIA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTES

Neida Porfírio de Oliveira – 38º Núcleo do CPERS –
 Porto Alegre/RS, Vivian Zamboni – 38º Núcleo do CPERS
 – Porto Alegre/RS, Mauro Vinicius de Souza Floriano –
 SEPE Rio das Ostras/Casimiro de Abreu/RJ, Paula Marchon
 Mariano Mageski – SEPE Rio das Ostras/Casimiro de Abreu/
 RJ, Wilton Porciúncula Alves – Regional I – SEPE/RJ, Jus-
 sara Ferreira Nunes dos Reis – SEPE Volta Redonda/RJ,
 Alcebiades Teixeira (Bid) – SEPE/RJ, Eva de Jesus – Regio-
 nal V – SEPE/RJ, Joel Marques – Regional VIII – SEPE/RJ,
 Sérgio Aurnheimer – Regional IX – SEPE/RJ, Ana Heloisa
 Pires Dorneles – 22º Núcleo do CPERS – Gravataí/RS, Ana
 Lúcia Xavier Cabral – 17º Núcleo do CPERS – Bagé/RS,
 Ana Paula Marques – 38º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/
 RS, Analia Timoteo Gomes – Regional IV – SEPE/RJ, Angé-
 lica Bruch – 39º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/RS, Arlete
 Lauria de Barcelos Silva – SEPE Paracambi/RJ, Célia de
 Moura Rodrigues – 42º Núcleo do CPERS – Camaquã/RS,
 Celso Dalberto – 7º Núcleo do CPERS – Passo Fundo/RS,
 Claudia Paiva – SEPE Central – SEPE/RJ, Daisy Maria Silva
 de Souza – 39º do CPERS – Porto Alegre/RS, Denise dos
 Santos Souza – 17º Núcleo do CPERS – Bagé/RS, Elenice
 de Lara da Rosa – 11º Núcleo do CPERS – Cruz Alta/RS,
 Eliane de Jesus Bruno de Oliveira Almeida – SEPE Mes-
 quita/RJ, Gabriel Augusto Coêlho de Santana – SIMPERE,
 Gilberto Brinhol Carrion – 17º Núcleo do CPERS – Bagé/
 RS, Jorge Adão Miranda – 38º Núcleo do CPERS – Porto
 Alegre/RS, Jorge Vanderlei Carvalho Silva – 41º Núcleo do
 CPERS – São Gabriel/RS, Laura Vieira Marques – 2º Núcleo
 do CPERS – Santa Maria/RS, Lia Ludolff Faro – SEPE Volta
 Redonda/RJ, Luana Santos Fragoso – Regional V – SEPE/
 RJ, Luiza Maria da Silva Lira – SIMPERE, Luzia Regina
 Pereira Herrmann – 8º Núcleo do CPERS – Estrela/RS,
 Márcia de Medeiros Barilli – 7º Núcleo do CPERS – Passo
 Fundo/RS, Mari Andreia Oliveira de Andrade – 22º Núcleo
 do CPERS – Gravataí/RS, Maria Amália Santos de Oliveira

1. – 38º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/RS, Maria das Dores
2. Mota (Dodora) – SEPE Volta Redonda/RJ, Maria de Fátima
3. Vieira Contreira – 16º Núcleo do CPERS – São Borja/RS,
4. Maria Eli Barbosa Camargo – 16º Núcleo do CPERS – São
5. Borja/RS, Maria Elizabete dos Santos Marques – 41º Núcleo
6. CPERS – São Gabriel/RS, Maria Gorete – Regional IX –
7. SEPE/RJ, Maria Norma Dumer – 42º Núcleo do CPERS –
8. Camaquã/RS, Marivete Moraes de Melo – 38º Núcleo do
9. CPERS – Porto Alegre/RS, Matheus Pepe Crespo – SEPE
10. Campos dos Goytacazes/RJ, Norma dos Santos Machado
11. – 7º Núcleo do CPERS – Passo Fundo/RS, Oséias Souza de
12. Freitas – 8º Núcleo do CPERS – Estrela/RS, Paulo Augusto
13. Maciel dos Santos – 38º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/
14. RS, Paulo Ricardo Pereira – SIMPERE, Ricardo de Souza
15. Silva – SEPE Miguel Pereira/RJ, Rodrigo Dias Teixeira –
16. SEPE Niterói/RJ, Rogério Alimandro – SEPE/RJ, Sabrina
17. Silva dos Santos – 8º Núcleo do CPERS – Estrela/RS, Sandra
18. Vasconcelos – Regional V – SEPE/RJ, Sônia Terezinha
19. Pacheco Braga – 38º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/RS,
20. Sueli Fernandes Rosa – Regional IV – SEPE/RJ, Terezinha
21. Bullé da Silva – 38º Núcleo do CPERS – Porto Alegre/RS,
22. Vera Cristina da Silva Martinez – 16º Núcleo do CPERS –
23. São Borja/RS, Vera Maria Fischer – 11º Núcleo do CPERS
24. – Cruz Alta/RS, Veraci Alimandro – SEPE/RJ, Walter Rodri-
25. gues Neto – SEPE Rio das Ostras/Casimiro de Abreu/RJ,
26. Winnie Freitas – SEPE Rio das Ostras/RJ
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.

02 - EM TEMPOS DE GUERRA A ESPERANÇA É VERMELHA E A EDUCAÇÃO É RESISTÊNCIA! - ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A situação internacional segue dominada pelo conflito EUA versus China, pela ascensão de forças de extrema-direita, pelas guerras, pela ascensão da robótica e da IA, pelos sinais de uma nova crise econômica e pela crise climática.

Desde 2008, todos os governos estadunidenses têm uma única preocupação: recuperar a liderança. Foi este o objetivo das presidências de Obama e Biden, é este o objetivo da atual presidência de Trump, cujo slogan fala exatamente de “Fazer a América Grande Novamente” (MAGA). Todas as ações dos EUA, ofensivas ou defensivas, econômicas, políticas, militares e ideológicas, têm como pano de fundo enfrentar o que a classe dominante dos EUA interpreta como desafio chinês. Mas não há consenso, nos EUA, sobre como fazer isso. Hoje, os Estados Unidos são uma potência em declínio, que às vezes parece estar à beira de uma nova guerra civil.

O declínio dos EUA é causa e efeito da crise mais geral do mundo capitalista. Um dos efeitos dessa crise é a incapacidade de oferecer, às classes trabalhadoras, uma perspectiva de melhora da vida. As gerações atuais vivem pior que seus pais e sabem que seus filhos tendem a viver ainda pior. Incapazes de oferecer um mundo melhor, as classes dominantes enfrentam o desafio de como seguir dominando. A resposta a esse desafio é uma velha conhecida, já testada na década de 1920: a extrema-direita, inclusive na sua forma neofascista. Por toda a parte, do Japão aos EUA, passando pela Europa, a extrema-direita ameaça todas as conquistas democráticas, sociais e civilizacionais. Extrema direita significa mais guerras, mais ameaças de guerra, mais recursos para a indústria militar e para a segurança interna, cada vez mais militarizada.

Apesar ou por causa das políticas adotadas pela extrema-direita, cresce a possibilidade de acontecer uma nova crise econômica internacional, tendo como um de seus

núcleos a bolha especulativa que se constrói ao redor dos investimentos em robótica e inteligência artificial. Estes investimentos, quando feitos sob domínio dos capitalistas, configuram ademais uma ameaça existencial para a classe trabalhadora, pois levam a substituição maciça de trabalhadores por máquinas, mas sem redução de jornadas e sem manutenção dos salários.

O investimento em IA exige doses maciças de terras raras, minerais críticos e imensos volumes de água. Ou seja: aumentam a pressão sobre os recursos naturais, num momento em que o consenso científico aponta que estamos no limite de um aquecimento global que pode alterar, sem retorno, as atuais condições de vida na Terra.

Em resumo, estamos em uma situação limite, que possui vários motivos, mas o principal deles é o capitalismo. Derrotar o capitalismo e construir uma sociedade socialista é um tema cada vez mais urgente, vinculado como nunca à sobrevivência da humanidade.

Para nós, que vivemos no Brasil e na América Latina e Caribe, a urgência é particularmente grande, uma vez que os Estados Unidos ameaçam uma guerra contra a Venezuela, aumentam a pressão sobre Cuba, atacam os governos da Colômbia e do México, apoiam a direita na Bolívia, Argentina e Chile. Os EUA estão operando, também, para tentar conquistar o governo brasileiro. Quem pode virar o jogo é a luta das classes trabalhadoras.

CONJUNTURA NACIONAL

A política brasileira está girando em torno da eleição presidencial de 2026. Um dos polos é Lula, candidato dos que defendem um programa democrático, popular e socialista.

Já os rumos da extrema-direita nas eleições presidenciais dependem muito do que decidirá o clã de Bolsonaro. Depois da prisão do chefe, os filhos cogitam lançar uma candidatura presidencial própria colocando o nome do Flávio

1. Bolsonaro como representante da família. Neste caso, a
2. extrema-direita poderia vir a se dividir entre duas ou mais
3. candidaturas no primeiro turno das eleições presidenciais,
4. como Tarcísio e Ratinho Jr. Esta possível divisão, paradoxal-
5. mente, pode ajudar a levar uma candidatura da direita para
6. o segundo turno.

7. O programa das direitas nas eleições presidenciais
8. será manter a economia brasileira sob domínio do agronegó-
9. cio, do capital financeiro e de seus sócios estrangeiros, redu-
10. zir as políticas sociais, os direitos e as liberdades das clas-
11. ses trabalhadoras. Neste contexto, as classes trabalhadoras
12. devem:

13. 1. Contribuir na defesa da soberania nacional e trabalhar para
14. um mundo sem guerras, com paz, desenvolvimento, direi-
15. tos econômicos, sociais, civis e ambientais. Se a catástrofe
16. climática não for detida, se esta catástrofe não for barrada,
17. as condições de vida na Terra, especialmente dos mais
18. pobres, se tornarão cada vez mais insuportáveis.
19. 2. Contribuir para proteger e ampliar as liberdades democrá-
20. ticas, enfrentando os que fazem da política um privilégio
21. dos ricos e poderosos. Destacamos a defesa dos direitos
22. das mulheres, dos negros e negras, dos LGBT, da juven-
23. tude periférica e de todos os setores que os neoliberais de
24. extrema-direita e de direita atacam, maltratam e exter-
25. minam, através do racismo, da misoginia, da lgbtfobia e
26. do fundamentalismo estão à solta. A luta pelas liberdades
27. democráticas inclui punição para os golpistas, impedir
28. que o parlamento se transforme em refúgio de crimino-
29. sos e a revogação da contrarreforma sindical e trabalhista,
30. pois não há democracia popular sem sindicalismo forte.
31. 3. Contribuir para proteger e ampliar os direitos sociais do
32. conjunto da população, especialmente o SUS e a educa-
33. ção pública, os salários e aposentadorias, os empregos e
34. as condições dignas de trabalho. Acabar com a escala 6x1,
35. reduzir a jornada de trabalho, revogar a contrarreforma
36. previdenciária, fazer a reforma política e cobrar impos-
37. tos sobre os ricos.
38. 4. Contribuir para o desenvolvimento e reindustrialização
39. com alta tecnologia, superando a primário-exportação e

a ditadura do capital financeiro. Para tal, devemos lutar
para que o governo mude o rumo da política econômica,
especialmente a taxa de juros e a política de déficit zero.
O governo deve pressionar o BC, alterar as chamadas
metas de inflação e abandonar a chamada política de défi-
cit zero. Isso é decisivo para quem defende os recursos
constitucionais da saúde e da educação, queremos impe-
dir a contrarreforma administrativa e, também, impedir
que o Supremo Tribunal Federal aprove, no julgamento
do chamado Tema 1.389, uma destruição em larga escala
dos direitos trabalhistas e sociais.

Nas eleições presidenciais de 2026 devemos apre-
sentar ao povo um programa de reformas democráticas e
populares em defesa da soberania produtiva (industrializa-
ção & alta tecnologia), da soberania energética (inclusive
retomando o pleno controle estatal da Petrobrás e da Eletro-
brás), da soberania alimentar (com destaque para a reforma
agrária), da soberania digital (regulando, mas principalmente
construindo big techs brasileiras e nacionalizando o controle
sobre as terras raras), da soberania comunicacional (cumprir
a Constituição e acabar com o oligopólio da mídia empres-
arial), da soberania ambiental (com foco na Amazônia e no
Cerrado), da soberania militar (que inclui uma reforma inte-
gral das Forças Armadas e das Polícias). Defendemos, ainda,
uma verdadeira política de segurança pública e de combate
às organizações criminosas, localizando e prendendo os
verdadeiros chefes, desmontando seus esquemas finance-
iros, bloqueando seu acesso à armamento pesado e privativo
das forças armadas. Parcelas da direita e da extrema-direita
têm vínculos comprovados com o crime organizado. Ade-
mais, o neoliberalismo e o “Estado mínimo” contribuíram
para o ambiente de insegurança pública existente em parte
do território nacional. Portanto, as direitas contribuíram para
criar o problema para o qual oferece, como suposta solu-
ção, a política de insegurança resumida nas palavras “por-
rada, bala e bomba”. Esta política não resolverá os proble-
mas, além de submeter a população negra, pobre e perifé-
rica a situações inaceitáveis do ponto de vista da democracia

e dos direitos humanos. A esquerda defende uma política de segurança pública eficaz, sem concessões ao populismo de direita, denunciando a natureza criminoso e ineficaz da política de insegurança defendida pelas direitas: o combate ao crime organizado exige inteligência e integração.

Por fim, a indicação de Flávio Bolsonaro como presidente, a perseguição política Glauber Braga e a “meia anistia” sob o projeto de lei da dosimetria aprovada pelo Congresso — o mesmo Congresso que protege Carla Zambelli enquanto o STF tenta responsabilizá-la — revelam a permanência de um bloco golpista que tenta reorganizar seu projeto autoritário e antipopular. Trata-se de uma ofensiva do capital e de seus representantes, que seguem atacando direitos, desmontando políticas públicas e avançando sobre o fundo público para ampliar lucros.

Diante disso, a CNTE deve afirmar que **a resposta não virá das instituições capturadas pela burguesia — virá da força organizada da classe trabalhadora**. Só a mobilização nas ruas, com atos massivos, paralisações e unidade entre sindicatos, movimentos estudantis, do campo e da cidade, pode derrotar o neoliberalismo e barrar o retorno da extrema direita ao centro do poder. A educação pública é um campo central nessa disputa: lugar de formação crítica, de organização popular e de resistência contra o projeto privatista, precarizante e antidemocrático.

A CNTE deve conchamar suas entidades a construir uma **Jornada Nacional de Lutas**, fortalecer a formação política dos trabalhadores, ampliar comitês territoriais e exigir a responsabilização de todos os agentes golpistas. **Sem medo, sem recuo e sem conciliação**, reafirmamos que só a luta coletiva poderá garantir direitos, fortalecer a democracia e abrir caminho para um projeto de país baseado na justiça social e na emancipação da classe trabalhadora.

É tempo de ocupar as ruas e derrotar o fascismo e o neoliberalismo!

POLÍTICA EDUCACIONAL

Esta análise educacional reflete o debate legislativo e as posições do movimento sindical e organizações

da educação no processo de tramitação do PL 2614/2024 (PNE decênio 2024–2034) e nas políticas públicas do período 2024–2025 (situação verificada até 20 de novembro de 2025). De tal maneira vamos delimitar em nossa análise três eixos: o debate em torno do financiamento da educação através do PL 2614/24, o perfil empresarial que atua no MEC e a construção do Sistema Nacional de Educação.

Iniciamos com o cenário a respeito do PL 2614/2024 que organiza o novo Plano Nacional de Educação e está em tramitação, com substitutivos e relatórios que buscam estabelecer metas e, sobretudo, o cálculo de financiamento para o decênio 2024–2034. Há propostas de escalonamento de metas e opções técnicas para o custeio, mas o cálculo e a garantia orçamentária são pontos de disputa central. A CNTE e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação têm apresentado emendas técnicas e críticas, apontando retrocessos em metas e insuficiência de garantias orçamentárias para concretizar o direito à educação.

A nossa defesa é que o PNE deve garantir financiamento público e progressivo que efetive o direito social à educação sem transferir responsabilidades essenciais ao setor privado nem reduzir metas históricas (ex.: compromissos próximos ao patamar de 10% do PIB ou mecanismos equivalentes de financiamento público adequadamente definidos). É preciso entender que qualquer substitutivo que adie metas ou fragmente a fonte de financiamento é retrocesso. É imperativo a adoção de mecanismos equivalentes ao patamar de 10% do PIB para a educação pública, com fontes explícitas de financiamento, a implementação efetiva do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e a complementação da União via VAAT-CAQ. É preciso entender que qualquer substitutivo que adie metas, fragmente a fonte de financiamento ou rejeite critérios de equidade é retrocesso.

No centro desse debate temos pontos de tensão, a exemplo do Cálculo do custo e fontes na medida em que relatórios alternativos (e o debate na comissão) trazem formas distintas de prever quanto será necessário e como responsabilizar União/estados/municípios, daí surgem divergências sobre vinculação de receitas e compensações fiscais. Um

1. outro ponto de tensão é a redução/adiamento de metas, de
 2. onde há interpretações de que o substitutivo em análise adia
 3. prazos ou enfraquece metas de cobertura, a exemplo da alfa-
 4. betização, e omite garantias explícitas de não retrocesso em
 5. direitos humanos.

6. Sem mecanismos nítidos e juridicamente vinculantes
 7. de financiamento, o PNE corre risco de permanecer como
 8. documento orientador sem efetividade financeira — isso
 9. reproduz a situação em que metas ficam no papel e se agrava
 10. a precarização das condições de trabalho e de oferta da edu-
 11. cação pública. Há a necessidade de que o PNE traga fórmu-
 12. las de financiamento progressivo e responsabilização efetiva
 13. da União.

14. Não podemos negligenciar que a sequência histó-
 15. rica de subfinanciamento da educação, os limites de expan-
 16. são orçamentária impostos pelo regime fiscal e a ausência
 17. até agora de mecanismos robustos de vinculação obrigatória
 18. (ou sanção) para os entes federados indicam que a meta 18
 19. do PNE de financiamento pode permanecer mais como uma
 20. diretriz normativa do que como um caminho viável rumo à
 21. equidade real.

22. A Meta 18 expõe o paradoxo contemporâneo das polí-
 23. ticas educacionais: enquanto afirma a necessidade de investi-
 24. mento e equidade, o Estado neoliberal opera pela desrespon-
 25. sabilização e pela transferência de responsabilidades à socie-
 26. dade civil e ao mercado, o que pode aprofundar as desigual-
 27. dades estruturais que o plano declara combater.

28. É importante considerar que essa disputa pelo finan-
 29. ciamento está diretamente vinculada à posição do Congresso
 30. e à lógica do Estado neoliberal. Todavia, não podemos deixar
 31. de avaliar também que, mesmo no governo progressista, a
 32. composição empresarial no MEC e suas permanentes políti-
 33. cas neoliberais e seus processos avaliativos geram impactos
 34. sobre a valorização do magistério e o investimento na edu-
 35. cação pública.

36. Nesse sentido, há preocupação com a crescente pre-
 37. sença empresarial no MEC e nas políticas educacionais. As
 38. parcerias público-privadas, a financeirização da educação
 39. e a mercantilização são um direcionamento neoliberal que

fragiliza a educação pública, precariza o trabalho docente e
 impõe modelos de avaliação que muitas vezes são punitivos.
 É essencial que se tenha uma blindagem da privatização e da
 financeirização no PNE, para evitar que o Estado abdique de
 sua responsabilidade social para lógicas de lucro e garantir
 a regulação da oferta pelo setor privado em todas as etapas
 e modalidades.

Infelizmente há em curso a forte expansão de parce-
 rias público-privadas (PPPs), programas de articulação com
 entidades do setor privado (por exemplo, fóruns e associa-
 ções do setor de Educação Profissional como a BrasilTec) e
 iniciativas do MEC que ampliam a presença de atores priva-
 dos em programas e infraestrutura. Paralelamente, políticas
 orientadas por lógica de produtividade, metas e indicadores
 (gestão por resultados) e flexibilização de ofertas técnicas têm
 crescido. Essas mudanças se associam, de acordo com estu-
 dos e análises de sindicatos, a processos de precarização do
 trabalho docente e ampliação de instrumentos de avaliação
 que pressionam gestores escolares e professores.

Essa pressão avaliatória, em vez de dialogar com a
 realidade das escolas, tem levado ao adoecimento docente,
 ao burnout e a situações de assédio moral institucional, con-
 forme estudos que vêm sendo feitos. Devemos aprofundar,
 mais, a reflexão a respeito do impacto sobre a valorização do
 magistério e o adoecimento gerado a partir da desvaloriza-
 ção salarial e precarização, na medida em que a lógica de ter-
 ceirização/PPPs e de expansão de oferta via instituições pri-
 vadas reduz espaço público estável e pressiona por modelos
 com menos garantia de carreira. É urgente, portanto, garantir
 a equiparação salarial ao Salário-Mínimo Necessário como
 indicam os estudos do Dieese e assegurar que grande parte
 dos profissionais do magistério tenham vínculo estável.

Tem sido denunciado o avanço dessa mercantiliza-
 ção e da “governança” empresarial na educação pública, que
 produz lógicas de instrumentalização da escola ao mercado,
 precariza vínculos trabalhistas e abre espaço para avaliações
 punitivas e gestão por resultados que não valorizam a car-
 reira, a formação ou as condições de trabalho dos profes-
 sores e professoras. Nossa defesa é que a política pública

1. educacional deve priorizar financiamento público direto, carreira e jornada dignas e avaliações diagnósticas, não punitivas, além de assegurar a integração pedagógica das TDICs para o exercício da cidadania e a construção de plataformas educacionais digitais públicas, abertas e livres.

2. Nosso terceiro ponto focal dessa análise, a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) enfrenta desafios cruciais. O SNE deve se apoiar em financiamento público sustentável, participação social ampla e mecanismos que promovam a gestão democrática das escolas. Também é importante a integração federativa (União, estados, municípios) e políticas públicas estruturantes (carreiras, formação inicial e continuada, infraestrutura, avaliação formativa).

3. Destacamos como os desafios atuais: as tensões federativas sobre financiamento e responsabilidades; risco de incorporar lógicas de mercado no desenho do SNE (quando se abre espaço a repasses e parcerias sem contrapartidas fortes de regulação pública); modelos avaliativos e de gestão centralizada que não respeitam a autonomia e condições locais.

4. Precisamos defender um SNE que seja estruturado sobre direitos sociais, financiamento público garantido, participação democrática do movimento docente e da sociedade civil e mecanismos de avaliação que priorizem aprendizagem e cuidado e não a punição. É preciso que o SNE assegure carreiras valorizadas, formação continuada e condições de trabalho adequadas, além de mecanismos federativos objetivos de custeio. Isso inclui a garantia de espaços estudantis de representatividade e escolha em todas as escolas, a seleção de diretores por processos públicos e democráticos (e não meritocráticos), e a desmilitarização das escolas, conforme recomendação da ONU.

5. De tal forma apontamos como principais desafios práticos

6. 5. Financiamento sustentável e compromissos federativos - necessidade de fórmulas que evitem transferências regressivas e garantam a capacidade de estados/municípios cumprirem metas.

7. 6. Regulação das parcerias e defesa do papel público - evitar

que PPPs e atores privados definem prioridades pedagógicas; impor contrapartidas e transparência.

8. 7. Avaliação e cuidado com o trabalho docente - construir sistemas avaliativos formativos e diagnósticos, com participação da categoria, em contraponto às avaliações que servem de mecanismo de penalização e ranqueamento. Isso inclui políticas de saúde ocupacional, prevenção do adoecimento e apoio institucional.

Considerando o cenário educacional e político que vivemos, precisamos compreender a disputa mais ampla sobre que tipo de educação queremos para o Brasil: se será um direito social concreto ou uma mercadoria sujeita a lógicas de mercado. Para tal devemos: Exigir garantias orçamentárias vinculadas no texto do PNE (mecanismos constitutivos/legais que impeçam diluição do financiamento), porque sem isso o PNE não passa de intenção; Resistir à captura privada do desenho curricular e das políticas de gestão: é vital regulamentar parcerias, limitar o campo de ação das PPPs para que não substituam atribuições do Estado e que seja assegurado o controle social; Priorizar políticas de valorização do trabalho docente: carreira, piso real, formação e proteção à saúde mental — substituir instrumentos de avaliação punitiva por avaliação formativa; Fortalecer participação democrática (CNTE, Campanha pelo Direito à Educação, conselhos e fóruns) na elaboração final do PNE e no desenho do SNE, para contrabalançar interesses empresariais e incorporar as pautas apontadas como fundamentais e necessárias para superação das desigualdades históricas da educação pública no Brasil.

POLÍTICA SINDICAL

O cenário mundial é dramático, e pode levar a humanidade à barbárie. Para alterar a atual correlação de forças é urgente ampliar a mobilização social. A extrema direita e o neoliberalismo não serão derrotados sem a elevação da qualidade de vida, sem recuperar direitos e sem um incansável combate ao racismo estrutural e à opressão de gênero.

São imensas as dificuldades de organização dos

1. trabalhadores, fruto das mudanças profundas no mundo do
2. trabalho e do retrocesso no seu nível de consciência. Por isso
3. mesmo, essa gigantesca tarefa exige o esforço de diversos
4. sujeitos sociais coletivos. Demanda um movimento sindi-
5. cal enraizado no cotidiano dos trabalhadores. Os sindicatos
6. e a CUT precisam recuperar a sua capacidade de unificar as
7. lutas, de fazer a disputa político-ideológica, articulando as
8. mobilizações imediatas ao projeto histórico do socialismo.

9. A política de conciliação de classes atravessa o movi-
10. mento sindical, submetendo as pautas ao “possível” na cor-
11. relação de forças do governo. Assim, abandonou-se, na prá-
12. tica, a organização da luta pela revogação da Reforma Traba-
13. lhista e da Previdência. Em nome da governabilidade, a CUT
14. passou 2 anos se eximindo das críticas ao “arcabouço fiscal”.

15. Como aspecto positivo, em 2025, o plebiscito popu-
16. lar dialogou com a população sobre temas estratégicos. As
17. mobilizações em defesa da soberania nacional, contra a PEC
18. da Bandidagem e pela isenção do IR “furaram a bolha”. E
19. enviaram um recado explícito: é possível mobilizar, sensibi-
20. lizar a sociedade, acuar um congresso conservador e arran-
21. car vitórias.

22. Apesar dos sinais alvissareiros, o cenário permanece
23. complexo. A extrema direita ainda possui forte influência
24. sobre a classe trabalhadora. Falta ao movimento sindical ini-
25. ciativa de desdobramentos concretos para a organização e
26. unificação. Mesmo assim, os sindicatos travam lutas impor-
27. tantes, mas setorizadas.

28. No caso dos servidores públicos, a pressão contra a
29. Reforma Administrativa, com mobilização institucional e
30. dos trabalhadores em Brasília, repercutiu e vem segurando a
31. votação. É prioritária a organização dos Fóruns Estaduais das
32. 3 Esferas das entidades Cutistas para construir calendários de
33. mobilização e lutas comuns, recuperando o protagonismo.

34. A organização sindical das mulheres historicamente
35. conquista direitos apesar das profundas desigualdades de
36. gênero, raça e classe. Houve avanços inegáveis para as
37. mulheres trabalhadoras durante os governos Lula e Dilma.
38. O golpe e a prisão de Lula e os governos Temer e Bolsonaro
39. impingiram retrocessos. Para combater a superexploração e

as opressões, é indissociável a articulação entre classe, raça
e gênero. É preciso intensificar a organização das mulheres
trabalhadoras nos sindicatos e movimentos relacionados ao
direito ao trabalho.

BALANÇO POLÍTICO

A gestão da CNTE iniciada em 2022 e com vigên-
cia até 2026 nasce em meio a uma conjuntura profunda-
mente marcada pelos efeitos da pandemia, pelo negacio-
nismo estatal, pelos ataques sistemáticos à educação pública
e pelo legado das contrarreformas neoliberais que desmon-
taram direitos sociais e fragilizaram as políticas públicas. O
34º Congresso da CNTE, realizado virtualmente entre 13 e
15 de janeiro de 2022, aprovou resoluções sobre conjuntura
internacional e nacional, balanço político-educacional e plano
de lutas, definindo orientações para enfrentar um período de
extrema complexidade.

Em 2022, as ações da CNTE concentraram-se na
defesa da vida e no enfrentamento do desmonte bolsonarista.
Mesmo com restrições sanitárias, a Confederação impul-
sionou mobilizações — atos públicos, tuitaços e jornadas
nacionais — com destaque para o 8 de Março em defesa
das mulheres, contra a fome, o desemprego, a carestia e pelo
“Fora Bolsonaro”. As lutas do período incluíram o cumpri-
mento do Piso Salarial Nacional, a valorização das carreiras,
a revogação do Novo Ensino Médio, a resistência à milita-
rização e à terceirização das escolas e a defesa do concurso
público. A CNTE participou ativamente da denúncia do “Bol-
solão do MEC”, exigindo apuração imediata. No campo pro-
gramático, ajudou a consolidar a CONAPE, que reafirmou
o legado de Paulo Freire por meio da Carta de Natal e cele-
brou seu centenário.

A disputa eleitoral de 2022 colocou ao movimento
sindical o desafio estratégico de derrotar o projeto genocida
bolsonarista. Com a vitória de Lula, abriu-se uma nova fase,
marcada pela luta para disputar o projeto educacional dentro
de um governo de Frente Ampla. O primeiro embate ocor-
reu com a indicação de Camilo Santana para o MEC e com
a predominância de setores empresariais na composição da

1. pasta, o que gerou reações públicas da CNTE. Passados três
2. anos de governo, permanece dominante no MEC uma polí-
3. tica alinhada à financeirização e à mercantilização da educa-
4. ção, como denunciado reiteradamente pela Campanha Nacio-
5. nal pelo Direito à Educação e pela própria CNTE.

6. Um marco de resistência interna foi a 4ª Plenária
7. Intercongressual da CNTE, em março de 2023. Diante da
8. participação do ministro Camilo Santana, delegadas e dele-
9. gados entoaram o contundente “Fora Lemann”, denunciando
10. a influência empresarial na política educacional. Das delibe-
11. rações, destacaram-se a convocação de greve geral da edu-
12. cação em 26 de abril de 2023 e a organização de uma marcha
13. nacional — adiada diversas vezes e realizada apenas em 22
14. de maio de 2024.

15. A CNTE manteve posição firme contra o Novo
16. Ensino Médio, reivindicando a revogação integral da
17. reforma, por sua base mercadológica. A consulta pública
18. aberta pelo MEC, orientada a ajustes cosméticos, resultou
19. em um Projeto de Lei que manteve a estrutura da contrarre-
20. forma, contrariando a posição histórica da categoria. Nesse
21. processo, a CNTE mobilizou suas bases pelo “Revoga Já!”,
22. ainda que a participação na consulta tenha sido baixa pela
23. própria inadequação do instrumento.

24. No campo da valorização profissional, a CNTE
25. acompanhou o PL 2531/2021, que institui piso para técni-
26. cos e administrativos, defendendo formação e financiamento
27. público. No debate do Piso e da Carreira do magistério, atuou
28. no Fórum da Meta 17 do PNE, apresentando estudos técnicos
29. e propostas de alteração da Lei do Piso para garantir reajus-
30. tes reais e critérios nacionais de carreira. Entretanto, a intransi-
31. gência do CONSED bloqueou qualquer avanço em 2025.
32. Concluímos que a via institucional se esgotou e que somente
33. a mobilização das bases, com grandes atos nacionais, permi-
34. tirá conquistar mudanças substantivas.

35. A disputa do novo Plano Nacional de Educação (PL
36. 2614/2024) revelou o núcleo do conflito atual: o financia-
37. mento público. A CNTE e a Campanha Nacional pelo Direito
38. à Educação apresentaram emendas pela destinação de 10%
39. do PIB exclusivamente à educação pública, pelo CAQ e pela

revogação das travas fiscais. Sem esses mecanismos, o PNE
corre o risco de permanecer como peça retórica, sem força
para modificar a realidade.

No período de 2023 a 2025, consolidou-se na dire-
ção da CNTE uma estratégia que priorizou a preservação do
governo diante da extrema direita, reduzindo convocações
para atos nas ruas e concentrando esforços na institucionali-
dade do MEC. Os espaços deliberativos da Confederação tor-
naram-se restritos, com poucas mobilizações nacionais e pre-
valência de notas públicas, apesar da continuidade do avanço
privatista e do arrocho fiscal.

Avaliação política: a defesa da educação pública exige
articulação entre rua e institucionalidade. Nenhuma nota
pública, plenária virtual ou evento internacional substitui a
força da mobilização social. A classe trabalhadora só avança
quando ocupa as ruas, pressiona governos e disputa hegemo-
nia no Estado. A luta por um projeto educacional popular —
financiado pelo Estado, livre da lógica mercantil e compro-
metido com os interesses da maioria — depende de recons-
truir a capacidade de mobilização das bases e de enfrentar,
sem hesitação, os limites do governo de coalizão.

Somente a combinação entre organização sindical,
ação institucional militante e pressão das ruas poderá frear o
avanço privatista, garantir financiamento adequado e cons-
truir uma educação pública verdadeiramente emancipadora.

ESTATUTO

Art. 2º - A CNTE tem como finalidades:

a) congregar trabalhadores em educação (professores,
pedagogos/especialistas e funcionários da educação), **nome-
adas/os, contratadas/os e terceirizadas/os**, em nível nacio-
nal, por meio de entidades a ela filiadas, com objetivo de
defesa dos interesses da categoria, da educação e do País;

Adendo das expressões **nomeadas/os, contratadas/
os e terceirizadas/os**, para que todas as formas de relações
trabalhistas dentro da educação estejam contempladas.

POLÍTICA PERMANENTE

1. O debate que se estabelece no movimento sindical e,
 2. em especial, a luta em defesa da educação pública e de quali-
 3. dade para todas as pessoas e da valorização dos trabalhadores
 4. e trabalhadoras da educação pautadas por remuneração, con-
 5. dição de trabalho e jornadas dignas, organizada pela Confe-
 6. deração Nacional dos Trabalhadores da Educação, a CNTE,
 7. está sempre num processo de debate e construção que vai
 8. para além das pautas corporativas e se organiza na formu-
 9. lação e defesa de temas transversais que se misturam com
 10. nossas lutas como: o combate ao racismo; a pauta LGBT; da
 11. juventude, da luta das mulheres, dos trabalhadores e traba-
 12. lhadoras com deficiência, das trabalhadoras indígenas, qui-
 13. lombola, do campo, das águas e das florestas. Os direitos das
 14. crianças e adolescentes, dos (as) aposentados e aposentadas

15. A organização dos coletivos e as reuniões periódicas dos mesmos são importantes como espaços de debate,
 16. socialização das mais variadas experiências e organização
 17. das lutas nos seus sindicatos de base e de deliberação das
 18. lutas que nortearão as lutas dos coletivos dentro de cada pauta
 19. específica. Nesse sentido, consideramos como de fundamen-
 20. tal importância a realização do evento que reuniu todos os
 21. coletivos da CNTE em Recife nos dias 17 e 18 de julho de
 22. 2025.

24. Num mesmo espaço, vários debates foram realiza-
 25. dos de forma simultânea, o que permitiu a troca de experiên-
 26. cias .apresentamos a seguir uma síntese das pautas debatidas
 27. e dos desafios para a organização dos mais variadas pautas
 28. que caracterizam a diversidade das trabalhadoras e trabalha-
 29. dores da educação:

30. O coletivo educacional promoveu um debate funda-
 31. mental sobre o uso da Inteligência artificial na construção
 32. da proposta curricular como instrumento de suporte ao fazer
 33. pedagógico, mas que com o cuidado permanente que o uso
 34. da tecnologia não se torne um substituto do professor e da
 35. professora como socializadores da ciência e do saber.

36. Destacou ainda a força da juventude sindical. A inser-
 37. ção da juventude no movimento sindical é um dos gran-
 38. des desafios da contemporaneidade. Estudos demonstram
 39. que as atuais lideranças sindicais vivem um processo de

envelhecimento e, dessa forma , o futuro da organização sin-
 dical depende de construir cada vez em despertar o interesse
 da juventude no movimento sindical.

A LGBTfobia, faz -se muito presente no ambiente
 escolar seja através do preconceito , da discriminação ou a
 violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Esse cenário afeta
 o desempenho escolar, a saúde mental. Além de cercear a
 liberdade de trabalhadores e trabalhadoras, bem como estu-
 dantes de terem acesso a escola como espaços democráti-
 cos e que precisam ser respeitados e garantidos o direito à
 inclusão com justiça social. Nesse sentido, o coletivo LGB-
 TQIA+ protagonizou um debate marcado por emoção , cora-
 gem e compromisso com a construção de uma escola livre
 de preconceitos.

Outro coletivo que se organizou nessa gestão foi o
 coletivo de Pessoas com Deficiência. A reunião de lança-
 mento do coletivo ocorreu de forma virtual em agosto de
 2023 e a primeira reunião presencial ocorreu em novembro
 do mesmo ano. O coletivo de Pessoas com Deficiência par-
 ticipou do encontro dos coletivos em Recife, espaço onde
 foram debatidos vários desafios sobre o direito à inclusão e
 a permanência dos trabalhadores(as) nas escolas públicas.
 Além do debate da LEI DE COTAS que garante vagas espe-
 cíficas para pessoas com deficiência, discutiu-se a precarie-
 dade da estrutura física e de pessoal nas escolas para garantir
 a inclusão. Outra questão sobre o cenário das trabalhadoras e
 trabalhadores da educação com deficiência foi sobre a ausên-
 cia de informações de quantos(as) são? Onde estão? Quais as
 dificuldades enfrentadas pelo seu trabalho? Essa foi a princi-
 pal reivindicação do Coletivo: a CNTE construir um diagnós-
 tico sobre a realidade das trabalhadoras e trabalhadores com
 deficiência na educação nas escolas brasileiras.

Não basta não ser racista, precisa ser antirracista.
 Numa sociedade escravocrata em que o lugar das pessoas
 pretas sempre foi desenvolver trabalhos sem remuneração
 ou com baixas remuneração, a escola precisa ser o lugar de
 superação e enfrentamento a esse modelo de sociedade pau-
 tada pelo preconceito e pela discriminação, e, portanto o
 compromisso do coletivo antirracista da CNTE tem como

1. compromisso a defesa da construção de educação inclusiva
2. e diversa.

3. Além de escravocrata, o Brasil tem como caracte-
4. rística o patriarcalismo que historicamente designou aos
5. homens o lugar de mando e as mulheres a subalternidade.
6. Mesmo quando a mulher vence as amarras do controle e da
7. submissão, ainda precisam lutar muito para garantir o direito
8. à equidade nos direitos e a paridade na ocupação dos espaços.
9. Com todas as lutas que travamos é inaceitável que nos espa-
10. ços da organização sindical as mulheres continuem sendo
11. vítimas de violência política e toda forma de assédio. Não
12. podemos naturalizar esse tipo de comportamento e a nossa
13. tarefa enquanto Confederação Nacional é de denunciar e
14. cobrar punição de todo caso de violência política e assédio
15. moral e sexual. Nesse sentido, a revista *Mátria* publicada pela
16. CNTE é um importante instrumento de formação e fortaleci-
17. mento da luta das mulheres.

18. A construção de espaços de debates e encaminhamen-
19. tos das lutas dos vários temas que estão na transversalidade
20. das lutas da CNTE são muito importantes e necessários. No
21. entanto para que os encaminhamentos e as propostas constru-
22. ídas nos espaços de debates com os coletivos, faz-se necessá-
23. rio que se desenvolvam as possibilidades para que as discus-
24. sões saiam do campo da teoria e possam efetivamente dispu-
25. tar para que se transformem em Políticas Públicas que deem
26. conta de realizar mudanças estruturais na construção de um
27. mundo justo, fraterno e igual, superando de vez o modelo
28. capitalista e dando lugar a uma sociedade socialista.

30. PLANO DE LUTA E ESTRUTURA

31. Os últimos anos expuseram de forma aguda as con-
32. tradições estruturais do capitalismo brasileiro. O golpe par-
33. lamentar e a ascensão da extrema direita ao governo foram
34. expressões de uma ofensiva burguesa voltada a aprofundar
35. o ajuste neoliberal e a subordinação do Estado aos interes-
36. ses do capital financeiro, das oligarquias políticas e dos seto-
37. res mais conservadores da sociedade. Nesse processo, direi-
38. tos fundamentais da classe trabalhadora — saúde, educação,
39. moradia, cultura, seguridade social, emprego e aposentadoria

— foram atacados por meio das contrarreformas da Previ-
dência, Trabalhista e Sindical, além do Teto de Gastos, dis-
positivos que reforçam o desmonte do público em favor da
iniciativa privada.

Com a eleição do governo Lula em 2023, abriu-se
uma nova correlação de forças marcada por um avanço
democrático, porém limitada pelos pactos da Frente Ampla
e pela hegemonia conservadora no Congresso. A tentativa de
golpe militar em 08 de janeiro expressou a continuidade da
disputa pelo poder entre frações da burguesia e demonstrou
que a extrema direita permanece organizada. O momento
exige clareza de análise e disposição para travar lutas decisi-
vas no campo político, econômico e social.

PAUTAS GERAIS

1. Defesa da Democracia e da Soberania Nacional.

A democracia, sob o olhar materialista, não é um fim, mas
um terreno de disputa. Para consolidar um projeto popular,
é necessário fortalecer uma frente de esquerda capaz de sus-
tentar a reeleição de Lula e avançar em reformas estruturais
voltadas ao povo trabalhador. A defesa da soberania implica
enfrentar a dependência histórica do imperialismo, sobretudo
dos EUA, que condiciona nossa política econômica e limita
a autonomia nacional.

**2. Contra as guerras imperialistas e pela Pales-
tina Livre.** Os conflitos atuais revelam a lógica destrutiva
do imperialismo em sua fase avançada. A luta contra as guer-
ras é uma luta internacionalista pela vida, pela autodetermi-
nação dos povos e contra qualquer forma de ocupação — daí
a defesa da Palestina Livre.

3. Revogação das contrarreformas neoliberais. As
reformas que retiraram direitos não foram “ajustes técnicos”,
mas instrumentos de subordinação ainda maior da força de
trabalho ao capital. Revogá-las é condição para retomar o
direito à aposentadoria e frear a uberização, a terceirização e
a precarização estrutural da classe trabalhadora.

4. Enfrentamento à Reforma Administrativa. A
tentativa de reestruturar o serviço público visa desmontar o
Estado como garantidor de direitos e ampliar sua conversão

em mercado. Resistir é defender o caráter público e universal das políticas sociais.

5. Taxação dos super-ricos e redistribuição da riqueza. A estrutura tributária atual protege o capital e penaliza o trabalho. A taxa dos milionários é uma medida fundamental para financiar direitos sociais e enfrentar as desigualdades que atingem especialmente pobres urbanos, populações rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

6. Ruptura com a política econômica de austeridade. O regime fiscal e os juros altos atendem aos interesses do sistema financeiro, restringem o investimento social e perpetuam a lógica neoliberal. Romper com o Arcabouço Fiscal e com a obsessão pelo déficit zero é essencial para recolocar o orçamento público a serviço das necessidades sociais, e não do mercado.

PAUTAS ESPECÍFICAS (Educação)

1. Defesa radical do financiamento público da educação. A disputa central no Plano Nacional de Educação é uma disputa de classe: a apropriação do fundo público pelo capital via PPPs e grupos empresariais. Reafirmar o financiamento público é defender a escola como direito social, não como mercadoria.

2. Mobilização contra a agenda privatista do MEC. É necessário denunciar a influência empresarial na formulação de políticas educacionais, que transforma a educação em plataforma de negócios e esvazia sua função emancipadora.

3. Saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores. O adoecimento docente não é um problema individual, mas consequência direta da intensificação das jornadas, do controle gerencial e da precarização. Enfrentar essa realidade significa disputar o processo de trabalho e denunciar sua lógica produtivista.

4. Contra a terceirização e a precarização. O avanço da terceirização é parte do projeto neoliberal de fragmentar a classe trabalhadora e reduzir direitos. O ingresso por concurso público, com piso e carreira, é parte da defesa da profissionalização e da estabilidade necessária ao trabalho educativo.

5. Contra a militarização das escolas. A militarização expressa a tentativa de impor nas escolas a lógica da disciplina autoritária e da obediência, incompatível com o pensamento crítico. Escola não é quartel; militarização é estratégia de controle social.

6. Por um Sistema Nacional de Educação estruturado e emancipador. Um SNE efetivo deve enfrentar desigualdades históricas garantindo financiamento adequado (via CAQ), colaboração federativa e responsabilidade do Estado em assegurar educação pública, gratuita e de qualidade da creche à universidade.

7. Valorização substantiva da categoria. Iniciativas paliativas, como o Programa Mais Professores, não enfrentam a desvalorização estrutural do magistério. A valorização real exige mudança material: jornada digna, condições adequadas de trabalho, piso salarial nacional e carreiras sólidas. Para isso, a luta institucional deve ser acompanhada de mobilização massiva nas ruas, pois só a ação organizada da classe trabalhadora altera a correlação de forças.

8. Valorização dos funcionários de escolas. Os cargos e carreiras dos funcionários de escola seguem sendo alvo permanente das políticas de terceirização, que fragmentam vínculos, precarizam vidas e enfraquecem o caráter público da educação. A escola simplesmente não existe sem merendeiras, cozinheiras, agentes educadores, secretários, porteiros, bibliotecários e todo o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que sustentam o cotidiano escolar e constroem laços profundos com a comunidade. Por isso, não abriremos mão de mobilizar este segmento estratégico. A CUT, a CNTE e os sindicatos de base devem reforçar a luta pela recomposição das carreiras, pela formação efetiva e por concursos públicos. Defendemos a aprovação imediata do PL 2531/21, que institui o Piso Nacional dos Funcionários, com revisão anual garantida em lei, assegurando reajuste permanente e valorização real de todas e todos.

9. Somos todas professoras. A crescente mobilização das auxiliares e agentes da educação infantil em todo o país expressa uma luta estratégica pela valorização do trabalho das mulheres e pelo direito social ao cuidado, rompendo

com a lógica patriarcal que historicamente desvaloriza e precariza esse labor. Embora as DCNEI reconheçam que educar e cuidar são indissociáveis — portanto, trabalho docente — essas trabalhadoras seguem contratadas com baixos salários, sem formação garantida e tratadas como mão de obra barata, reflexo da divisão sexual do trabalho reproduzida pelo capitalismo. A construção do movimento *Somos Todas Professoras*, a luta pelo PL 2.387/23 e conquistas anteriores, como o Proinfantil nos governos Lula, resultam da força acumulada pela classe trabalhadora ao longo de décadas. Cabe à CNTE aprofundar essa articulação e mobilizar seus sindicatos para garantir o reconhecimento nacional dessas profissionais, incluindo a exigência de formação docente com prazos definidos, rumo à vitória histórica de tornar, de fato, todas professoras.

10. Precarização e adoecimento dos profissionais da educação. A expansão da terceirização, dos contratos temporários e da pejotização revela a ofensiva capitalista para baratear o trabalho na educação e capturar recursos públicos, aprofundando a precarização de docentes e funcionários. Essa lógica destrói carreiras, reduz salários, desrespeita a formação e intensifica a sobrecarga, o assédio e a violência no cotidiano escolar, alimentando o apagão docente e o empobrecimento da categoria. O resultado direto é o adoecimento massivo — especialmente mental — que já assume caráter epidêmico, expresso no aumento de licenças, adaptações e aposentadorias precoces. Cabe à CNTE denunciar essa exploração, tensionar os poderes públicos e mobilizar suas bases para construir políticas de proteção e valorização do trabalho educativo, condição essencial para reverter a crise estrutural na educação pública.

Assinam este conjunto de resoluções: Ivonete da Cruz Alves - SINTESE/SE (Secretária de Políticas Sociais da CNTE), Guilherme Mateus Bourscheid - CPERS/RS (Diretor Executivo da CNTE), SINTESE: Roberto Silva dos Santos (Presidente), Leila Angélica O. Moraes de Andrade (vice-presidenta), Adenilde de Souza Dantas, Zildenê Pereira Pires, Maria Luci Lima Santos, Tânia Ivone Lima Moura dos Santos, Emanuela Santos Alves Pereira, Josivania Joaquina

dos Santos, Ilanmeide Ribeiro dos Santos, Elis Regina Silva dos Santos Oliveira, Nadja Milena Santana, Rita de Cassia Santos, Josefa Almeida Cruz Magalhães, Eliene Santos de Jesus, Fabiola Souza e Silva, Givanilda Santos de Aquino Rocha, Vanessa Régia Pereira de Melo, Maria José de Souza Soares, Jociene Matilde Silva de Amorim, Alecsandra Alves dos Santos, Marly Rodrigues Silva, Anieide Fontes dos Santos, Maria Lúcia Moraes Santana, Isa Cristina da Costa Santos Oliveira, Maria das Graças do Nascimento, Gleide Selma Santos Nascimento, Sandra Oliveira Santos Reis Batista, Maria Augusta Alves de Oliveira, Ana Maria Gonçalves De Jesus, Rita de Cássia dos Santos Oliveira, Maria Auxiliadora de Santana Silva, Denilsa de Oliveira Santos, Ivanda Bispo dos Santos, Amilton Andrade Santos Júnior, Paulo César Lira Fernandes, João Bosco Santos, Silvan Silva de Araujo, Antônio Dantas Santos, Elizangelo Marques Santos, Robson Francisco dos Santos, Nazon Barbosa de Souza, Benizário Correia de Souza Júnior, Genivaldo Santos de Oliveira, Cloverson Santos, Valtér Aragão, Luciano Oliveira Lima, Wanderclan Nascimento de Oliveira, Valfrido Alves da Silva, Izaias Souza dos Santos, PERNANMBUCO: Joseane do Nascimento Rocha, Joana Maria Cavalcanti, Dionize Severina dos Santos Silva, Sandra Maria Alves da Silva Souza, Isaías Angelino da Silva, Noel Ferreira da Albertin, MINAS GERAIS: Luiz Carlos Bittencourt Silva, Talita Barcelos Silva Lacerda, Agnaldo Vicente da Silva, APEOESP/SP: Lidney Soares Agostinho, Karen Aparecida Silveira, SEPE/RJ: Izabel Costa (Coord Geral PE RJ), Soraya Dias (diretora SEPE RJ), Carmel Cardoso Jorge (SEPE -Reg 1), Clarice de Freitas Silva Avila (SEPE Barra Pirai), Érica Barão (SEPE Meriti), Fabiano Emmerick, Marisa Juliano (SEPE REG 5), Isabela Braz (SEPE REG 3), Gege Ferreira, Ivo Arja (Sepe Teresópolis), Claudio Monteiro de Andrade, Vicente Vaz de França, Nilza Aparecida da Silva, Sabrina Damasceno Nascimento, Rose França funcionária, Fatima Lima, Fábio Quintão, Ana Paula Araújo, Igor Blamire, Afonso Celso (Secretário geral SINPRO-RJ), Marluce Magno, Vera Lucia Magalhães de Araujo, Aurino Baptista (diretor SinproRio), Mauro Sales, SIMPERE: Andrea

1. Batista Oliveira Medeiros, CPERS/RS: Adélia Menezes
2. dos Santos (Diretora do 37º Núcleo), Cira Maria Gassen
3. Kaufmann (Diretora do 18º Núcleo), Thais Regina Galvão
4. Bueno Brizola (Diretora do 40º Núcleo), Magale Eicheler
5. da Rocha (Diretora do 28º Núcleo), Sirlei Maria Voos (Dire-
6. tora do 27º Núcleo), Neuza Mariza Franco Lopes, Marinês
7. da Rocha, Sílvia Follmann Camargo, Candida Beatriz Ros-
8. setto, Lizeli Barboza Scartassini, Adriana Maria Rossetto
9. Foschera, André Luiz Capra, Nadia Maria Pogliã Lasta,
10. Adriano Pires, Noemi Antonio Maria, Marinês do Carmo
11. de Pariz da Silva, Gelcí Teresinha Quevedo, Carmem Ignez
12. Braganholo, Livia Marlene Dornelles de Araújo, Maria das
13. Graças Correa, Marilu Vedoya Grenzler, Sandra Ivanir Sch-
14. maedecke Lisboa, Claudete Sattler Scherer, Cirilo Fronza,
15. João Carlos Poletti, Claudia Regina Schaffer, Zilo Antonio
16. Schmitz, Ana Maria Rezende Alves, Júlia Rejane de Souza,
17. Maria Elizete Martins, Joel da Silva Oliveira, Sirlei Maria
18. Voos, Patrícia Tams Gasperin, Emelda Anastácia Haubert,
19. Ilce Fátima Dal Cortivo, Rosa Maria Quevedo Giovanoni,
20. Clarice Fátima Dal Médico, Giane Schmaedeck Lara, Tereza
21. Maria Copetti Dalmaso, Marilei Morgenstern, Leonardo Luiz
22. Lima Goes, Maria Regina, Marinê Rocha, Silvania Laiss-
23. mann, Talita Pukalieski, Vanderlei Goularte Farias, SINTE/
24. RN: Ana Lúcia Silva De Alencar, Daniella Madureira De
25. Almeida Lima, Edneudo José Henrique Fernandes, Enoque
26. Gonçalves Vieira, Iara Fabiana Dantas Carneiro, Ivone Maria
27. De Oliveira (Diretora de Organização), Maria Gorette Mon-
28. teiro, Raphael De Lima Barbosa, Rosália Carrilho Dantas
29. Da Silva, Thiago Moura Santana, Zuleika Tavares Areias,
30. Eliane Bandeira e Silva, Maria Sandra Jorge de Souza Silva,
31. Fabio Felicio de Sales, Clenilson Campos Ferreira, Ronnan
32. Thomas Oliveira da Cunha (Diretor), Marize de Vasconce-
33. los Medeiros, Alexandre Augusto de Jesus Antas, Michelle
34. Pascoal Maia, Luciano Fagner de Medeiros, Marcelo Fon-
35. seca De Sousa (Coord. Geral Do SINTE), Adaulírisson
36. Silva Santos, Adriana Cristina Varela Rodrigues, Ana Paula
37. Almeida de Oliveira Leonês, Elizangela Simone Cabral de
38. Medeiros Linhares, Juvenal Severino Pereira, Paulo Eduardo
39. Pereira da Silva, Ana Cláudia Feitosa Silva, Nilma Cleide

de Oliveira (Diretora do SINTE), Anny Katalinny Honora-
 to do Rêgo Moraes, Rita Ires Dias Paula de Moraes, Gil-
 terlan Ferreira de Melo, Maria José Ferreira, Francisca de
 Assis Andrade, José Carlos da Silva, Cinara Couto Medei-
 ros Gomes, Maria da Conceição Dantas Batista, Teobaldo
 de Andrade Costa, Blênio Marcos de Lima, Nerideusa Bar-
 boza da Silva, Carlos Henrique Bessa de Oliveira, Ana Lucia
 de Andrade, Gabrielly Thiciane dos Santos Andrade, Fran-
 cisco Jacelio de Oliveira Costa, Maria Zulene Marques da
 Silveira, Marcos César Alves da Mota, Dívya Poliane Fer-
 reira de Lima, Sara Suzi de Oliveira Gomes Monte, Maiara
 Honorato de Sousa Alves, Genivaldo Galdino da Silva, Mar-
 celo de Lima Guimarães, Maria Ivalda Barros de Lira, Nilma
 Glória Carlos da Silva, Luana Martins Araújo de Andrade,
 Francisca Aparecida de Oliveira, Maria do Socorro de Oli-
 veira Sales, Sheilla Suzana Nunes de Araújo Lima, Maria da
 Conceição Nogueira Costa, Vera Lúcia Fernandes de Queiroz
 Silva, Maria Goretti Fernandes Carvalho, Maria Milene Fer-
 nandes Alves de Almeida, Maria das Graças Cunha de Vas-
 concelos Pontes, Elizeu Andrade Filho, Virleene Leão de Oli-
 veira, Maria Valdete Alves da Cunha, Max Roberto Pereira
 de Araújo, Maria do Socorro Gondim Aquino, Edna Araújo
 dos Santos Quirino, Rysangela Karla, Elisangela Simone
 C. de Linhares, José Fábio de Souza, Mibsan Patrizez Oli-
 veira Albano, Maria Marinalva Almeida, Rosaleide Maria Da
 Costa, Francisca Roneide De Mello, Max Roberto Pereira de
 Araújo, Maria do Socorro Gondim Aquino, Emerson Alves
 de Oliveira, Walter Romero Ramos e Silva Júnior, Maria
 Goretti Fernandes Carvalho, Marineide Venâncio Rodrigues,
 Rita de Cassia da Costa.

03 - RESOLUÇÕES DA MS SINDICAL

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A análise da conjuntura internacional pós-pandemia não pode se limitar a observar eventos isolados; ela é feita sob a ótica do materialismo histórico dialético. Isso significa entender os conflitos atuais como sintomas de uma crise estrutural do capitalismo e de um reordenamento das forças hegemônicas globais.

O cenário mundial atual é de instabilidade, conflitos e levantes, notavelmente caracterizado pelo avanço global da extrema-direita. O ponto central reside no fato de que esse fenômeno ressurgiu num contexto onde a maioria dos defensores do projeto liberal, defendido pela burguesia, seria o sistema predominante e garantidor da estabilidade e da paz no mundo.

Com a nova roupagem do liberalismo, o neoliberalismo aparelhou o Estado e está presente nas políticas de grande parte dos países. O projeto neoliberal visa a entrega dos serviços públicos para a iniciativa privada, via privatizações e terceirização dos serviços públicos para empresas que visam altos lucros advindos dos cofres públicos. Com o projeto neoliberal a classe dominante trabalha na superação ou substituição do Estado de Bem-Estar Social, também a serviço de liberalismo, constituído diante da crise do capitalismo já desde as primeiras décadas do século XX.

A pandemia de COVID-19 não criou a crise, mas acelerou contradições que já existiam no modelo neoliberal, tais como o aprofundamento da desigualdade com a visão de que a crise sanitária serviu como oportunidade para uma transferência massiva de riqueza do trabalho para o capital, via inflação e precarização do mundo do trabalho, a uberização global que fragiliza a luta dos/as trabalhadores/as, apontando a generalização do trabalho precário, ou seja trabalhadores/as sem direitos, mediado por plataformas, como a nova face da exploração capitalista no mundo principalmente no sul global.

O campo da geopolítica, o declínio do unipolarismo

dos EUA, como ponto de maior consenso. A hegemonia dos Estados Unidos é vista como decadente, o que torna o imperialismo norte-americano mais agressivo e perigoso.

Neste contexto geopolítico o Sul Global que abrange as nações da América Latina, África, Ásia e Oceania surge como contra peso na disputa política global. Nações que possuem um passado marcado pelo colonialismo e enfrentam questões como desigualdade socioeconômica e exclusão política. Sua relevância está em seu aumento de influência política e econômica, bem como na busca por alterações nas instituições globais em direção a uma ordem multipolar. Além disso, essas nações trabalham em conjunto para lidar com problemas comuns, como a desigualdade e a dependência econômica, promovendo a cooperação regional e a autonomia. Muito importante ressaltar que o Sul Global, termo ganhou força total na estratégia é unir América Latina, África e Ásia para exigir novas regras no comércio internacional.

A expansão dos BRICS com a multipolaridade celebra como a construção de um contrapeso geopolítico necessário ao imperialismo norte americano, perfazendo um contrapeso o equilíbrio no cenário internacional. Neste contexto a China não é necessariamente vista como um "ideal socialista", mas como um parceiro estratégico fundamental para romper a dependência do dólar e do FMI.

Os dois grandes conflitos atuais, distanciando-se da narrativa da mídia liberal ocidental que são as guerras na Palestina, localizada na Faixa de Gaza que é vista como a luta anticolonial mais importante do século. O termo usado é Genocídio e Apartheid. A solidariedade à Palestina é incondicional, vendo Israel como um enclave militar do imperialismo dos EUA no Oriente Médio. A guerra da Ucrânia embora a invasão russa não seja celebrada, a culpa pela guerra é frequentemente atribuída à expansão provocativa da OTAN (EUA/Europa) para o leste. Neste cenário de guerras a posição defendida pelo Brasil é a de neutralidade ativa e negociação de paz, recusando o envio de armas.

O cenário atual é de crescimento global da extrema direita, ilustrado por dois eventos políticos específicos. A Vitória de Donald Trump nos EUA, que venceu a eleição presidencial dos EUA em novembro de 2024 e está na Casa Branca cumprindo seu segundo mandato. Outro é o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD), que alcançou o segundo lugar nas eleições parlamentares alemãs de fevereiro de 2025, obtendo 20,8% dos votos e sua melhor posição histórica, ficando atrás apenas do partido conservador CDU/CSU. Assim, António Guterres, secretário-geral da ONU, manifestou-se sobre a tendência de avanço da extrema direita e de um nacionalismo radical, alertando que os direitos humanos estão sendo "asfixiados um após o outro", sublinhando a preocupação das instituições globais com esse movimento.

A ascensão da extrema direita, também, pode ser vista com figuras como Milei (Argentina), Meloni (Itália) entre outros chefes de Estado, não são apenas acidentes eleitorais, mas como uma reação organizada do capital, como uma coordenação global, via redes sociais, **Conferência de Ação Política Conservadora** (CPAC), etc, para atacar direitos trabalhistas e direitos sociais conquistados com muitas lutas dos movimentos sociais e sindicais.

Logra-se aqui expor que o fracasso ambiental com a crise climática que é vista como prova da incapacidade do capitalismo de gerir recursos. A realização da COP30 no Brasil (Belém) é tratada como um campo de batalha político: não apenas "maquiagem verde" (greenwashing), mas uma disputa por justiça climática e soberania sobre a Amazônia. Vale dizer que a ausência da presidência dos EUA na COP30 demonstra a falta de interesse do governo norte americano no combate transição energética, ou seja, a passagem da energia produzida pelo petróleo e carvão para energia limpa.

O Brasil sob Lula é visto internacionalmente como uma "trincheira" que barrou o fascismo temporariamente, mas que segue sob ataque constante (lawfare, tentativas de golpe, sabotagem econômica pelo Banco Central "independente").

América Latina território de disputa, luta e integração,

visto que a visão dos poderosos norte americanos que visam lucros em todas as partes do globo terrestre, mas especificamente sobre a América Latina que, segundo eles, continua sendo o "quintal" que os EUA tentam reconquistar para garantir recursos estratégicos como lítio, petróleo, água, etc, em sua disputa contra a China. Uma forma de demonstrar seu poder bélico foi colocar no mar do Caribe uma grande força militar, como exemplo o maior e mais letal porta-aviões dos EUA Gerald Ford, para derrubar governos como vem ocorrendo com a Venezuela.

Saída para a crise integração Regional na América latina é a retomada da UNASUR e o fortalecimento do Mercosul como pontos estratégicos vitais para a sobrevivência econômica e a manutenção da soberania, que vem sofrendo uma forte crítica à interferência estrangeira, seja via sanções como o caso da Venezuela e Cuba, ou via pressão econômica como na super taxação dos produtos brasileiros realizados pelo governo de Donald Trump.

CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil após a crise da pandemia de covid-19, vem passando por muitos desafios em suas áreas mais sensíveis para a população, ainda embarcado no projeto neoliberal, onde o mercado financeiro abocanha altos lucros e ficam com a grande parte da riqueza produzida pelo povo brasileiro, tendo como exemplo as altas taxas de juros da Selic, bancada pelo Banco Central, que está em 15% ao ano. Áreas que são tomadas como gastos primários no orçamento de Estado como a educação, saúde e assistência social. Basta uma análise no orçamento executado pelo governo no ano de 2024 para poder tirar as conclusões que validam as preocupações dos setores e movimentos sociais e sindicais que lutam para aumentar os investimentos nestas áreas. Com esta visão a análise da conjuntura brasileira pós-pandemia não se limita aos dados sanitários ou à recuperação do PIB. Ela interpreta esse período como um aprofundamento da crise estrutural do capital, onde a pandemia funcionou como um catalisador para processos de exploração que já estavam em curso.

Com os governos da extrema direita de 2016 a 2022,

1. o país conviveu com a maior tragédia pós-pandemia, a qual
 2. no Brasil não foi um acidente, mas um projeto, contido na
 3. lógica da necropolítica, onde deixar morrer tornou-se uma
 4. estratégia de governo, priorizando a economia em detrimento
 5. da vida. A volta do Brasil ao mapa da fome é entendida como
 6. consequência direta do desmonte de políticas públicas ini-
 7. ciadas no teto de gastos advinda com a Emenda Constitu-
 8. cional 95/2016.

9. Cabe ressaltar que a crise não atingiu a todos igual-
 10. mente. Mulheres negras e periféricas foram as mais impac-
 11. tadas pelo desemprego e pela sobrecarga do trabalho de cui-
 12. dado, evidenciando que o capitalismo brasileiro se sustenta
 13. sobre o racismo e o patriarcado estruturais, bem como com a
 14. precarização dos setores primários do Estado brasileiro que
 15. abrange a educação, a saúde e a assistência social, setores que
 16. sofrem os cortes no orçamento cada vez que fala em contin-
 17. genciamento orçamentário.

18. Na política nacional a inflação de alimentos não é
 19. vista apenas como um problema de oferta e demanda, mas
 20. como resultado da dolarização da economia e da prioridade
 21. dada ao agronegócio exportador (commodities) em detri-
 22. mento da agricultura familiar, que produz comida real.

23. Apesar da economia nacional estar indo muito bem,
 24. com mercado de trabalho aquecido, índices de desemprego
 25. baixo, mas precarização do trabalho e as condições de tra-
 26. balho são desfavoráveis aos/as trabalhadores/as. Tomando
 27. como exemplo a uberização, a terceirização e a quarteiriza-
 28. ção, que vem tomando conta do mundo do trabalho e tem um
 29. discurso neoliberal do empreendedorismo, com riscos trans-
 30. feridos inteiramente para o indivíduo.

31. A informalidade do mundo do trabalho remete os tra-
 32. balhadores que vivem à margem do mercado formal de traba-
 33. lho, onde trabalhadores/as informais assalariados sem regis-
 34. tro, a margem da legislação trabalhista labora com baixos
 35. salários, sem direitos trabalhistas garantidos, como FGTS,
 36. seguro desemprego, seguros sociais, assistência da saúde e
 37. aposentadoria.

38. Apesar de tudo o que aconteceu no Brasil durante a
 39. Pandemia e ainda com um governo de extrema direita que

levou o povo brasileiro a passar por um momento muito difí-
 cil, com seus ministros negacionista, colocando a ciência em
 segundo lugar. O cenário social brasileiro com o governo
 Lula III é o setor que apresenta o maior paradoxo: as pessoas
 têm mais dinheiro no bolso do que na pandemia, mas os ser-
 viços públicos essenciais ainda não se recuperaram do trauma
 da Covid-19. A fome e a pobreza vêm diminuindo. Os dados
 mais positivos é a redução drástica da insegurança alimen-
 tar. O Brasil saiu novamente do Mapa da Fome da ONU, e
 a pobreza caiu ao menor nível desde 2012 (27,4%), fruto da
 retomada do emprego e do fortalecimento do Bolsa Família.

Quando a saúde, o sistema de saúde, ainda exausto da
 pandemia, enfrentou em 2024 a maior epidemia de dengue
 da história com mais de 6 milhões de casos, provando que
 as doenças tropicais, agravadas pelo clima, são o novo desa-
 fio sanitário. A cobertura vacinal infantil, por outro lado,
 voltou a subir após anos de queda, mas o atendimento do
 SUS ainda precisa melhorar, pois temos milhares de pessoa
 ainda em filas de esperar para atendimentos e procedimen-
 tos cirúrgicos.

No campo político a maioria os deputados/as e sena-
 dores/as no Congresso, por sua vez, não se satisfaz com as
 emendas individuais impositivas e opera para aumentar a
 fatia dos recursos sob sua alçada, de forma irresponsável.
 Dribla as exigências do STF e mantém na obscuridade as
 emendas de comissão.

O Congresso Nacional é marcado por um cenário
 complexo, com um confronto entre a aprovação de pautas
 do governo federal e as resistências internas. Há um esforço
 concentrado para votar projetos prioritários, mas também
 há uma desconfiança da população em relação ao trabalho
 dos parlamentares. O governo federal enfrenta instabili-
 dade na base de apoio no Congresso. A aprovação de pautas,
 como o ajuste fiscal, é um desafio e tem gerado embates.
 Por um lado, há um esforço concentrado de votação de pro-
 jetos. Por outro, há a percepção de que o Congresso resiste
 a pautas de aumento de impostos. A aprovação do trabalho
 do Congresso é um ponto de atenção. Embora as avaliações
 recentes apontem uma leve melhora em relação aos anos

1. anteriores, a desaprovação ainda é alta e uma parte da popu-
 2. lação sente que o trabalho do Congresso não está voltado para
 3. suas necessidades. Há uma expectativa de que as eleições de
 4. 2026 possam reforçar um perfil mais conservador e pragmá-
 5. tico, com foco na eleição de senadores alinhados a pautas de
 6. reforma institucional. A persistente crise de imagem, personi-
 7. ficada em disputas de poder, é um desafio a ser superado para
 8. recuperar a legitimidade e o respeito da população.

9. O enfrentamento ao rentismo, ao agronegócio ines-
 10. crupuloso, rever os bilhões anuais de desonerações fiscais
 11. anuais dados aos patrões, a revogação da autonomia do
 12. Banco Central, imposto sobre grandes fortunas, são impor-
 13. tantes tarefas táticas a fim de superar a pressão do capital
 14. financeiro sobre as políticas públicas.

15. A reação de setores da sociedade, do governo, e as ini-
 16. ciativa do Judiciário na defesa da democracia contribuíram
 17. para uma desarticulação momentânea dos partidos e lideran-
 18. ças de extrema-direita. Contudo, o movimento de extrema
 19. direita na sociedade é fruto indissociável da crise econômica,
 20. política, social e cultural, sem perspectiva de solução no curto
 21. prazo.

22. Na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, as cen-
 23. trais sindicais brasileiras, especialmente a CUT por meio de
 24. sua Agenda Legislativa, defendem várias pautas priorita-
 25. rias tais como: A regulamentação do trabalho por aplicati-
 26. vos, que cria regras claras para essa modalidade de trabalho,
 27. buscando garantir direitos e proteção social aos trabalhado-
 28. res envolvidos; a redução da jornada de trabalho: Discussões
 29. e propostas para diminuir a carga horária semanal sem redu-
 30. ção de salário (como a PEC da escala 6x1 e outras); a luta
 31. pela reposição da inflação e aumento real dos salários, o que
 32. também se reflete na discussão sobre a política de valorização
 33. do salário mínimo; o fortalecimento das negociações coleti-
 34. vas e dos Sindicatos, medidas estas que deverão reforçar o
 35. papel das entidades sindicais nas negociações e acordos cole-
 36. tivos; a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres
 37. e a implementação e fiscalização efetiva da Lei da Igualdade
 38. Salarial; a aposentadoria especial e previdência social, pro-
 39. postas estas, que tratam de critérios para a aposentadoria em

condições de risco ou insalubridade, além de prazos para a
 concessão de benefícios previdenciários; a luta por melho-
 res condições nos ambientes de trabalho, combate ao assé-
 dio moral e proteção contra a exposição a riscos ocupacio-
 nais; o acompanhamento da regulamentação da reforma tri-
 butária para garantir a justiça fiscal e a isenção de impostos
 sobre itens essenciais (cesta básica), com impacto direto na
 vida dos trabalhadores; a luta pela aprovação e implemen-
 tação de uma política que trate da organização de serviços
 e licenças relacionadas ao cuidado de dependentes, como a
 licença paternidade ampliada; contra a Reforma Adminis-
 trativa. Essas pautas são acompanhadas de perto pelo movi-
 mento sindical e por parlamentares que defendem os direitos
 dos trabalhadores, sendo objeto de intensos debates e nego-
 ciações no Congresso Nacional.

Mesmo com um quadro político adverso o governo
 Lula III aprovou uma reforma tributária que simplifica o sis-
 tema tributário e estava há 30 anos em pauta; renovou a polí-
 tica de cotas; retomou os conselhos de políticas públicas e
 as conferências; colocou em pauta a necessidade de ampliar
 a participação popular nas políticas públicas, entre tantos
 outros aspectos positivos, todavia o governo Lula é essen-
 cial para o Brasil e para o mundo, estanca como pode o des-
 monte praticado pela direita e extrema direita liberal, pro-
 move o fortalecimento da democracia e serve de referência
 para animação da luta de classe mundial. O Presidente Lula,
 porém, estabelece características de seus governos anteriores
 governando dentro dos limites da correlação de forças dada
 aos acordos parlamentares possíveis. É uma aposta para a
 qual o governo ainda logrou pouco êxito, “vivemos no fio da
 navalha”. Nestas condições nosso governo tem muitas osci-
 lações no campo da governança política.

É fundamental que o governo Lula entenda que deter-
 minadas concessões a partidos de centro-direita, ainda que
 numa tática possa parecer enfraquecimento da extrema
 direita na base local, pode estar tendo efeitos contrários, basta
 analisar profundamente o resultado das eleições municipais.

Não podemos negligenciar o recado das urnas nestas
 eleições municipais de 2024, devemos retomar nossa história,

lembrar que antes de optarmos pela disputa e transformação do aparelho do Estado por meio das eleições, estas eram utilizadas como meio de propagandear nosso ideário e medir a correlação de forças na sociedade. É preciso, paulatinamente, retomar nossa capacidade eleitoral, mas sobretudo é preciso que voltemos a compreender os processos eleitorais como meios de disputa de hegemonia, e que tiremos lições de seus resultados. A eleição nacional se dará em outra conjuntura, alguma influência da eleição municipal sofreremos, todavia não será decisiva.

O alvo das políticas da direita e extrema-direita não são apenas os partidos da esquerda, são as ideias de esquerda, seus partidos, os valores humanistas, a igualdade de gênero e raça, defesa da população LGBTQIAPN+, pauta ambiental e a tolerância, as ideias de justiça e igualdade social.

Portanto é preciso que a agenda política do governo Lula III e a correlação de forças políticas sejam deslocadas para a esquerda. A esquerda não pode permanecer na defensiva, é preciso estabelecer a formulação de projeto de país para os próximos anos disputado nas ruas e nas redes.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A democracia, tão abalada no nosso país desde o golpe político, jurídico e mediático de 2016, deve ser incentivada nas escolas e instâncias de formulação, implementação, acompanhamento, avaliação e normatização dos sistemas e redes de ensino, indicadas pelo art. 206, VI e art. 193, parágrafo único da Constituição Federal — CF. O objetivo é formar cidadãos/ãs comprometidos/as não apenas com a assimilação do conhecimento individual, mas, fundamentalmente, com a construção permanente de uma sociedade democrática e solidária. Neste sentido, o caráter público e democrático da educação — não obstante, a livre oferta condicionada à iniciativa privada nos termos do art. 209 da CF —, é princípio fundamental para assegurar o acesso universal e a permanência na escola, com qualidade e equidade. Contudo, um dos gargalos das desigualdades no Brasil continua sendo as políticas públicas educacionais, em todos os

aspectos (inclusão, permanência, qualidade na aprendizagem, financiamento público, valorização profissional). Basta ver que menos da metade da população com 25 anos ou mais de idade completou o nível básico de ensino. Quase 80 milhões de brasileiros/as ainda não tiveram essa oportunidade, com preponderância nas populações negra, parda, ribeirinha e indígena. Para a CNTE, um Projeto Nacional de Educação não pode prescindir dessas prerrogativas e compromissos sociais. A escola e a universidade são instituições estratégicas e propulsoras do desenvolvimento sustentável e inclusivo. E o país necessita implementar políticas com esses objetivos, seguindo o que determina o Plano Nacional de Educação — PNE, que sofreu gravíssimas contingências após o golpe de 2016, sobretudo em decorrência da Emenda Constitucional n.º 95 (Teto de Gastos Sociais). Com base nos princípios e realidades expostos, a CNTE apresentou ao MEC, no dia 15/02/2023, as seguintes reivindicações no campo educacional brasileiro a serem referendadas, ajustadas ou acrescidas por esta 4.ª Plenária Intercongressual, instância que também deliberará o calendário e as pautas de lutas da Confederação e as suas afiliadas para o ano de 2023.

No entanto, o que vivenciamos na educação brasileira é o apontamento para as reformas empresariais da educação, marcada pela implementação de políticas neoliberais e conservadoras que visam à meritocracia, à padronização curricular e à gestão privada dos sistemas públicos de ensino que estão sendo adotadas desde a década de 1990.

Nos governos de extrema-direita (2016/2022) os ataques ideológicos com críticas a educadores como Paulo Freire e a perseguição de docentes com visões progressistas foram marcas do período, visando deslegitimar a educação crítica e a formação humana para a emancipação, formando cidadãos com senso de responsabilidade social.

Aprofundamento do conservadorismo e neoliberalismo constituindo uma intensificação das pautas conservadoras, como o "Escola Sem Partido", que, embora não formalizado em lei, influenciou o debate e a prática, o projeto de militarização das escolas, com o programa Escolas Cívico-Militares e o alinhamento com a agenda neoliberal

1. na educação.

2. No cenário atual, as ideias neoliberais na educação
3. também retornam com força total, principalmente a partir
4. do golpe empresarial-parlamentar, midiático e jurídico de
5. 2016, contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, realizado por
6. forças políticas que defendiam uma mudança radical no pro-
7. jeto progressista que estava em curso no Brasil desde 2003,
8. com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

9. A privatização da escola pública, uma instituição
10. social historicamente construída, se realiza na entrega para
11. uma organização empresarial de prestação de serviço, inse-
12. rindo a escola e a formação da juventude na lógica do livre
13. mercado, como uma empresa que se articula sob a premissa
14. do capital. Além disso, permite que o controle da gestão da
15. escola garanta que as adaptações necessárias para a escola
16. atender aos novos requisitos da atividade produtiva sejam
17. realizadas sem riscos de demandas políticas fora do limite
18. do status quo. Com esta passagem da escola pública para a
19. iniciativa privada aos poucos, o controle público das institui-
20. ções é substituído pelo controle de grupos econômicos pri-
21. vados e os seus interesses particulares.

22. A crescente mercantilização da educação aponta o dis-
23. curso de eficiência, de eficácia e de resultados, narrativas pro-
24. pagandas pela gestão empresarial que, na verdade, mascara
25. um processo de privatização, argumentando que mesmo a
26. "publicização" de serviços educacionais, com a transfe-
27. rência da gestão para empresas ou ONGs, é uma forma de
28. privatização.

29. A gestão empresarial da escola visa instaurar a com-
30. petição no interior das escolas, repassando a prática educa-
31. tiva, por excelência colaborativa, para a lógica da concorrên-
32. cia, atingindo não só os professores, como prêmios, concei-
33. tuando por pedras preciosas, tais como: professor diamante e
34. premiações financeiras, colocando a concepção excludente,
35. “melhora-se” a qualidade da escola, fechando aquelas que
36. não apresentem índices satisfatórios.

37. Avaliação e gestão empresarial com políticas de ava-
38. liação em larga escala e a influência de organizações priva-
39. das na gestão educacional foram mantidas e elevadas e, em

alguns casos, aprofundadas, visando à eficiência, à eficácia e
aos resultados e ao ranqueamento das escolas em um modelo
de competição.

O Ministério da Educação, por meio de parcerias para
a inserção de empresários e fundações privadas (como a Edu-
cação para Todos, Instituto Lemann, Banco Mundial, entre
outros) na gestão e formulação de políticas educacionais,
busca garantir a ótica de mercado no campo educacional,
visando ao lucro e à redução do papel do Estado na educação.

O país necessita implementar políticas com esses
objetivos, seguindo o que determina o Plano Nacional de
Educação — PNE, que sofreu gravíssimas contingências
após o golpe de 2016, sobretudo em decorrência da Emenda
Constitucional n.º 95 (Teto de Gastos Sociais).

O Piso salarial e valorização das carreiras dos pro-
fissionais da educação necessita ser retomados como pauta
do Ministério da Educação para cumprir as metas 17 e 18
do PNE. Todavia o MEC, com a administração de Camilo
Santana, prefere desenvolver política paliativas e meritocrá-
tica para o incentivo dos/as educadores/as. Políticas como
Bolsa Mais Professores para o Brasil que visa incentivar o
ingresso e a permanência de docentes nas redes públicas de
ensino da educação básica em regiões e áreas de conheci-
mento com carência de professores e a Carteira Nacional
Docente (CND) que oferece benefícios como descontos em
eventos e estabelecimentos parceiros, acesso a cartões de cré-
dito sem anuidade.

A pauta da CNTE consiste em reinstalar, em âmbito
do MEC, o Fórum Permanente para acompanhamento da atu-
alização progressiva do valor do piso salarial nacional para
os profissionais do magistério público da educação básica,
avançar nas regulamentações pendentes das metas PNE de
incentivo e valorização dos/as educadores/as, especialmente
do piso salarial profissional nacional para todos/as os /as pro-
fissionais da educação (art. 206, VIII da CF), das diretrizes de
carreira (art. 206, V da CF) e das condições de trabalho, com
destaque para a emergencial

necessidade de indução de concursos públicos nos
Estados, DF e Municípios, buscando tornar os quadros da

1. educação majoritariamente efetivos e com vínculos preferen-
 2. cialmente a uma só escola, estratégia 18.1 do PNE. O Brasil
 3. ainda figura entre as piores nações analisadas pela OCDE no
 4. quesito remuneração do magistério de nível básico, e a meta
 5. 17 do PNE se mantém longe de sua consecução. E compete
 6. ao MEC retomar o debate com as demais esferas de governo
 7. sobre esse importante tema para a educação.

8. A terceirização e os contratos temporários prejudi-
 9. cam a qualidade da educação e atentam contra a valorização
 10. profissional. A valorização dos profissionais da educação se
 11. ampara no princípio constitucional que prevê, na forma da
 12. lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por con-
 13. curso público de provas e títulos aos profissionais das redes
 14. públicas. Mesmo que a Constituição Federal admita a con-
 15. tratação de profissionais por tempo determinado para atender
 16. à necessidade temporária de excepcional interesse público o
 17. que não pode acontecer é a exceção virar regra geral.

18. Formação dos profissionais da educação deve ser
 19. prioridade nas políticas educacionais do MEC, porque entre
 20. as áreas afetadas pelo abandono do PNE estão a formação e
 21. a valorização das carreiras dos/as profissionais da educação,
 22. com as devidas condições de trabalho, sendo um dos objeti-
 23. vos da luta sindical para a valorização dos/as trabalhadores /
 24. as da educação.

25. Revogação da reforma do Ensino Médio e instituição
 26. de grupo de trabalho para construir coletivamente as medi-
 27. das reformuladoras (Governo, Congresso e Sociedade). O
 28. Novo Ensino Médio foi concebido com baixíssima interven-
 29. ção social, fruto de Medida Provisória (n.º 746/2106) enviada
 30. pelo governo golpista de Michel Temer ao Congresso Nacio-
 31. nal, que tem na sua essência uma grave consequência para
 32. a formação cidadã e emancipatória com retrocesso social.
 33. Mesmo com a reformulação do Novo Ensino Médio reali-
 34. zada pelo governo Lula, ainda está muito longe de um pro-
 35. grama educacional que se traduz em educação cidadã e
 36. emancipatória.

37. Reformulação da BNCC mediante reabertura do diá-
 38. logo social mitigado após o golpe de 2016. As matrizes cur-
 39. riculares do NEM (e do ensino fundamental) têm sofrido

reducionismos de conteúdos indispensáveis para a forma-
 ção humanística dos estudantes, além de substituições por
 conteúdos alheios ou suplementares à formação escolar, tais
 como Projeto de Vida, RPG e outros cursos acessórios de
 curta duração e desvinculados da formação escolar e do pro-
 jeto pedagógico da escola. A Base Comum, tal como conce-
 bida e implementada, é responsável pelo empobrecimento
 cultural e intelectual das atuais gerações e deve ser repensada,
 reconstruída, refeita, reorganizada e revista com urgência.

Formulação do próximo Plano Decenal de Educação
 e instituição do Fórum Nacional de Educação — FNE por
 meio de lei federal. O atual PNE tem vigência até junho de
 2024 e se faz necessário, desde já, estabelecer o calendário
 de Conferências de Educação, sob a coordenação do novo
 Fórum Nacional de Educação, conforme estabelece o art. 6º,
 § 2º, da Lei n.º 13.005. Muitas das metas do atual PNE foram
 abandonadas pelos governos que sucederam ao golpe institu-
 cional (2016 a 2022), razão pela qual poderão ser reeditadas
 com os incrementos necessários para compensar as perdas
 impostas à educação nos últimos seis anos.

Os recursos do FUNDEB para a escola pública e
 com ajustes no controle social A Emenda Constitucional n.º
 108/2020 e a sua regulamentação (Lei nº 14.113) significa-
 ram importantes vitórias para a educação pública. Porém, é
 preciso corrigir rotas e aperfeiçoar essa política que se pauta
 na equidade e na superação das desigualdades socioeducacio-
 nais e não nas políticas meritocráticas como o MEC, secre-
 tarias estaduais e municipais de educação estão adotando,
 visando somente os recursos financeiros e não a qualidade
 educacional.

Revisão do Ajuste Fiscal (EC 95/2016) e Reforma Tri-
 butária: A equipe econômica do governo Lula deverá apre-
 sentar em breve propostas para alterar as regras do Regime
 Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional n.º

95, que suspendeu a vinculação constitucional de
 impostos ao MEC até 2036, impondo severa perda à edu-
 cação e a outras áreas sociais, bem como a unificação de
 impostos federais, estaduais e municipais, entre eles, o ICMS
 e outros tributos que incidem nas receitas de manutenção e

desenvolvimento do ensino e na subvinculação do FUNDEB. Reorientação e retomada da centralidade pública com um novo projeto de Estado a partir de 2023: observou-se uma tentativa de reorientação da política educacional, com a retomada da coordenação federal e a implementação de programas como a Escola em Tempo Integral, mas com muitas críticas na implantação pelos Estados e municípios. Atualmente, há municípios que ainda não têm nenhuma escola em tempo integral, segundo estes municípios, por falta de recursos.

O governo Lula apresenta muitas contradições e desafios: embora haja de reconhecer a mudança de tom e a busca por maior inclusão, persistem desafios estruturais. A influência de lógicas de mercado e a manutenção de certas estruturas de avaliação herdadas de governos anteriores ainda são pontos de crítica, indicando que a "reforma empresarial" continua a influenciar o sistema.

Dentre todo o contexto da política educacional brasileira a educação continua sendo o gargalo mais complicado para resolução do governo Lula III, com o ministro Camilo Santana o MEC ainda prioriza as políticas neoliberais na educação brasileira com o seu sistema de avaliação externa e promovendo a lógica da meritocracia que traz a competição, o empresariamento educacional, em nome da eficiência, da eficácia e dos resultados vem adoecendo os/as trabalhadores/as em educação. Também os dados referentes a educação pós-Pandemia de 2023/2024, mostram estagnação no aprendizado: as crianças voltaram para a escola, mas não recuperaram o conteúdo perdido, especialmente em matemática e alfabetização, mantendo a desigualdade futura contratada.

POLÍTICA SINDICAL

A política sindical brasileira, nos últimos anos, foi marcada por um cenário de contínuo declínio na sindicalização e desafios financeiros da maioria das entidades sindicais, apesar de mais recentemente ter recuperado o diálogo e influência política com o atual governo federal.

A PNAD Contínua do IBGE mostra que, em 2023, apenas 8,4% dos ocupados (cerca de 8,4 milhões de pessoas) estavam sindicalizados — o menor percentual desde o início

da série (2012), quando o percentual era de 16,1% de sindicalizados. Já em 2022, essa taxa havia caído para 9,2% (9,1 milhões de sindicalizados) entre os 99,6 milhões de ocupados. Entre 2012 e 2022, os sindicatos perderam 5,3 milhões de filiados, segundo dados do próprio IBGE.

Essa queda não se restringe a um setor: o recuo da sindicalização ocorre em vários agrupamentos econômicos (indústria, transporte, setor público, etc.). Consequência: os sindicatos perdem força quantitativa e representatividade, o que enfraquece seu poder de mobilização e de negociar coletivamente.

Durante o período de 2021 a 2022 (Governo Bolsonaro) a tendência observada após a Reforma Trabalhista de 2017 se aprofundou, aprofundando os problemas, com a falta de interlocução do governo com o movimento sindical e investimento na propaganda ideológica que busca criminalizar os movimentos sociais e sindicais buscando criar na opinião pública uma visão negativa em relação ao sindicalismo e suas ações.

Por outro lado, a extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical continuou a ser o fator principal para a drástica redução de recursos das entidades, comprometendo sua capacidade de mobilização e negociação, essa visão liberal das relações de trabalhistas dos governos Temer e Bolsonaro impactou no protagonismo do movimento sindical e sua influência na sociedade e mesmo entre os trabalhadores formalizados.

No período de 2023 a 2025, com o governo Lula, a política sindical passou por uma reorientação significativa. As centrais sindicais recuperaram espaço e influência no governo, com abertura de canais de diálogo e a nomeação de figuras com origem no sindicalismo para postos estratégicos.

O governo criou um grupo de trabalho tripartite (governo, trabalhadores e empresários) para debater a revisão de pontos da Reforma Trabalhista de 2017 e a regulamentação do modelo de financiamento sindical. Houveram avanços no Legislativo e Executivo: Algumas demandas sindicais foram atendidas ou encaminhadas, como a retomada da política de valorização real do salário mínimo, a sanção da lei de

1. isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salá-
 2. rios mínimos e a discussão sobre a regulamentação do traba-
 3. lho por aplicativos.

4. No Congresso estão em tramitação Projetos de lei
 5. importantes para os sindicatos, como o PL 3015/2025, que
 6. propõe a volta da ultratividade dos acordos coletivos (garan-
 7. tindo que as cláusulas de um acordo continuem valendo até
 8. que outro seja negociado), e a aprovação na Câmara do PL
 9. que estabelece meios digitais para o cancelamento da contri-
 10. buição sindical.

11. Em resumo, o movimento sindical brasileiro, embora
 12. enfraquecido em número de filiados e recursos após a
 13. reforma, recuperou força política e institucional com a recon-
 14. dução de Lula ao governo, atuando de forma mais integrada
 15. com o governo federal para tentar reverter perdas anteriores
 16. e aprovar uma nova agenda trabalhista.

17. Mesmo assim nos deparamos com enormes desafios
 18. à nossa frente, questões de cunho estrutural, como a preca-
 19. rização do trabalho, com terceirizações, contratações infor-
 20. mais e trabalho por aplicativos e contratos menos tradicio-
 21. nais, que reduz a cobertura sindical e dificulta a organização
 22. coletiva. A digitalização do trabalho e a economia de platafor-
 23. mas impõem novos dilemas para o sindicalismo: como orga-
 24. nizar trabalhadores que estão em apps, que não têm vínculo
 25. tradicional de emprego?

26. Há um risco crescente de quebra de representativi-
 27. dade genuína, com a queda de associados, muitos sindicatos
 28. podem perder capacidade de mobilização e influência polí-
 29. tica local ou nacional.

30. Neste sentido, é preciso que exercitemos nossa capa-
 31. cidade de se reinventar, com liberdade e autonomia organiza-
 32. tiva, pois temos uma discussão institucional importante sobre
 33. a necessidade de reforma sindical (nos moldes do custeio e
 34. da estrutura sindical), para tornar os sindicatos mais adapta-
 35. dos à realidade contemporânea do trabalho.

36. Precisamos enfrentar a questão do financiamento da
 37. organização sindical, pois somente as organizações dos tra-
 38. balhadores foram afetados na reforma trabalhista, a organiza-
 39. ção patronal segue com o financiamento compulsório, além

de receber recursos públicos via o sistema S, essa reforma
 desequilibrou a correlação de forças entre capital e trabalho
 no âmbito das disputas trabalhistas.

Nos tempos difíceis e de instabilidade sobre o futuro
 do sindicalismo é muito importante fortalecer alianças com
 movimentos sociais (por gênero, raça, ecologia, terra e mora-
 dia) para ampliar nossa base de apoio e relevância política.
 Precisamos buscar romper nossas diferenças internas das
 organizações da classe trabalhadora por pautas comuns na
 luta por dignidade, justiça e direitos das pessoas.

Nesse cenário, torna-se urgente ampliar a autonomia
 organizativa e enfrentar o tema do financiamento, incluindo
 a taxação das grandes plataformas e fundos empresariais que
 lucram com trabalho precarizado, como forma de reconstruir
 equilíbrio entre capital e trabalho.

Para renovar o sindicalismo, é necessário intensificar
 o sindicalismo digital, fortalecer ações territoriais e organi-
 zar trabalhadores por local de vida, nas ruas e nas redes, e
 não apenas pelo vínculo formal. Isso exige também política
 de comunicação estratégica e profissionalizada, capaz de dis-
 putar valores, narrativas e consciência social.

A reconstrução do movimento sindical passa ainda
 por abrir as entidades para as lutas de raça, gênero, diversi-
 dade sexual, juventude e território, sustentabilidade e ques-
 tões climáticas ampliando sua legitimidade social e sua capa-
 cidade de representar a classe trabalhadora em sua diversi-
 dade real. É igualmente fundamental construir uma plata-
 forma comum entre sindicatos, movimentos populares e fren-
 tes de luta, fortalecendo alianças sociais amplas.

Por fim, reafirmamos que os sindicatos devem assu-
 mir papel ativo na reconstrução da democracia e no combate
 ao neofascismo, compreendendo que a defesa de direitos,
 liberdades e da vida da classe trabalhadora é parte central da
 disputa política do nosso tempo.

BALANÇO POLÍTICO

O balanço político da Confederação Nacional dos Tra-
 balhadores em Educação (CNTE) nos últimos quatro anos

(aproximadamente 2021-2025) foi marcado por uma forte oposição aos retrocessos nas políticas educacionais e por uma intensa mobilização em defesa do fortalecimento da educação pública, especialmente a valorização profissional e a garantia de financiamento.

A CNTE adotou uma postura crítica e de denúncia em relação às políticas do governo Bolsonaro, que considerava anacrônicas e prejudiciais ao sistema de ensino. Embora a CNTE aponte para um problema sistêmico e contínuo de subfinanciamento, alguns dos principais tipos de cortes ou ações denunciadas, que incluem o bloqueio de recursos já previstos no orçamento do MEC, frequentemente justificado pelo governo federal para cumprir o teto de gastos ou buscar "equilíbrio fiscal". Esses cortes contingenciados afetaram a educação básica, profissional, tecnológica e superior. Outra crítica foi aos vetos que retiraram das prioridades orçamentárias anuais a obrigatoriedade de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), enfraquecendo a força da lei que instituiu o plano. O Plano Nacional de Educação (PNE), se torna um "plano sem lastro material". O Brasil investiu significativamente menos por aluno ao ano do que a média dos países da OCDE, o que inviabiliza as melhorias necessárias. Isso por exemplo, afetou diretamente a garantia de vagas em creches e pré-escolas para crianças de até 5 anos. Foram denunciados também os cortes que afetaram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), universidades e institutos federais (incluindo despesas com limpeza, segurança e bolsas estudantis). A meta 20 do financiamento, que é essencial para ampliar o investimento público em educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB), que não ocorreu, sendo que a CNTE teve um papel crucial na luta pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente, com mais recursos da esfera federal. Na gestão anterior também faltou um canal de diálogo efetivo com o Ministério da Educação (MEC), sem contar que foi retirada do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional de Educação (FNE). A partir de 2023, com a mudança de governo, a CNTE passou a dialogar com a

equipe de transição e o novo MEC, apresentando cerca de 30 ações imediatas para a educação, focando na retomada de políticas interrompidas e na revogação de medidas anteriores. A valorização profissional também foi sempre uma bandeira permanente de luta da CNTE, onde a reivindicação sempre foi pela aplicação do reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério em todas as carreiras da educação, cobrando a regulamentação de diretrizes que valorizem todos os profissionais da escola, incluindo funcionários. A entidade promoveu dias nacionais de lutas e debates sobre o Projeto de Lei (PL) 2531/2021, que trata do piso salarial dos funcionários da educação, ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional. A CNTE continuou a cobrança das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, que ajudou a construir com a demais entidades, sindicatos, entidades do movimento social a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que realizada em Janeiro de 2024, apontou as metas e diretrizes para o novo PNE. Nos balanços anteriores, mostra as dificuldades de implementação e o atraso no cumprimento de metas do PNE (2014-2024). Outras pautas como a educação bilíngue de surdos (que se tornou lei em 2021, com a inclusão na LDB) e a luta pela igualdade racial e acessibilidade para pessoas com deficiência estiveram presentes nas discussões e ações da confederação.

Quanto às manifestações, tanto nas redes sociais ou nas ruas foram de extrema importância para a defesa dos direitos dos trabalhadores/as, não apenas da educação, mas também dos demais e do serviço público no Brasil. Apesar da conjuntura duríssima na luta pela democracia e no enfrentamento com a direita e extrema direita na sociedade e no congresso nacional, a CNTE como uma das maiores confederações de trabalhadores/as do Brasil poderia ter chamado mais atos de rua em defesa do desmonte da escola pública e do ataque aos trabalhadores/as em educação de maneira unificada já que possui mais 50 entidades sindicais estaduais e municipais em sua base.

Em relação às secretarias da CNTE destacamos a ação de algumas secretarias. A Secretaria de Imprensa e Divulgação teve como eixo central a defesa da educação pública e a

1. valorização profissional. Assim, a CNTE, utilizou a comu-
 2. nicação como uma ferramenta estratégica de mobilização
 3. e resistência sindical, com o objetivo de fazer a defesa das
 4. pautas dos trabalhadores/as em educação e fortalecer o movi-
 5. mento sindical. A atuação coletiva e unificada foi uma das
 6. principais características da sua atuação. Nesse período foram
 7. realizados diversos encontros do coletivo de comunicação
 8. para debater os desafios, compartilhar experiências e alinhar
 9. estratégias de diálogo com as bases sindicais. Além, de com-
 10. partilhar experiências com as entidades que é filiada (CUT,
 11. FNDC, IE, IEAL, CPLP-SE). Entre os vários debates fomen-
 12. tados estão: A importância da regulação das plataformas digi-
 13. tais e o papel estratégico dessas mídias no cenário sindical
 14. contemporâneo; A utilização das redes sociais. Produziu
 15. diversas publicações como a revista "Retratos da Escola",
 16. "Vitalidade" revista dos aposentados, "Matria" das mulhe-
 17. res, Cadernos para a Semana Nacional em defesa e promoção
 18. da educação pública, os "cadernos de educação" com diver-
 19. sos assuntos da pauta educacional, sem contar com a amplia-
 20. ção significativa do número de seguidores nas redes sociais
 21. da entidade. A política da Secretaria de Saúde dos Trabalha-
 22. dores da Educação, tem sido caracterizada pela **luta pela**
 23. **qualidade de vida, condições dignas de trabalho e aten-**
 24. **ção integral à saúde mental e física dos profissionais da**
 25. **educação.** A Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos
 26. concentrou-se na **defesa judicial e legislativa dos direitos**
 27. **dos profissionais da educação,** como na luta pela aplicação
 28. do **piso salarial nacional do magistério** e contra a **Reforma**
 29. **Administrativa.** A Secretaria de políticas Sociais traba-
 30. lhou intensamente na defesa das políticas sociais e da edu-
 31. cação pública como direitos, opondo-se a medidas que bus-
 32. caram o desmonte do Estado e o corte de verbas para áreas
 33. essenciais. Estabeleceu também uma forte articulação com
 34. organizações e entidades do movimento popular da socie-
 35. dade civil. A Secretaria de Combate ao racismo coordenou,
 36. propôs e fortaleceu ações de combate ao racismo e promo-
 37. ção da igualdade racial no setor educacional, ações que inclu-
 38. íram: o fortalecimento do Coletivo Nacional de Combate ao
 39. Racismo "Davani Lellis", como a luta pela implementação

da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de "histó-
 ria e cultura afro-brasileira" nas escolas, que é essencial para
 uma educação antirracista no país. Além de realizar diversas
 campanhas relacionadas ao Dia da Consciência Negra (20 de
 novembro), para conscientizar a comunidade escolar sobre
 a importância de recontar a história a partir da perspectiva
 da população negra e combater o racismo estrutural. Atuou
 também em conjunto com diversas outras entidades, como
 o Ministério da Igualdade Racial (MIR), a CUT e o Movi-
 mento Negro Unificado (MNU). A Secretaria de Relações
 de Gênero atuou na defesa dos direitos das mulheres educa-
 doras, com ênfase na igualdade de gênero, paridade salarial,
 combate à violência e participação política, destacou na atu-
 ação decisiva da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as
 Mulheres, onde defenderam a democracia e a igualdade de
 gênero, além de participar de comissões da ONU e congres-
 sos mundiais da Internacional da Educação (IE) para pautar
 os direitos da mulher.

POLÍTICAS PERMANENTES

Com o crescimento da extrema direita no mundo, e o
 crescimento econômico com bases neoliberais, não podem
 suplantam as ações para superar as desigualdades, por que esse
 é o motor que retroalimenta o sistema. Portanto, nesta socie-
 dade o desrespeito e indiferença aos direitos da humanidade
 é que prevalecem, onde prevalecem esse conceito, não resta
 dúvida que o papel da classe trabalhadora e reconhecer a sua
 identidade enquanto classe é fazer a luta para superar os retro-
 cessos e as discriminações.

A luta pela igualdade de gênero, a valorização dos
 profissionais da educação e o combate ao machismo, racismo
 e violência estruturais são compromissos inegociáveis. Essa
 postura se justifica pelo fato de que a educação pública é
 majoritariamente sustentada por mulheres — muitas delas
 negras e periféricas — que enfrentam desigualdade salarial,
 sobrecarga de trabalho e condições precárias. As políticas
 para as mulheres retomadas pelo atual governo representam
 avanços importantes, mas só terão efetividade com mobi-
 lização social e pressão sindical. A implementação do Piso

1. Nacional ao longo da carreira, junto a políticas de saúde, for-
 2. mação e condições dignas de trabalho, é central para enfren-
 3. tar desigualdades que atingem especialmente as mulheres
 4. educadoras.

5. A realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas
 6. para as Mulheres marca a retomada da participação social e
 7. do debate democrático após anos de desmontes. Com forte
 8. representatividade — 50% de mulheres negras e presença
 9. assegurada de mulheres LBT+, com deficiência, indígenas e
 10. quilombolas — a conferência afirma um projeto feminista de
 11. país, guiado pelo lema “Mais Democracia, Mais Igualdade,
 12. Mais Conquistas para Todas”.

13. O desafio agora é transformar as deliberações em polí-
 14. ticas concretas, com orçamento e continuidade. A CNTE
 15. deverá seguir vigilante, mobilizada e combativa para garan-
 16. tir que esses avanços se materializem e fortaleçam a vida
 17. das mulheres que constroem a educação pública brasileira.
 18. Nesse sentido a cobranças da efetivação de políticas públi-
 19. cas para combater a violência contra a mulher na educação
 20. incluem a **inclusão do tema nos currículos da educação**
 21. **básica** e promover **campanhas educativas e capacitação**
 22. **de profissionais** para identificar e encaminhar casos. Progra-
 23. mas como o Maria da Penha vai à Escola também devem ofe-
 24. recer materiais e ferramentas para auxiliar as instituições de
 25. ensino, que devem ainda ser espaços de acolhimento e apoio
 26. para estudantes e trabalhadoras na educação como o objetivo
 27. de diminuir os índices de feminicídio no Brasil.

28. A juventude assume hoje um papel central na disputa
 29. de projetos de país. Por isso, as políticas públicas devem ser
 30. direcionadas a essa faixa etária. Em um contexto de desigual-
 31. dades profundas e de ataques recorrentes aos direitos sociais,
 32. garantir que os jovens tenham acesso à educação pública de
 33. qualidade, oportunidades de formação e condições dignas de
 34. vida não deve ser apenas uma escolha administrativa e sim
 35. uma decisão política.

36. No âmbito da educação, é fundamental romper com a
 37. lógica de que a escola deve apenas preparar jovens para um
 38. mercado de trabalho precarizado. A luta do movimento sin-
 39. dical e das entidades educacionais aponta para outra direção:

assegurar formação integral, crítica, com direitos garantidos
 e com políticas que ofereçam proteção social e trajetórias de
 vida dignas. Isso significa fortalecer o papel do Estado como
 indutor de oportunidades, e não como mero gestor de deman-
 das do setor privado.

Nesse movimento, o incentivo ao ingresso de jovens
 nas Universidades e, especialmente, nos cursos de licencia-
 tura é estratégico para o futuro da educação pública. Pro-
 gramas como ProUni, FIES Social e iniciativas específicas
 de formação docente precisam ser ampliados e aperfeiço-
 ados, garantindo acesso e permanência para estudantes de
 baixa renda. Para o movimento sindical da educação, inicia-
 tivas como o PIBID, que aproxima estudantes das escolas
 públicas e remunera sua participação, são fundamentais —
 e devem ser expandidas como política de Estado, não como
 projeto pontual.

Mas não basta formar novos educadores/as, é preciso
 garantir que a carreira docente volte a ser uma escolha pos-
 sível e desejada pelos jovens. Isso só ocorrerá com valoriza-
 ção profissional real. O movimento sindical defende, há déca-
 das, uma política nacional de carreira, salários dignos, con-
 dições de trabalho adequadas e respeito ao trabalho docente.

Assim, ao discutir políticas públicas para a juventude,
 reafirmamos que não há projeto de nação soberana sem edu-
 cação pública forte, democrática e socialmente referenciada.
 E não há educação pública forte sem trabalhadores/as valo-
 rizados e sem uma juventude com direitos garantidos. Essa
 é uma luta que une estudantes, educadores/as e toda a classe
 trabalhadora.

A política de combate ao racismo já está amparada
 com diversas legislações, basta que elas sejam implementa-
 das efetivamente. No campo educacional é urgente a forma-
 ção continuada dos professores e que haja investimentos na
 criação de ambientes escolares seguros para sejam promoto-
 res da equidade racial. Além disso, algumas ações são urgen-
 tes, tais como a efetivação curricular do ensino obrigatório de
 História e leis nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08, que tornam
 a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todos os
 níveis de ensino, do fundamental ao médio, que se limite a

1. datas comemorativas; O combate a discriminação, o fortale-
 2. cimento e a valorização da diversidade orientada pelas dire-
 3. trizes curriculares nacionais para a educação das relações
 4. étnico-raciais; A garantia da igualdade e a defesa dos direi-
 5. tos étnicos, combatendo a discriminação nas instituições de
 6. ensino, através da lei nº 12.288/10, do Estatuto da Igualdade
 7. Racial; A criação de protocolos antirracistas; A seleção de
 8. materiais didáticos para relatar a contribuição dos povos indí-
 9. genas e negros na história do Brasil; A implantação de comi-
 10. tês nas escolas para promover debates, palestras com temas
 11. antirracistas envolvendo toda comunidade escolar (família,
 12. estudantes e trabalhadores/as na educação). Enfim, a polí-
 13. tica antirracista deve ser de estado e não de governo para que
 14. tenha continuidade e comprometa toda a sociedade.

15. Os aposentados na educação devem continuar sua luta
 16. pela valorização profissional, na garantia de direitos previ-
 17. denciários justos e na promoção da qualidade de vida. Por
 18. que com as “deformas” da previdência implementada pelo
 19. governo Bolsonaro através da EC nº 103/2019 e mudanças
 20. que ocorreram nos estados e municípios prejudicou despro-
 21. porcionalmente os trabalhadores/as em educação. Os que irão
 22. ingressar no magistério, seu tempo de contribuição e idade,
 23. foi aumentado. Para aqueles que estavam próximos de se
 24. aposentar, foram impostas novas regras de transição aumen-
 25. tando o tempo de contribuição e idade. Para os já aposenta-
 26. dos sofreram o desconto da alíquota previdenciária. A poli-
 27. tica deve ser de revisão dos proventos na busca por justiça
 28. para garantir, que os benefícios reflitam de forma mais justa
 29. a média das contribuições e a dedicação à carreira na edu-
 30. cação, combatendo perdas salariais no momento da inativi-
 31. dade. Outro foco deve ser na garantia de qualidade de vida
 32. para os aposentados, já que muitos têm enfrentado vários
 33. riscos à saúde, principalmente a saúde física e mental, resul-
 34. tado da sua vida laboral. É necessário também criar espaços
 35. e formas para a inclusão e participação social dos aposenta-
 36. dos, para que continuem contribuindo com suas experiências
 37. em programas, consultorias ou conselhos de forma remune-
 38. rada ou voluntária. Além de buscar garantir assegurar a todos
 39. políticas intersetoriais de mobilidade e acessibilidade, para

facilitar a independência e autonomia para que possam ter
 acesso aos serviços sociais e à participação social.

A ofensiva da extrema-direita no Brasil e no mundo
 tem colocado a população LGBTI+ no centro de ataques que
 combinam fundamentalismo religioso, moralismos punitivos
 e políticas antigênero. Esses discursos, amplificados desde o
 golpe de 2016 e radicalizados durante o governo Bolsonaro,
 produziram aumento de violências, expulsão escolar, preca-
 rização do trabalho e reforço das desigualdades que atraves-
 sam nossa categoria profissional e as comunidades escolares.

A escola segue sendo um dos espaços mais hostis para
 estudantes, trabalhadores/as e famílias LGBTI+, sobretudo
 travestis, mulheres trans e pessoas não-binárias, que enfren-
 tam barreiras ao acesso, permanência e dignidade. a CNTE
 deve liderar a resistência e a promoção de uma educação
 inclusiva e antidiscriminatória, por meio da mobilização da
 categoria e de alianças sociais. Defendemos a ampliação dos
 coletivos LGBTI+ nos sindicatos, garantindo representati-
 vidade efetiva e participação ativa de quem vive cotidianamente
 essas violências. É tarefa urgente fortalecer a formação
 política e pedagógica sobre gênero e sexualidade, enfrentar o
 pânico moral que tenta censurar debates e assegurar que toda
 rede pública implemente políticas de promoção da diversi-
 dade, prevenção à violência e acolhimento de estudantes e
 profissionais LGBTI+. Nesse sentido, defendemos também
 a criação de uma Secretaria de Direitos das Pessoas LGBTI+
 na CNTE, como instrumento permanente de representação,
 formulação política e enfrentamento às violências que atra-
 vessam nossas escolas e locais de trabalho. Não haverá escola
 democrática, educação emancipadora ou reconstrução nacio-
 nal sem colocar as vidas LGBTI+ no centro do projeto polí-
 tico. Defender essas existências é defender a própria demo-
 cracia, a laicidade do Estado.

Na atual realidade que a classe trabalhadora enfrenta,
 com desafios impostos pelo avanço do capitalismo, prin-
 cipalmente nos países periféricos, esta condição se torna
 mais desafiadora quando se trata de pessoa com deficiên-
 cia (PCDs). Neste sentido, é necessário que se fortaleça e
 busque condições de aplicação do plano Viver sem Limites,

1. que garanta acesso a permanência do indivíduo no mundo
2. do trabalho, com atendimento à saúde, educação, acessibili-
3. dade e cultura, cumprindo o Estatuto da pessoa com defici-
4. ência lei nº 13146/15.

5. A CNTE tem um papel fundamental na promoção e
6. defesa dos PCDs, combatendo o capacitismo e promovendo
7. a inclusão no acesso e permanência a educação, bem como,
8. na exigência de políticas públicas para a formação especí-
9. fica para o atendimento com qualidade. É necessário dar visi-
10. bilidade ao coletivo de Pessoas com Deficiência da CNTE,
11. fomentando o debate, visando a superação dos desafios dos/
12. as trabalhadores/as que enfrentam pela falta de acessibilida-
13. des nos espaços escolares, criando condições dignas dos/as
14. educadores/as a permanecer exercendo seu trabalho. A inclu-
15. são do PCD é uma responsabilidade do Estado que deve
16. promover ações com investimentos concretos, com políti-
17. cas públicas que de fato incentivem o mercado de trabalho a
18. abrir espaço para atuação desta comunidade.

19.

20. PLANO DE LUTAS

- 21. • Defender a Democracia, a soberania e o Socialismo como
- 22. contraponto ao capitalismo e a extrema direita.
- 23. • Apoiar as lutas contra o imperialismo e contra os embar-
- 24. gos econômicos aos povos da Venezuela, Cuba, Iraque,
- 25. Palestina e Síria.
- 26. • Apoiar a integração das Américas, sobretudo, através da
- 27. UNASUL E OS BRICS.
- 28. • Lutar pela transição energética justa, com a biodiversi-
- 29. dade preservada e por meio de desenvolvimento socioam-
- 30. biental sustentável.
- 31. • Lutar pela expropriação dos latifundiários improdutivos
- 32. e pela reforma agrária popular.
- 33. • Defender a taxação das grandes fortunas, por um novo
- 34. arcabouço fiscal que não limite os valores a serem apli-
- 35. cados pelo poder executivo, fim das políticas de austeri-
- 36. dade e auditoria da dívida pública.
- 37. • Lutar para ampliar os recursos públicos e que sejam apli-
- 38. cados exclusivamente na educação pública, de forma a
- 39. garantir no mínimo 10% do PIB já.

- Lutar pelo julgamento de Bolsonaro no Tribunal de Haia por crimes contra a humanidade, evidenciados pelo boicote às medidas de controle da Pandemia e pelas ações do seu governo contra os pobres, populações de ruas, negros/as e povos indígenas os mais vitimados.
- Lutar pela garantia sem prejuízo na carreira de dirigentes sindicais.
- Combater as reformas que retiram direitos da classe trabalhadora.
- Lutar pela ampliação da representação dos/as trabalhadores/as, nas Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, como estratégia de um projeto comprometido com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza;
- Lutar pela revogação das reformas do estado brasileiro que vem retirando direitos e conquistas da classe trabalhadora, pós golpe da presidenta Dilma, em especial as Reformas Trabalhistas e Previdência.
- Lutar pelo concurso público em os níveis da Educação.
- Lutar para que a contratação temporária para professores seja somente em casos emergenciais.
- Continuar a luta pelo fortalecimento do SUS, por seu papel estratégico de saúde pública para a sociedade.
- Continuar a luta para acabar com as restrições a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aplicada aos servidores/as da educação e por uma Lei de Responsabilidade Educacional;
- Lutar para acabar com o orçamento secreto e emendas parlamentares e que o STF, investigue e puna os corruptos.
- Lutar pela reeleição do presidente Lula em 2026 e por um congresso nacional progressista, tendo como estratégia um projeto comprometido com a equidade, desigualdades e a erradicação da pobreza.
- Lutar pela eleição de candidatos aos governos dos estados, com perfil progressista e uma assembleia legislativa comprometida com um projeto de valorização profissional e salarial do servidor público, equidade educacional e mais investimentos na educação.
- Lutar contra as terceirizações, pejetizações e todas as

1. formas de flexibilização e precarização do trabalho, em
2. todos os ramos de atividades, inclusive na educação.
3. • Apoiar a luta pela valorização do salário-mínimo
4. ampliando a geração de empregos com trabalho decente
5. para a classe trabalhadora.
6. • Luta em defesa do meio ambiente, da terra, da água e pelo
7. fim da grilagem ao patrimônio brasileiro, com anuência
8. do capitalismo.
9. • Continuar a luta para manter a paridade e integralidade
10. entre ativos, aposentados/as e pensionistas e pelo fim do
11. confisco da previdência.
12. • Continuar a luta para impedir que seja aprovada a Reforma
13. Administrativa do Congresso Nacional PEC 38/2025.
14. • Lutar contra todas as formas de ataques aos Sindicatos,
15. Federações, Confederações e Centrais Sindicais, promo-
16. vidas pelas elites e os capitalistas.
17. • Lutar pela regulamentação das Convenções da Organiza-
18. ção Internacional do Trabalho 151 (que visa Acordo Cole-
19. tivo para os/as Servidores Públicos), Convenção 158 da
20. OIT (que visa o fim das demissões imotivadas), Conven-
21. ção 87 (que garante a liberdade sindical e proteção aos
22. direitos sindicais), Convenção 100 (que garante igualdade
23. de salários da mesma base), Convenção 111 (que proíbe
24. discriminação de emprego e profissão) e Convenção 182
25. (que proíbe o trabalho infantil).
26. • Lutar pelo direito irrestrito de greve na educação e der-
27. rotar projetos conservadores que tramitam no Congresso
28. Nacional e tentam coibir práticas sindicais legítimas e
29. constitucionais.
30. • Lutar pela aplicação na carreira Lei nº 11.738/2008 que
31. garantiu o Piso Salarial Nacional do Magistério.
32. • Lutar para garantir em lei o piso salarial dos servidores
33. Técnicos- administrativos, unificando a data base. Dando
34. destaque a luta pela aprovação do PL 2.531/2021 que já
35. passou pelas comissões de Educação, Administração e
36. Serviço Público, Trabalho na Câmara Federal.
37. • Lutar por condições financeiras, estruturais e transparên-
38. cia para a promoção da Gestão Democrática em todos os
39. espaços da educação.

- Lutar para garantir as condições adequadas e dignas para o exercício da profissão, liberdade de cátedra e para a promoção da saúde aos trabalhadores em educação.
- Lutar pelo fim da escala de trabalho 6x1 sem redução de salários.

ASSINAM:

Aldoir José Kraemer (SINTE-SC), Alvete Pasin Bedin (SINTE-SC), Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (APP-PR) Aparecida Fabiana Corrêa (APP-PR), Betina Louise Salamoni (SINTE-SC), Cassia Regina da Costa (SINTE-SC), Célia Montenegro (SINTE – RN), Celina do Carmo da Silva Wotcoski (APP-PR), Cleber Ceccon (SINTE-SC), Cirineu Ribeiro dos Reis (APP-PR), Darine Stela da Silva Garanhani (APP-PR), Daniel Nizer (SINTE-SC), Edimara Domingues de Oliveira (APP-PR), Eduardo Antunes (APP-PR), Eliane Cristina Rosalino Garim (SINTE-SC), Elivane Secchi (SINTE-SC), Ekeoma Santos, Fabio Junior (SINTE–RN), Geovana Maria Pereira (APP-PR), Geraldo José Bueno (APP-PR), Ildebrando José Paranhos (SINDIUPES). Ingrid Ines Ackermann Fioren- tin (SINTE-SC), Ivana Regina Verza Horn (SINTE-SC), Izenilda Inhegues de Alencar (APP-PR), Jéssica Cristina Pinheiro Lamb (APP-PR), José Rômulo Arnaud (SINTE- -RN), Joseli Terezinha Dalla Valle (SINTE-SC), Jussara Aparecida Ribeiro (APP-PR), Kátia Mariano Battisti Col- lelo (SINTE-SC), Katiane Weschenfelder Golin (SINTE- -SC), Leonardo Bueno da Silva (APP-PR), Luiz Carlos Vieira (SINTE-SC), Marciel Lemos (SINTE-SC), Márcio André Ribeiro (APP-PR), Marcos José de Freitas (SINTE- -SC), Marcos Vinicio dos Santos (APP-PR), Maria Beatriz de Lima (SINTE-RN), Maria Dervania Costa Vieira (APP- PR), Maria Luciane Kublitski (APP-PR), Maria Inez dos Santos (SINTE-SC), Mario Antonio Harres Filho (SINTE- -SC), Mateus Bloemer (SINTE-SC), Melissa de Oliveira Fabrin (SINTE-SC), Miriam Monica Zart Herbert (SINTE- -SC), Neide Alves Silva (APP-PR), Nilton Aparecido Stein (APP-PR), Noeli Hass Fernandes (SINTE-SC), Odenir Fran- cisco Pires (APP-PR), Odete Rosa de Oliveira (APP-PR),

1. Rejane Maria Marmitt Vogt (SINTE-SC), Robson Cristiano
2. da Silva (SINTE-SC), Rogério Cipriano Moreira (SINDIU-
3. PES), Roseli Ribeiro de Jesus (APP-PR), Rosiclei Salete
4. Martini (APP-PR), Salete Savi Rossa (SINTE-SC), Sandra
5. Mara Santos Bergamo (SINTE-SC), Sandra Regina Landgraf
6. (APP-PR), Sidineiva Gonçalves de Lima (APP-PR), Sidney
7. Paduan da Silva (APP-PR), Paulo Gonçalves Filho (SINTE-
8. -SC), Tatiana Nanci da Maia (APP-PR), Valdevina Apare-
9. cida Calizário (APP-PR), Vilma Giufrida (APP-PR), Wilson
10. José Leandro Stefani (APP-PR), Viviane de Souza Miranda
11. (SINTE-SC), Zilda Ignês Teixeira Marques Alves Ribeiro
12. (APP-PR), Zania Manga Molulu (SINDIUPES)

- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.

04 - CNTE COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA DERROTAR O PROJETO CAPITALISTA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA - CSP CONLUTAS

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura mundial atual é marcada por uma crise profunda da ordem imperialista. Desde a recessão de 2007-09, o capitalismo entrou em uma fase descendente, caracterizada por ciclos curtos de crescimento anêmico, crises recorrentes e polarização social. Essa crise se combina com três elementos centrais: a disputa interimperialista entre Estados Unidos e China, o ataque às condições de vida da classe trabalhadora e a crise ambiental, que se tornou inseparável da dinâmica econômica e política global. A hegemonia norte-americana, consolidada após a restauração capitalista nos antigos Estados Operários, encontra-se em decadência. A China emerge como potência imperialista, avançando em setores estratégicos como meios de produção, carros elétricos e inteligência artificial. A Europa e o Japão vivem estagnação, enquanto países semicoloniais enfrentam desindustrialização, reprimarização e crise da dívida externa. Essa realidade aprofunda a desigualdade e a fragmentação do proletariado, submetido a novas formas de exploração (uberização, terceirização, teletrabalho), mas também gera explosões sociais e greves em diversos países. A ausência de direções revolucionárias limita o potencial dessas mobilizações.

Crise da democracia burguesa e ascenso da extrema direita

A democracia burguesa, historicamente utilizada para desviar processos de mobilização, mostra sinais de esgotamento. Cresce a tendência ao bonapartismo, regimes que combinam fachada democrática com controle direto das forças armadas ou burocracias políticas. Países como Hungria e Turquia já avançaram qualitativamente para regimes autoritários. A extrema direita se fortaleceu após a crise de 2008 e pela desilusão com governos “progressistas” da social-democracia. Nos EUA e Europa, sua bandeira central é a cruzada contra imigrantes e refugiados; na América Latina, o discurso se centra na “segurança” e criminalização da pobreza. Sua ideologia mistura ultraliberalismo e

conservadorismo religioso, atacando direitos das mulheres, negros e LGBTQI+. Essa corrente articula-se globalmente, conectando Trump, Steve Bannon, Orbán, Milei, Bolsonaro e outros, e coincide no apoio ao sionismo. Hoje atua principalmente no âmbito parlamentar, buscando conquistar governos e usar instituições para impor medidas autoritárias (restrição de direitos sindicais, retrocessos para mulheres e LGBTQI+, controle da mídia e do judiciário). Embora não seja idêntica ao fascismo clássico, pode evoluir nessa direção se crises políticas se agravarem e o poder burguês for ameaçado. Gangues neonazistas já atuam em países como Reino Unido, realizando pogroms contra imigrantes. A luta contra a extrema direita exige frente única operária, unidade de ação ampla em defesa dos direitos democráticos, métodos de autodefesa organizados nos sindicatos e movimentos sociais, além de disputa ideológica para desmontar suas falsas teorias e reafirmar um programa socialista de transição.

Meio ambiente e Opressão

A catástrofe ecológica é inseparável da crise mundial. A única saída é uma revolução socialista internacional que permita planificação democrática da economia e uma nova relação metabólica entre sociedade e natureza. A opressão se intensifica em todos os níveis: pilhagem de riquezas nos países semicoloniais, ataques a imigrantes, precarização dos cuidados recaindo sobre mulheres, violência contra setores oprimidos e retrocessos em direitos democráticos. Há avanços e retrocessos simultâneos, como a legalização do aborto em alguns países. A tarefa central é unir o proletariado com os setores oprimidos, para que a classe trabalhadora lidere também essas lutas em solidariedade internacional.

Guerras e resistências

A crise mundial se expressa centralmente nas guerras da Palestina e da Ucrânia.

- Palestina: o genocídio em Gaza, descrito como um verdadeiro Holocausto, já exterminou centenas de milhares de palestinos, em sua maioria mulheres e crianças. Israel,

1. apoiado pelos imperialismos, busca a “solução final” da
 2. Nakba iniciada em 1948. A solidariedade internacional
 3. cresce, como mostra a Global Sumud Flotilha, mas os
 4. governos seguem cúmplices, defendendo a falsa solução
 5. de dois Estados. A cumplicidade histórica do Brasil segue
 6. sob o governo Lula, que mantém relações comerciais e
 7. diplomáticas com o Estado genocida de Israel. Exigimos:
 8. rompimento de relações diplomáticas, embargo militar e
 9. energético, adesão ao boicote, desinvestimento e sanções
 10. (BDS). A única saída apontada é uma Palestina livre do rio
 11. ao mar, com direito pleno à autodeterminação.

12. • Ucrânia: a invasão russa busca restaurar domínio colonial
 13. e sufocar o ascenso popular iniciado em 2014. A resistên-
 14. cia ucraniana enfrenta tanto a agressão de Putin quanto
 15. a pilhagem planejada pelos EUA e UE. É nossa tarefa
 16. apoiar a resistência até a derrota da invasão, exigir armas
 17. ofensivas, anulação da dívida externa e confisco dos ativos
 18. dos oligarcas, sempre com independência de classe frente
 19. ao governo Zelensky e aos imperialismos. A verdadeira
 20. independência da Ucrânia só poderá ser conquistada com
 21. um governo dos trabalhadores e uma revolução socia-
 22. lista, integrada a um projeto de Estados Unidos Socialis-
 23. tas da Europa.

24. **Conclusão**

25. • A crise da ordem mundial aponta para uma transição ainda
 26. indefinida, marcada por desequilíbrios e polarização. A
 27. disputa interimperialista, a decadência econômica, a catás-
 28. trofe ambiental e o fortalecimento da extrema direita com-
 29. põem um cenário de instabilidade. A saída que defende-
 30. mos é fortalecer a luta independente da classe trabalha-
 31. dora, combater toda forma de exploração e opressão e
 32. apoiar as resistências nacionais (como Palestina e Ucrâ-
 33. nia). Diante da conjuntura atual, propomos:
 34. • Impulsionar solidariedade internacional às resistências da
 35. Palestina e da Ucrânia, exigindo de Lula o rompimento
 36. imediato com o Estado genocida de Israel; • Lutar contra
 37. as ameaças intervencionistas de Trump e em defesa da
 38. soberania da Venezuela; • Reconstruir formas de organi-
 39. zação de base da classe trabalhadora; • Unificar as lutas

contra todas as formas de opressão; • Apoiar a juventude
 precarizada como vanguarda das mobilizações; • Orga-
 nizar frente única operária contra a extrema direita, com
 métodos de autodefesa e disputa ideológica; • Avançar na
 luta por organizações sindicais independentes dos gover-
 nos, dos patrões e dos imperialismos.

CONJUNTURA NACIONAL

A conjuntura política nacional encontra-se atraves-
 sada por uma combinação de fatores internacionais e inter-
 nos que revelam tanto a fragilidade estrutural da economia
 brasileira quanto os limites da política de conciliação de clas-
 ses do governo Lula. Ao mesmo tempo, é necessário desta-
 car importantes lutas populares e da classe trabalhadora: a
 massiva campanha contra a escala 6x1, as greves e paralisa-
 ções em inúmeras categorias (incluindo setores operários), as
 fortes manifestações contra anistia aos golpistas e os recentes
 protestos de povos indígenas, quilombolas e movimentos de
 lutas populares na COP30.

No plano externo, a ofensiva imperialista liderada
 pelos Estados Unidos sob Trump se expressa em tarifas,
 sanções e pressões diplomáticas que têm como objetivo não
 apenas ampliar a dependência econômica do Brasil, mas
 também condicionar sua política interna. O tarifação de 50%
 sobre produtos brasileiros, atingindo commodities e manufa-
 turados, foi justificado politicamente como defesa da extrema
 direita golpista e como instrumento para garantir a liberdade
 irrestrita das big techs estadunidenses.

Mais do que números da balança comercial, trata-se
 de uma estratégia de chantagem que busca submeter o Brasil
 à lógica imperialista, forçando deslocamentos de produção
 para território norte-americano e pressionando pela entrega
 de recursos estratégicos, como as terras raras, essenciais para
 a disputa tecnológica global entre EUA e China. O governo
 federal, ao colocar esses minerais na mesa de negociação,
 reforça a posição subordinada do país na divisão internacio-
 nal do trabalho, mesmo quando tenta equilibrar relações entre
 EUA, União Europeia e China.

As condições de vida da classe trabalhadora

1. permanecem deterioradas: salários baixos, precarização e
 2. desindustrialização. Foi importante no primeiro governo de
 3. Lula iniciar com o projeto da Fome Zero, apesar de apenas
 4. 0,06% do orçamento foi destinado para este o projeto. Isso
 5. comprova que o Brasil não é um país pobre, é um país
 6. injusto! 23% da população ainda vivem na linha de pobreza
 7. e 3,5% na extrema pobreza. Sem subestimar a correlação de
 8. forças no Congresso, ocorreram avanços tímidos no social.
 9. Na prática, o governo Lula dá um pão aos pobres e uma pada-
 10. ria aos ricos.

11. O Congresso Nacional é formado por políticos da pior
 12. espécie, que representam os ruralistas, banqueiros e grandes
 13. empresários, atacando os mais pobres para servir aos bilioná-
 14. rios. Esse Congresso de corruptos aumentou o fundão eleito-
 15. ral, os próprios salários, a conta de luz e vive aprovando leis
 16. para prejudicar os trabalhadores. O ajuste fiscal do governo,
 17. apoiado pelo Congresso Nacional de Alcolumbre e Hugo
 18. Motta, também ataca diretamente os trabalhadores e os mais
 19. pobres.

20. O Arcabouço Fiscal, embora mais flexível por levar
 21. em conta o vaivém da economia, tem o mesmo significado
 22. do teto de gastos. A proposta do governo e do Congresso é
 23. justamente impor um regime permanente de ajuste fiscal a
 24. longo prazo. Em vez de simplesmente congelar os gastos, ele
 25. determina uma faixa que restringe as despesas estabelecendo
 26. um mínimo de 0,6% de aumento e no máximo 2,5%. Essa
 27. faixa não se dá sobre todo o aumento da arrecadação, mas
 28. apenas dentro de 70% dela. Isso significa que, não importa
 29. o quanto cresça o país, os gastos sociais continuarão repre-
 30. sados nessa faixa, ficando congelados. Este teto de gastos é
 31. incompatível com os atuais pisos constitucionais da Saúde
 32. (15%) e da Educação (18%), pois estes percentuais indexa-
 33. dos não cabem na conta. Não por acaso, o mercado finan-
 34. ceiro defende que o Brasil “precisa fazer o dever de casa”
 35. e, dentre outras medidas, desvincular as receitas essenciais
 36. como saúde, educação e demais demandas sociais. Assim, o
 37. arcabouço fiscal consolida a lógica de ajuste permanente, reti-
 38. rando recursos das áreas sociais para garantir os lucros dos
 39. banqueiros e investidores.

Lula não é igual a Bolsonaro. Bolsonaro representa um projeto de ruptura autoritária e de mudança de regime, sustentado pelo neofascismo e pela tentativa de subverter a ordem democrática, já tão limitada— por isso, é fundamental fortalecer a luta por “sem anistia” para os crimes cometidos contra o povo e contra as instituições.

Já o governo Lula, embora diferente e fruto do apoio da maioria da classe trabalhadora, adota uma política de conciliação de classes e não tem garantido o atendimento das pautas estruturais da classe trabalhadora como a revogação da Reforma do Ensino Médio, da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista, que seguem impactando duramente trabalhadores, juventude e aposentados.

Nesse contexto, as mobilizações populares têm se mostrado um fator decisivo e revelador, seguir defendendo a nossa pauta é fundamental. Os protestos de 21 de setembro contra a PEC da Bandidagem e contra a anistia aos golpistas reuniram centenas de milhares em todo o país, superando em número e repercussão os atos bolsonaristas. Com caráter espontâneo e forte indignação popular, essas manifestações evidenciaram que o enfrentamento à extrema direita e ao Congresso Nacional não pode se dar apenas por negociações institucionais, mas pela ação direta das massas. A luta e a pressão dos trabalhadores e trabalhadoras pela isenção do Imposto de Renda com salário até 5 mil, tem significado na renda da classe trabalhadora.

No cenário internacional agrava crise sistêmica, marcada por guerras como as da Ucrânia e Palestina, pela disputa interimperialista e pelo avanço da extrema direita, aumenta a instabilidade econômica e política. A América Latina segue sendo considerada “quintal” dos EUA, mas a presença chinesa cresce, ampliando a disputa geopolítica e tensionando ainda mais a posição do Brasil. Embora não tenha havido mudança estrutural na correlação de forças, cresce o descontentamento e as lutas, especialmente em setores precarizados, como na reivindicação pelo fim da jornada 6x1. Essas mobilizações revelam potencial de massificação e indicam que a luta contra a extrema direita deve

ser indissociável da luta contra a política econômica

1. do governo Lula. A experiência concreta mostra que, quando
2. a vida não melhora, o desgaste do governo se aprofunda e
3. abre espaço para a reorganização da direita. A esquerda socia-
4. lista, ao intervir nas lutas, tem conseguido disputar a cons-
5. ciência de setores da vanguarda, mostrando que a alterna-
6. tiva não está nos acordos parlamentares, mas na mobiliza-
7. ção independente da classe trabalhadora.

8. A COP 30 acaba de ser realizada em um momento
9. em que o colapso climático está se acelerando. A ciência
10. nos mostra que estamos diante de uma catástrofe de propor-
11. ções civilizatórias; ou seja, capaz de desintegrar a sociedade,
12. aniquilar forças produtivas e gerar um retrocesso histórico
13. sem precedentes. Nos últimos 30 anos, todas as conferên-
14. cias ambientais fracassaram, e o maior exemplo disso é que
15. as emissões de gases de efeito estufa não pararam de crescer,
16. atingindo níveis recordes. Ou seja, o capitalismo é incapaz
17. de resolver a crise climática.

18. Diante disso, é preciso ir além da resistência imediata
19. e que aponte para uma saída estratégica. Nesse sentido, é fun-
20. damental a defesa de medidas como a estatização dos mono-
21. pólios estrangeiros sob controle dos trabalhadores, a proi-
22. bição da remessa de lucros e a suspensão do pagamento da
23. dívida pública, além do fim do arcabouço fiscal, das privati-
24. zações e da jornada 6x1. Essas propostas não são apenas ban-
25. deiras econômicas, mas expressam a necessidade de romper
26. com a lógica de subordinação ao imperialismo e de construir
27. uma verdadeira independência nacional.

28. Há urgência na construção de uma grande mobiliza-
29. ção da classe trabalhadora de esquerda, independente dos
30. governos e dos patrões, para barrar os ataques aos seus direi-
31. tos, derrotar o capitalismo e defender o Socialismo. A expe-
32. riência recente mostra que, quando a classe trabalhadora se
33. mobiliza de forma independente, é capaz de impor derrotas
34. a quem ataca os nossos direitos.

35. O desafio colocado aos trabalhadores é transformar
36. nossa indignação em mobilização, uma mobilização que
37. ocupe as ruas, para exigir as mudanças que sejam capazes de
38. responder às necessidades imediatas da classe trabalhadora.

39. **Defendemos:**

- Os trabalhadores precisam controlar a economia! A riqueza produzida pela sociedade deve servir à sociedade, não a uma casta de privilegiados. Estatização dos monopólios estrangeiros sob controle dos trabalhadores, proibição da remessa de lucros e suspensão do pagamento da dívida pública.
- A prisão de Bolsonaro, dos golpistas e de seus financiadores.
- A adoção de medidas urgentes a favor da classe trabalhadora: fim da jornada 6x1 sem redução dos salários, revogação do Arcabouço Fiscal, das reformas da previdência e trabalhista, das privatizações e contra a Reforma Administrativa. Imediata taxação efetiva dos ricos, e não dos trabalhadores.
- Basta de privatização na educação no país! Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Fora Lemann do MEC e bilionários da educação.
- Plano democrático de transição energética, controlado por trabalhadores e comunidades, baseado em fontes renováveis. Redução imediata das emissões e eliminação dos combustíveis fósseis. Bloqueio de novas fronteiras petrolíferas (como a Margem Equatorial) e de novas termoeletricas. Expropriação das empresas de energia e recursos energéticos, sem indenização, sob controle dos trabalhadores. Petrobras 100% estatal e reestatização da Eletrobras e das empresas de energia renovável privatizadas.
- Ruptura com o agronegócio e mineração predatória, com expropriação sem indenização. Fim dos créditos públicos ao agronegócio. Rejeição às hidrovias e pavimentação que ameaçam a Amazônia.
- Defesa dos povos e territórios. Reforma agrária radical com expropriação dos latifúndios, apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores, transição para agricultura popular, agroecológica e livre de agrotóxicos, voltada à soberania alimentar. Reparação e demarcação imediata das terras indígenas, titulação dos territórios quilombolas e proteção das comunidades tradicionais.
- Avançar na luta por organizações sindicais independentes dos governos, dos patrões e dos imperialismos.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A universalização da educação pública, garantida em 1988, é fruto da luta dos trabalhadores no mundo para que seus filhos tivessem acesso à educação formal. No entanto, no Brasil, assim como em quase todos os países capitalistas, as políticas educacionais acompanharam as exigências do mercado mundial. Desde os anos 90, com o aprofundamento da decadência do capitalismo, a imposição da política neoliberal no mundo e com a divisão internacional do trabalho, que reforçou o Brasil como fornecedor de commodities, o reflexo na educação foi nefasto.

No Brasil a política privatista avança a passos largos com a privatização, a terceirização e a imposição de metas, assim como a constante avaliação de desempenho. O MEC, que sempre tem uma composição bastante ambígua, e que, mesmo oscilando diante dos diversos governos sempre abrigou um setor pesado do empresariado, hoje, no governo Lula está ainda mais diretamente relacionado com grupos privatista como a Fundação Lemann, que atua para garantir que as medidas ditadas pelos organismos internacionais sejam efetivamente implementadas solidificando uma escola neoliberal.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), por exemplo, aliada à LDB, norteia os currículos das escolas públicas e privadas de ensino infantil, fundamental e médio do Brasil e reforça esses ataques: redução drástica das humanidades e biológicas, expansão irrestrita do Ensino Integral que exclui alunos trabalhadores, e redução da carga horária.

Reformulada por Temer, em 2018, a BNCC atende ao lobby empresarial da educação, voltado à produção de conteúdos e plataformas, desprezando a aprendizagem real. Além disso, suas diretrizes, alinhadas ao conservadorismo e à lógica da "Escola sem Partido", ignoram as demandas por inclusão e diversidade.

As escolas cívico-militares também são parte desse processo. Apresentadas como solução para resolução dos problemas da educação não passam de um projeto autoritário da extrema-direita de militarização do conhecimento fomentando o conservadorismo. Medidas como a terceirização, a

substituição de professores por outros profissionais, as contratações precárias são acompanhadas pela implementação de um currículo formal conservador e restrito junto a um esvaziamento da escola pública como espaço de educação científica para a classe trabalhadora.

A privatização avança de forma vertiginosa, de diferentes formas, permitindo que sejam realizados constantes repasses de recursos públicos para a iniciativa privada. A transferência de recursos é bastante criativa, se dá via Bolsas (Fies e Prouni), vouchers, isenção de impostos, PPPs, convênios, compra de equipamentos, de materiais didáticos e terceirização de serviços.

Esse movimento se dá desde o ensino superior até a educação infantil e serve tanto para ampliação de mercados de grandes conglomerados econômicos, como para garantir apoio político de grupos religiosos ou ampliar influência dos políticos nas comunidades.

A convivência dessas políticas com a permanência de um subfinanciamento da educação tem efeitos catastróficos. Embora os últimos planos decenais tenham aprovado a meta de aplicação de 10% do PIB na educação até 2023 apenas 4,9% chegou a ser aplicado. O presidente Lula, enquanto fala em "justiça social", aplica o Novo Arcabouço Fiscal que penaliza os mais pobres. A MP 1.303/25 desmonta o piso da educação ao permitir que verbas de assistência social, como o Pé-de-Meia, entrem nos 18% obrigatórios da LDB. Isso reduz o investimento real em mais de 11% e abre caminho para novos cortes — como o desvio de verbas para bolsas privadas. Com o Arcabouço Fiscal os cortes diretos de verbas da educação chegam na ordem de R\$ 1,37 bilhões. O pacote fiscal aprovado no final de 2023 vai impor até 2030 uma diminuição de recursos da educação básica da ordem de R\$ 42,3 bilhões.

O governo também mudou a regra do Fundeb, permitindo que até 10% sejam usados no Ensino Integral — verba antes prevista em outro programa, que teve orçamento zerado em 2025. A mudança pode tirar R\$ 42 bi do ensino regular em 5 anos. Some-se a isso o congelamento de R\$ 2,5 bi que ameaçou as universidades e IFs, revertido só após pressão

1. dos reitores e movimentos.
2. Considerando a conjuntura de ameaça e constante
3. retirada de direitos na educação, defendemos:
4. • Que a CNTE impulse e organize uma luta coletiva pela
5. reorganização e ampliação do financiamento da educa-
6. ção pública, pela universalização do atendimento público
7. estatal, gratuito, laico, autônomo, democrático, inclusivo
8. e de qualidade;
9. • A realização ações concretas que impulse a luta cole-
10. tiva para que haja o investimento de pelo menos 10% do
11. PIB já para Escolas públicas estatais;
12. • Que a CNTE denuncie e lute contra as transferências de
13. recursos públicos/estatais, incluindo renúncias fiscais,
14. para instituições privadas;
15. • Pela estatização de todas as instituições privadas, sem fins
16. lucrativos que utilizam verbas públicas;
17. • Lutar pela ampliação dos recursos da educação, ampliando
18. os percentuais de aplicação das receitas vinculadas à edu-
19. cação para 25% na federação e 30% para estados, muni-
20. cípios e distrito federal;
21. • Lutar para garantir o financiamento que atenda às deman-
22. das de uma escola de qualidade, com infraestrutura e
23. materialidade adequada, com a implantação das TDIC
24. (Tecnologias da Informação e Comunicação) na escola,
25. com formação para os professores e pessoal devidamente
26. formado para o atendimento;
27. • Que a CNTE organize a sua base sindical para a luta
28. contra as Parcerias Público- Privadas (PPP's), concessões
29. públicas na Educação e outras formas de transferência de
30. recursos públicos para instituições privadas de educação;
31. • Ser contra o processo de privatização de qualquer escola
32. pública;
33. • Participar da luta pela saída dos setores privados do
34. comando do MEC;
35. • Que a CNTE impulse e organize a luta, através da ação
36. direta, para que haja garantia do pagamento do piso magis-
37. tério, na sua integralidade, no nível inicial da carreira, con-
38. forme a carga horária de trabalho da rede municipal, res-
39. peitando a carreira existente de pessoal em exercício e

aposentados;

- Seguir na luta pela garantia de pelo menos 1/3 da jornada do professor;
- Aprofundar a denúncia e o combate à crescente desprofissionalização da educação em especial na prefeitura de Belo Horizonte promovida pelos governos Kalil/Fuad;
- Lutar para que todas as recomposições, atualizações dos vencimentos dos docentes na ativa sejam também devidas aos aposentados e pensionistas, e estendidas aos demais trabalhadores em educação concursados e terceirizados, não usando alterações de níveis da carreira para recomposição salarial;
- Lutar para que se estabeleça uma política salarial digna para o conjunto dos trabalhadores em educação através da recuperação das perdas históricas da categoria; de forma que os professores possam trabalhar em apenas uma jornada diária; e que haja a redução da jornada de trabalho dos não docentes, sem redução de salários.
- Lutar, junto com suas bases, contra a implementação de escolas-cívicos militares no país;

POLÍTICA SINDICAL

Considerando que cada tempo traz desafios específicos para a organização da classe trabalhadora e por consequência para o movimento sindical. Alguns elementos precisam ser considerados se queremos enfrentar os problemas e atuar como um polo aglutinador da classe com o objetivo de ajudar os trabalhadores a ampliar a consciência, capacidade organizativa e de luta para enfrentar governos e patrões, contra ataques, que necessariamente virão em uma sociedade capitalista.

Há de se considerar: a desregulamentação das relações de trabalho; a ofensiva ideológica do empreendedorismo, que tem suas bases justamente na desregulamentação do trabalho, na falta de perspectiva de ascensão social; no aumento da desestruturação da sociedade; a desagregação crescente da classe trabalhadora gerada pela ampliação das formas de precarização de contratos de relações e contratos de trabalho; a institucionalização e cooptação do movimento

1. sindical; a crescente burocratização e afastamento das bases
2. das entidades sindicais; a perda de referência cada vez maior
3. da classe trabalhadora em relação aos sindicatos; diferentes
4. formas organizativas que geraram as últimas grandes mobi-
5. lizações no mundo; as especificidades da organização dos
6. trabalhadores de servidores públicos e a experiência sindical
7. acumulada por este setor.

8. Assim, o congresso da CNTE resolve:

9. • Ampliar as estruturas deliberativas da confederação,
10. ampliando o poder de decisão e a representação das enti-
11. dades de base;
12. • Atuar para que as entidades filiadas à confederação
13. ampliem suas bases representativas, para o conjunto dos
14. trabalhadores em educação, inclusive terceirizados e de
15. contratação precária.
16. • Atuar no sentido de resgatar a ideia da construção dos sin-
17. dicatos únicos que representem o conjunto dos trabalha-
18. dores em educação;
19. • Estudar e construir mecanismos que incentivem a
20. auto sustentação das entidades, baseada na filiação aos
21. sindicatos;
22. • Garantir a proporcionalidade na diretoria da Confederação;
23. • Estimular a proporcionalidade direta na base e nas dire-
24. torias das entidades de base.
25. • Estabelecer a limitação de mandatos na direção da confe-
26. deração e incentivar que o mesmo seja aplicado nas enti-
27. dades de base;
28. • Garantir a aproximação da Confederação com os movi-
29. mentos sociais em defesa dos direitos e contra desigualda-
30. des para que não apenas a pauta econômica sindical seja
31. prioritária, aumentando a capacidade de pressão sobre os
32. governos.
33. • Estimular a aproximação das entidades de base, movi-
34. mentos sociais e sindicais diversos que possam aconte-
35. cer nas comunidades.
36. • Atuar na luta direta para avançar na conquista de direi-
37. tos e impedir retrocessos, fortalecer a categoria e incenti-
38. var o protagonismo da base, combatendo a burocratiza-
39. ção das direções.

BALANÇO DA CNTE

Nos primeiros mandatos de Lula, o MEC já sofria forte influência de lobistas do terceiro setor, como Fundação Lemann, Todos Pela Educação, Fundação Ayrton Senna, Fundação Bradesco e tantas outras. No atual mandato, porém, essa influência deixou de ser pressão externa para se transformar em direção direta de políticas públicas: essas fundações passaram a orientar de forma estruturante o Ministério da Educação, empurrando o país para um projeto privatista.

Desde os primeiros mandatos de Lula e Dilma, consolidou-se um processo político que levou à capitulação da CNTE às políticas educacionais dos governos petistas, diminuindo sua autonomia frente ao Estado e abrindo espaço para que a lógica empresarial avançasse sobre a educação pública.

O quadro nacional mostra um aprofundamento da retirada do Estado da educação pública. Expandem-se as terceirizações, quarterizações e privatizações: em São Paulo, metade dos professores já é contratada sem estabilidade; no Rio de Janeiro, municípios como Duque de Caxias tentam contratar docentes via CLT, desmontando carreiras e estatutos. Em várias regiões, carreiras inteiras do magistério estão sendo corroídas e substituídas por estruturas alinhadas às fundações privadas e seus modelos gerenciais.

Simultaneamente avançam as escolas cívico-militares como parte do controle ideológico do estado sobre a educação da classe trabalhadora, diante da inoperância da CNTE em relação a esse projeto da extrema direita, sem sequer exigir de Lula que revogasse, de fato, o decreto 1004/2019 de Bolsonaro deixando a decisão cargo de estados e municípios, que seguem avançando, como o estado do Paraná que já implantou mais de 300 e São Paulo que aprovou a implantação de outras 100.

Outro eixo central dos ataques é a restrição à liberdade de cátedra, com materiais padronizados impostos por essas fundações e a tentativa de substituir parcialmente o trabalho docente por plataformas digitais milionárias. A desvalorização dos profissionais da educação avança junto ao uso dessas tecnologias como mecanismos de precarização e, muitas

vezes, como instrumentos para desviar verbas públicas.

Os funcionários administrativos também foram fortemente atingidos: diversas funções foram extintas e substituídas por empresas terceirizadas, frequentemente envolvidas em corrupção e clientelismo. O piso do magistério, que deveria ser garantia mínima, foi transformado em teto por muitos governos, violando planos de carreira e aprofundando o desmonte. Não é por acaso que se projeta um déficit de 235 mil professores até 2040.

Diante desse cenário, cabe perguntar: onde esteve a CNTE?

A confederação perdeu sua independência política ao priorizar a negociação por dentro da institucionalidade, em detrimento da mobilização combativa e da organização de base. Esse afastamento da luta direta fez com que a CNTE deixasse de cumprir seu papel histórico e político na defesa da categoria e da educação pública. Mesmo diante da ascensão de Bolsonaro e da ultradireita, embora a CNTE tenha participado das mobilizações contra os ataques à educação, não utilizou todo o potencial das lutas e ajudou a canalizar importante parte da energia da categoria para os limites institucionais, reduzindo a força que poderia ter sido construída.

Em 2023, ocorreram 296 greves na educação entre redes estaduais e municipais, motivadas por salários defasados, ataques a direitos e condições de trabalho indignas, como as paralisações no Rio de Janeiro pela falta de climatização das escolas. A resposta da CNTE, entretanto, foi insuficiente: limitou-se a notas de solidariedade, sem unificar as lutas ou convocar uma greve nacional que expressasse a gravidade da situação.

Com o retorno de Lula à presidência, assistimos novamente à CNTE, a partir de sua direção, transformar-se em um braço do governo dentro da categoria em nível nacional, repetindo a postura de conciliação que marcou seus anos anteriores. A luta contra a ultradireita é fundamental e requer unidade de ação, mas essa unidade não pode significar a blindagem do governo. Ao contrário: é justamente como forma de combater os setores reacionários que precisamos enfrentar também os ataques do governo Lula, que mantém grandes

grupos empresariais da educação atuando dentro do MEC e influenciando suas diretrizes políticas e seu orçamento.

A CNTE não está mobilizando a categoria para construir um PNE que realmente impeça que a educação pública fique refém de políticas privatistas, como o financiamento dos cursos técnicos que, segundo o próprio plano, deve direcionar recursos para o Sistema S, para escolas controladas por fundações privadas e outras instituições do setor empresarial.

Embora faça críticas à redução do investimento em educação, a CNTE não afirma de maneira consequente que esse financiamento não pode continuar ocorrendo dentro da lógica de repasses ao setor privado. Ou seja, não defende de forma clara e firme que os 10% do PIB devem ser destinados exclusivamente à educação pública.

Enquanto a CNTE permanecer subordinada aos limites do governo e priorizar a institucionalidade em vez da mobilização da base, continuará incapaz de cumprir o papel necessário para defender a educação pública, seus trabalhadores e a construção de um projeto verdadeiramente democrático e popular para o país.

POLÍTICAS PERMANENTES

Vivemos em uma sociedade marcada pela exploração da classe trabalhadora pela burguesia e os governos que a representa. O capitalismo fomenta as opressões para dividir a classe trabalhadora, justificar salários menores, a precarização e manter privilégios para os mais ricos.

No Brasil, a população negra continua sendo a maioria entre os desempregados, os mais precarizados, os assassinados pela polícia e os que recebem os menores salários. O machismo e a LGBTIfobia também são utilizados para sobrecarregar mulheres e LGBTIs no trabalho, no lar e na sociedade, intensificando sua exploração.

A divisão entre os trabalhadores só interessa aos capitalistas! Não sem motivos, durante o governo Bolsonaro, com a ascensão da ultradireita com seus discursos conservadores que legitimam ações de violência, por meio de pronunciamentos, comportamentos preconceituosos e discriminatórios, vimos que a violência contra as mulheres e a comunidade

1. LGBTQIAPN+ aumentou consideravelmente. Infelizmente,
 2. mesmo após a derrota eleitoral de Bolsonaro, o povo negro
 3. segue sendo alvo dos ataques. O genocídio racista é uma polí-
 4. tica do Estado brasileiro e o perfil é o mesmo: jovem, pobre,
 5. negro e das periferias, além de perseguir os trabalhadores
 6. rurais, quilombolas e indígenas.

7. A ascensão da ultradireita e a polarização social
 8. advinda disso não é simplesmente um fenômeno conjuntu-
 9. ral ou eleitoral. No interior da classe trabalhadora, são fomen-
 10. tados, das mais diversas formas, os preconceitos e as ide-
 11. ologias que a dividem. Por isso, é tarefa nossa combater a
 12. guerra cultural posta pela ultradireita, que se coloca como
 13. defensora dos valores conservadores e reacionários (xenófo-
 14. bos, racistas, misóginos, lgbtfóbicos). Mas é também tarefa
 15. nossa combater as concepções reformistas que, ao se apre-
 16. sentarem como policlassistas, não colocam na ordem do dia
 17. a derrubada do sistema capitalista. As opressões não podem
 18. ser combatidas de forma isolada. Embora haja conquistas
 19. parciais, apenas a classe trabalhadora organizada tem força
 20. social para acabar de vez com o racismo, o machismo e todas
 21. as formas de opressão e para isso é preciso independência de
 22. classe e dos governos. É necessário unir a classe trabalhadora
 23. e combinar as lutas contra as opressões com a luta contra o
 24. capitalismo.

25. A luta das mulheres trabalhadoras, das negras, negros
 26. e da juventude periférica, das pessoas LGBTIs, precisa estar
 27. no centro da agenda da CNTE, assim como deve repercur-
 28. tir em todas as entidades sindicais que conformam sua base.
 29. É tarefa da CNTE não apenas se somar as lutas históricas
 30. ou aos chamados de movimentos específicos mas também
 31. implementar uma política de acesso e permanência na sua
 32. própria organização. As entidades sindicais não podem seguir
 33. se furtando à garantir a participação das mulheres, LGBTIs,
 34. negras e negros, nas instâncias de decisões e nos movimen-
 35. tos de base. É impossível acreditar que ainda hoje uma enti-
 36. dade como a CNTE não garanta a participação de mães e pais
 37. nos eventos e atividades organizadas por ela como aconteceu
 38. agora nesse mesmo congresso. Estruturas mínimas como cre-
 39. ches gratuitas não devem seguir sequer sendo reivindicações

das mulheres trabalhadores ainda mais negada à elas como
 aconteceu com as companheiras.

Por fim reafirmamos, não há emancipação para
 mulheres, negros, negras, LGBTs e trabalhadores sob o capi-
 talismo. O fim das opressões só será possível com uma outra
 sociedade, construída pela classe trabalhadora organizada em
 ruptura com o capital.

Defendemos:

- Lutar pela garantia das cotas raciais baseada na propor-
 cionalidade de pretos e pardos em qualquer concurso na
 área de educação, além de políticas de reparações e polí-
 ticas afirmativas;
- Incentivar e realizar atividades de campanha sobre a efe-
 tivização da lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do
 estudo da cultura afro-brasileira e da lei 11.645 que inclui
 no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cul-
 tura dos povos indígenas;
- Ser parte nas lutas em defesa da titulação das terras
 quilombolas;
- Ser parte nas lutas contra todo tipo de violência contra
 o povo negro pobre das periferias e dos quilombos, em
 especial aquelas cometidas pelo Estado, por meio de seu
 braço armado: as polícias;
- Construir unidade, ser parte nas lutas e apoiar as lutas
 contra a criminalização da juventude negra, moradora das
 periferias das grandes cidades, os movimentos de luta por
 moradia, os movimentos de luta por reparação e contra
 o racismo;
- Apoiar a luta internacional das mulheres como parte da
 luta da classe trabalhadora;
- Atuar contra a guerra social às mulheres em especial com
 relação a emergência nacional que é a violência contra
 as mulheres organizando uma ampla campanha contra
 o feminicídio;
- Por emprego, salário e moradia digna para as mulheres
 trabalhadoras;
- Seguir com as campanhas de combate à violência machista
 e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Seguir realizando cursos, palestras e atividades sobre o

1. tema, com o objetivo de promover um processo educa-
2. tivo ao conjunto da categoria;
3. • Ser parte do movimento de luta e seguir com campanhas,
4. de forma intransigente, por uma educação sexual baseada
5. em princípios científicos a partir do conhecimento e da
6. discussão de uma diversidade de aspectos, em especial
7. sobre o corpo e a saúde da mulher;
8. • Contra o assédio moral contra mulheres, negros e LGB-
9. TQIAPN+ e o assédio sexual, em especial sofrido pelas
10. mulheres;
11. • Que a CNTE inclua pautas e as datas históricas das lutas
12. das mulheres trabalhadoras no calendário de atividades
13. da entidade;
14. • Estimular e incentivar a participação das mulheres como
15. representantes sindicais na entidade e nas suas bases;
16. • Seguir na luta contra a Reforma da Previdência na cidade,
17. lutar pela Revogação da Reforma da Previdência de Bol-
18. sonaro e avançar na discussão sobre a diminuição da idade
19. para mulheres considerando a dupla e/ou tripla jornada
20. das mulheres trabalhadoras.
21. • Combater a xenofobia e exigir políticas estatais efetivas de
22. inclusão social dos imigrantes e refugiados, garantindo a
23. estes os direitos humanos e políticas públicas com finan-
24. ciamento específico;
25. • Incorporar e incentivar a ações de solidariedade aos imi-
26. grantes e refugiados Atuar contra a guerra social aos imi-
27. grantes e povos de todo o mundo;
28. • Ser parte na luta por uma educação pública que fomente
29. as discussões sobre gênero e sexualidade com o objetivo
30. do desenvolvimento da autonomia e da livre expressão
31. de afetos;
32. Atuar contra a guerra social às LGBTQIAPN
33. • Ser parte na luta de combate à projetos de cunho conser-
34. vadores, que tem seu mais conhecido exemplo no patético
35. e inconstitucional Escola sem Partido, que buscam atuar
36. e limitar sobre a liberdade de orientação sexual; a forma
37. como a pessoa se reconhece e identifica assim como;
38. • Seguir com as campanhas de combate ao preconceito e à
39. discriminação da comunidade LGBTQIAPN+;

- Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical, assim como, orientar as trabalhadoras e trabalhadores a serem parte desse combate, na unidade e luta por uma sociedade sem opressão e exploração;
- Pela criminalização da LGBTfobia! Com a devida responsabilização e reparação para os crimes de
- LGBTfobia e patologização, como as “curas gays”;
- Pela efetivação da Lei 11.645/08;
- Ser parte nas lutas em defesa da titulação das terras indígenas;
- Exigir a garantia de cotas indígenas em concursos públicos da área da educação;
- Lutar pela efetivação de financiamento na educação, específica para indígenas e quilombolas, de acordo com as suas necessidades reais.

PLANO DE LUTAS

Em que pesem as disputas entre o governo e o Congresso, estão unidos para cortar gastos sociais, acelerar uma nova reforma da Previdência e Administrativa e aplicar medidas como a desvinculação dos pisos constitucionais da Educação e saúde, para manter o Arcabouço Fiscal. Tudo para garantir mais dinheiro para banqueiros através do pagamento da falsa dívida pública.

Conforme dados da OCDE, apenas 64% de dos professores da rede pública no Brasil têm contrato permanente, e nas redes estaduais os contratos temporários já superam os efetivos. No caso dos demais trabalhadores, a terceirização aprofunda ainda mais a precarização.

A proposta de Reforma Administrativa (PEC 38) ameaça a estabilidade do serviço público, incentivando contratações temporárias, terceirização, e servindo de base para cortes em estados e municípios — o que amplia a precarização dos trabalhadores e trabalhadores da educação, para atender os limites do arcabouço e os planos da privatização. Parte dessas medidas já está sendo implanta à conta-gotas, como é o caso da Avaliação Nacional Docente do governo Lula que, ao invés de estipular seu uso para a efetivação, garante a utilização para a contratação temporária e subsidia a

1. precarização nos estados e municípios.
 2. Apesar do amplo rechaço à contrarreforma do ensino
 3. médio — manifestado em mobilizações como a campanha
 4. “Revoga NEM” — ajustes promovidos no governo atual,
 5. pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Congresso
 6. mantêm os pilares do modelo neoliberal de educação: pri-
 7. vatização, “notório saber”, ensino a distância (EAD), plata-
 8. formização, currículo flexível, restrição de oferta do ensino
 9. noturno etc.

10. A privatização de escolas públicas — via leilões, par-
 11. cerias público-privadas (PPP) respaldadas por leis federais e
 12. pelo financiamento do BNDES — tem avançado como parte
 13. de um processo de financeirização da educação pública.

14. O Decreto 12.686/2025, do governo federal, atinge
 15. a educação especial ao instituir um “profissional de apoio
 16. escolar” — substituindo professores especializados por pro-
 17. fissionais com formação de ensino médio — e essa medida
 18. foi ampliada por estados como no caso da gestão Tarcísio
 19. de Freitas, representando um ataque direto aos direitos das
 20. pessoas com deficiência e à qualidade da educação especial.

21. Enquanto dados como os do IBGE e da Agência
 22. Brasil, apontam que em 2023 517 mil jovens entre 15 e 17
 23. anos estavam fora da escola e 8,9 milhões entre 15 e 29 anos
 24. saíram da escola sem concluir a educação básica, a maio-
 25. ria por necessidade de entrar no mercado de trabalho — evi-
 26. denciando o aprofundamento da desigualdade educacio-
 27. nal e social — aprofunda-se no país o fechamento do Ensino
 28. Noturno e da educação de jovens e adultos, respaldado pela
 29. Reforma do Ensino Médio que aponta a oferta em apenas
 30. uma escola por cidade, mediante comprovação de demanda,
 31. impulsionando a exclusão dos estudantes trabalhadores.

32. Só será possível enfrentar esse conjunto de ataques
 33. com independência de classe e diante dos governos, com a
 34. luta direta e unificada de trabalhadoras, trabalhadores, estu-
 35. dantes, comunidades escolares e setores populares.

36. Diante deste cenário, propomos:

37. • Barrar a aprovação da Reforma Administrativa (PEC 38)
 38. e exigir que Lula se manifeste contra ela! Não aceitare-
 39. mos nenhuma negociata entre a base do governo Lula, o

centrão e a extrema direita para aprovar a Reforma Admi-
 nistrativa. Sindicatos, centrais e movimentos sociais pre-
 cisam se mobilizar contra esse retrocesso! Contra a pre-
 carização e os cortes do Arcabouço Fiscal, defendemos
 mais investimentos nos serviços públicos e efetivação e
 valorização dos servidores.

- Rejeitar completamente o modelo neoliberal na educa-
ção: privatização, EAD, currículo flexível, supressão do
ensino noturno, “notório saber” etc. E exigir a revogação
do Novo Ensino Médio e da BNCC.
- Exigir a revogação do Decreto 12.686/2025 e de reso-
luções correlatas — como a Resolução 129 de Tarcísio.
- Lutar pela efetivação imediata dos professores e trabalha-
dores da educação (incluindo terceirizados), com incor-
poração de um piso nacional no plano de carreira, valo-
rização salarial, estabilidade, direitos e condições dignas
de trabalho.
- Defender uma educação pública crítica, científica e com-
pleta — com garantia de disciplinas fundamentais como
Sociologia e Filosofia em todas as séries, ensino noturno,
infraestrutura adequada, turmas com números reduzidos
e ambiente digno.
- Mobilizar um plano de luta unificado — compreendendo
professores, trabalhadores da educação, estudantes, comu-
nidades escolares e movimentos sociais — por uma greve
geral da educação que atravesse redes de ensino, com
demandas nítidas: revogação das reformas, efetivação e
valorização de servidores, revogação de decretos e nor-
mativas que atacam a educação pública.
- Denunciar e resistir à privatização e financeirização da
educação pública — pelas PPPs, leilões de escolas e finan-
ciamento via BNDES —, posicionando-se em defesa da
educação como direito público e dever do Estado.
- Defender políticas públicas que combatam a evasão esco-
lar garantindo acesso à educação com qualidade, vincu-
lado a direitos sociais e trabalhistas, e não à lógica do mer-
cado de trabalho precarizado.
- A CNTE e os movimentos sindicais não podem defender
quem corta da educação para pagar a falsa dívida pública

1. aos banqueiros — seja o congresso, os governadores e
2. prefeitos, ou o governo federal de Lula e Alckmim. Os
3. movimentos organizados precisam por sua estrutura para
4. impulsionar mobilizações nacionais, buscando o apoio da
5. população, com independência política de todos os gover-
6. nos para lutar contra todos os ataques!

7.

8. **ASSIM AS RESOLUÇÕES:**

9. Albino Padilha da Silva - CPERS RS, Ana Luíza
10. Roman Brum - CPERS RS, Bárbara Guimarães Rocha -
11. SIND-REDE BH, Bruno Câmara do Nascimento - SEPE
12. RJ, Claudia Machado Ribeiro – SIMPERE, Cleusa Mar-
13. garette Werner - CPERS RS, Cristiane Banhol – APEOESP,
14. Danielle krieff - CPERS RS, Élica Cavalheiro - CPERS RS,
15. Ester Alves Durans - Sindeducação MA, Felipe Vidal Fraga
16. - CPERS RS, Flavia Silvestre Oliveira - SIND-REDE BH,
17. Gabriel Augusto Coelho de Santana – SIMPERE, Gustavo
18. Olímpio Siqueira Rocha - SindUTE MG, Iara Beatriz Anzi-
19. liero - CPERS RS

20. João Roberto Bourscheid – CEPRS RS, Jonas Fer-
21. reira da Silva – SINTEPE PE, Júlia Monteiro Dias - CPERS
22. RS, katia Rejane da Silva Souza – SIMPERE, Lúcia Rose-
23. mati Trindade - CPERS RS, Luisa Rosati Duquestrada -
24. SEPE RJ, Luiz Carlos Baptista Machado Junior - SEPE RJ,
25. Luiza Maria da Silva Lira – SIMPERE, Marcileni Apare-
26. cida Alves dos Santos da Mota – APEOESP, Maria da Graça
27. Souza – CPERS, Marilei Mesquita Gonçalves - CPERS RS,
28. Mirna Freire - SEPE RJ, Nilce dos Santos Machado - CPERS
29. RS, Noé de Oliveira Machado - CPERS RS, Orlando Mar-
30. celino da Silva Filho - CPERS RS, Paula Andreia Almeida
31. Falcão - SEPE RJ, Paulo Ricardo Pereira – SIMPERE,
32. Paulo Roberto de Oliveira Conterato - CPERS RS, Regi-
33. naldo Pereira do Carmo - SindUTE MG, Rejane de Oliveira
34. - CPERS RS, Renata Patrícia Jorge dos Santos Barbosa –
35. SIMPERE, Rui Torquato Oliveira – APEOESP, Sandra Bea-
36. triz Leal Silva - CPERS RS, Simone Fontana – SIMPERE,
37. Tânia de Fátima Arantes - SindUTE MG, Vanessa Portugal
38. Barbosa - SIND-REDE BH, Victoria de Fátima de Mello -
39. SindUTE MG

05 - OS POVOS DO MUNDO REAGEM CONTRA O IMPERIALISMO!

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A Flotilha da Liberdade se constituiu em uma denúncia viva contra o genocídio israelense e um ato de resistência frente ao silêncio cúmplice das potências ocidentais, diante da carnificina contra à população palestina na Faixa de Gaza.

A greve realizada em mais de cem cidades italianas no início de outubro levando à paralisação de ferrovias, portos e ao bloqueio em autoestradas e estradas circulares, foi uma greve de solidariedade da classe trabalhadora de um país à população palestina, exemplo seguido pelas centenas de milhões de pessoas em todo mundo que realizaram manifestações de rua contra o genocídio sionista contra os palestinos.

No cenário de solidariedade, combate à xenofobia e à intolerância, a vitória do candidato Zohran Mandani em Nova Iorque no início de novembro, foi um golpe contra o trumpismo. Com um programa de princípios objetivos: taxa-ção sobre os ricos, congelamento dos aluguéis e transporte gratuito. Mamdani integra os socialistas, é defensor da causa Palestina e fez duras críticas a Trump no discurso de vitória.

O fascista Trump ameaça invadir à Venezuela, já matou mais de 80 pessoas no Caribe e faz também ameaças à Colômbia, além de apoiar os governos de direita seus fantoches da região, como o fascista Bukele de El Salvador e Noboa do Equador. Este último, teve uma dura derrota no plebiscito que pretendia aprovar em referendo, instalação de bases dos EUA no Equador e a aprovação de uma Constituinte para lhe dar poderes ditatoriais, propostas que foram rechaçadas pela população daquele país.

A realização da COP 30 no Brasil em novembro de 2025, se constituiu em espaço de contrastes, por um lado a reunião de governantes e delegações oficiais com discursos e entrevistas coletivas, além de projetos que não saem do papel. Os povos originários são protagonistas, ao denunciar o contexto comum de colonialismo, invasão, despojo, destruição e falsas soluções, propostas pelos poderosos que praticam aniquilamento e genocídio. Vemos a relação entre corpo e

território como um tecido em que, embora habitem violências estruturais, também habita a disputa pela vida. Mais do que nunca, o ecossocialismo, como ferramenta de construção de outro mundo necessário e urgente.

Defendemos a participação da CNTE na I Conferência Internacional Antifascista em Porto Alegre, em março de 2026 que terá representações de sindicatos, partidos e movimentos sociais de esquerda de dezenas de países.

CONJUNTURA NACIONAL

Apoiado por parte dos militares, pelo agronegócio, e por vários setores do empresariado, Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado e se perpetuar no poder, visando a destruição total da democracia. Só não obteve êxito porque a maioria da sociedade rechaçou a reentrada do país em um novo regime ditatorial.

Após as depredações do 8 de janeiro e a descoberta do detalhamento da trama golpista que planeava o assassinato de Presidente e Vice-Presidente da República eleitos e do Presidente do TSE, O STF condenou Bolsonaro e a cúpula golpista com penas variadas entre 16 e 27 anos de prisão. Os bolsonaristas esperavam mobilizar a sociedade contra esta decisão e desencadearam a campanha pela “anistia”, que não comoveu o país. Eduardo Bolsonaro mesmo sendo Deputado fugiu para os EUA e passou a conspirar contra o país, movimento não apoiado por grande parte da própria direita, pois o governo Trump aplicou o tarifaço contra o Brasil.

O centrão e o bolsonarismo aprovaram na Câmara dos Deputados a PEC da blindagem, que foi rechaçada pela sociedade, através de uma onda de Protestos em todas as capitais e em mais de uma centena de cidades, com a participação de centenas de milhares de pessoas, derrotando a PEC no Senado por unanimidade.

Os golpistas em sua trajetória de ataques ao país e à classe trabalhadora, colocaram em debate a PEC da Reforma Administrativa com objetivo de destruir o que ainda resta de

1. direitos de milhões de servidores públicos em todas as esferas
 2. da administração pública, atingindo basicamente os servido-
 3. res com menores salários e que atuam diretamente no atendi-
 4. mento à sociedade, o que iria provocar impactos incontrolá-
 5. veis tanto na União, como nos Estados e Municípios. Os Ser-
 6. vidores reagiram com a Marcha à Brasília em 29 de outubro,
 7. conseguindo pelo menos temporariamente derrotar a destrui-
 8. ção dos serviços públicos.

9. Enquanto as pesquisas apontam a recuperação cons-
 10. tante nos índices positivos do governo Lula, com a tendên-
 11. cia de reeleição em 2026, desesperados os bolsonaristas apos-
 12. taram na pauta da segurança pública. O governador Cláudio
 13. Castro/RJ, determinou uma operação nos morros do Com-
 14. plexo do Alemão e da Penha provocando a maior chacina
 15. da história do Brasil com a morte de quatro policiais e cento
 16. e dezessete pessoas dentre elas muitos inocentes. Castro
 17. comete um crime contra a humanidade, nitidamente para
 18. tentar recuperar popularidade política e tentar se viabilizar
 19. como candidato ao Senado.

20. A candidatura Lula a frente do arco de alianças amplas,
 21. em que pese está consolidada, tem adotado políticas contra os
 22. trabalhadores a exemplo do arcabouço fiscal, uma espécie de
 23. novo teto de gastos, que limita o aumento dos investimentos
 24. em educação e saúde, além de não dar aumento real no salá-
 25. rio-mínimo e nos programas sociais, dificultando a redução da
 26. desigualdade socioeconômica. Por outro lado, o governo tem
 27. secundarizado a aplicação de um programa de reforma agrá-
 28. ria, mantendo a concentração fundiária.

29. Ressaltamos medidas corretas, por exemplo o enfren-
 30. tamento ao tarifaço de Trump e a denúncia contra as amea-
 31. ças de intervenções no chamado Sul Global, além da conde-
 32. nação do genocídio praticado por Israel na Faixa de Gaza,

33. É preciso constituir um campo de apoio à candida-
 34. tura Lula pela esquerda, o qual ao mesmo tempo em que
 35. lute contra o sequestro das riquezas do país pelas megacor-
 36. porações transnacionais, defesa um programa agressivo em
 37. várias áreas como taxação das grandes fortunas, tarifa zero
 38. nos transportes públicos, aprovação do fim da escala 6 X 1,
 39. investimento de 10% do PIB para a educação pública, etc.

POLÍTICA EDUCACIONAL: A LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADA

As escolas cívico-militares aprovadas em vários Estados e Municípios, são exemplos de ataques à educação pública, assim como a lógica do governador Tarcísio, em São Paulo, com a privatização *stricto sensu* de escolas, superando as proposições iniciais da fração burguesa localizada na frente ampla do governo federal, que se reduz a parcerias público-privadas. Apesar das diferenças nesses temas, a direita converge em agendas como a plataforma da educação, ou seja, o uso de plataformas tecnológicas em substituição ao ensino presencial.

PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS

A valorização dos trabalhadores em educação, é pauta essencial das entidades do magistério, prevista no Art. 67 da LDB - 9.394/96 e reforçada na CONAE de 2024. A Reforma Administrativa derrotada provisoriamente pela mobilização dos Servidores em escala nacional, já ocorre, em centenas de municípios e dezenas de Estados do país. A lógica privatista das contratações e terceirizações do serviço público, com planos de carreira achatados (quando existem) e o congelamento de salários, é reiterada transversalmente nas redes educacionais.

Mesmo com a Lei 11.738/08 estabelecendo o PSPN, o entendimento da matéria encontra-se sob interpretação do STF. Isso porque a maioria dos gestores utiliza a artimanha de aplicar o reajuste apenas sobre o salário base e não sobre o total dos vencimentos, resultando em lutas dos Profissionais do magistério em vários estados, pela correta aplicação da Lei do Piso.

A luta pelo Piso Nacional dos Funcionários de Escola (PL 2531/21), é instrumento fundamental para o reconhecimento desses profissionais que integram, com protagonismo, o espaço escolar. A adoção dessa medida pode representar

uma reviravolta nas políticas educacionais, sobretudo no combate à terceirização dessa atividade-meio, hegemonicamente presente nas redes de ensino.

A gestão de Camilo Santana tem optado por programas que não mexem na estrutura educacional, como o Programa Mais Professores Brasil, reprodutor de medidas que transversalizam o consumo, inspiram-se na lógica meritocrática de bonificações, excluem outros profissionais da escola e não enfrentam com intensidade políticas regressivas de governos anteriores, como a Reforma do Ensino Médio, reforçando o diagnóstico da reprodução social do capital na escola, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo, seguindo a cartilha neoliberal. Outra medida que é um ataque à educação foi a aprovação do programa “pé de meia” com os recursos institucionais da educação.

A LUTA PELA FORMAÇÃO CRÍTICA, CIDADÃ E DEMOCRÁTICA!

O ensino presencial é central, para combater a expansão do ensino à distância na educação básica, reduzindo as desigualdades sociais que fragilizam o processo formativo integral dos estudantes. A escola é espaço de socialização, de construção de vínculos, de acesso a infraestrutura pedagógica, cultural e científica, não pode ser substituída por plataformas digitais.

A obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia nas matrizes na educação básica, é fundamental para a formação crítica, cidadã e democrática, garantindo que os estudantes compreendam as estruturas sociais, os dilemas éticos e os desafios contemporâneos.

A CNTE deve realizar um Encontro Nacional de Professores(as) de Filosofia, Sociologia e demais disciplinas de Humanas, incluindo Artes. Um dos sistemas educacionais mais desiguais do mundo é do Brasil. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Educação (LC 220/2025) é fundamental para o equilíbrio dos sistemas, especialmente no que diz respeito ao financiamento público — mal utilizado por prefeituras e Estados devido à falta de organização administrativa, à necessidade de melhor monitoramento e regulação dessas

verbas, à distribuição mais equitativa de recursos para municípios e Estados com maior necessidade, entre outros elementos que promovam articulação entre os entes federados.

AVANÇOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS!

Importantes mecanismos de controle social, como conselhos e fóruns educacionais, tem limites, como o “aparelhamento” pelos governos e a dependência dos contextos políticos. O correto, é a organização da categoria dos profissionais da educação, retomando o legado clássico da luta operária: manifestações políticas, atos, paralisações e greves.

O exemplo dos trabalhadores da educação do Pará, em 2024 — que ocuparam estradas e a SEEDUC, promovendo o recuo do governo diante do fechamento de escolas indígenas, mostra que essa é a direção correta da luta. As pautas levantadas ao longo deste documento se materializarão através dessas ações, em unidade geral dos profissionais, seja em pautas locais ou em pautas amplas, como o piso nacional, além da aplicação de 10% do PIB na educação pública.

POLÍTICA SINDICAL: CNTE DEMOCRÁTICA, AUTÔNOMA E INDEPENDENTE DOS GOVERNOS!

A CNTE, é a representação organizada através dos sindicatos das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação de todo país. Entendemos que o movimento sindical, deve ter como princípio a independência dos governos e dos gestores da educação. Os sindicatos filiados à CNTE devem ser intransigentes na defesa das reivindicações das (os) trabalhadoras(es) em educação e organizar o enfrentamento ao projeto neoliberal e conservador.

A CNTE deve ser protagonista na defesa dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores da educação básica, mobilizar e organizar as lutas e enfrentamentos contra governos que atacam diariamente às escolas de todo país, retirando direitos dos trabalhadores.

Derrotamos eleitoralmente o fascista e genocida Bolsonaro. O presidente Lula assumiu com o apoio do

1. movimento sindical, da juventude e dos partidos de esquerda.
 2. Porém as políticas do governo têm gerado frustração e desi-
 3. lusão entre boa parte dos profissionais da educação de todo
 4. o país, porque parte do sindicalismo entrou na máquina
 5. pública. Outro problema é a burocratização e a não renova-
 6. ção do movimento sindical.

7. A maioria dos sindicatos da educação básica, assim
 8. como a CNTE, perderam a autonomia, ao começarem a
 9. defender as políticas do governo, reduziram a mobilização
 10. pelas justas reivindicações dos trabalhadores em educação,
 11. deixando de ser organismos de frente única e perdendo a
 12. independência de classe.

13. Exemplo prático é o papel que a CUT cumpre ao
 14. apoiar as políticas econômicas de ajuste fiscal que aumenta
 15. o arrocho contra os trabalhadores. O arcabouço fiscal é na
 16. prática, similar a política de teto de gastos do golpista ex-
 17. -presidente Temer, agora com limites. Porém, essa política é
 18. muito grave, ao trazer o fim do piso constitucional da saúde
 19. e da educação.

20. A MP que alterou o artigo 70 da LDB, incluindo
 21. nos recursos que podem ser contabilizados como MDE as
 22. bolsas de estudo para alunos de escolas públicas e privadas
 23. e o incentivo financeiro educacional, na modalidade pou-
 24. pança, voltado à conclusão do curso de alunos do ensino
 25. médio público. Faltou mobilização contra este artifício pre-
 26. judicial ao financiamento da educação.

27. Derrotar a Reforma Administrativa exige unidade e
 28. grande mobilização, contra a destruição dos serviços públi-
 29. cos, sendo o maior impacto provocado contra a educação
 30. básica pública. A CNTE deve convocar a greve geral da
 31. educação básica em todo país contra a famigerada Reforma
 32. administrativa.

34. **POLÍTICAS PERMANENTES: EM DEFESA DA** 35. **VIDA, DA DIVERSIDADE E DA EDUCAÇÃO** 36. **PÚBLICA EMANCIPADORA!**

37. “Cada geração deve descobrir sua missão,
 38. cumpri-la ou traí-la, em relativa opacidade”.
 39. (Frantz Fanon)

Reafirmamos nosso compromisso com a defesa
 intransigente da escola pública, gratuita, laica, democrática
 e de qualidade social. Em um cenário de ataques aos direitos
 sociais, às liberdades democráticas e à dignidade humana, é
 urgente construir políticas permanentes que garantam justiça
 social, equidade e respeito à diversidade em toda a educação.

MULHERES: DIGNIDADE, IGUALDADE E **PROTAGONISMO**

As mulheres são maioria no magistério e na linha
 de frente do cuidado, mas seguem enfrentando desigual-
 dade salarial, sobrecarga e violência institucional. Defende-
 mos políticas permanentes de valorização, redes de proteção
 contra assédio e violência, combate ao feminicídio, licença
 para cuidado familiar sem prejuízo funcional e promoção de
 lideranças femininas nos espaços políticos e educacionais.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO EIXO **ESTRUTURANTE**

“Não existe futuro enquanto a morte for projeto.

*Mas existe luta — e é essa luta que reorganiza
 o sentido da vida neste país.*

A batalha por existir nunca foi escolha nossa.

Foi obrigação imposta pela história”.

(André da Silva Franco, o Vex)

O racismo permanece estruturando desigualdades e
 violências na escola pública, e as Leis 10.639/03 e 11.645/08
 seguem insuficientemente implementadas. É necessária uma
 política de Estado para educação antirracista, com formação
 continuada, materiais pedagógicos específicos, valorização
 de referências negras, indígenas e quilombolas e enfrenta-
 mento do racismo institucional.

APOSENTADAS E APOSENTADOS: RESPEITO E **VALORIZAÇÃO**

A memória viva da educação segue enfrentando
 abandono, perdas salariais e adoecimento invisibilizado.
 Defendemos a revogação do confisco previdenciário, a

1. recomposição das perdas históricas, acesso digno à saúde
2. e políticas de inclusão que respeitem quem dedicou a vida
3. à educação pública.

4. **SAÚDE MENTAL: CUIDAR DE QUEM EDUCA**

6. O adoecimento mental da categoria cresce diante da
7. sobrecarga, da pressão por resultados, da violência escolar
8. e da falta de apoio institucional. Reivindicamos o fortale-
9. cimento da Rede de Atenção Psicossocial, a implementa-
10. ção efetiva da Lei 13.935/2019, políticas de cuidado cole-
11. tivo, acolhimento emocional e licença médica respeitosa para
12. situações de sofrimento mental.

14. **DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:** 15. **EDUCAÇÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE**

16. Pessoas LGBTQIA+ seguem enfrentando discrimi-
17. nação e violência dentro das escolas. Defendemos polí-
18. ticas permanentes de educação em direitos humanos com
19. foco em gênero e diversidade, garantia de nome social, pro-
20. teção contra discriminação e valorização das existências
21. LGBTQIA+ nos currículos, práticas pedagógicas e espaços
22. institucionais.

24. **POLÍTICAS PÚBLICAS DURADOURAS**

25. As políticas defendidas neste Congresso da CNTE são
26. estruturantes e não podem depender de governos de turno.
27. Garantiremos na luta para inserir na lei, orçamento público e
28. participação social ativa, com atuação firme nos espaços de
29. decisão, controle e formulação das políticas educacionais.

31. **CONCLUSÃO**

32. Reafirmamos a necessidade de uma escola pública trans-
33. formadora, inclusiva e comprometida com a vida. A defesa das
34. mulheres, da população negra, indígena, LGBTQIA+, dos apo-
35. sentados e da saúde mental não é pauta setorial, mas compro-
36. misso permanente com uma educação libertadora.

37. Com coragem política, solidariedade e organização
38. coletiva, construímos resistência e abrimos caminho para um
39. futuro com justiça, igualdade e dignidade para todas e todos.

PLANO DE LUTAS: CONSTRUIR A GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA E FORTALECER A SOBERANIA NACIONAL!

É preciso criar uma grande mobilização nacional de
toda educação básica e dos servidores públicos para cons-
truir a greve nacional com grandes manifestações nas prin-
cipais cidades do país para derrotar a reforma administra-
tiva, exigir o fim da escala 6 X 1 e defender a educação
básica pública, o pagamento correto do piso nacional em
todas as esferas e plano de carreira que valorize os profis-
sionais de educação.

Nesse sentido, rechaçamos o recente ataque ao Piso
Constitucional da Educação e ao Princípio da MDE. A luta
pelo pagamento correto do piso salarial nacional pelos Esta-
dos e Municípios é uma luta fundamental. É inadmissível
que tenhamos estados a exemplo do Estado de São Paulo
que convertem a diferença entre o salário base e o piso
nacional em abono complementar. Nesse sentido, é impon-
derável o endurecimento da legislação contra os referidos
governantes, que devem ser responsabilizados e sanciona-
dos, inclusive com a perda do cargo, no caso do descumpri-
mento correto da lei.

Também exigimos a revogação da reforma traba-
lhista e da reforma da previdência, pelos prejuízos caudados
a milhões de trabalhadores, que tiveram seus direitos total-
mente precarizados e no caso da reforma da previdência
além de trabalhar em média cinco anos a mais, sofrem uma
brutal redução nos salários quando conseguem se aposentar.

A pretexto de modernizar a prática docente os siste-
mas de ensino radicalizaram da aplicação da plataformiza-
ção com vários objetivos dentre eles, retirar a liberdade de
cátedra docente, institucionalizar o assédio moral como prá-
tica cotidiana e privatizar a educação. A CNTE deve defen-
der a aprovação de uma legislação que regulamente a uti-
lização da tecnologia na educação como meio auxiliar da
didática e da pedagogia, rechaçando seu uso a serviço do
lucro, do assédio e da mera operacionalização didática por
parte dos professores.

1. A defesa do aumento dos recursos da educação
2. pública para 10% do PIB é uma reivindicação primordial,
3. para garantir uma escola pública emancipadora em todo
4. país, possibilitando a valorização dos profissionais de edu-
5. cação, como processo imprescindível, avançando no desen-
6. volvimento da defesa da soberania nacional como processo
7. imperativo na construção de um novo mundo que tenha
8. como base o projeto ECOSOCIALISTA, para conter a
9. catástrofe climática em curso.

10.
11. **ESTATUTO**

12. Art. 50 - A Diretoria da CNTE será eleita em chapa
13. completa por votação direta pelos delegados presentes à ple-
14. nária do Congresso.

15. Parágrafo Único – Caso duas Chapas ou mais dispu-
16. tem a Diretoria da CNTE, integrará a Diretoria toda chapa
17. que obtiver 10% ou mais dos votos dos delegados e delega-
18. das votantes no Congresso da Confederação.

19.
20. **ASSINAM:**

21.	DELEGADO/A	ENTIDADE
22.	Adriana Cristina Romano de Souza	SEPE/RJ
23.	Alexandre Wilson Simões da Silva	SEPE/RJ
24.	Aline do Carmo Couto	SEPE/RJ
25.	Ana Cristina B. Thomé da Silva	SEPE/RJ
26.	Ana Luiza Batista Thomé	SEPE/RJ
27.	Andrea de Araújo Cassa	SEPE/RJ
28.	Anna Rafaelli Rocha Marques	SEPE/RJ
29.	Cacilda da Silva Pinheiro	SEPE/RJ
30.	Carlos Roberto Castro de Jesus	SEPE/RJ
31.	Cristiane de Souza Rodrigues	SEPE/RJ
32.	Daniel Monteiro Salomão	SEPE/RJ
33.	Danilo Garcia Serafim	SEPE/RJ
34.	Dominique Valéria de Rezende	SEPE/RJ
35.	Douglas de Almeida	SEPE/RJ
36.	Felipe da Silva Duque	SEPE/RJ
37.	Gabriel Abrão de Mendonça Gomes	SEPE/RJ
38.	Giovani da Silva Souza	SEPE/RJ
39.	Heloísa Ribeiro Machado	SEPE/RJ

Henrique Esteves Coelho	SEPE/RJ
Hilda dos Santos Silva	SEPE/RJ
Janir Meneses	SEPE/RJ
Jeany Alves Ignácio	SEPE/RJ
João Batista da Silva	SEPE/RJ
José Gomes Marques Filho	SEPE/RJ
Juliana Helena da Silva Santos	SEPE/RJ
Júlio Cesar Salino de Souza	SEPE/RJ
Kelly Serpa de Almeida	SEPE/RJ
Ketellyn Aparecida Maciel da Silva	SEPE/RJ
Leoni Luciana da Silva	SEPE/RJ
Léslei de Cássia Andrade Rezende	SEPE/RJ
Luciano Rodrigues Mathias	SEPE/RJ
Marcelo Ferreira de Sant’ana	SEPE/RJ
Orlando Chaves Monteiro	SEPE/RJ
Otaídes de Oliveira Riberio Júnior	SEPE/RJ
Patrícia Jacinto Vasconcellos	SEPE/RJ
Rafael Pereira Borges	SEPE/RJ
Renato Batista da Conceição	SEPE/RJ
Rita de Cássia Silva Pascoal	SEPE/RJ
Rodrigo Nardi de Carvalho Dantas	SEPE/RJ
Rogge Esteves Perfetti	SEPE/RJ
Rose do Nascimento Ximenes	SEPE/RJ
Roseni Batista Firmino dos Santos	SEPE/RJ
Tainara da Silva	SEPE/RJ
Telma Luzemi de Paula Souza	SEPE/RJ
Vânia Gonçalves Pereira	SEPE/RJ
Valdir Vicente de Oliveira	SEPE/RJ
Jesiel Batista de Andrade	SINTEPE/PA
Whisney Luiz Pereira Messias	SINTEPE/PA
Paulo José das Neves	APEOESP/SP
Tarcísio Aparecido Ramos	APEOESP/SP
Moacir Américo da Silva	APEOESP/SP
Eliane Aparecida Garcia	APEOESP/SP
José Geraldo da Silva	APEOESP/SP
Luís Antônio Nunes Horta	APEOESP/SP
Josefa Gomes da Silva	APEOESP/SP
Reinaldo País dos Santos	APEOESP/SP
Rita Leite Diniz	APEOESP/SP

1.	Cristiano Andreazza	APEOESP/SP
2.	Carolina Gomes Machado	APEOESP/SP
3.	Júlio César Dias	APEOESP/SP
4.	Maria Consoladora da Silva	APEOESP/SP
5.	Márcia Hoschete	APEOESP/SP
6.	Abighail Puccini Rodrigues	APEOESP/SP
7.	Veralúcia de Lima	APEOESP/SP
8.	Sônia Maria de Almeida	APEOESP/SP
9.	Neuza Aparecida de Oliveira Peres	APEOESP/SP
10.	Maísa Bonifácio Lima	APEOESP/SP
11.	Maria de Lourdes Tadeu da Silva	APEOESP/SP
12.	Rosane de Matos	APEOESP/SP
13.	Divani Fátima	APEOESP/SP
14.	Douglas Ferreira Soares	CEPERS/RS
15.	Neiva Inês Lazzarotto	CEPERS/RS
16.	Silvana Santos de Souza	CEPERS/RS
17.	Karla Sadosky e Silva	CEPERS/RS
18.	Gilmar Nunes Corrêa	CEPERS/RS
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		

06 - RESOLUÇÕES DA CSD

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura internacional contemporânea é marcada por uma profunda reconfiguração da ordem mundial. A hegemonia liberal consolidada após a Segunda Guerra Mundial e celebrada como “fim da história” na virada dos anos 1990 encontra-se em processo acelerado de desgaste. O ciclo da globalização neoliberal sustentado pela financeirização, pela desindustrialização de economias ocidentais e pela centralidade das grandes corporações e plataformas digitais combinou concentração de riqueza, precarização do trabalho e fragilização de Estados nacionais. Esse processo produziu tensões que hoje se expressam na disputa estratégica entre as grandes potências, especialmente Estados Unidos e China, elemento central da transição em curso.

A China consolidou-se como potência econômica e tecnológica de alcance global. A combinação de planejamento estatal, controle de setores estratégicos como o financeiro, expansão de infraestrutura e inovação expressa na Nova Rota da Seda, nos investimentos na África e na América Latina e no avanço em áreas como 5G, chips e energias renováveis elevou o país ao posto de principal concorrente à hegemonia norte-americana. Em resposta, os Estados Unidos passaram a reinterpretar sua política externa e de defesa com base na lógica da competição entre grandes potências, substituindo a retórica antiterrorista que dominou os anos 2001–2020 por uma doutrina de contenção político-econômica, tecnológica e militar contra a China.

É nesse contexto que, em 2025, o governo Trump lança a nova Estratégia de Segurança Nacional (NESN 2025), documento que redefine oficialmente os interesses, prioridades e instrumentos de atuação global dos EUA. No capítulo dedicado ao Hemisfério Ocidental, a estratégia anuncia um “reajuste da presença militar global” com deslocamento de forças e atenção diplomática para a América Latina, entendida como área vital para proteger fronteiras,

conter fluxos migratórios e impedir a influência externa de “potências hostis”. A NESN afirma explicitamente que os EUA devem assegurar um hemisfério “livre de incursão estrangeira” e de “propriedade de ativos estratégicos” por países como China e Rússia, um recado direto a governos latino-americanos que diversificam parcerias e projetam autonomia.

O documento vai além: determina que os países da região devem cooperar com Washington no “combate a narcoterroristas, cartéis e organizações criminosas transnacionais”, equiparando crime organizado e terrorismo como ameaças equivalentes à segurança nacional norte-americana. Essa formulação abre caminho para militarização da política externa e intervenções extraterritoriais, atualizando o velho Corolário Roosevelt, a política do Big Stick — para o século XXI. Não por acaso, analistas e veículos de comunicação registram que a NESN 2025 assume explicitamente um “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, reposicionando a América Latina como área de tutela estratégica dos EUA frente à disputa com a China.

Nesse quadro, a Venezuela se converte no principal alvo da ofensiva política, militar e comunicacional norte-americana. A administração Trump designou o chamado Cartel de Los Soles que Washington afirma envolver setores das Forças Armadas venezuelanas como organização terrorista, acusando o governo Maduro de liderar uma rede internacional de tráfico de drogas. A Casa Branca vinculou o país ao grupo criminoso “Tren de Aragua”, elevou para 50 milhões de dólares a recompensa pela captura de Nicolás Maduro e lançou operações navais no Caribe e no Pacífico sob o argumento de combater o narcotráfico. Em declarações públicas, Trump chegou a afirmar que ações “por terra” contra estruturas venezuelanas poderiam ocorrer “muito em breve”, enquanto deslocava navios de guerra, inclusive porta-aviões nucleares para a região.

1. Assim, a Venezuela passa a ser enquadrada como
 2. “Estado narcoterrorista”, categoria que combina crimina-
 3. lidade, terrorismo e ameaça à segurança dos EUA, forne-
 4. cendo um arcabouço jurídico-político que legitima sanções,
 5. bloqueios e a preparação de uma intervenção militar. Impõe-
 6. -se uma nova ofensiva sobre a América Latina segundo os
 7. interesses geopolíticos de Washington, impedindo o avanço
 8. da China e sufocando projetos de soberania regional. A polí-
 9. tica do Big Stick retorna assim não apenas como metáfora
 10. histórica, mas como diretriz operacional explícita na estraté-
 11. gia de segurança norte-americana.

12. Outra guerra financiada e autorizada pelos Esta-
 13. dos Unidos é o genocídio contra o povo Palestino, ini-
 14. ciada em outubro de 2023. O conflito é marcado pela tenta-
 15. tiva de extermínio do povo palestino, que, segundo relatos
 16. de novembro de 2025, já ultrapassa as 70 mil mortes, com
 17. dezenas de milhares de feridos. Desse total, uma proporção
 18. significativa são mulheres e crianças, com fontes da ONU e
 19. outras organizações indicando que a população civil é a prin-
 20. cipal vítima.

21. Esse movimento ocorre num ambiente internacional
 22. mais amplo de instabilidade política, crise climática, aumento
 23. das desigualdades e avanço de forças autoritárias em diver-
 24. sas regiões. O neoliberalismo, embora questionado, perma-
 25. nece como racionalidade dominante: privatizações, austeri-
 26. dade fiscal, desmonte de serviços públicos e fortalecimento
 27. das corporações transnacionais. A crescente influência das
 28. big techs que controlam plataformas, dados, fluxos comuni-
 29. cacionais e cadeias econômicas inteiras, aprofunda a assime-
 30. tria entre as grandes potências e os países periféricos. A Amé-
 31. rica Latina, inserida de modo dependente nas cadeias globais
 32. de valor e marcada por fragilidade institucional, transforma-
 33. -se em terreno privilegiado para disputas híbridas, operações
 34. de inteligência, guerra informacional e pressão diplomática.

35. Diante desse cenário, países como o Brasil encon-
 36. tram-se numa encruzilhada estratégica. A pressão dos EUA
 37. para enquadramento geopolítico seja por meio de tarifas,
 38. como no caso do aço e alumínio, seja pela narrativa anti-
 39. drogas e antiterrorismo combina-se com a necessidade de

ampliar relações com a China, hoje principal parceiro comer-
 cial brasileiro. A disputa entre as potências coloca riscos, mas
 também abre oportunidades para a América do Sul aprofun-
 dar mecanismos de integração regional, fortalecer institui-
 ções multilaterais e construir alternativas de desenvolvimento
 soberano.

A defesa da soberania exige o fortalecimento do
 Estado, da democracia e dos serviços públicos. Um país sem
 capacidade estatal robusta incapaz de planejar seu desenvol-
 vimento, proteger setores estratégicos, regular plataformas
 digitais ou garantir direitos sociais torna-se refém de interes-
 ses externos, de lógicas de mercado e de pressões geopolíti-
 cas. A democracia também é condição essencial: quanto mais
 ampla for a participação popular e maior o controle social
 sobre as decisões de Estado, menor será o espaço para inter-
 venções, golpes híbridos e manipulações externas.

Da mesma forma, os serviços públicos, educação,
 saúde, ciência, assistência, infraestrutura, cultura são pila-
 res para que um povo se torne sujeito de seu destino histó-
 rico. Uma sociedade precarizada não tem condições de resis-
 tir a pressões imperiais nem de formular um projeto próprio
 de desenvolvimento. Por isso, a luta pela soberania nacional
 e popular está intrinsecamente ligada ao fortalecimento das
 políticas sociais, à valorização dos servidores e à afirmação
 de um Estado democrático capaz de articular indústria, ciên-
 cia, tecnologia e proteção ambiental.

Em síntese, a conjuntura internacional revela um
 mundo em transição, marcado por confrontos hegemônicos,
 pelo retorno da política de força e pela escalada de dispu-
 tas estratégicas na América Latina. A resposta a esse cená-
 rio não pode ser o alinhamento automático a qualquer bloco,
 mas a construção ativa de um projeto nacional soberano,
 sustentado por democracia, Estado forte, integração regio-
 nal e defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro.
 Somente assim o Brasil poderá navegar neste século de insta-
 bilidade sem ser arrastado por agendas alheias e poderá afir-
 mar sua soberania de forma plena, política, econômica, tec-
 nológica e popular.

1. CONJUNTURA NACIONAL

2. **Construir a vitória sobre a extrema direita: Por um Brasil democrático antineoliberal!**

3. O legado de destruição e a vitória necessária: o perí-
4. odo histórico marcado pelas presidências de Michel Temer
5. e Jair Bolsonaro representou não apenas um retrocesso, mas
6. uma aceleração brutal de mudanças de caráter neoliberal e
7. ultraliberal na estrutura do Estado brasileiro. O desmonte de
8. políticas públicas e o ataque sistemático aos direitos sociais
9. foram a tônica dessa conjuntura sombria. Nesse cenário, a
10. vitória do presidente Lula no ano de 2022, eleito com muita
11. luta, suor e a indispensável unidade da classe trabalhadora,
12. foi o freio de emergência que interrompeu o projeto de des-
13. truição nacional que estava em curso.

14. Essa vitória, contudo, precisa ser celebrada com a
15. consciência das imensas dificuldades que permeiam o ato de
16. governar num cenário tão adverso. Foi necessária a constru-
17. ção de uma frente ampla para garantir o retorno da democra-
18. cia, uma composição tática entre setores progressistas e seg-
19. mentos do centro capitalista. Essa união fez-se imperativa
20. para evitar a catástrofe de uma vitória dos setores ultra direi-
21. tistas e conservadores reacionários, de caráter abertamente
22. neofascista.

23. As contradições da Frente Ampla e o Congresso: estes
24. setores do centro e da direita tradicional, embora aliados pon-
25. tuais na defesa da democracia, detêm maioria no Congresso
26. Nacional e ocupam espaços estratégicos dentro do próprio
27. governo. Diante dessa realidade exposta e complexa, torna-se
28. imperativo que as trabalhadoras e os trabalhadores da educa-
29. ção, bem como todo o movimento social, atuem não apenas
30. na defesa do governo, mas na disputa de seus rumos, visando
31. a reeleição do Presidente Lula e a eleição de parlamentares
32. verdadeiramente comprometidos com o combate às desigual-
33. dades e ao avanço da extrema direita no país.

34. O equívoco da despolarização inicial: nos dois primei-
35. ros anos do terceiro governo Lula, operou-se sob o pressu-
36. posto da inelegibilidade de Bolsonaro após sua condenação.
37. A estratégia predominante propunha um caminho de "despo-
38. larização" com o bolsonarismo, apostando equivocadamente
39.

na disputa de suas bases sociais e políticas representadas no
chamado “Centrão”. Acreditava-se que esse seria o caminho
para construir uma maioria eleitoral e legislativa estável.
Contudo, esse quadro mostrou-se falho, fortemente marcado
por uma conjuntura internacional e nacional adversas. O ter-
ceiro governo Lula encontrou severas dificuldades em colo-
car em prática o programa vitorioso nas urnas em 2022. A
pressão da extrema direita neoliberal, agora consolidada com
uma maioria conservadora na Câmara Federal, formou uma
barreira quase intransponível para as pautas progressistas.

As amarras econômicas do Banco Central e Arca-
bouço Fiscal: a essa correlação de forças desfavorável no
parlamento, somou-se a gestão abertamente neoliberal do
Banco Central — com sua política de juros altos que sabo-
tam o crescimento — e os limites orçamentários rígidos esta-
belecidos pelo Novo Arcabouço Fiscal. Este impasse no sen-
tido e no ritmo da aplicação do programa eleito gerou uma
perigosa queda da popularidade do governo e abalou a con-
fiança na liderança histórica do presidente, gerando críticas
justas e generalizadas dos movimentos sociais. Com a popu-
laridade em queda e sem conseguir mobilizar sua base social
potencial, o governo estava se tornando cada vez mais pri-
sioneiro de negociações intermináveis e concessões ao “Cen-
trão”, que, por sua vez, mantinha articulações orgânicas com
a extrema direita. Frente a este diagnóstico crítico, a mili-
tância lutou para retomar o rumo, vinculando a polarização
democrática contra o bolsonarismo à defesa de medidas anti-
neoliberais concretas que ativassem a mobilização popular.

A defesa da soberania e enfrentamento ao Golpismo:
não há dúvida de que a crescente pressão da conjuntura exigia
mudanças. A ofensiva internacional, exemplificada pela influ-
ência de Trump e sua conexão com o bolsonarismo, somada à
dinâmica da extrema direita no Congresso para impor derro-
tas ao governo, exigiu uma reação. Prevaleceu, felizmente, a
necessidade de mudar os rumos com apoio popular. A tenta-
tiva de anistia aos golpistas de 8 de janeiro serviu como cata-
lisador. A firmeza do STF e a postura do governo consolida-
ram uma importante maioria de opinião pública contra o gol-
pismo. É um fato de dimensão histórica: pela primeira vez,

1. golpistas e militares de alto escalão estão sendo condenados
2. e presos. Isso tem dimensão internacional, pois atinge uma
3. das principais lideranças da rede de extrema direita mundial.

4. Soberania Nacional e isolamento do Bolsonarismo:
5. destacamos também a firme posição do governo Lula em
6. defesa da soberania nacional. Ao mesmo tempo que buscou
7. o caminho da negociação diplomática pragmática, o governo
8. formou uma forte maioria de apoio nacional contra o bolso-
9. narismo, que ficou isolado na defesa mesquinha de interesses
10. estrangeiros e tarifas às exportações brasileiras, sendo des-
11. mascarado em sua farsa nacionalista. Além disso, a aliança
12. da extrema direita fisiológica na Câmara com o bolsonarismo
13. sofreu uma derrota decisiva nas ruas. As magníficas manifes-
14. tações do dia 21 de setembro contra a "PEC da Bandidagem"
15. e contra a anistia mostraram que o jogo não é jogado apenas
16. nos gabinetes. Pela primeira vez, o governo se viu amparado
17. por um apoio majoritário nas ruas e nas redes, rompendo a
18. dependência exclusiva de acordos de cúpula e repudiando a
19. agenda neoliberal da Câmara. Estava ali desenhado um novo
20. caminho de governabilidade.

21. Medidas populares e a inversão da popularidade:
22. virada se consolidou com medidas econômicas diretas. A
23. isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco
24. mil reais e a redução da alíquota para quem recebe até 7 mil
25. foi aprovada praticamente por consenso, tamanha a pres-
26. são popular. Inclusive a direita bolsonarista teve que votar a
27. favor. Ao defender a recomposição de receitas taxando, ainda
28. que timidamente, os rendimentos financeiros e as "Bets", o
29. governo Lula adotou publicamente o discurso da distribuição
30. de renda e do enfrentamento à desigualdade. Essas propostas
31. precisam ser o centro do debate público e da próxima campa-
32. nha eleitoral. Ao assumir também a defesa do fim da escala
33. 6x1 sem redução salarial, propor subsídios ao gás de cozi-
34. nha e lançar programas de crédito habitacional, o governo
35. acumula razões para reconquistar a classe trabalhadora, não
36. apenas os mais pauperizados, mas também a classe média
37. assalariada.

38. O novo cenário político e a desarticulação da direita:
39. estas vitórias políticas inverteram a tendência de queda da

popularidade de Lula. Mais do que isso: ativaram a base social. No campo oposto, vê-se o movimento inverso: queda de popularidade do bolsonarismo, dificuldade de unificar uma candidatura para 2026 e a deslegitimação da maioria conservadora no Congresso. Houve, em síntese, uma inversão do sentido político da conjuntura, rompendo o cerco que se formava nos dois primeiros anos.

A estratégia da extrema direita de retomar a iniciativa através da barbárie na segurança pública — como visto nas ações do governo do Rio de Janeiro — não tem capacidade, por si só, de reverter esse novo quadro. Embora haja apelo em setores populares por segurança, a maioria da população se sente insegura com a letalidade policial desenfreada e apoia políticas de inteligência integradas com o governo federal. O desafio da esquerda é apresentar uma política de segurança cidadã eficaz, focada em descapitalizar o crime organizado e expor suas relações com o sistema financeiro, como tem feito a Polícia Federal ao investigar os laços entre facções e a Faria Lima.

O Rumo Estratégico e a base social: essas vitórias apontam para um novo rumo estratégico que deve ser aprofundado: a vitória democrática exige o enfrentamento das amarras neoliberais. A governabilidade deve ser construída com o apoio ativo das classes trabalhadoras, em seu sentido amplo, antirracista, feminista e diverso. Nesse contexto, a indicação de Guilherme Boulos para a articulação política ou áreas estratégicas do governo sinaliza a intenção de tornar mais nítido o relacionamento com os movimentos sociais. Isso cria uma "ponte" para ancorar a governabilidade nas lutas populares, e não apenas nas negociações com um Congresso hostil.

Os limites estruturais e a disputa de 2026: ainda há limites nítidos, a direção neoliberal do Banco Central e a austeridade fiscal impedem um novo ciclo vigoroso de investimentos. Essas políticas concentram renda e elevam a dívida pública. Por isso, a vitória atual não é definitiva. É um processo.

Para 2026, a meta deve conter 4 elementos centrais:

1) uma vitória eleitoral expressiva sobre a candidatura

1. da extrema direita; 2) uma alteração qualitativa na correlação
 2. de forças no Congresso Nacional, diminuindo o controle da
 3. direita; 3) um novo protagonismo político de mobilização
 4. das massas; 4) um Estado forte em políticas públicas, princi-
 5. palmente a educacional, com desenvolvimento sustentável.
 6. Essas quatro condições são possíveis, mas depende do apro-
 7. fundamento do rumo antineoliberal.

8. A necessidade da Reforma Política: historicamente,
 9. as forças de esquerda nunca tiveram maioria no Congresso
 10. para alterar o sistema político legado pela ditadura. Sem
 11. reforma política, fomos nos conformando às dinâmicas dis-
 12. torcidas de formação de maioria, marcadas pelo poder eco-
 13. nômico e pelo fisiologismo. O programa neoliberal agravou
 14. isso capturando o orçamento público via emendas parlamen-
 15. tares e "currais eleitorais". A luta contra a anistia aos golpis-
 16. tas revelou a defesa da democracia pelo povo; a luta contra a
 17. proteção parlamentar revelou o repúdio aos privilégios. Há
 18. um sentimento antissistema que, se não for disputado pela
 19. esquerda com um programa democrático radical, continuará
 20. sendo capturado pela extrema direita farsesca.

21. O fortalecimento estatal só alcançará seu pleno poten-
 22. cial quando articulada a uma **política educacional transfor-**
 23. **madora**, fundamentada em recursos econômicos advindos
 24. de fontes públicas, como impostos, lucros da venda do pré-
 25. -sal e royalties do petróleo. A educação cumpre papel impor-
 26. tante para a transformação tecnológica e o fortalecimento da
 27. soberania nacional. Nesse sentido, é fundamental uma polí-
 28. tica nacional de fortalecimento do serviço público em todas
 29. as áreas, contrapondo a terceirização e a privatização que se
 30. fortaleceram como mais eficientes.

31. Considerar a relação com a natureza, a preservação
 32. dos territórios das comunidades e povos tradicionais e seus
 33. modos de vida defendendo o modelo de **transição justa, de**
 34. **desenvolvimento sustentável**, visando uma sociedade eco-
 35. lógica, baseado na produção de baixo carbono, baixa emis-
 36. são de gases de efeito estufa e na democratização da energia
 37. onde a classe trabalhadora tenha garantido condições de vida
 38. e trabalho dignas. As **emergências climáticas** tornam inadi-
 39. áveis essas mudanças, necessárias para que o planeta possa

se recuperar do desastre ambiental provocado pelo sistema
 capitalista e aprofundado pelo neoliberalismo.

Frente Única Antineoliberal: o caminho para 2026
 exige a construção de uma Frente Única das classes traba-
 lhadoras. Um programa democrático antineoliberal capaz
 de unir a mudança do sistema político, a defesa dos direitos
 sociais e o enfrentamento da macroeconomia rentista. Essa
 frente não se opõe a alianças pontuais com setores contra o
 fascismo, mas deve hegemonizá-las. A unidade das esquer-
 das é um imperativo de sobrevivência e vitória. A extrema
 direita opera como um partido digital unificado. A fragmen-
 tação do nosso campo é um erro fatal. A eleição de um presi-
 dente deve estar organicamente ligada a uma frente de can-
 didaturas ao legislativo com coerência programática. É hora
 de desmascarar o bolsonarismo em suas três falsas identida-
 des: a de antissistema, a de patriota e a de defensor do povo.
 Se a esquerda se apresentar unida, classista e propositiva, não
 haverá espaço para a reciclagem do neofascismo.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A análise da conjuntura educacional brasileira exige
 recuperar o acúmulo histórico produzido pelas entidades
 educacionais, pelos movimentos sociais e pelas resoluções
 de congressos e encontros nacionais que, ao longo das últi-
 mas décadas, construíram uma compreensão crítica sobre
 os rumos da educação pública no país. Desde os anos 1990,
 os documentos orientadores da Confederação Nacional dos
 Trabalhadores em Educação (CNTE) vêm denunciando o
 avanço das políticas neoliberais, a financeirização dos servi-
 ços públicos, a padronização curricular e a tentativa de subor-
 dinar a escola pública aos interesses do mercado. Esse acú-
 mulo se materializa em resoluções estruturantes que apon-
 tam, de forma consistente, a defesa da educação como direito
 social, a rejeição às privatizações, a valorização profissional
 e a centralidade da gestão democrática.

Os documentos debatidos em congressos anteriores
 como o 33º e o 34º Congresso da CNTE já evidenciavam que
 a ofensiva neoliberal contra a escola pública não era episó-
 dica, mas um projeto coerente que articula austeridade fiscal,

1. controle tecnocrático, empresariamento do ensino, militari-
 2. zação das escolas e ataques à liberdade de ensinar. As reso-
 3. luções enfatizavam que a educação pública, gratuita e social-
 4. mente referenciada somente poderia se consolidar mediante
 5. políticas de financiamento robustas, superação do subfinan-
 6. ciamento histórico, implantação plena do Custo Aluno-Quali-
 7. dade (CAQ) e fortalecimento das instituições públicas, desde
 8. o MEC e suas autarquias até as redes estaduais e municipais.

9. Além disso, os documentos anteriores alertavam para
 10. a crescente presença de atores empresariais na formulação de
 11. políticas educacionais, muitas vezes orientadas por organis-
 12. mos multilaterais e fundações privadas que estimulam mode-
 13. los gerencialistas, padronização curricular, ranqueamento
 14. de escolas e formas de “accountability” baseadas exclusi-
 15. vamente em desempenho. As resoluções denunciavam que
 16. tais modelos difundidos como modernizadores aprofundam
 17. desigualdades, precarizam o trabalho e reduzem a educação
 18. a um conjunto de indicadores, esvaziando seu caráter crítico,
 19. emancipador e democrático.

20. Outro ponto recorrentemente destacado nos docu-
 21. mentos históricos é o ataque contínuo à gestão democrática,
 22. seja por meio da militarização de escolas, seja pela implan-
 23. tação de modelos de governança privada, como as parce-
 24. rias público-privadas, as organizações sociais e a entrega
 25. da administração escolar para empresas, a exemplo do pro-
 26. grama Parceiro da Escola no Paraná. Os documentos ante-
 27. riores afirmam que a autonomia pedagógica e a participação
 28. da comunidade escolar constituem pilares fundamentais da
 29. escola pública, e que sua destruição representa grave ameaça
 30. à democracia.

31. Por fim, a análise acumulada nos documentos pre-
 32. cedentes apontava que a austeridade fiscal intensificada a
 33. partir da Emenda Constitucional 95 e agora reconfigurada
 34. pelo Arcabouço Fiscal constitui eixo estruturante do des-
 35. monte da educação pública. A compressão do gasto social,
 36. a limitação orçamentária e a subordinação das políticas edu-
 37. cacionais às metas fiscais consolidam um cenário no qual
 38. os direitos sociais são convertidos em despesas ajustáveis e
 39. não em obrigações do Estado. Essa crítica, presente de forma

contundente nos documentos anteriores, permanece atual e
 necessária para compreender a conjuntura presente.

Assim, a introdução desta conjuntura educacional
 se ancora na continuidade histórica de análises e resoluções
 anteriores, reafirmando que o que se vive hoje não é um pro-
 cesso isolado, mas parte de uma trajetória de disputas pro-
 fundas sobre o sentido da escola pública no Brasil. Retomar
 esse acúmulo é fundamental para compreender a gravidade
 do momento atual, suas raízes políticas e econômicas, e os
 desafios que se colocam para a defesa da educação pública,
 gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social.

A conjuntura educacional brasileira atravessa um dos
 períodos mais intensos de disputa, desestruturação e redefi-
 nição de rumos desde a Constituição de 1988. A educação
 pública, historicamente marcada por desigualdades estrutu-
 rais, insuficiência de financiamento e exclusão das classes
 populares, converteu-se no epicentro de um projeto de recon-
 figuração do Estado brasileiro e de reorganização do espaço
 escolar segundo princípios empresariais, conservadores e tec-
 nocráticos. Desde o golpe de 2016, esse processo se intensi-
 ficou por meio de políticas de austeridade, privatização, cen-
 tralização gerencial e ataques à função pública da escola, às
 ciências humanas, à pluralidade pedagógica e à própria noção
 de educação como direito social. Ao mesmo tempo, a edu-
 cação tornou-se alvo de uma disputa ideológica que procura
 restringir sua função crítica, deslegitimar o papel do profes-
 sor e redefinir o sentido político da formação escolar.

O primeiro eixo estruturante dessa conjuntura é o des-
 monte sistemático do financiamento educacional, inaugurado
 com a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos
 sociais por vinte anos. Essa medida, combinada a uma polí-
 tica permanente de ajuste fiscal, atingiu diretamente a capa-
 cidade do Estado de garantir educação pública com padrões
 mínimos de qualidade. Entre 2014 e 2021, o orçamento
 do Ministério da Educação teve perdas superiores a R\$ 37
 bilhões, afetando profundamente universidades, institutos
 federais, programas de permanência estudantil, pesquisa, for-
 mação docente e políticas estruturantes implementadas pelo
 FNDE, que perdeu mais de R\$ 25 bilhões no período. Essa

1. retração ocorreu simultaneamente ao aumento da pobreza,
 2. da insegurança alimentar, da crise habitacional e do desem-
 3. prego, produzindo um contexto onde a precarização educa-
 4. cional se soma às vulnerabilidades sociais que atravessam o
 5. cotidiano das escolas.

6. A aprovação do novo Arcabouço Fiscal não rompe
 7. com a lógica da austeridade; ao contrário, reconfigura-a e
 8. a torna ainda mais duradoura, ao subordinar os investimen-
 9. tos sociais ao equilíbrio fiscal e às projeções de superávit.
 10. O Arcabouço limita a expansão das despesas educacionais
 11. em patamares insuficientes para reparar o desfinanciamento
 12. acumulado, inviabilizando o cumprimento das metas do
 13. Plano Nacional de Educação e distanciando o país da imple-
 14. mentação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Esse meca-
 15. nismo fiscal institucionaliza a disputa desigual entre direi-
 16. tos sociais e restrições orçamentárias, inviabilizando políti-
 17. cas de expansão, equidade e infraestrutura e convertendo a
 18. educação em variável de ajuste, sobretudo em períodos de
 19. queda da arrecadação.

20. Nesse ambiente de restrição fiscal, avançam iniciati-
 21. vas de privatização, terceirização e empresariamento da edu-
 22. cação pública. A austeridade produz a justificativa segundo
 23. a qual o Estado seria incapaz de gerir suas próprias escolas,
 24. criando ambiente favorável à entrada de empresas privadas
 25. que passam a controlar dimensões administrativas, pedagó-
 26. gicas e tecnológicas do cotidiano escolar. O programa Par-
 27. ceiro da Escola, implementado no Paraná, constitui exem-
 28. plo emblemático dessa ofensiva, ao propor que empresas pri-
 29. vadas assumam a gestão administrativa de escolas estaduais.
 30. Além de transferir recursos públicos para agentes priva-
 31. dos, esse modelo esvazia o papel pedagógico da escola, fra-
 32. giliza a autonomia institucional e impõe rotinas administra-
 33. tivas orientadas pela eficiência empresarial, não pela quali-
 34. dade educacional. Em São Paulo, sob influência das políticas
 35. implementadas por Renato Feder, consolidou-se um modelo
 36. de gestão que articula plataformas digitais privadas, padro-
 37. nização curricular, centralização gerencial e metas de desem-
 38. penho, convertendo o trabalho docente em execução técnica
 39. de procedimentos prescritos por algoritmos e consultorias

externas.

Essas iniciativas são parte de um movimento mais amplo de reorganização neoliberal da educação, observado em vários países e presente nas diretrizes de organismos internacionais, que defendem a introdução de mecanismos de mercado, remuneração variável, responsabilização individual e avaliação padronizada como motores de “eficiência”. No Brasil, esse movimento se expressa de forma acelerada pela plataforma digital da educação, intensificada durante a pandemia. Nesse processo, empresas de tecnologia passaram a controlar ambientes virtuais de ensino, trilhas pedagógicas, sistemas de registro e acompanhamento e ferramentas de monitoramento do desempenho estudantil. O uso de plataformas privadas cria dependência tecnológica, reordena práticas pedagógicas segundo lógicas algorítmicas, reduz a pluralidade das metodologias de ensino e subordina dados sensíveis de milhões de estudantes a interesses comerciais. A promessa de modernização esconde uma profunda redução do papel docente, a padronização curricular, a vigilância pedagógica e a ampliação das desigualdades digitais e territoriais.

Paralelamente, as avaliações de larga escala consolidam um modelo tecnocrático de gestão que redefine a noção de “qualidade educacional”. O IDEB e outros sistemas avaliativos deixaram de cumprir função diagnóstica e passaram a ser utilizados como instrumentos de ranqueamento, punição e indução de políticas que reforçam a lógica da padronização e dos resultados quantificáveis. A qualidade, reduzida a indicadores numéricos, ignora a complexidade dos processos de aprendizagem, a diversidade sociocultural das comunidades escolares, as condições materiais das instituições e os contextos de vulnerabilidade que determinam desigualdades profundas no sistema educacional. Esse modelo penaliza escolas que atendem populações mais pobres, reforçando estigmas e legitimando intervenções externas muitas vezes associadas a contratos privados, pacotes pedagógicos padronizados e modelos de gestão empresarial. A função social da avaliação, prevista na Constituição e na LDB, é substituída por uma lógica de controle e responsabilização que intensifica a desigualdade e fragiliza a autonomia docente.

1. Esse ambiente tecnocrático dialoga diretamente com
 2. o avanço do conservadorismo autoritário sobre a educação
 3. brasileira. As políticas de militarização escolar, implemen-
 4. tadas em diversos estados, substituem a gestão democrática
 5. por estruturas hierárquicas que reforçam a disciplina rígida,
 6. o controle comportamental, a redução curricular e a vigilân-
 7. cia sobre estudantes e professores. As escolas cívico-milita-
 8. res operam segundo princípios incompatíveis com a plurali-
 9. dade pedagógica, a liberdade de ensinar e o papel formativo
 10. da escola pública, impondo rotinas punitivas e silenciando
 11. debates fundamentais sobre direitos humanos, diversidade
 12. e democracia. Simultaneamente, surgem projetos de educa-
 13. ção domiciliar que buscam fragmentar o direito coletivo à
 14. educação, retirando das crianças e adolescentes a convivên-
 15. cia escolar e transformando a formação em prática privada,
 16. sem controle público e sem compromisso com a diversidade
 17. cultural e social do país.

18. O avanço conservador se expressa também na tenta-
 19. tiva de censura e perseguição ideológica de educadores, por
 20. meio de iniciativas que buscam criminalizar debates sobre
 21. gênero, raça, meio ambiente e direitos humanos, produzindo
 22. ambiente de medo e autocensura. A escola, que deveria ser
 23. espaço de reflexão crítica, passa a ser alvo de ataques que res-
 24. tringem a liberdade intelectual e deslegitimam sua função
 25. social.

26. Nesse cenário, a aprovação do FUNDEB permanente
 27. representa um contraponto importante ao desmonte educacio-
 28. nal, reafirmando o compromisso constitucional com o finan-
 29. ciamento público da educação básica. O aumento da comple-
 30. mentação da União e os novos mecanismos redistributivos
 31. ampliam a capacidade de redução das desigualdades educa-
 32. cionais entre estados e municípios. No entanto, a regulamen-
 33. tação recente do fundo incluiu brechas para repasses ao setor
 34. privado, como ao Sistema S, o que exige aperfeiçoamento
 35. normativo e fortalecimento de mecanismos de controle social
 36. para assegurar que os recursos cumpram sua função pública.

37. O Custo Aluno-Qualidade (CAQ), previsto no Plano
 38. Nacional de Educação, constitui instrumento central para
 39. garantir condições adequadas de infraestrutura, jornada,

materiais didáticos, tecnologia pública, formação das/os edu-
 cadoras/es e número adequado de profissionais por escola.
 Sua implementação efetiva representa ruptura com a lógica
 da austeridade e compromisso real com a equidade e a qua-
 lidade social da educação.

A valorização das profissionais e dos profissionais da
 educação é dimensão indissociável dessa conjuntura. A pre-
 carização crescente, expressa na expansão de contratos tem-
 porários, terceirização de funções pedagógicas, de apoio e
 administrativas, baixos salários, aumento da carga de traba-
 lho e ausência de políticas consistentes de formação e car-
 reira, compromete não apenas o bem-estar do trabalhador,
 mas a qualidade da educação oferecida. A efetivação plena
 do Piso Salarial Nacional para todas/os as/os Profissionais da
 Educação, com carreira sólida e jornada que assegure condi-
 ções de planejamento e formação, é componente indispen-
 sável para qualquer projeto educacional que aspire à equi-
 dade e qualidade.

A saúde das/os educadoras/es é um pilar fundamen-
 tal para a qualidade do sistema de ensino como um todo,
 pois o bem-estar mental e físico das/os profissionais da edu-
 cação impacta diretamente sua capacidade de ensinar, inte-
 ragir com os alunos e manter um ambiente de aprendizado
 positivo. No entanto, essas/es profissionais frequentemente
 enfrentam desafios significativos, como altas demandas de
 trabalho, estresse crônico, sobrecarga de tarefas, assédio ins-
 titucional e, muitas vezes, condições de trabalho inadequa-
 das, o que pode levar à síndrome de burnout, ansiedade e
 outros problemas de saúde relacionados ao trabalho. Inves-
 tir em programas de apoio à saúde mental, diminuir a carga
 de trabalho, promover um ambiente escolar que valorize o
 equilíbrio entre vida pessoal e profissional são passos essen-
 ciais e, por consequência, assegurar um futuro melhor para
 as/os estudantes.

Reconstruir a educação pública implica reconstruir o
 próprio Estado e seu papel na garantia de direitos sociais.
 Os ataques à autonomia pedagógica, à gestão democrática,
 à liberdade de ensinar e à produção científica integram um
 projeto que busca reconfigurar a escola como instrumento de

1. controle social, adestramento comportamental e reprodução
 2. de desigualdades. O enfrentamento desse projeto exige rever-
 3. ter a lógica da austeridade, retomar investimentos públicos,
 4. fortalecer políticas de inclusão e permanência, valorizar os
 5. profissionais da educação e reconstruir as capacidades insti-
 6. tucionais do sistema educacional brasileiro.

7. O Brasil só superará suas desigualdades se reconhe-
 8. cer a educação pública como eixo estratégico de desenvol-
 9. vimento social, científico, cultural e econômico. A escola
 10. pública é o lugar onde se formam sujeitos críticos, se produz
 11. conhecimento, se constrói cidadania e se garante o direito à
 12. diversidade e à democracia. Proteger sua função social sig-
 13. nifica proteger o futuro do país. A conjuntura educacional
 14. expõe com clareza que não há projeto nacional soberano,
 15. democrático e justo sem compromisso integral com a edu-
 16. cação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social.

18. **POLÍTICA SINDICAL**

19. Precarização Estrutural e Desigualdade no Trabalho: o
 20. cenário atual do mundo do trabalho é marcado pela persistên-
 21. cia de empregos precários e altas taxas de informalidade, um
 22. fenômeno histórico-estrutural impulsionado pelo neolibera-
 23. lismo, avanços tecnológicos e a estruturação em cadeias glo-
 24. bais de produção. Essas cadeias replicam modelos de redu-
 25. ção de custos, precarização e vulnerabilidade social, acele-
 26. rando a concentração de renda global e gerando um círculo
 27. vicioso de desigualdade.

28. A Reforma Trabalhista (2017) intensificou essa dinâ-
 29. mica, tornando o setor informal o principal gerador de postos
 30. de trabalho no Brasil (PNAD Contínua). A informalidade é
 31. heterogênea, afetando desproporcionalmente mulheres, pes-
 32. soas negras e jovens, que trabalham mais horas e recebem,
 33. em média, a metade da remuneração dos trabalhadores com
 34. direitos assegurados. A informalidade acentua as diferenças
 35. salariais, incidindo sobre as mulheres, que enfrentam ocupa-
 36. ções desprestigiadas e o descumprimento de leis de igualdade
 37. salarial. A responsabilidade majoritária pelas tarefas domés-
 38. ticas limita sua participação e as coloca em condições mais
 39. desfavoráveis no mercado.

Precarização no Setor Público e Novas Formas de Trabalho: o serviço público também sofre precarização: redu-
 ção de concursos, salários defasados, gestão por metas, flexi-
 bilização e desregulamentação desvalorizam as carreiras. A
 terceirização e privatização crescente de serviços essenciais,
 transferindo-os para empresas, substituem a estabilidade e as
 condições dignas por relações de trabalho mais vulneráveis,
 transformando o que era um direito da população em merca-
 doria e lucro privado.

Paralelamente, o teletrabalho e, sobretudo, o traba-
 lho mediado por aplicativos, ganharam nova dimensão, desa-
 fiando a organização sindical tradicional. A terceirização, a
 contratação como Pessoa Jurídica (PJ) e a proliferação de
 autônomos e independentes promovem fissuras nas formas
 de contratação, forçando a negociação individual de direitos
 e esvaziando o papel do sindicato.

A Centralidade da Redução da Jornada e o Fim da Superexploração: o debate sobre a jornada de trabalho é cru-
 cial, pois envolve a distribuição do tempo entre as esferas
 produtiva (remunerada) e reprodutiva (doméstico/cuidados).
 A superexploração, jornadas excessivas e a hiperconexão
 aumentam as violências no trabalho e impactam gravemente
 a saúde da classe trabalhadora, especialmente a saúde mental.
 A defesa da redução da jornada sem redução de salário é uma
 ferramenta política e ideológica central para gerar e distribuir
 empregos. Combater a superexploração na defesa do fim da
 escala 6x1 e do direito à desconexão. A implementação da
 escala 5x2 é vista como estratégica rumo à conquista da 4x3
 para todos. A redução da jornada tem o potencial de impactar
 positivamente as mulheres ao promover uma melhor socia-
 lização do trabalho doméstico e de cuidados, redistribuindo
 responsabilidades e liberando tempo feminino para desenvol-
 vimento pessoal, lazer e participação política. A Educação é
 uma profissão majoritariamente de mulheres, a necessidade
 de mais horas de atividade é imperiosa.

Segundo Galvão (2021), os sindicatos são peças-
 -chave na luta contra a exploração e opressão. No entanto, o
 sindicalismo só terá futuro se for capaz de organizar e mobi-
 lizar suas bases, independentemente da forma de contratação

1. e ocupação. A tarefa essencial é politizar o debate, reconstituir o sentido de solidariedade e pertencimento coletivo para superar o isolamento e a fragmentação impostos pelo modelo atual. A superação dos desafios exige o crescimento da unidade entre os sindicatos e o foco na organização da representatividade nos locais de trabalho, desconstruindo a fragmentação para unificar a classe trabalhadora e construir uma nova ordem social.

9. Abertura de Possibilidades e Desafios (2023-2025):
10. mesmo com o Congresso Nacional, a todo momento empla-
11. cando pautas bombas contra a classe trabalhadora, a resistên-
12. cia através da unidade das centrais sindicais, as marchas da
13. classe trabalhadora, as possibilidades de greves para melhoria
14. de direitos tiveram centralidade. Importantes políticas foram
15. retomadas: a Política de Valorização do Salário Mínimo
16. foi retomada por lei, garantindo reajustes acima da infla-
17. ção e recuperação gradual do poder de compra, uma vitória
18. essencial do movimento. A isenção do imposto de renda até
19. R\$5000,00 e redução até R\$7350,00, a abertura do debate
20. nacional sobre a taxa dos mais ricos. A Igualdade Salarial
21. instituída pela Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, e regula-
22. mentada pelo Decreto nº 11.795/2023 e pela Portaria MTE
23. nº 3.714/2023 que visa garantir a igualdade salarial e de cri-
24. térios remuneratórios entre mulheres e homens que exerçam
25. trabalho de igual valor ou a mesma função. A valorização da
26. Negociação Coletiva, inclusive no setor público, permanece
27. como uma pauta central é o maior gargalo. Embora a ratifi-
28. cação da Convenção 151 da OIT (2010) seja um fato, a sua
29. regulamentação por legislação ordinária para incorporar o
30. direito à negociação coletiva dos servidores públicos, essen-
31. cial para a categoria, segue emperrada, dependendo de arti-
32. culação política intensa.

33. A grande luta a se enfrentar está na proposta de
34. Reforma Administrativa (que antes tramitou como PEC
35. 32/2020) voltou ao debate e atualmente tramita na Câmara
36. como PEC 38/2025. Embora o discurso seja de "aperfeiçoar
37. a governança", "promover a transformação digital" e "extin-
38. guir privilégios", a proposta é a destruição do serviço público
39. e aos direitos das/os trabalhadoras/es

Reconstruir o Brasil com as Educadoras e Educado-
res da Educação Pública: no campo da educação, a luta sin-
dical tem se concentrado na garantia das atualizações anuais
do Piso do Magistério, as carreiras, o concurso público, que
continuam sendo recorrentemente atacados por gestores esta-
duais e municipais, exigindo intervenção judicial e greves. A
vinculação do piso às carreiras, sem achatamentos, e a valo-
rização dos funcionários da educação permanecem no centro
da mobilização. A luta contra as terceirizações e privatiza-
ções, contra a militarização das escolas tornaram-se campa-
nhas nacionais.

A retomada do Fórum Nacional de Educação (FNE),
que ocorreu no início do atual governo (2023), é uma con-
quista de extrema importância e um passo fundamental para
o futuro da educação brasileira, especialmente após ter sido
desativado e descaracterizado nos governos Temer e Bolso-
naro. A importância do FNE reside na sua natureza democrá-
tica, consultiva e representativa, que o torna um mecanismo
essencial para a gestão e o planejamento educacional do país.
Assim como toda a construção da Cnae 2024 que apresen-
tou as propostas para o novo Plano Nacional de Educação.

A pauta apresentada pela CNTE ao Ministério da
Educação (MEC) em fevereiro de 2023 demonstra a neces-
sidade de avanços, no entanto, diversas lutas permanecem. É
preciso avançar no projeto democrático e popular para assim
superar a linha privatista e meritocrática instalada em outros
períodos.

A CNTE mantém a postura vigilante e ativa a essas
agendas neoliberais. A pressão constante da Confederação,
em conjunto com o FNE e outras entidades são definidores
na participação social e na formulação das políticas educa-
cionais. O movimento sindical da educação mantém a luta
pela autonomia e liberdade sindicais, pronto para promover
grandes mobilizações contra qualquer retrocesso em temas
estratégicos para consolidar um projeto educacional demo-
crático e emancipador.

BALANÇO DA GESTÃO DA CNTE (2022-2026): DA LUTA ELEITORAL À RECONSTRUÇÃO DA

1. **ESPERANÇA**

2. A gestão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no período de 2022 a 2026 foi inaugurada e profundamente influenciada por um dos processos políticos mais importantes da história recente do país: as Eleições Gerais de 2022. O processo eleitoral foi o motor inicial da gestão, transformando-se em uma extensão da luta cotidiana e diária da CNTE em defesa de eixos fundamentais: Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, combatendo o desmonte e a militarização das escolas. Democracia e Soberania Nacional: enfrentando ataques institucionais e o negacionismo científico e histórico. Direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores: resistindo à precarização e às reformas administrativas e trabalhistas.

15. Os desafios herdados pelo novo governo eram enormes. A reconstrução da educação não era apenas uma questão pedagógica, mas também social e estrutural: recuperação da aprendizagem diante do processo da pandemia lidando com as lacunas educacionais e o abandono escolar; desafio da saúde mental na superação dos traumas e o esgotamento dos estudantes e, principalmente, dos profissionais da educação. E principalmente a valorização profissional com a retomada do investimento público na educação, das carreiras e salários dignos, essenciais para repor as perdas inflacionárias e garantir a qualidade do ensino.

26. A eleição do Presidente Lula marcou, de fato, um novo ciclo para os trabalhadores e trabalhadoras no país, em particular para os profissionais da educação pública. A vitória, conquistada com intensa participação do movimento sindical, significou a concretização de um ciclo de esperança para a educação brasileira. A reabertura dos canais de diálogo com o Ministério da Educação (MEC), o início do processo de reversão das políticas de desmonte e, principalmente, o fortalecimento de instâncias de representação como o Fórum Nacional de Educação (FNE), essencial para a participação social na construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

38. Após amplo debate no Conselho Nacional de Entidades, em 15 de fevereiro de 2023, a CNTE protocolou

oficialmente junto ao Ministro da Educação, Camilo Santana, uma extensa Pauta de Reivindicações da classe trabalhadora em educação, composta por 13 itens prioritários. Essa iniciativa, logo no início da nova gestão federal, refletiu a urgência da categoria em reverter anos de desmonte e consolidar o "ciclo de esperança". A pauta não se limitou a pleitos salariais, mas abrangeu a defesa do Piso Nacional do Magistério, a reestruturação da carreira dos funcionários de escola, e a revogação de medidas neoliberais que impactaram a educação pública.

O documento protocolado simboliza a imediata retomada do diálogo democrático e a articulação política da CNTE para a reconstrução da educação. Os 13 itens funcionaram como um mapa de trabalho para a Confederação, concentrando a pressão social sobre questões estruturais, como a necessidade de suspensão e revogação da Reforma do Ensino Médio e a recomposição do orçamento da educação. Ao apresentar formalmente essa lista de reivindicações, a CNTE demarcou seu papel crucial na Mesa de Negociação, sinalizando que a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores e a qualidade do ensino público seriam pautadas ativamente perante o novo governo.

Além de toda a luta da educação, a CNTE mantém a participação efetiva nas instâncias das entidades nacionais (CUT, FNE, FNPE, e todas as representações institucionais), internacionais como a IE - Internacional da Educação e IEAL - Internacional da Educação para América Latina e mais recentemente também na CPLPSE - e os movimentos sociais e populares. Essa unidade fez-se necessária devido ao ataque permanente da direita na tentativa de golpes de forma permanente.

Foram muitas as mobilizações e marchas em defesa da democracia, soberania nacional, do patrimônio público, manteve as semanas em defesa e promoção da educação pública e valorização profissional aprofundando o debate educacional em todo o país, combateu o uso do Disque 100 em 2022 que passou a denunciar as/os educadoras/es. As mobilizações do Dia Internacional das Mulheres trazem o debate de toda a nossa categoria em várias dimensões. A

Revista Mátia é fundamental por transformar as experiências e demandas das mulheres em educação em conteúdo político, teórico e de ação, sendo um pilar essencial na luta pela equidade de gênero e pelo aprofundamento da democracia dentro e fora da escola.

Várias campanhas foram aprofundadas nesse período, dentre elas destacamos: a Campanha "Tributar os Super-Ricos" defende que o Brasil possui uma das maiores concentrações de renda do mundo devido a um sistema tributário regressivo, onde os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos (sobre o consumo), enquanto grandes fortunas, patrimônios e altas rendas são sub tributados ou isentos. O objetivo final da CNTE ao apoiar esta campanha é garantir a arrecadação de centenas de bilhões de reais que seriam destinados a financiar o Estado, fortalecer políticas públicas — como a educação pública (via Fundeb) e a seguridade social (SUS) — e reduzir a desigualdade.

A campanha Piso e carreira andam juntos, retoma o debate da necessidade do pagamento do Piso tanto para o magistério como para funcionárias/os de escola, defende a importância das carreiras e dos concursos públicos como contraposição às terceirizações e privatizações somada à preocupação do apagão das/os profissionais da educação.

Campanha contra o adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores em educação: “Por que estamos adoecendo?”, registra a preocupação permanente com a saúde física e mental de toda a categoria. Centenário de Paulo Freire, a realização da CONAPE (2022) e a CONAEE (2025), a participação do Bicentenário da Independência, participação ativa no Fórum nacional de comunicação, nos fóruns de igualdade racial, da diversidade, de políticas para as mulheres, crianças e adolescentes, etc.

Destaque da CNTE permanece sendo a Revista Retratos da Escola, que possui um caráter acadêmico e de aprofundamento essencial. Como publicação científica, ela é dedicada a analisar as complexas realidades e os desafios do sistema educacional brasileiro, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a ação sindical e a formulação de políticas públicas. Outro importante lançamento foi a Revista

Vitalidade que é uma importante ferramenta de comunicação que mantém o elo com as/os aposentadas/os, garantindo que a luta pelo direito de se aposentar com dignidade e manter um envelhecimento com qualidade de vida permaneça no centro da agenda sindical. Assim como o Concurso Nacional de práticas de jovens docentes que revigorou a participação das/os jovens educadoras/es.

A CNTE atuou fortemente na revogação do NEM, como na luta contra o arcabouço fiscal e todos os momentos que o governo propôs políticas de retiradas de direitos.

A gestão 2022-2026, portanto, se estabeleceu sobre as bases da resistência e da militância política, passando da luta contra o desmonte para a ativa participação no processo de reconstrução democrática e valorização da educação pública no Brasil.

POLÍTICAS PERMANENTES

1. A luta contra o adoecimento das/os trabalhadoras/es da educação

O Brasil vinha, desde 2016, passando por um profundo desmonte da saúde pública. O SUS — uma das mais importantes políticas de universalização da saúde — foi alvo central desse processo, iniciado após o golpe de 2016, no governo Temer, e aprofundado no governo Bolsonaro. A partir da eleição do presidente Lula, em 2022, esse cenário de destruição passa a ser interrompido. No entanto, reconstruir o que foi desmontado exige tempo, investimento e reorganização das políticas públicas, processo que vem sendo retomado gradualmente nos últimos anos. **É justamente nesse contexto de reconstrução que se insere a defesa da saúde das/os trabalhadoras/es da educação**, um dos segmentos mais impactados pelo descaso histórico com as condições de trabalho.

Nas escolas, as péssimas condições estruturais, a pressão por metas, ambientes insalubres, a gestão autoritária, o assédio moral, a desvalorização salarial e as jornadas exaustivas contribuem significativamente para o adoecimento profissional. A ausência de dados oficiais atualizados dificulta ações mais efetivas de prevenção e cuidado. Além disso,

1. trabalhadoras/es licenciados e/ou readaptados frequente-
 2. mente têm sua condição de saúde questionada, enquanto as
 3. redes de ensino não implementam políticas de acolhimento,
 4. prevenção e reabilitação.

5. Quando adoecem, professoras/es e funcionárias/os
 6. tornam-se invisibilizados nos locais de trabalho. Governos
 7. utilizam o adoecimento para justificar contratações tempo-
 8. rárias e evitar concursos públicos, ignorando que são corres-
 9. ponsáveis por esse adoecimento e que a melhoria das condi-
 10. ções de trabalho reduziria significativamente os riscos.

11. A saúde mental tem sido debatida durante todo o ano,
 12. assim como a luta pela efetivação da Lei 14.681/23, que ins-
 13. titui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no
 14. Trabalho para profissionais da educação. Soma-se a isso a
 15. Norma Regulamentadora NR-1, que identifica riscos psicos-
 16. sociais no trabalho, entre outras legislações voltadas à pro-
 17. teção da categoria.

18. Não há futuro sustentável na educação sem cui-
 19. dado. **Cuidar de quem educa é garantir condições para**
 20. **uma educação humanizada e de qualidade para toda a**
 21. **sociedade.**

22. 2. Por que ser um/a educador/a antirracista

23. A educação antirracista é essencial para desconstruir
 24. estereótipos e promover equidade nas escolas. Diferente da
 25. abordagem tradicional — que muitas vezes silencia ou mini-
 26. miza questões raciais —, a educação antirracista busca trans-
 27. formar práticas, pensamentos e estruturas que perpetuam
 28. desigualdades.

29. Esse compromisso parte do entendimento de que
 30. todos somos influenciados por contextos sociais e culturais
 31. que moldam nossa visão sobre o outro. Dados entre 2019 e
 32. 2023 revelam a desigualdade racial na educação: estudan-
 33. tes negros enfrentam maiores dificuldades de acesso e per-
 34. manência na escola. Segundo o IBGE, a taxa de analfabe-
 35. tismo entre pretos e pardos de 15 anos ou mais foi de 7,1%
 36. em 2023, mais que o dobro da taxa entre brancos (3,2%). A
 37. evasão escolar também atinge desproporcionalmente jovens
 38. negros. Em 2023, entre os jovens que não concluíram o
 39. ensino médio, 71,6% eram negros ou pardos.

A desigualdade se reflete ainda na renda: o percen-
 tual de pessoas negras na linha da pobreza chega a 70,3%.
 No ensino superior, apenas 1 em cada 11 pessoas negras con-
 clui a graduação.

A escola tem papel central no enfrentamento ao
 racismo estrutural. Políticas educacionais precisam garan-
 tir formação continuada para trabalhadoras/es da educação,
 incentivar práticas pedagógicas inclusivas e promover o letra-
 mento racial. A educação para as relações étnico-raciais é um
 direito e um instrumento fundamental para a construção de
 uma sociedade mais justa.

3. A incorporação da luta das/os trabalhadoras/es com deficiência na agenda sindical

Em 2025, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº
 13.146/2015 completou 10 anos. Trata-se de uma legislação
 abrangente que garante direitos fundamentais às Pessoas com
 Deficiência (PCDs), como acessibilidade, comunicação, edu-
 cação, trabalho, cultura e participação social e política.

Apesar dos avanços, os desafios seguem grandes. Na
 educação, ainda falta assegurar um sistema realmente inclu-
 sivo que garanta acesso, permanência e aprendizagem. No
 trabalho, a Lei de Cotas (Lei 8.213/91) ampliou contrata-
 ções, mas contratar não é incluir: sem adaptação, acessibi-
 lidade, condições adequadas e respeito, a permanência fica
 comprometida.

Além disso, a falta de dados acessíveis sobre trabalha-
 doras/es PcDs dificulta enfrentar barreiras. Por isso, é essen-
 cial fortalecer a luta coletiva nos sindicatos, assegurando par-
 ticipação ativa das PcDs na construção de reivindicações e no
 monitoramento do cumprimento dos direitos.

4. Redimensionar a agenda política com a juventude trabalhadora

Historicamente, as juventudes brasileiras tiveram
 papel central nas lutas democráticas e por direitos sociais,
 com destaque nas mobilizações contra o golpe de 2016 e
 contra o governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, movimen-
 tos conservadores como MBL e Vem Pra Rua souberam
 engajar parte da juventude pelas redes sociais, ampliando
 discursos reacionários. Hoje, a juventude trabalhadora vive

1. precarização do trabalho, perda de direitos e maior adesão a
2. ideologias neoliberais que exaltam individualismo e empre-
3. endedorismo como respostas a problemas estruturais. Os sin-
4. dicatos, por sua vez, enfrentam dificuldades para atrair jovens
5. e dialogar com suas realidades. Redimensionar a agenda sin-
6. dical implica atualizar linguagem, comunicação e formas de
7. participação, aproximando a juventude das organizações
8. coletivas e da defesa de direitos trabalhistas e sociais.

5. Visibilidade e incorporação da luta das/os trabalha- doras/es LGBTQIAPN+

Em um país marcado pelo machismo e pela LGBTfo-
bia, pessoas LGBTQIAPN+ ainda enfrentam muitos obstá-
culos para acessar direitos e políticas públicas. A Constitui-
ção de 1988 proíbe discriminação e, em 2019, o STF equi-
parou homofobia e transfobia ao crime de racismo. Ainda
assim, com o avanço da extrema-direita após 2016, houve
desmonte de políticas, aumento da violência e legitimação
do discurso de ódio, mantendo o Brasil entre os países mais
letais para essa população.

Diante disso, a CNTE e suas filiadas devem fortalecer
ações de autonomia, participação política e proteção às pes-
soas LGBTQIAPN+, criando mecanismos de enfrentamento
à LGBTQIAPN+fobia e defendendo a liberdade sexual e de
gênero, com apoio de educadoras/es comprometidas/os com
uma escola inclusiva e democrática.

6. Mulher trabalhadora

As mulheres são maioria no Brasil (51,5%, Censo
2022), mas isso não se traduz em igualdade no mercado de
trabalho. A divisão sexual do trabalho ainda concentra mulhe-
res em profissões ligadas ao cuidado, historicamente desva-
lorizadas e, por isso, entre as de menores salários. Segundo o
IBGE, elas ganham, em média, 22% menos que homens na
mesma função; 40% recebem até um salário mínimo (entre
homens, 32%). A desigualdade cresce com a escolaridade:
entre pessoas com ensino superior, a diferença chega a 34%,
agravada pela dupla jornada profissional e doméstica.

Na educação, a presença feminina é predominante:
79,5% do magistério na educação básica é formado por
mulheres, chegando a 96% na educação infantil. Além disso,

o trabalho plataformizado, com demandas que extrapolam a
jornada oficial, aprofunda desigualdades e aumenta a sobre-
carga, sobretudo onde faltam estrutura e formação tecnoló-
gica, exigindo políticas de valorização, proteção e condições
justas de trabalho.

Políticas Permanentes para as/os Aposentadas/os

As/os trabalhadoras/es aposentadas/os da educação
são parte essencial da categoria. Após décadas de dedica-
ção ao serviço público, seguem enfrentando desafios que
exigem atuação sindical permanente. Defender seus direitos
é também valorizar a memória, a experiência e a história da
educação pública brasileira.

Mesmo fora da atividade laboral, aposentadas/os con-
tinuam afetados por políticas previdenciárias, reformas estru-
turais e pelas condições sociais e econômicas do país. A reti-
rada de direitos intensificada após o golpe de 2016, espe-
cialmente com a reforma da previdência, impactou profun-
damente esses profissionais, com redução de benefícios,
aumento de contribuições e maior precarização da seguri-
dade social. A luta permanente da categoria deve incluir:

a. Defesa da previdência pública e solidária

Garantir que aposentadas/os não sejam penalizadas/os
por políticas de austeridade que diminuem benefícios, elevam
contribuições e comprometem o sustento de quem trabalhou
por toda uma vida. A previdência precisa ser tratada como
direito social e não como gasto.

b. Revisão e redução do desconto previdenciário de aposentadas/os

Em muitos estados e municípios, aposentadas/os con-
tinuam contribuindo acima do teto previdenciário, mesmo
após a reforma. O sindicato deve atuar para que os descontos
sejam revistos e para que os governos cumpram a Constitui-
ção e os objetivos da seguridade.

c. Políticas de valorização e participação ativa

Aposentadas/os devem ter espaço permanente na vida
sindical, com programas de formação, participação em con-
selhos, debates, atividades culturais e políticas. A experiên-
cia acumulada desses profissionais é essencial para fortale-
cer as lutas atuais.

d. Defesa da saúde integral e da qualidade de vida

Com o avanço da idade, aumentam as necessidades de cuidados, tratamentos, medicamentos e políticas de saúde pública. É fundamental garantir acesso integral ao SUS, com prioridade no atendimento, acompanhamento psicológico e cuidados continuados. A luta pela reconstrução da política pública de saúde também impacta diretamente a vida das/os aposentadas/os.

e. Combate à invisibilidade política e social

Os governos frequentemente ignoram as demandas dessa parcela da categoria, que se torna invisibilizada nas políticas educacionais e previdenciárias. É papel da entidade sindical garantir que aposentadas/os permaneçam como sujeitos políticos, com direitos e voz ativa.

f. Valorização histórica e simbólica

A defesa da memória das/os educadoras/es aposentadas/os reafirma a importância do legado deixado por gerações que construíram a escola pública. Reconhecimento, homenagens, eventos e ações de memória são essenciais para fortalecer identidade e pertencimento.

PLANO DE LUTAS

Para restaurar um novo ciclo democrático, cabe à CNTE participar das ações em níveis internacional, nacional, estadual e municipal construindo resistência e ampliando direitos. Nesse sentido, as ações e estratégias serão pautadas de forma a:

- a. Defender o Socialismo, contribuir na construção de uma sociedade em que a emancipação humana seja o princípio fundante, como alternativa e combate ao capitalismo;
- b. Lutar pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito e contra todas as formas fascistas e anti democráticas que afetam a sociedade brasileira;
- c. Lutar pela soberania nacional, por um modelo de segurança pública baseado na desmilitarização;
- d. Lutar contra toda forma de assédio sexual, moral, virtual, stalking, bullying, assim como opressão, exploração, violência sexual e de identidade de gênero, geração ou deficiência e que envolvam o desrespeito a liberdade

religiosa;

- e. Defender os direitos sociais e políticas públicas universais para a classe trabalhadora, gratuitas e de qualidade, como direito da população, em todas as esferas do poder público;
- f. Lutar pela Reforma Agrária e Urbana, sob o controle das(os) trabalhadoras(es), que garanta a função social da terra, elimine a propriedade improdutiva, reprima a especulação imobiliária e a ocupação irracional e desordenada das cidades; garantido o direito à moradia de qualidade, com saneamento básico, transporte público, educação, saúde, segurança, esporte, lazer e segurança alimentar. Prioridade na produção de alimentos, contra a monocultura, na defesa da agroecologia e da agricultura familiar;
- g. Implementar ações contra a criminalização dos movimentos sindical e sociais e unificar as lutas sociais com todos os movimentos;
- h. Defender a Escola Pública na perspectiva das(os) trabalhadoras(es), contra o ódio, o reacionarismo e o obscurantismo, pela universalização do ensino básico, democratização do acesso ao ensino superior, controle público sobre o ensino privado, superação da desigualdade social e do analfabetismo. Defender a Escola Pública como um direito de todas e todos;
- i. Democratizar as relações de trabalho, fortalecer a organização sindical como instrumento da luta autônoma das(os) trabalhadoras(es) e que não criminalize o livre exercício do direito de greve. Lutar pela revogação da reforma trabalhista e pela manutenção e ampliação de empregos e salários e por distribuição de renda e riqueza;
- j. Defender a Seguridade Social, revogar a reforma da Previdência e ampliar a universalização dos benefícios sociais;
- k. Defender a reforma tributária justa, solidária e sustentável com as adequações necessárias à PEC 132 aprovada no final de 2023, como por exemplo, a taxação das grandes fortunas;
- l. Lutar contra a aprovação da PEC 38 - Reforma Administrativa;
- m. Defender o desenvolvimento social e ecologicamente

1. sustentável, denunciando o padrão vigente de produção
 2. e consumo e anunciar que a dimensão ambiental da crise
 3. internacional só será superada pelo ecossocialismo;
 4. n. Defender a regulamentação e controle social das redes
 5. sociais e plataformas que tem sido espaço de fake news e
 6. discursos de ódio e antidemocráticos;
 7. o. Fazer a defesa da não redução da maioria penal e
 8. validar as medidas socioeducativas previstas no ECA,
 9. tornando efetivo o trabalho de proteção nos municí-
 10. pios e fomentando a formação para as(os) Conselheiras
 11. Tutelares;
 12. p. Organizar o ramo de atividade das(os) Trabalhadoras(es)
 13. em Educação, garantindo e ampliando o poder de repre-
 14. sentação, negociação e de luta;
 15. q. Lutar pela implementação de uma contribuição da nego-
 16. ciação coletiva aprovada pelas(os) próprias(os) trabalha-
 17. doras(es) em assembleias;
 18. r. Defender a democratização das relações de trabalho no
 19. serviço público e privado, contra o assédio moral e sexual
 20. e que a punição de tal prática seja regulamentada em lei
 21. estadual;
 22. s. Defender a Educação Pública com gestão pública do
 23. financiamento, universal gratuita, laica, democrática,
 24. humanizadora, inclusiva e de qualidade social, com o uso
 25. das verbas públicas somente para a escola pública, para as
 26. crianças, as(os) jovens, as(os) adultas(os), pessoas idosas
 27. e pessoas com deficiências; o que é dever do Estado, com
 28. pessoal devidamente qualificado, aparelhando as unida-
 29. des escolares, adequando-lhes os espaços;
 30. t. Luta intransigente contra a Privatização e a Militariza-
 31. ção das Escolas;
 32. u. Lutar pela implementação do PSPN – Piso Salarial Pro-
 33. fissional Nacional para todas(os) as(os) profissionais da
 34. Educação, nos valores defendidos pela CNTE, com car-
 35. reira e concurso público;
 36. v. Defender a Gestão Democrática da Educação tendo como
 37. preceito básico a radicalização da democracia: no cará-
 38. ter público e gratuito da educação, na inserção social,
 39. nas práticas participativas, no direito à representação
- e organização, na eleição direta para dirigentes escola-
res, na socialização dos conhecimentos e das decisões
colegiadas;
- w. Lutar pela elaboração e execução de forma democrática
dos projetos políticos pedagógicos das escolas conforme
a LDB;
- x. Lutar pela ampliação do financiamento da educação
pública básica e o controle social dos recursos;
- y. Lutar pela defesa de um PNE, PEE e PME em consonân-
cia com as defesas históricas, para a melhoria da educação
pública, valorização profissional e pautas educacionais
da interseccionalidade e na defesa do texto da CONAE;
- z. Defender o direito e apoio à livre organização das(os)
estudantes, nos diferentes níveis e modalidades de ensino,
por meio de entidades representativas e autônomas;
- aa. Enfrentar a questão da violência social, que se expressa no
contexto escolar, criando espaços para o debate sobre suas
causas. Defender a criação da rede de proteção perma-
nente aos profissionais da educação e às(aos) estudantes;
- ab. Lutar pela implantação de um programa de alimentação
escolar baseado no conceito da Soberania Alimentar.

ASSINAM:

Direção Executiva da CNTE: Marlei Fernan-
des/App; Valdivino de Moraes/App; Girlene Lázaro/Sin-
teal; Edson Garcia/Cpers; Henrique Torres/Sinpro; Leônia
Gomes/CF. **APP SINDICATO/PR:** Alexandre Maicher
Neto; Aloísio João Scandolaria; Ana Claudia Fonseca; Ana
Claudia Nunes de Lima Wolski - APP; Bruno Henrique
do Rosario Xavier; Carlos Alberto Nogueira Diniz; Carlos
Alberto Rodrigues de Souza; Carlos José de Oliveira; Cla-
rice Aparecida Budach; Cleiton Costa Denez; Clementina
Scherpinski; Daniel Nascimento Matoso; Daniel Popilnicki;
Décio Soares Vicente; Diuliana Claudia Baratto; Edna Sil-
vana Galhardone; Eliane Braga de Oliveira Crispim; Elisa
Maria Neiva de Lima Müller; Elmira de Alcantara Dias Albu-
querque; Ernesto da Silva Junior; Fabiano Camargo Ribeiro
da Silva; Filipe Correa de Jesus; Gisele da Silva Pinto; Ilda
Aparecida de Souza; Jane Fátima de Almeida; Janete Batista

1. Balduino; Jaqueline de Andrade Borges; Jessica Daga; Joaquim Antonio de Oliveira; Jonas Lino Soares Junior; Karin Cristina Siben Ribas; Laerci Jansen Rodrigues Filho; Luciléia Barboza Augusto dos Reis; Fernando de Carvalho; Luiz Augusto Peregrino; Luzia Aparecida da Silva Escongisk; Luzinete Machado Da Cruz; Marcela Taveira Cordeiro; Marcia Amaral Pontes de Lima; Marcos Maia da Silva; Margleyse Adriana dos Santos; Maria Anunciata Albanez; Fátima Pereira de Sena; Marilene Alves de Abreu; Mariza Aparecida Soares Ferreira; Marlei Ana Colvero; Marli Batista Basseto; Marly Marcusso de Brito; Michele Cristina da Costa; Nádia Aparecida Brixner; Otálio Renato Severo Costa; Regina Amabile Maria Moraes; Regina de Fatima Felini; Rodinaldo da Costa Freire; Rosângela de Anhaia; Sara Camargo Barreto; Silvana Aparecida Loch; Simone Barbosa; Simone Regina Checchi; Siumara Ferreira; Sônia Aparecida da Silva Henriques; Sônia Roseli Ertel; Stella Maris de Queiroz Bello; Suzetti Ani Polga; Taís Adams Gramowski; Teresinha de Jesus Gonçalves dos Santos; Tereza de Fatima dos Santos Rodrigues Lemos; Thaís de Souza; Tiago Ribeiro; Valderes Aparecida de Araújo Bueno; Vanderlei Roxinski; Veronica Kava; Vitor Yonekichi Fujiki; Walkiria Olegario Mazeto; Zelita Borges Martins da Silva. **SINTEAL/AL:** Izael Ribeiro Gomes; Maria Consuelo Correia; Maria Zélia Pereira; Margarida Rocha Alves; Célia Maria Henrique Capistrano; Luiz Elói de Mendonça Neto; Lenilda Lima da Silva; Margarete Mota da Fonseca; Maria Aparecida de Almeida; Hélia Buarque de Gusmão; Lucas Soares Pereira; Kátia Valéria Oliveira da Silva; Sitrânia Pereira Cardoso; Carlos Jorge Souza Ramos; Lúcia Vieira de Lima; Maria Olivia dos Santos; Micheline Maria Vieira de Lima; Maria da Saúde dos Santos Batista; Cristina Alves Silva. **APEOESP/SP:** Gilnair Alves Pereira. **SINDEDUC/PINHAIS:** Alliny Maciel; Elaine Lima Santos; Dandara Aparecida Ramos da Silva. **SINTEPP/PA:** Rainilza Maria Xavier Rodrigues. **SINPRO/DF:** Fernando Augusto Alves Batista; Hamilton da Silva Caiana; Rogério Barbosa Guimarães; Ana Kátia dos Anjos Pinheiro; Francisco Celso Leitão Freitas; Maria Alves do Nascimento; Ariane Maiara Alves Batista; John Herik Pereira Marques

dos Santos; Lísya Borges Gullo Couto Ramos; Ana Quésia de Sousa Silva; Carlos Alberto Carvalho Gomes; Sebastião Viana Moreira; Denise Queiroz David; Antônio Reginaldo Vieira da Silva; Natalia da Silva; Kelma Nayara Brito Medeiros dos Anjos; Maria Elaine Freire de Assis; Franciel Luís Nochang; Stephanie Marina Cardoso Araújo Duarte; Maria Lucia Alves; Ana Cristina Jones Branquinho; Cristiane Alves de Lima. **SINDIPROM/PALMAS:** Andreia Ribeiro. **SIND-UTE/MG:** Carla Fratari Aidar; Rosângela Alecrim Silva; Cassio Mirilio Mendes; Ronaldo Amélio Ferreira. **CPERS SINDICATO/RS:** Suzana Lauermann; Amauri Rosa; Valdemira CarpenedO; Maria Helena Andrade; David Carnizella; Higor Campos Silva; Eva Vargas. **SISMMAR/ARAUCÁRIA:** Jose Afonso Strozzi; Kathleen Marczinski; Gabriela.

07 - RESOLUÇÕES DA ARTICULAÇÃO SINDICAL - ARTSIND

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Ao assumir seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump passou a ocupar posição central no cenário político mundial, promovendo ampla chantagem comercial e ameaça bélica no planeta. Com o lema “*Fazer a América grande de novo*”, o presidente americano resgatou a política do *Big Stick* — dialogar tendo um porrete nas mãos — e vem fazendo sérias ameaças a países que se negam a seguir a cartilha de Washington, chegando a cogitar intervenções, como no caso da Venezuela, sob o pretexto de combater o narcotráfico. Sobre isso, o presidente Petro, da Colômbia, outro país pressionado, afirmou que os grandes narcotraficantes não estão nos pequenos barcos bombardeados pela marinha americana, mas nos grandes centros financeiros, como Miami, onde têm vizinhos influentes, incluindo o próprio presidente dos EUA.

A intromissão norte-americana na América Latina e Caribe se estende a diversas áreas. Além de criticar o protagonismo brasileiro nos BRICS, Trump exigia que o ex-presidente Bolsonaro fosse libertado imediatamente, por considerar infundada sua prisão. Diante da negativa, impôs tarifas exorbitantes às exportações brasileiras e sancionou ministros do STF e o ministro da Saúde, atacando diretamente a autonomia e a soberania do Brasil.

A reação de Lula foi firme e imediata. Defensor do multilateralismo, da integração regional e da valorização do Sul Global, ele sempre afirmou estar disposto a negociar, mas sem abrir mão da soberania nacional. A postura segura do presidente, somada ao trabalho persistente do Itamaraty, tornou possível o encontro com o líder americano na Malásia. Após esse encontro, aliada à pressão inflacionária em seu país, Trump autorizou reduzir as tarifas de determinados produtos brasileiros. Porém, é necessário aguardar os resultados concretos desse processo de negociação que envolve chantagem e protecionismo comercial, tendo claras as diferenças entre os dois modelos políticos envolvidos na contenda: Lula defende um Estado forte, enquanto o presidente americano

aposta na privatização ampla do setor público.

Um dos grandes temores americanos e que suscitou o tarifaço Trumpista refere-se ao avanço da China na economia mundial, sendo que o país asiático busca negociar acordos com os países de várias regiões do planeta, ofertando condições comerciais mais favoráveis ao Sul global. Já o modelo dual do Estado chinês, socialista na política e capitalista na economia, continua despertando grande interesse no mundo, sobretudo nos aspectos da inclusão social e do pujante e contínuo processo de desenvolvimento econômico nas últimas décadas — não obstante haver situações de trabalho à exaustão e mal remunerado.

A Europa, hoje majoritariamente governada por partidos de direita, encontra-se submissa à política americana. Foi compelida a aumentar seus gastos militares para aliviar as despesas dos EUA com a OTAN, financiar a guerra na Ucrânia e fortalecer a lucrativa indústria bélica americana. Somase a isso o vergonhoso apoio europeu ao genocídio praticado pelo governo de Israel na Faixa de Gaza, desde o dia 7 de outubro de 2023, que já resultou em quase 70 mil mortos e 170 mil feridos palestinos. Embora a região esteja em processo de negociação de um cessar-fogo definitivo, muitos palestinos continuam sendo mortos pelo exército israelense, que também promove avanços sobre diversas áreas palestinas em Gaza e na Cisjordânia, dando sequência à política de extermínio do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Esse quadro de Israel em Gaza se insere na crise do sistema ONU. Os organismos criados no pós-Segunda Guerra Mundial e os acordos destinados a equilibrar as relações internacionais estão se deteriorando rapidamente — política e financeiramente. Os Estados Unidos se retiraram do Acordo de Paris sobre o clima, deixaram a OMS e vêm esvaziando a OMC ao impor tarifas que desorganizam o comércio mundial, provocam inflação, desemprego e ameaçam políticas sociais essenciais para populações vulneráveis. Hoje, 8,5% da população global — cerca de 692 milhões de pessoas — vivem com apenas US\$ 2,15 por dia, segundo o

1. Banco Mundial.

2. A OIT, fundada em 1919 e transformada em agência da ONU em 1946, é a única organização tripartite do sistema, mas também enfrenta grave crise. Enfraquecida, precisa fazer ajustes profundos para sobreviver, já que Estados Unidos, Rússia e China deixaram de contribuir, o que representa 50% do orçamento total. O governo americano busca controlar a instituição para impor interesses privados sobre os direitos dos trabalhadores, dificultando avanços normativos, como na regulamentação das plataformas digitais.

11. Nem Estados Unidos nem Europa demonstram alinhamento às demandas dos países do Sul Global. Por isso, é urgente fortalecer o diálogo Sul-Sul, tanto entre governos quanto entre trabalhadores. A classe operária é internacional, e essa consciência é essencial quando observamos os BRICS como alternativa ao eixo EUA–Europa. Os acordos entre seus membros não podem se restringir ao comércio; devem priorizar as relações de trabalho e o direito à livre organização da classe trabalhadora. Hoje, organizações sindicais enfrentam ataques em quase todo o mundo, submetidas a legislações autoritárias que servem ao grande capital. Ninguém está imune: a NEA e a AFT, poderosas entidades dos trabalhadores da educação nos EUA foram atacadas e enfrentam dificuldades — algo impensável até a era Trump.

25. Essa articulação global de governos e forças políticas autoritárias, que atacam movimentos populares, identitários e todos que defendem direitos, pode ser caracterizada como neofascista. Seu poder de mobilização nas redes sociais é grande e atinge especialmente os jovens desempregados e desesperançados.

31. Cabe aqui uma autocrítica. Essa onda reacionária mundial se explica, em parte, pela dificuldade da esquerda em se reinventar e apresentar propostas capazes de melhorar a vida da classe trabalhadora. Não é simples: muitos interesses alimentam o fascismo. Mas, se quisermos construir um mundo justo e igualitário, precisamos compreender o momento histórico. Vale lembrar: Milei venceu novamente na Argentina, agora nas eleições legislativas, ampliando seu poder de mudanças estruturais no país.

A América Latina atravessa mais um momento conturbado. A iminente invasão americana na Venezuela — em mais um escandaloso saque ianque às riquezas petrolíferas estrangeiras —; a tensão com a Colômbia sob o argumento de combate ao tráfico de drogas, mas que no fundo visa enfraquecer o governo de esquerda não apenas naquele país, mas em toda a região; o avanço da direita e da extrema direita na Bolívia, Equador, Peru, Honduras, Costa Rica e, mais recentemente, no Chile, com eleição a ser disputa em segundo turno, denota a importância do Brasil num cenário tenso e de ataque das elites econômicas da região aliadas aos EUA.

Ao mesmo tempo em que negocia tarifas e outras demandas domésticas com Trump, o presidente Lula sabe que precisa negociar a paz e a estabilidade econômica e social, sobretudo no Sul do continente, caso contrário tornar-se-á difícil manter a própria governabilidade local. Lembremos que os sucessivos golpes jurídicos e parlamentares na Região tiveram início em Honduras, passando por Paraguai e outros países até atingir a presidenta Dilma Rousseff, destituída em 2016. Portanto, não basta cuidar só do nosso quintal. É preciso ter olhares cuidadosos para o mundo, pois a extrema direita continua avançando em diversos países.

CONJUNTURA NACIONAL

Nos últimos anos, a democracia brasileira enfrentou testes extremos em diversos momentos. Como um pêndulo que frequentemente oscila, a história nos revela que temos alternado entre lutas por direitos e retrocessos, entre esperanças de reconquista e os atuais desafios do governo Lula, que, após as Eleições Gerais de 2022, reassumiu a defesa da nossa democracia.

A conjuntura política no Brasil, nos últimos dez anos, foi marcada por intensas disputas institucionais, retrocessos sociais e tentativas de ruptura democrática. O país sofreu um golpe jurídico-parlamentar e midiático em 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi destituída sem provas concretas de crime. Desde então, o país entrou em uma fase de retirada sem precedentes de direitos sociais e trabalhistas, evidenciando um projeto articulado para enterrar as conquistas

democráticas alcançadas nas últimas quatro eleições presidenciais. O governo de Michel Temer implementou medidas como o congelamento de investimentos públicos por 20 anos (PEC do Teto de Gastos), promovendo ataques sistemáticos aos direitos dos brasileiros, especialmente da classe trabalhadora, e resultando em um cenário de devastação total.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), essa onda de ataques aos direitos se intensificou, caracterizando-se por um desmonte estatal, ataques às instituições democráticas, à cultura, à educação e à ciência, além da negligência na gestão da pandemia de COVID-19, que provocou milhares de mortes evitáveis.

Na gestão de Bolsonaro, o enfraquecimento dos direitos e cortes em áreas sociais como saúde, educação e meio ambiente alcançaram níveis alarmantes, raramente vistos na história republicana brasileira. Além disso, seu governo foi marcado por discursos de ódio e desinformação, além de extensa corrupção, contribuindo para uma polarização política que persiste até hoje.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 simbolizou a retomada da democracia e a esperança de uma reconstrução nacional. Contudo, o início do terceiro mandato foi ofuscado por uma tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, quando grupos bolsonaristas e de extrema-direita invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. Esses atos violentos resultaram de uma campanha sistemática de desinformação e incitação ao ódio promovida por setores da extrema direita e exigiram uma resposta firme das instituições, além da responsabilização judicial dos envolvidos.

Aquela data também expôs uma articulação entre forças empresariais e políticas que financiaram os extremistas. A destruição de espaços e edificações públicas ocorreu com uma fúria que ressoa simbolicamente entre os defensores da democracia. A reação das autoridades públicas foi marcada por um misto de ceticismo e fortalecimento democrático, iniciando o ano com a certeza de que a democracia, tão agredida, precisava ser reconstruída.

O novo governo Lula iniciou a recriação de

programas sociais fundamentais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, além de retomar investimentos em educação, saúde e cultura, colocando o povo novamente no centro das decisões orçamentárias. No entanto, enfrenta resistência organizada por setores da elite brasileira, especialmente aqueles alinhados à extrema direita.

Apesar dos avanços, o governo lida com grandes dificuldades. O Congresso Nacional tem uma maioria conservadora, dominada pelo chamado “Centrão”, um grupo que controla grande parte do orçamento público através de emendas PIX, permitindo gastos sem transparência e enfraquecendo o poder presidencial. Em 2024 e 2025 as emendas parlamentares concentraram mais de R\$ 50 bilhões a cada ano, capturando as prerrogativas do Poder Executivo e fortalecendo os conluios parlamentares, sobretudo em alas do Centrão. Essa dinâmica reflete tentativas constantes de minar o governo Lula, dificultando a expansão das políticas públicas estruturantes.

Mesmo com fortes contingências e minoria no parlamento, o governo conseguiu avançar em pautas que representam mais justiça tributária. A isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais – promessa de campanha de Lula – foi aprovada com a simultânea tributação de lucros e dividendos dos super ricos, pauta histórica da sociedade brasileira. Mas ainda é preciso avançar em mais tributação para os ricos e rever a tabela do Imposto de Renda para a classe média, que é quem ainda sustenta a base da tributação nacional.

Em uma ação intempestiva, a Câmara dos Deputados aprovou – e o Senado rejeitou – a PEC da Blindagem (PEC 3/2021), que visava dificultar as investigações contra parlamentares e autoridades no Brasil, representando mais um obstáculo à transparência e ao combate à corrupção, aprofundando a crise de representatividade e aumentando a desconfiança popular. A mobilização popular foi fundamental para derrotar esse projeto antidemocrático, fez suscitar as lutas do campo progressista nas ruas e fortaleceu o governo frente à maioria da direita que domina os governos nos Estados e as cadeiras no Congresso Nacional.

1. Para governar, o presidente Lula precisa constante-
 2. mente negociar com partidos e parlamentares fisiológicos,
 3. muitos dos quais estão alheios ao projeto eleitoral de 2022.
 4. Essa dinâmica torna desafiadora a aprovação de leis e pro-
 5. jetos fundamentais, colocando-o em uma posição de fragili-
 6. dade política, refém de uma maioria parlamentar que não é
 7. sólida no Congresso Nacional. A formação de uma coalizão
 8. política estável é um desafio contínuo; o governo deve equi-
 9. librar o diálogo com esses setores enquanto mantém a centra-
 10. lidade de seu projeto político, garantindo avanços sem abdi-
 11. car de seus princípios.

12. O Brasil vive um momento decisivo em sua história
 13. política recente. A democracia, profundamente atacada no
 14. início deste terceiro mandato, está sendo lentamente recons-
 15. truída, embora ainda esteja sob a vigilância constante daque-
 16. les que desejam miná-la. É essencial fortalecer as institui-
 17. ções, garantir os direitos do povo e enfrentar os obstáculos
 18. com coragem e união. O governo tem a missão de reconfigu-
 19. rar o país, algo evidenciado pelos indicadores sociais e eco-
 20. nômicos. Contudo, precisa cada vez mais do apoio decisivo
 21. da sociedade para superar os bloqueios impostos por setores
 22. conservadores e pela extrema direita, assegurando um futuro
 23. mais justo e igualitário para os mais pobres.

24. A conjuntura brasileira demanda vigilância demo-
 25. crática, articulação política e uma firme defesa dos direitos
 26. sociais. Superar o legado autoritário e neoliberal dos últimos
 27. anos passa pela reconstrução das instituições, pela ampliação
 28. da participação popular e pela defesa intransigente da demo-
 29. cracia. O governo Lula, apesar das adversidades, representa
 30. uma oportunidade histórica de reverter retrocessos e consoli-
 31. dar um país justo, soberano e inclusivo. As próximas eleições
 32. presidenciais em 2026 serão fundamentais nesse contexto.

33. As próximas eleições para a Presidência da República,
 34. assim como para a renovação da Câmara Federal e de dois
 35. terços do Senado, devem fundamentar-se em um programa
 36. político que alerte a sociedade para a fragilidade da demo-
 37. cracia e a necessidade de avançar nos direitos sociais e tra-
 38. balhistas. É necessário apontar para um cenário com a per-
 39. sistência da polarização ideológica e da instrumentalização

religiosa. Focar na crítica a estratégias que enfraquecem a
 política e subestimam o debate público em favor de interes-
 ses econômicos e ideológicos das elites, que se convergem
 em uma plataforma eleitoral adversária ao projeto democrá-
 tico, é crucial. Precisamos defender uma política voltada ao
 bem comum, com participação cidadã e respeito aos direi-
 tos humanos.

A crise climática, que afeta o Brasil, especialmente na
 Amazônia, no Cerrado e no Semiárido, deve estar no centro
 da plataforma eleitoral do campo democrático e popular. A
 Amazônia Legal enfrenta desmatamento, grilagem, minera-
 ção ilegal e violência contra os povos indígenas e comunida-
 des tradicionais. A desigualdade social agrava a crise ambien-
 tal, com populações mais pobres sendo as mais afetadas por
 enchentes, calor extremo e escassez de água potável.

A realização da COP 30 em Belém, no final de 2025,
 foi um marco simbólico e estratégico no debate climático
 global. Precisamos superar a falta de compromissos e o
 modelo predatório atual, fortalecendo a participação da socie-
 dade civil e o protagonismo dos povos da floresta. Apenas
 com justiça climática e mudanças estruturais no modelo de
 desenvolvimento—considerando que o Brasil possui condi-
 ções únicas para liderar a transição energética—será possível
 construir um futuro avançado, superando o processo contínuo
 de reconstrução que caracteriza o terceiro mandato de Lula.

O movimento educacional brasileiro deve se envol-
 ver nas próximas eleições de forma firme, especialmente seu
 movimento sindical, com a CNTE assumindo o papel de lide-
 rança nas lutas sociais pela educação básica pública. A ree-
 leição de Lula é vista como a única saída para a classe traba-
 lhadora alcançar um futuro de emancipação política e social.
 Devemos nos engajar fortemente nas eleições proporcionais
 ao Congresso Nacional, especialmente no Senado, que é um
 alvo da extrema direita. A recondução de Lula ao poder deve
 ser acompanhada pela eleição de uma base parlamentar que
 sustente um projeto aliado da classe trabalhadora e dos mais
 pobres e vulneráveis.

1. POLÍTICA EDUCACIONAL

2. Educação como Direito Humano e Social

3. Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem promo-
4. vido amplas mobilizações em defesa da educação pública. A
5. luta histórica de educadores, estudantes, sindicatos e movi-
6. mentos sociais resultou em marcos como as conferências
7. nacionais de educação (Coneb 2008, Conae 2010-2024), que
8. consolidaram princípios como a democratização, a universa-
9. lização e a qualidade social da educação. Esses eventos rea-
10. firmaram o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema
11. Nacional de Educação (SNE) como pilares da política edu-
12. cacional brasileira.

13. O golpe político de 2016, com o impeachment da pre-
14. sidenta Dilma Rousseff, representou um retrocesso democrá-
15. tico, comprometendo o Fórum Nacional de Educação (FNE)
16. e a Conae 2018. Em resposta, a criação do Fórum Nacio-
17. nal Popular de Educação (FNPE) expressou a resistência da
18. comunidade educacional e sindical contra o desmonte das
19. políticas públicas neoliberais.

20. Com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da
21. Silva, a reconstrução democrática voltou à pauta. Conselhos
22. e fóruns participativos, como o FNE, foram reativados, e a
23. Conae 2024 foi convocada (Decreto nº 11.697/2023) sob o
24. tema “Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de
25. Estado para a garantia da educação como direito humano,
26. com justiça social e desenvolvimento socioambiental sus-
27. tentável”. A Conae reafirmou a educação pública como eixo
28. estratégico da soberania nacional, do desenvolvimento sus-
29. tentável e da justiça social.

30. O novo PNE (2026-2036) deve ser estruturante, com-
31. prometido com a redução das desigualdades, a valorização
32. das diversidades, a sustentabilidade e o combate às violências
33. e intolerâncias. A CNTE defende que o PNE reafirme a edu-
34. cação como direito humano, instrumento de inclusão social
35. e condição para o fortalecimento da democracia. A valori-
36. zação dos profissionais da educação, o financiamento ade-
37. quado e a regulamentação do setor privado são condições
38. fundamentais para um projeto educacional que garanta os
39. direitos educacionais.

A Conae 2024, com a participação de mais de 2.400 delegados e cerca de 9 mil emendas ao Documento Referência, representou um dos maiores processos democráticos da história da educação. Seu Documento Final, agora transformado em projeto de lei (aprovado em dezembro de 2025 na Câmara dos Deputados) articula diretrizes e metas que orientam estados e municípios, reafirmando a necessidade de gestão democrática e cooperação federativa. O desafio é transformar esse plano, articulados com os planos estaduais, distrital e municipais em políticas concretas que assegurem o direito à educação pública e de qualidade em todo o território nacional.

A CNTE reafirma que investir em educação pública, especialmente na ampliação das escolas de educação integral e de tempo integral, é investir em transformação social. A escola pública é um espaço de convivência democrática e de formação cidadã, capaz de romper ciclos de exclusão e violência. A educação como política humanizadora é um dos caminhos mais acessíveis para reduzir desigualdades e construir um país mais justo e solidário.

Entretanto, desafios estruturais comprometem a qualidade da educação:

- Piso Salarial do Magistério: Descumprimento da lei e falta de reajuste anual, precarizando a carreira e desrespeitando a legislação.
- Funcionários de Escola: Exclusão dos planos de carreira e pendência na aprovação do piso nacional.
- Condições de Trabalho e Infraestrutura: Salas superlotadas, falta de recursos pedagógicos, sobrecarga de tarefas administrativas, que agravam o adoecimento físico e mental da categoria, resultando em altos índices de afastamento.
- Infraestrutura Escolar Precária: Escolas sem água potável, ventilação inadequada ou espaços pedagógicos insuficientes, o que reforça desigualdades territoriais e exige novos investimentos públicos.
- Alimentação e Transporte Escolar: Componentes essenciais da permanência estudantil que enfrentam limites de qualidade, escassez de recursos e deficiências logísticas, afetando milhões de crianças e jovens.

1. A CNTE, como protagonista na defesa da escola
 2. pública, tem sido voz firme pela valorização dos profissio-
 3. nais e pela consolidação de políticas educacionais demo-
 4. cráticas. Sua atuação foi decisiva para conquistas históricas,
 5. como o Piso Nacional do Magistério, as diretrizes de car-
 6. reira para os profissionais da educação, o reconhecimento
 7. dos Funcionários da Educação como trabalhadores detento-
 8. res de direito à profissionalização, ao piso nacional e a planos
 9. carreira, ampliação do financiamento via Fundeb e a defesa
 10. permanente da educação pública, gratuita, laica e de quali-
 11. dade. Atualmente, e após ter atuado na aprovação do Sistema
 12. Nacional de Educação (Lei Complementar nº 220/2025), a
 13. Confederação segue mobilizada pela aprovação de um PNE
 14. que garanta a valorização dos profissionais, a gestão demo-
 15. crática e o financiamento estável e permanente para os sis-
 16. temas públicos.

17. A CNTE enfatiza sua oposição à gestão por resulta-
 18. dos e à meritocracia como tese de eficiência, pois as consi-
 19. dera estratégias de privatização da gestão pública da educa-
 20. ção. A Confederação atua para evitar a intervenção direta de
 21. consultorias privadas, a uberização e domesticação do exercí-
 22. cio profissional da educação, e a invasão de plataformas digi-
 23. tais de domínio privado, reafirmando a luta contra todas as
 24. formas de mercantilização da educação pública.

25. A defesa do novo PNE é um compromisso com o
 26. futuro do Brasil, assegurando recursos adequados para a
 27. educação e garantindo soberania, desenvolvimento e cida-
 28. dania. O novo plano, articulado com o SNE, deve consoli-
 29. dar a educação como prioridade nacional, fortalecer a coo-
 30. peração entre União, estados e municípios e assegurar que
 31. nenhuma criança, jovem ou adulto fique fora da escola. Supe-
 32. rar as contradições atuais exige unidade, mobilização e com-
 33. promisso político da classe trabalhadora e de suas entidades
 34. representativas.

35. A Constituição de 1988 reconhece a educação como
 36. direito social e dever do Estado e da família, em colabora-
 37. ção com a sociedade. A LDB (Lei nº 9.394/1996) conso-
 38. lida as bases da educação nacional e suas etapas e modalida-
 39. des, fruto das lutas dos movimentos sociais e sindicais pela

democratização do ensino. A educação infantil, o ensino fun-
 damental, o ensino médio, a EJA, a educação do campo, indí-
 gena, quilombola e especial representam dimensões comple-
 mentares desse direito, que deve ser garantido com equidade,
 financiamento adequado e valorização dos profissionais.

A negação do acesso à creche, o fechamento de
 turmas da EJA, a precarização do ensino médio e o aban-
 dono das escolas do campo e indígenas não são falhas admi-
 nistrativas, mas, sim, escolhas políticas. Defender todas as
 etapas e modalidades é afirmar o direito à educação como
 instrumento de justiça social.

A educação infantil é o primeiro vínculo cidadão da
 criança com o Estado; garantir seu acesso universal desde
 a creche até a pós-graduação, com qualidade, assegura o
 desenvolvimento integral das crianças e a real possibilidade
 de reduzir desigualdades desde a primeira infância.

No ensino fundamental, persiste o desafio da univer-
 salização, visto que a taxa de atendimento caiu após 2016 e
 depois na pandemia de covid-19, afetando principalmente
 crianças de famílias mais pobres, negras e das regiões perifé-
 ricas. Esse retrocesso revela a necessidade de políticas redis-
 tributivas e de fortalecimento do regime de colaboração entre
 os entes federados, com financiamento para avançar no aten-
 dimento em escolas integrais. A municipalização do ensino
 fundamental, sem contrapartidas adequadas, aprofundou
 desigualdades e sobrecarregou municípios, especialmente
 os de menor capacidade de arrecadação.

No ensino médio, os desafios se concentram na pri-
 vatização – estimulada desde a Reforma de 2017 –, na pla-
 taformização, e nos testes de larga, que orientam a deprecia-
 ção curricular e dão vazio a conceitos distorcidos de quali-
 dade, incentivando, não raramente, o fechamento de escolas
 no período noturno (assim como no Ensino Fundamental)
 que não possuem “bons resultados” para o Índice de Desen-
 volvimento da Educação Básica – Ideb.

A educação do campo, indígena e quilombola conti-
 nua marcada pela exclusão e pelo fechamento de escolas. As
 diretrizes conquistadas pelos movimentos sociais, como o
 Decreto nº 7.352/2010 e as Diretrizes de 2002, precisam ser

1. efetivadas, garantindo infraestrutura, formação docente e res-
 2. peito às especificidades culturais e linguísticas dos territórios.
 3. A defesa dessas modalidades é crucial para o caráter pluriét-
 4. nico e multicultural do Brasil.

5. A educação profissional e tecnológica deve ser articu-
 6. lada ao ensino médio, à pesquisa e à extensão, fortalecendo o
 7. desenvolvimento regional e social. A CNTE defende a con-
 8. solidação de um ensino médio integrado de oferta pública e
 9. de qualidade, capaz de promover inclusão e emancipação do
 10. sujeito, em oposição à reforma do ensino médio, que apro-
 11. fundou desigualdades.

12. A EJA, por sua vez, requer políticas de reabertura de
 13. turmas, redução do número de alunos por sala e valoriza-
 14. ção dos educadores. Embora o Pacto Contra o Analfabetismo
 15. tenha avançado, mais de 9 milhões de brasileiros ainda não
 16. são alfabetizados e mais de 20 milhões são analfabetos fun-
 17. cionais, evidenciando uma dívida socioeducacional.

18. A CNTE defende que o novo PNE corrija as lacu-
 19. nas do plano anterior, reafirmando a educação como direito
 20. humano e social, e abordando as desigualdades territoriais,
 21. raciais e de gênero. A educação pública é dever do Estado e
 22. direito inalienável de cada cidadão.

23. A gestão democrática é princípio constitucional (art.
 24. 206, VI) e fundamento da LDB, garantindo a participação da
 25. comunidade escolar nas decisões e autonomia pedagógica e
 26. administrativa das instituições públicas. A Meta 19 do PNE
 27. 2014-2024 tratou da regulamentação desse princípio, mas
 28. sua implementação é desigual. Muitos municípios e estados
 29. ainda carecem de legislações e mecanismos para a partici-
 30. pação real, que é base da transparência e do controle social
 31. dos recursos públicos. O próximo PNE precisa avançar nesta
 32. política que implica diretamente na qualidade da educação.

33. Outro desafio central é a regulação da educação a dis-
 34. tância (EaD), cuja expansão indiscriminada ameaça a quali-
 35. dade e o caráter presencial da educação básica. A EaD deve
 36. ter caráter complementar, não substitutivo, especialmente na
 37. EJA e na formação de professores, que necessitam de media-
 38. ção humana, presença, diálogo e interação pedagógica –
 39. valores incompatíveis com a lógica mercantilista e privatista

que se consolidou em parte do setor privado.

A efetivação de um sistema educacional inclusivo
 requer transversalidade da educação especial em todas as
 etapas e modalidades, garantindo acessibilidade, infraestru-
 tura, recursos humanos e formação adequada. O respeito à
 diversidade étnico-racial, de gênero, de idade, de orientação
 sexual, de origem e de religião é inegociável. A gestão demo-
 crática é, portanto, a materialização da escola pública como
 espaço de liberdade, igualdade e justiça social. Somente com
 unidade e compromisso político será possível garantir uma
 educação pública, gratuita, laica, democrática, desmilitari-
 zada, com gestão pública e de qualidade social para todos
 e todas.

A CNTE se mantém vigilante no Congresso Nacional
 para que leis sejam aprovadas no sentido de garantir o direito
 à educação pública de qualidade, porém, várias propostas tra-
 mitam em sentido contrário. Recentemente, foi aprovada a
 PEC 169/2021, permitindo a acumulação remunerada de um
 cargo de professor na rede pública com outro de qualquer
 natureza. E isso atenta contra a profissionalidade e a valo-
 rização do magistério, tornando a profissão em verdadeiro
 “bico”. Outra proposta delicada se refere à regulamentação
 do piso salarial profissional nacional para os Funcionários
 da Educação. Além de provável vício de origem, que poderá
 ser corrigido através de projeto do poder Executivo, o PL
 2.531/2021 não vincula o piso à formação profissional e nem
 garante aporte extra da União para honrar seu pagamento nos
 entes que comprovarem incapacidade financeira. E esses são
 pontos essenciais que poderão até mesmo declarar a incons-
 titucionalidade da futura lei, retrocedendo uma luta que data
 de 2006, quando foi incorporado o inciso VIII ao art. 206 da
 Constituição Federal.

A disputa ideológica na educação é algo que se dis-
 seminou a partir do golpe de 2016 e da ascensão da extrema
 direita no Brasil e no mundo. Além de atacar sistemática-
 mente os profissionais da educação, os adeptos das pautas
 reacionárias tentam implementar o que chamam de “Escola
 sem Partido” (mordaça aos professores), a educação domici-
 liar (*homeschooling*), o *voucher*, as escolas cívico-militares,

além de outras propostas que visam alienar os estudantes por meio de currículos restritivos ou que colocam em xeque a laicidade do ensino, a exemplo da permissão de cultos religiosos em horários do recreio.

Sob o aspecto do financiamento, em 2016, consolidou-se no Brasil uma agenda de redução de investimento social, marcada pelo Teto de Gastos (EC 95/2016). Essa regra limitou o crescimento das despesas da União à inflação do ano anterior por até vinte anos. Ao atrelar o gasto total apenas ao IPCA, a EC nº 95 impôs queda da despesa como proporção do PIB, transferindo o ajuste para rubricas como Saúde e Educação, com perda de receitas e capacidade de financiamento. Especialistas estimaram perdas acumuladas de bilhões de reais nessas áreas entre 2018-2022, resultando em compressão orçamentária, atrasos e interrupções de serviços em universidades, institutos federais e no SUS.

Esse arranjo, socialmente regressivo, foi parcialmente alterado em 2023 pela Lei Complementar 200, que instituiu o novo arcabouço fiscal (válido a partir de 2024). Ele substituiu o teto constitucional por uma regra infraconstitucional onde a despesa primária pode crescer entre 0,6% e 2,5% ao ano, conforme a variação da receita, combinada com metas de resultado primário. Isso abandona o congelamento rígido, mas mantém uma âncora que condiciona a expansão do gasto social e do investimento. Houve recomposição parcial de programas, inclusive na educação, e reajuste do salário-mínimo com ganho real. Contudo, os níveis de custeio e investimento federal ainda estão, em muitos casos, abaixo dos patamares de 2014 em termos reais, e nos estados as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos tetos de gastos (EC nº 109/2021) limitam o investimento público e abrem flancos para a privatização da educação e outras políticas públicas.

Diante desse contexto de contenção fiscal constitucionalizada, a CNTE reitera a necessidade de revogação do arcabouço fiscal e de qualquer outra regra de limitação do gasto público, sobretudo quando não há compromisso em reduzir o pagamento da dívida pública e a gravar mais intensamente os grandes rendimentos e fortunas.

Tanto a Lei do Sistema Nacional de Educação como

o PNE incorporaram a necessidade de regulamentação do Custo Aluno Qualidade (art. 211, § 7º da CF-1988), mecanismo esse indispensável para elevar os recursos e sua alocação em todas as escolas e redes de ensino do país, o qual, por sua vez, requer consolidar o investimento mínimo equivalente a 10% do Produto Interno Bruto na educação pública.

POLÍTICA SINDICAL

Fortalecer e ampliar a estrutura política e organizativa da CNTE é um desafio constante e um eixo central dos debates de seu 35º Congresso. Para isso, é fundamental compreender as transformações do mundo do trabalho e seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, bem como os desafios à sua organização e à luta por direitos e dignidade. Com base nos acúmulos da CNTE, atualizamos neste documento nossos desafios, estratégias e plano de lutas.

Transformações no Mundo do Trabalho e seus Impactos. A reestruturação cíclica do capital, impulsionada pelas transições digital e energética, impõe desafios crescentes à classe trabalhadora e à sociedade. A automação e a Inteligência Artificial (IA) reconfiguram os níveis de emprego e as exigências de qualificação. A flexibilização dos direitos trabalhistas se manifesta em novas formas de contratação, como as mediadas por plataformas. Tais elementos impactam a vida laboral e social de maneiras distintas, com gravidade acentuada nas regiões periféricas do capitalismo e nos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora.

A globalização transformou os meios de produção com o deslocamento de multinacionais para regiões de baixa regulamentação trabalhista e mão de obra barata. Embora a dinâmica produtiva tenha evoluído, a lógica de busca por flexibilização e baixo custo persiste, adaptada às novas configurações geopolíticas e tecnológicas.

Nos últimos anos, o mundo tem vivenciado uma revolução nos meios produtivos que combina antigas práticas de exploração com as novas tecnologias digitais e a IA. Seu alcance já transformou costumes sociais, formas de trabalho e a maioria das cadeias produtivas. Essa revolução revela-se mais extensa e disruptiva que a globalização dos anos

1. 90, resultando em: Gestão algorítmica e vigilância digital;
 2. Intensificação do trabalho, burnout e problemas de saúde
 3. mental; Precarização (terceirização, quarteirização, “pejoti-
 4. zação”); Enfraquecimento da negociação coletiva e da orga-
 5. nização sindical; Redução de direitos e falta de proteção
 6. social; Desigualdades interseccionais (gênero, raça, territó-
 7. rio); Desafios do trabalho remoto, conciliação trabalho-cui-
 8. dado e direito à desconexão; Dificuldades para juventudes no
 9. primeiro emprego e acessibilidade para pessoas com defici-
 10. ência; Aumento do trabalho análogo ao escravo (especial-
 11. mente em polos industriais e no campo); Migração laboral
 12. e xenofobia; Novas formas contratuais de alta flexibilidade.

13. Em síntese, esses desafios evidenciam a urgência de
 14. um pacto pelo trabalho decente, que una regulação e fisca-
 15. lização efetivas, políticas ativas de emprego e qualificação
 16. (especialmente para juventudes e migrantes), acessibilidade
 17. plena para pessoas com deficiência, garantia do direito à des-
 18. conexão e combate intransigente à precarização, xenofobia e
 19. trabalho análogo ao escravo.

20. **O Cenário Brasileiro: Digitalização, Legislação**
 21. **e Impactos.** No Brasil, a revolução 4.0 consolidou-se pela
 22. expansão das plataformas digitais, que controlam proces-
 23. sos produtivos em diversos setores. Exemplos como Uber
 24. e iFood foram pioneiros no transporte e alimentação, mas
 25. a influência se estendeu dramaticamente para a automação
 26. bancária, plataformas educacionais, serviços de streaming,
 27. redes sociais e teletrabalho (Google, Zoom). O debate cen-
 28. tral agora se volta para a regulação e os impactos trabalhis-
 29. tas desses modelos.

30. A revolução digital no Brasil acentuou a desregula-
 31. mentação e a flexibilização do trabalho. A Reforma Traba-
 32. lhistas (Lei 13.467/2017) abriu caminho para modelos de con-
 33. tratação precários, legitimando a informalidade sob o disfarce
 34. de “pseudoempreendedorismo”, uma estratégia opressiva. Em
 35. 2025, essa pressão se intensifica: propostas de regulamentação
 36. do trabalho em plataformas frequentemente falham em garan-
 37. tir direitos fundamentais, levando milhões à exploração em
 38. um contexto de fragilidade econômica e subemprego.

39. A pandemia de COVID-19 revelou a profunda

vulnerabilidade do mercado de trabalho brasileiro. A ausência
 de políticas estruturantes para o emprego causou uma queda
 drástica na ocupação, levando o Brasil ao menor patamar
 histórico: de 92,8 milhões (2019) para 84,7 milhões (2020)
 de ocupados, com apenas 40,1% da população auferindo
 alguma renda do trabalho. Em contraste, o número de bene-
 ficiários de auxílios assistenciais saltou de 0,7% para 23,7%,
 tornando-se um pilar essencial de proteção social.

Embora o início do governo Lula tenha trazido recu-
 peração nos níveis de ocupação, atingindo o menor nível de
 desemprego da história (5,4% em outubro de 2025), persiste
 o desafio de construir um mercado de trabalho com ocupa-
 ções dignas e de fortalecer as políticas de assistência social
 como mecanismos permanentes de redução das desigualda-
 des, e não apenas como respostas a crises.

A Educação no Epicentro das Mudanças. A educa-
 ção não está alheia a essa transformação; ao contrário, está no
 epicentro das mudanças. Isso exige atuação ativa dos sindica-
 tos de trabalhadores e trabalhadoras em educação, em um dos
 momentos mais decisivos para a defesa da educação pública
 e dos direitos dos trabalhadores.

A pandemia acelerou a disseminação de plataformas
 digitais na educação básica e superior. Contudo, a experi-
 ência mostrou-se profundamente reprovável, especialmente
 nas redes públicas, onde a carência de equipamentos, conec-
 tividade e suporte básico evidenciou a inviabilidade de um
 ensino digital massificado. Apesar disso, a expansão do
 ensino digital e híbrido por governos e pelo setor privado per-
 manece, agora impulsionada pelas promessas de eficiência da
 Inteligência Artificial. A implantação de um sistema híbrido
 permanente na educação básica e superior sem as condições
 adequadas desconsidera a função social e pedagógica essen-
 cial da escola, os processos de ensino-aprendizagem, a for-
 mação cidadã, o pluralismo de ideias e o pensamento crítico,
 subestimando o papel insubstituível dos educadores como
 mediadores do conhecimento, agentes de contextualização e
 promotores da reflexão crítica e das diversidades.

**Desafios e Reconfiguração da Organização Sin-
 dical.** A organização sindical no Brasil enfrenta uma crise

1. financeira, institucional e sociolaboral, mas também um perí-
 2. odo de reconfiguração de ferramentas e oportunidades. Desde
 3. a Reforma Trabalhista de 2017, com a extinção da compul-
 4. soriidade do imposto sindical, as receitas tradicionais des-
 5. pencaram (quedas superiores a 80% em muitas entidades).
 6. A densidade sindical caiu de cerca de 16% em 2012 para
 7. menos de 10% em 2022 (PNAD Contínua/IBGE). Em para-
 8. lelo, a difusão de terceirização ampla, contratação intermi-
 9. tente, pejotização, o crescimento acelerado do MEI e o tra-
 10. balho mediado por plataformas fragmentaram categorias,
 11. diluíram vínculos empregatícios e dificultaram a afiliação, a
 12. cobrança de contribuições e a própria representação coletiva.

13. No serviço público, a consignação em folha continua
 14. sensível. Estados e municípios têm regras próprias, e deci-
 15. sões judiciais reiteram sua legitimidade, com autorização do
 16. servidor e previsão normativa. Ainda assim, persistem ini-
 17. ciativas legislativas que buscam restringir receitas e a atua-
 18. ção sindical, ao lado de outras que visam dar segurança jurí-
 19. dica à contribuição negocial com direito de oposição e trans-
 20. parência na gestão.

21. Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal
 22. (STF), através da ADI nº 2135, flexibilizou o Regime Jurídico
 23. Único (RJU) no serviço público. Essa decisão, somada
 24. à reforma trabalhista e à terceirização ilimitada (aplicadas
 25. também ao serviço público), tende a fomentar contratos pre-
 26. cários, a privatização e a terceirização nas redes escolares.

27. Para transformar o potencial sindical em resultados,
 28. é crucial um plano de ação focado em: financiamento, forta-
 29. lecimento da base, negociação coletiva (C 151/OIT), comu-
 30. nicação e reorganização da estrutura sindical para acolher
 31. novos trabalhadores.

32. Por fim, um desafio atual para a CNTE é a sua forma
 33. de organização, uma vez que os sindicatos da educação nas-
 34. ceram quando a maioria das matrículas e dos vínculos de
 35. trabalho eram efetivos e se concentravam nas redes estadu-
 36. ais. Hoje, a maioria das matrículas e dos vínculos se deslo-
 37. caram para as redes municipais e para contratos precários, o
 38. que impacta diretamente na formação continuada, na quali-
 39. dade do ensino, na carreira, na valorização profissional e na

organização sindical.

BALANÇO DA GESTÃO (2022-2025)

Ao longo de sua existência, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) firmou-se como uma voz protagonista na resistência democrática, na reconstrução da política educacional brasileira e na articulação sindical. Liderou as principais lutas nas ruas e no campo institucional, unindo professores, especialistas e funcionários da educação das redes públicas municipais, distritais e estaduais.

Atuação Política e a Reconstrução Institucional

No período de 2022 a 2025, a CNTE desempenhou um papel estratégico e combativo contra o avanço da extrema-direita no Brasil. Durante o governo Bolsonaro, liderou a oposição às políticas de desmonte da educação pública, denunciando retrocessos, cortes orçamentários e ataques à liberdade de cátedra. Em 2022, mobilizou suas bases para as eleições gerais, defendendo a democracia e a valorização da educação pública e de seus profissionais.

A vitória do Presidente Lula marcou um novo capítulo. A CNTE foi contra a prisão arbitrária do Presidente e utilizou esse respaldo político para reconstruir os canais institucionais de diálogo com o poder executivo federal.

Com a retomada da interlocução com o Ministério da Educação (MEC), rompida desde o golpe político de 2016, a CNTE reassumiu espaços estratégicos no Fórum Nacional de Educação (FNE) e no Conselho Nacional de Educação (CNE). No FNE, a entidade foi reconduzida à presidência rotativa, e no CNE, ocupou uma cadeira na Câmara de Educação Básica (CEB/CNE). Nessas instâncias, defendeu pautas históricas como o cumprimento do PNE (2014-2024), prorrogado até o final de 2025, a revogação do Novo Ensino Médio (considerado a maior herança golpista na educação), e a valorização dos profissionais da educação.

Liderança na CONAE 2024

A CNTE, na presidência rotativa do FNE, foi protagonista na condução da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada de forma extraordinária em janeiro de 2024. Sua participação foi decisiva em todas as etapas: como

entidade coordenadora do FNE, articulou os debates municipais, estaduais e distrital, e contribuiu diretamente na elaboração do Documento-Referência. Além da liderança política, mobilizou amplamente suas entidades filiadas, reafirmando seu protagonismo na formulação de políticas educacionais e sua capacidade de articulação nacional em defesa de uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

Atuação Internacional Estratégica

No cenário internacional, a CNTE ampliou sua atuação junto à Internacional da Educação (IE), à Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) e outros fóruns multilaterais. Por meio de seus representantes, que ocupam a vice-presidência em IE e IEAL, denunciou a precarização da educação brasileira e fortaleceu redes de solidariedade global e regional. Essa presença contribuiu para pressionar o governo brasileiro em instâncias como a OIT (através de representante da bancada dos trabalhadores, egresso da CNTE e da CUT) e a ONU, em temas como liberdade sindical e financiamento da educação. A CNTE também assumiu a secretaria geral da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), fortalecendo a integração lusófona e promovendo o intercâmbio de experiências e a valorização profissional na CPLP.

Crescimento da Representatividade e Campanhas Nacionais

A gestão registrou um crescimento expressivo no número de sindicatos filiados, passando de 53 entidades (municipais, distritais e estaduais) em 2022 para 64 em 2025 – um aumento de mais de 20% em representações municipais. Essa expansão reforça sua postura combativa, propositiva e legítima e lança um desafio importante para melhor organizar o segmento dos municipais na Confederação. Com maior capilaridade, a CNTE lançou campanhas nacionais como “Escola Pública, Eu Apoio!”, “Revoga Já o Novo Ensino Médio”, “Concurso Público Já!”, “Não Venda a Minha Escola!” e diversas ações pela implementação do piso salarial nacional do magistério e dos profissionais da educação. Essas iniciativas mobilizaram milhares de educadores,

consolidando a imagem da CNTE como referência na luta por uma educação pública de qualidade.

Inserção Legislativa e Judicial Efetiva

No Congresso Nacional, a CNTE teve uma inserção legislativa ativa, participando de audiências públicas, fornecendo dados e propostas, e denunciando projetos de lei que impactam a educação e os educadores. Sua atuação incluiu mobilizações, produção de documentos técnicos, diálogo com bancadas temáticas e pressão sobre projetos de lei, além de reuniões com a bancada da educação em fevereiro de 2025 para articular as pautas prioritárias do ano. Essa frente de trabalho reforça seu papel de articuladora política e defensora da educação pública.

A atuação jurídica também foi intensificada, com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) e em outros tribunais. A CNTE ingressou como *amicus curiae* em diversas ações, defendendo o piso salarial, a carreira docente e os direitos constitucionais dos trabalhadores em educação, combatendo retrocessos promovidos por governos estaduais e municipais. Temas de destaque incluíram: Piso Salarial Nacional do Magistério, Diretrizes Nacionais de Carreira, revogação do Novo Ensino Médio, financiamento da Educação e FUNDEB, autonomia sindical, liberdade de organização e combate à militarização das escolas.

Outras frentes de luta

Na esfera da **comunicação**, a CNTE manteve presença no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC e manteve articulada sua rede com as entidades filiadas voltada para intervir nos temas de maior destaque para a educação e a categoria através das redes sociais.

As políticas de **combate ao racismo e à homofobia** também contaram com a presença da CNTE nos principais fóruns de discussão, retomados no governo Lula, especialmente as Conferências Temáticas Nacionais, além de se fazer presente nos respectivos conselhos sociais dessas políticas.

A **Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários** promoveu encontros em diversos estados e promoveu o Encontro Nacional na serra gaúcha (Bento Gonçalves), em 2025. Um dos temas centrais de luta dos aposentados

neste período é o combate aos confiscos instituídos pela EC nº 103/2021 (reforma da Previdência), que oneraram gravemente os aposentados do país. O assunto está em discussão no STF com grande possibilidade de vitória para os trabalhadores. A Secretaria também lançou a revista Vitalidade voltada para os/as aposentados/as.

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação com deficiência ganharam importante espaço de representação na CNTE, através de coletivo próprio que se reuniu presencialmente, em 2025, para debater as políticas para esse segmento da categoria e as ações para a Educação Especial no PNE.

A **Secretaria de Finanças**, por sua vez, promoveu dois momentos de discussão com os financeiros das afiliadas, oportunizando novos conhecimentos, trocas de experiência e metodologias de planejamento e execução das receitas dos sindicatos.

A **Secretaria Sindical**, em parceria com o jurídico da CNTE, promoveu debates sobre a nova legislação que trata do registro das entidades sindicais (Portaria MTE nº 3472/2023), e tem dado assistência às afiliadas para resolverem suas pendências administrativas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Também acompanha o processo de regulamentação da Convenção 151/OIT, tendo a CUT como representante no GT criado pelo governo federal para tratar do assunto.

A **Secretaria de Funcionários** atuou no processo de reimplantação do Profuncionário junto ao MEC, e tem atuado, através de outro GT no MEC, na incidência ao PL 2.531/21, que trata do piso salarial nacional para a categoria, buscando vencer os desafios de inconstitucionalidades do projeto original e melhorando a sua estrutura.

A **Secretaria de Gênero** manteve a revista Matria e a Secretaria de Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação realizou seminários visando detectar causas e propor políticas públicas para melhorar a saúde dos profissionais da educação.

Este balanço evidencia uma CNTE fortalecida, plural, combativa e articulada, que soube enfrentar os desafios do autoritarismo, reconstruir pontes institucionais e ampliar sua

influência política e social no Brasil e no mundo.

POLÍTICAS PERMANENTES

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reafirma o compromisso histórico da classe trabalhadora da educação com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de discriminação, racismo e desigualdade. O racismo estrutural e institucional, herança do colonialismo e da escravidão, continua a reproduzir profundas injustiças sociais e desigualdades educacionais, tornando seu enfrentamento uma tarefa central da luta sindical. Tal enfrentamento exige articulação permanente entre formação, políticas públicas e mobilização social.

A escola pública ocupa papel estratégico nesse processo, devendo constituir-se como espaço de promoção da igualdade racial e de construção de práticas pedagógicas transformadoras. Essas práticas devem valorizar as identidades negras e indígenas, assegurar representatividade nos materiais didáticos e romper com as violências racistas que atravessam o cotidiano escolar. A defesa de uma educação pública de qualidade social implica a rejeição do mito da neutralidade racial e a afirmação do protagonismo do povo negro na história e na cultura brasileira, garantindo que a educação antirracista esteja presente nas formações, campanhas, espaços escolares e lutas sociais.

Cabe às entidades sindicais fortalecer coletivos de trabalhadoras e trabalhadores negros, garantir sua representação nas instâncias deliberativas e assegurar que o recorte racial seja transversal a toda a pauta da categoria, ampliando políticas de valorização da diversidade nos planos de carreira, na formação docente e na gestão democrática das escolas.

Educação Escolar Quilombola e do Campo

A Educação Escolar Quilombola, construída a partir da luta do movimento negro e das comunidades quilombolas, expressa o direito à diferença e à autonomia. Exige do Estado o cumprimento efetivo das Diretrizes Curriculares Nacionais, com financiamento adequado, formação específica, respeito aos saberes tradicionais e garantia da gestão comunitária. As escolas quilombolas são territórios de resistência, memória

1. e afirmação cultural, articuladas à luta pela terra, pela susten-
 2. tabilidade e pela preservação das identidades coletivas. Para
 3. isso, necessitam de políticas de permanência, transporte esco-
 4. lar digno, infraestrutura adequada e currículos que valorizem
 5. as matrizes africanas, as trajetórias de resistência e as práticas
 6. culturais dos territórios.

7. A luta por escolas do campo está intrinsecamente
 8. ligada à soberania alimentar, à reforma agrária e à justiça
 9. social. O fechamento de escolas rurais, impulsionado pela
 10. lógica neoliberal e mercadológica, viola direitos e inviabi-
 11. liza a permanência das populações no campo. A concentra-
 12. ção fundiária, o avanço do agronegócio predatório e a destrui-
 13. ção ambiental agravam esse cenário. A CNTE reafirma, por-
 14. tanto, a defesa de políticas específicas de formação docente,
 15. currículos contextualizados e práticas pedagógicas que arti-
 16. culam trabalho, cultura, ciência e natureza, formando sujei-
 17. tos críticos e comprometidos com a transformação social e a
 18. preservação da vida.

19. **Educação Antirracista e Reparação Histórica**

20. A efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº
 21. 11.645/2008 é indissociável do combate ao racismo e da
 22. construção de uma educação antirracista. Cabe ao poder
 23. público garantir formação docente adequada, produção de
 24. materiais didáticos qualificados e a inserção de conteúdos
 25. que expressem a diversidade cultural brasileira. A superação
 26. do eurocentrismo e a promoção de um currículo plural, com-
 27. prometido com os direitos humanos, são elementos centrais
 28. da luta por justiça racial.

29. Nesse processo, a reparação deve ser compreendida
 30. como ação política destinada a corrigir os danos históricos
 31. provocados pelo racismo estrutural e pela exclusão, assegu-
 32. rando acesso à educação de qualidade, valorização profis-
 33. sional e igualdade de oportunidades à população negra, qui-
 34. lombola e a outros grupos historicamente oprimidos. A cons-
 35. trução de um Brasil democrático exige o enfrentamento do
 36. racismo em todas as suas expressões.

37. **Mulheres, Feminismo e Igualdade de Gênero**

38. A luta das mulheres no Brasil é parte constitutiva da
 39. luta de classes e da construção de um país soberano, justo e

igualitário. As mulheres trabalhadoras da educação desem-
 penham papel central na defesa da escola pública, gratuita,
 laica, democrática, inclusiva e de qualidade social, enfren-
 tando cotidianamente as expressões do patriarcado, do
 racismo e da exploração capitalista.

As desigualdades de gênero e raça manifestam-se
 por meio da disparidade salarial, da sobrecarga de trabalho,
 das violências doméstica, institucional e política, do assé-
 dio e da exclusão dos espaços de poder. As mulheres negras,
 indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas
 sofrem de forma ainda mais intensa os efeitos combinados do
 racismo, do sexismo e da opressão de classe. Os ataques da
 extrema direita às políticas de gênero, aos direitos sexuais e
 reprodutivos e à educação emancipadora representam grave
 ameaça à democracia, à vida das mulheres e à liberdade de
 ensinar e aprender.

O feminismo negro contribui de forma decisiva
 para esse debate ao evidenciar a intersecção entre racismo,
 sexismo e exploração de classe, conforme demonstram auto-
 ras como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro e bell
 hooks. A ação sindical deve incorporar de forma estruturante
 a pauta feminista, antirracista e popular, fortalecendo a uni-
 dade da classe trabalhadora e ampliando a participação femi-
 nina nos espaços de liderança sindical.

A igualdade de gênero deve orientar toda a ação sin-
 dical e institucional. A CNTE compromete-se a incentivar e
 fortalecer secretarias e coletivos de mulheres, promover for-
 mações sobre gênero e trabalho e incorporar o debate sobre
 o tempo de vida e o direito ao descanso como elementos cen-
 trais da pauta sindical. Defender uma jornada justa é defen-
 der o direito à vida. O enfrentamento à escala 6x1 integra essa
 luta por dignidade no trabalho e justiça social.

Juventude Trabalhadora em Educação

Pesquisa realizada pelo Coletivo de Juventude da
 CNTE evidencia que a juventude trabalhadora em educa-
 ção é o segmento mais precarizado da categoria, majorita-
 riamente contratada de forma temporária. O estudo aponta
 ainda o envelhecimento da categoria a partir de 2015, com
 redução do ingresso de professores e professoras com até 35

1. anos, alertando para o risco do apagão docente nas escolas
2. brasileiras.

3. Os dados demonstram que políticas de comunicação,
4. formação político-educacional, diversidade, acolhimento a
5. novos concursados e temporários, além de atividades cultu-
6. rais, esportivas e de lazer, são fundamentais para ampliar a
7. participação da juventude nos sindicatos. A CNTE defende
8. a criação da Secretaria de Juventude, o fortalecimento dos
9. coletivos estaduais e a instituição de uma cota mínima de
10. 10% de jovens nos congressos e plenárias intercongressu-
11. ais, bem como a articulação com as instituições formadoras
12. das licenciaturas.

13. **Direitos da Criança, do Adolescente e dos** 14. **Aposentados**

15. A CNTE reafirma que a defesa dos direitos das crian-
16. ças e adolescentes é compromisso central da luta em defesa
17. da escola pública. Denuncia as múltiplas violações de direi-
18. tos que afetam esse público — como pobreza, fome, traba-
19. lho infantil, violências diversas, racismo e LGBTfobia — e
20. exige políticas intersetoriais que garantam proteção integral,
21. permanência escolar e desenvolvimento pleno.

22. Da mesma forma, a CNTE defende uma aposentado-
23. ria digna, assegurada por uma Previdência justa, solidária e
24. pública, com garantia de paridade, integralidade e valoriza-
25. ção da trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras aposenta-
26. dos, reconhecidos como memória viva da luta sindical.

27. **A Educação Escolar Indígena** é direito constitucio-
28. nal e deve respeitar as especificidades culturais, linguísticas e
29. territoriais de cada povo. A CNTE defende políticas públicas
30. que garantam autonomia pedagógica, formação de professo-
31. res indígenas, financiamento adequado e o direito ao territó-
32. rio, reafirmando, entre outras questões:

33. 1. A defesa da Educação Escolar Indígena como parte
34. integrante da Educação Pública Brasileira, observando as
35. diretrizes da Lei nº 11.645/2008;

36. 2. A luta para que o Ministério da Educação e as
37. Secretarias Estaduais e Municipais de Educação garantam
38. recursos específicos, planos de carreira, formação continu-
39. ada e autonomia pedagógica das escolas indígenas;

3. O fortalecimento das lutas dos povos indígenas em
defesa de seus territórios, por políticas linguísticas e pela pre-
servação de suas culturas, compreendendo que não há educa-
ção indígena sem território;

6. A ampliação das universidades indígenas e dos pro-
gramas de ingresso e permanência de estudantes indígenas
nas universidades públicas.

O combate ao capacitismo exige transformação
cultural, institucional e política, reconhecendo a deficiência
como parte da diversidade humana. Nesse horizonte, a CNTE
defende uma Educação Pública que reconheça e assegure os
direitos das pessoas com deficiência, incluindo trabalhado-
res/as em educação e estudantes, rompendo com o modelo
excludente que ainda marca as relações sociais e institucio-
nais no país. O capacitismo — forma de opressão que infe-
rioriza e discrimina pessoas com deficiência — estrutura-
-se como um dos pilares das desigualdades, naturalizando
a exclusão e legitimando práticas que negam autonomia e
participação social. Combater essa lógica significa questio-
nar as bases que sustentam o sistema capitalista, patriarcal e
racista, que transforma corpos e mentes em instrumentos de
produtividade e lucro, em detrimento da dignidade humana.

A CNTE defende a ampliação das políticas públicas
voltadas à educação especial na perspectiva da inclusão, da
formação continuada dos/as profissionais da educação e da
produção de conhecimentos sobre deficiência e acessibili-
dade. Reivindica-se o cumprimento integral da Lei Brasileira
de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e das diretrizes da Conven-
ção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU,
reconhecendo que o Estado tem o dever de promover condi-
ções para o exercício pleno da cidadania e do trabalho com
dignidade.

Diversidade e Inclusão

A luta contra a LGBTfobia é parte da luta por justiça
social, democracia e direitos humanos. Defender as pessoas
LGBTQIA+ é defender a vida, a educação pública e o futuro
de um país mais justo e plural. Somente com solidariedade,
unidade e coragem será possível romper com a lógica exclu-
dente que oprime e silencia.

1. A Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas
 2. LGBTQIA+ representa um marco essencial na consolidação
 3. da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil.
 4. É um espaço de escuta, formulação e deliberação que fortalece o protagonismo social e político da comunidade LGBTQIA+, permitindo que suas demandas sejam incorporadas às políticas públicas de forma estruturante e permanente. Sua realização expressa o compromisso do Estado com a diversidade, a igualdade e a justiça social, assegurando que o enfrentamento à discriminação, à violência e ao preconceito se torne uma prioridade na agenda pública. A CNTE defende e atua em prol desses compromissos!

13. **Considerações Finais**

14. O Brasil carrega uma dívida histórica com estudantes pretos, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência e demais grupos historicamente excluídos. A CNTE defende a criação de uma Rede Nacional de Proteção Escolar, com financiamento adequado, políticas de permanência, combate ao racismo, à xenofobia e às desigualdades estruturais, garantindo acolhimento intercultural, formação antirracista e mecanismos eficazes de denúncia e reparação.

22. A construção de uma educação pública democrática, inclusiva e emancipadora é tarefa coletiva e inadiável. Defender a diversidade é defender a vida, os direitos humanos e o futuro de um país mais justo e plural.

27. **ESTATUTO**

28. **Art. 3º** - Podem se filiar à CNTE os sindicatos e as federações de trabalhadores em educação de abrangência estadual, municipal e distrital, desde que tenham como objetivos precípuos a defesa dos interesses da categoria e o aprimoramento da educação.

33. **Art. 4º** - A entidade sindical que desejar se filiar à CNTE deve formalizar o pedido por meio de requerimento de seu presidente ou coordenador, o instruindo com:
 36. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

37. **Art. 22** - O Conselho Nacional de Entidades (CNE) será composto pela Diretoria Executiva da CNTE, pelos adjuntos da Direção Executiva, apenas com direito a voz,

pelos presidentes ou coordenadores das entidades filiadas, ou seus representantes legais, e por representantes de base eleitos em assembleia na seguinte proporção: **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 23

f) aprovar a filiação, desfiliação e exclusão de entidades por deliberação de no mínimo dois terços de seus membros; **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 24 - A Diretoria Executiva Nacional, composta mediante a representação paritária entre homens e mulheres, é órgão da CNTE integrada pelos seguintes cargos: Presidência, Vice-presidência, Secretaria de Finanças, Secretaria-Geral, Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Assuntos Educacionais, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Formação, Secretaria de Organização, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Relações de Gênero, Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos, Secretaria de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Funcionários(as) da Educação, Secretaria de Combate ao Racismo e 14 (cartoze) Secretarias Executivas. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

(...)

§ 3º Além da Diretoria Executiva, serão eleitos mais 15 (quinze) diretores(as) adjuntos(as) para desenvolver demandas nos Estados, os quais serão acionados pela Presidência e/ou Secretaria-Geral da CNTE, devendo, ainda, ocuparem cargos na Diretoria Executiva em caso de vacância, respeitando a proporcionalidade do Congresso que elegeu a Diretoria. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 26 - No caso de impedimento ou vacância temporária ou definitiva do presidente, vice-presidente ou qualquer outro cargo, os mesmos serão ocupados por outros diretores(as) indicados pelas forças políticas que detinham os cargos originais, devendo, ainda, as vacâncias na Direção serem ocupadas por diretores(as) adjuntos(as), mantendo a proporcionalidade entre as forças políticas que elegeram a Diretoria Executiva no Congresso da CNTE. **(EMENDA**

DE REDAÇÃO)**Art. 27 -****(...)**

i) solicitar ao CNE “referendum” para despesas extraordinárias superiores a um quinto da previsão da arrecadação mensal, sob justificativa; **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 54 - Constituem-se patrimônio da CNTE: **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 55 - Constituem-se receitas da CNTE **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

Art. 56 -

Parágrafo único. Os sindicatos filiados a federações terão suas mensalidades à CNTE repassadas pela entidade de grau superior no Estado, caso essa seja filiada à Confederação.

Art. 58 -

§ 1º - A CUT deve apresentar à CNTE comprovantes de pagamento com os respectivos valores de arrecadação e a quantidade de seus sócios declarados pelas entidades filiadas à Confederação. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

(...)

§ 3º - As entidades que não procederem a referida atualização, no período indicado, estarão automaticamente impedidas de efetuarem aumento de sócios para o Congresso Nacional da Confederação. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

§ 4º - Caso haja desacordo na conferência feita pela CNTE, caberá recurso dessas ao Conselho Nacional de Entidades da CNTE, a quem compete dirimir as questões não consensuais.

~~**§ 5º -** As listas de sócios com os respectivos valores de contribuição de cada associado deverão ser fornecidas por órgãos públicos responsáveis pela gerência de pessoal da educação, de forma impressa ou por meio eletrônico, admitindo listagens próprias, exclusivamente, dos associados que recolhem contribuições diretamente nos sindicatos filiados: **(EMENDA SUPRESSIVA)**~~

Art. 59 -

§ 1º - Eventuais acordos financeiros das entidades filiadas com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a

quem está vinculada a arrecadação prevista no caput, não poderão ocasionar prejuízos às receitas da CNTE, devendo a Secretaria de Finanças acompanhar a composição dos acordos e ser comunicada oficialmente sobre o teor dos mesmos pela CUT e pelas entidades filiadas. **(EMENDA DE REDAÇÃO)**

PLANO DE LUTAS

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reafirma seu compromisso histórico com a defesa da escola pública – gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada – e com a valorização de todos os profissionais da educação.

Diante do acirramento entre a visão privatista e a perspectiva da educação pública como direito social, a CNTE apresenta sua plataforma de lutas como instrumento político, organizativo e mobilizador da categoria.

Nosso objetivo é fortalecer a resistência, ampliar conquistas e assegurar que a educação pública permaneça patrimônio do povo brasileiro!

Eixos de Luta:

1. Rejeitar a Reforma Administrativa e Defender o Serviço Público

A CNTE se opõe à Reforma Administrativa, que visa dismantlar o Estado brasileiro, precarizar vínculos, reduzir salários e abrir caminho para a privatização de serviços essenciais como educação e saúde. Reafirmamos que o Estado deve servir ao povo, e não ao mercado. Nenhum direito a menos, nenhum serviço público privatizado!

2. Fortalecer a Educação Pública

A defesa da educação pública é eixo central da luta da CNTE. Isso implica assegurar o financiamento adequado para o funcionamento das escolas. A escola pública deve ser espaço de inclusão, diálogo, liberdade, construção do conhecimento e cidadania – nunca de autoritarismo, militarização ou mercantilização. Os recursos públicos devem ir para a educação pública!

3. Valorizar os Profissionais da Educação

A valorização profissional é essencial para a qualidade da educação pública. A CNTE defende o cumprimento

1. integral do Piso Salarial Profissional Nacional em todas as
 2. redes, com reajuste anual automático e vinculação à carreira.
 3. A CNTE luta pela regulamentação do piso salarial profissio-
 4. nal nacional para os Funcionários da Educação, com melho-
 5. rias no PL 2.531/21. Valorização não é discurso: é salário,
 6. carreira e respeito! Também defendemos a redução da sobre-
 7. carga de trabalho, o limite de alunos por turma, condições
 8. adequadas de infraestrutura e uma política nacional de saúde
 9. aos profissionais da educação, com atenção à saúde mental e
 10. prevenção de violências.

11. 4. Revogar as Contrarreformas Trabalhista e Previdenciária

12. A CNTE exige a revogação das contrarreformas tra-
 13. balhista e previdenciária, que retiraram direitos históricos
 14. da classe trabalhadora, precarizaram relações de trabalho,
 15. ampliaram a exploração e dificultaram o acesso à aposen-
 16. tadoria. Defendemos um sistema justo, que garanta prote-
 17. ção social, estabilidade, dignidade e aposentadoria aos tra-
 18. balhadores. Nenhum confisco é justo! Nenhum retrocesso
 19. será aceito!

20. 5. Combater a Extrema Direita

21. O avanço da extrema direita ameaça a democracia,
 22. os direitos humanos e a educação pública. A CNTE reafirma
 23. seu compromisso em combater todas as formas de violência,
 24. inclusive na política, o negacionismo e as tentativas de crimi-
 25. nalizar o magistério e o serviço público. Defender a escola é
 26. defender a liberdade, a ciência e o pensamento crítico, pila-
 27. res de uma sociedade democrática. Contra toda e qualquer
 28. forma de autoritarismo e de fascismo!

29. 6. Lutar Contra a Anistia aos Golpistas

30. É inaceitável qualquer tentativa de anistiar os respon-
 31. sáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e outras
 32. investidas contra a ordem democrática. A impunidade ali-
 33. menta novos ataques às instituições e à soberania popular.
 34. Que nunca mais se repitam as tragédias autoritárias na his-
 35. tória brasileira! Democracia se defende com memória, ver-
 36. dade e justiça!

37. 7. Apoiar a Tributação dos Super-Ricos

38. O sistema tributário brasileiro é injusto e desigual,
 39. penalizando trabalhadores e privilegiando grandes fortunas.

A CNTE defende a tributação dos super-ricos como medida de justiça fiscal e social. Quem ganha mais deve contribuir mais!

8. Eleger Candidaturas Comprometidas com a Educação

O Congresso Nacional vive uma enorme distorção política. A CNTE defende o apoio a candidaturas para o Executivo e o Legislativo comprometidas com a educação pública, direitos sociais e soberania nacional. É preciso eleger representantes que se oponham às privatizações, valorizem servidores e defendam o financiamento público da educação. A política e a luta sindical devem caminhar juntas!

9. Apoiar a eleição de projetos democráticos e populares em nível nacional e subnacionais

A CNTE defende o Estado democrático e a valorização das políticas públicas voltadas à inclusão social, ao combate à fome e em defesa da soberania nacional. A educação pública emancipadora e qualidade social se enquadra nesta perspectiva histórica e não em visões mercantis (Estado Mínimo) e autoritárias.

10. Aprovar e Cumprir o novo PNE

A CNTE exige a aprovação e a execução integral do novo Plano Nacional de Educação, construído em conferências e fundamentado em históricos acúmulos e na luta de intelectuais, sindicatos e movimentos sociais. Sem o PNE, não há futuro para a educação pública. PNE pra valer, com metas, prazos e financiamento garantido!

11. Regularizar a Convenção 151 da OIT

A CNTE luta pela regulamentação e efetivação da Convenção 151 da OIT, que garante o direito à negociação coletiva e à organização sindical dos servidores públicos. Sem negociação, não há democracia no trabalho. Negociar é direito, não concessão!

12. Fortalecer o movimento sindical e a CNTE

Fortalecer as relações internacionais e ampliar a base de entidades, federações e sindicatos é um desafio para a CNTE manter sua representatividade e força na defesa da educação pública básica do país e de seus educadores. Sindicalismo forte é caminho para garantir direitos!

ASSINAM:

DIREÇÃO CNTE: Heleno Manoel Gomes Araújo Filho (PE), Rosilene Corrêa Lima (DF), Fátima Aparecida da Silva (MS), Roberto Franklin de Leão (SP), Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT), Marta Vanelli (SC), Marilda de Abreu Araújo (MG), Sergio Antônio Kumpfer (RS), Cleiton Gomes da Silva (SP), José Christovam de Mendonça Filho (ES), José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP), Carlos de Lima Furtado (TO), Claudir Mata Magalhães de Sales (RO), Paulina Pereira Silva de Almeida (PI), Mario Sergio Ferreira de Souza (PR), Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE), Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP), Rosane Terezinha Zan (RS- DESPE), Arnaldo Bruno Lopes Vital (RN - Coletivo Juventude), ADJUNTOS: Marco Antonio Soares (SP), Ronildo Oliveira do Nascimento (PE), Doris Regina Acosta Nogueira (RS), Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB), Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ), Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG), Sueli Veiga Melo (MS), Claudio Antunes Correia (DF), Iêda Leal (GO), SINTEAC – Rosana Nascimento, SINSEPEAP – Ubiraelson Amaral, Kelson Luiz, SINTERO – Dioneida Castoldi, Manoel Rodrigues, SINTET – José Roque, Silvinia Pires, Iata Anderson, ASPROLF – Valdir Silva, Rafael Henrique, SISPEC – Sara Santiago, SINTEP/PB – Felipe Baunilha, Maria do Socorro Ramalho, SINTEM/JP – Valdegil Daniel, SINTEPE – Ivete Caetano, Paulo Ubiratan, Marília Cibeli, Cintia Sales, SIPROJA – Sephora Marinho, Marcelo Galdino, SINDIUTE/CE – Gardênia Baima, Cândida Lobato, SINTE/PI – Benedita Moreira, Renato Freitas, SINPRO/DF – Márcia Gilda, SINTEGO – Maria Euzébia (Bia), Ludymilla Moraes, Sueli, Luciene Alves, SINTEP/MT – Henrique Lopes, Gilmar Soares, FETEMS – Deumeires Moraes, Roberto Botareli, SINDIUPES – Noêmia Simonassi, Dorzila Gean Carlos, SIND-UTE/MG – Denise Romano, Feliciano Alves, Maria Mirtes, Marcel Amador, SEPE – Diogo de Andrade, Odisséia Carvalho, AFUSE – Rosana Aparecida, João Marcos, APEOESP – Fábio Moraes, Maria Isabel A. Noronha (Bebel), Zenaide Honório, José Roberto Guido, SINPEEM – Valéria de Jesus Silva, Ricardo Cardoso, Raquel Macedo, APP – Vanda Santana, Celso José dos Santos, CPERS – Helenir Schurer, Sonia Solange, SINTERG – Suzane Barros, SINTE/SC – Sandro Cifuentes.

08 - RESOLUÇÕES DA INTERSINDICAL

CONJUNTURA INTERNACIONAL

As últimas décadas conformaram um novo arranjo geopolítico do planeta. O domínio imperialista dos EUA estabelecido com o fim da União Soviética é agora contestado pela ascensão da China e pelo fortalecimento de outras potências como a Índia e a Rússia. A conformação e expansão dos Brics que conta com a participação do Brasil é parte desse processo.

A reestruturação produtiva e o aprofundamento do neoliberalismo resultaram em retrocessos sociais, econômicos e políticos e deram espaço nas democracias capitalistas para o fortalecimento de partidos e líderes de extrema-direita, e/ou de orientações e práticas neofascistas. Trump é a maior referência desse movimento, que reúne figuras como Bolsonaro, Milei, Netanyahu, entre tantos outros.

O avanço do capitalismo também produz graves consequências socioambientais sendo o aquecimento global o maior dos problemas, em um contexto de ampliação de desigualdades, marcado pelo aumento da concentração da riqueza mundial na mão de 1% da população. A crise estrutural e múltipla do capital iniciada em 1970, agora em um panorama de crise ecológica (emergência climática e perda acelerada da biodiversidade), acirra a disputa por recursos naturais e coloca em xeque a sobrevivência da humanidade na tentativa de contornar a queda tendencial da taxa de lucros.

A luta de trabalhadoras e trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, por mais políticas públicas no seu interesse também representa outra pressão sobre o lucro, pois significa disputar parte do lucro dos capitalistas. Portanto, as práticas de assédio, os desmontes de políticas públicas e direitos nada mais é do que parte de um plano de aprofundamento do domínio do projeto neoliberal, e expansão imperialista.

Neste novo contexto histórico, não é surpreendente o agravamento de conflitos bélicos, alimentados por interesses econômicos, políticos e geopolíticos que refletem também

as disputas imperialistas. Os atuais conflitos estão principalmente relacionados à ação ou à reação do imperialismo ocidental capitaneado pelos EUA. A guerra na Ucrânia se prolonga, a destruição da Palestina e o Genocídio se aprofundam sob os olhos e a permissividade de governos mundiais, com vetos constantes dos EUA na ONU, até que se colocasse como “pacificador” do conflito. A possibilidade de invasão à Venezuela é a mais recente ameaça operada por Trump, agora na América Latina.

O rompimento de acordos e a imposição de tarifas feitos por Trump fazem parte da tentativa de reposicionamento dos EUA. O domínio das Big Techs e o controle sobre o uso das redes sociais tem papel crucial nessa estratégia. Bem como, a disputa por territórios com minerais de interesse para desenvolvimento de tecnologias.

Na América Latina as forças democráticas e populares têm enfrentado o avanço do neofascismo com perdas e ganhos. Até mesmo dentro dos EUA tem surgido forças de resistência e lideranças identificadas com o socialismo. O maior exemplo é a eleição de Mandami para a prefeitura de Nova Iorque. As desigualdades socioeconômicas e ambientais têm servido de lupa para se enxergar os limites do sistema capitalista e sua incapacidade de promover a vida, expressa a intensificação da exploração e precarização do trabalho, e na superexploração da natureza.

As potências em disputa por novos mercados avançam sobre os países da periferia do capitalismo. Dessa vez, intensificam ataques sobre povos e territórios, amplificando opressões de classe, gênero, raça e sexualidade, também por meio de apoio à hegemonia cultural enraizada no conservadorismo e no patriarcado, que se utilizam das religiões para sua manutenção.

A nova realidade demanda da esquerda em nível internacional um processo de reformulação programática e organizativa a fim viabilizar uma alternativa democrática e socialista que seja capaz de ser maioria social, com movimentos

1. capazes de organizar um ofensiva contra-hegemônica ao
2. Capital.

3. Diante desse quadro geral, o posicionamento da CNTE
4. deve ser balizado por:

5. I. Defesa de uma educação pública orientada para a forma-
6. ção crítica, contrária a neoliberalização da educação e a
7. formação de mão-de-obra barata para o Capital.

8. II. Combate à extrema-direita neofascista, ao imperialismo
9. e ao neoliberalismo.

10. III. Em favor da autodeterminação dos povos, da multipola-
11. ridade e da multilateralidade.

12. IV. Em defesa da paz e da solução negociada de conflitos.
13. Pelo fim do genocídio em Gaza e pela criação do Estado
14. Palestino. Contrária à invasão da Venezuela, em defesa
15. da soberania das nações contra todas as formas de domi-
16. nação e guerras imperialistas

17. V. Fortalecer os laços de resistência internacional em defesa
18. da educação e de todos direitos e a favor da justiça socioe-
19. conômica e ambiental.

20. VI. Não à destruição ambiental e à manutenção das ativida-
21. des que intensificam o aquecimento global.

22. VII. Por uma transição ecológica que possibilite a sobe-
23. rania energética e alimentar, que diminua desigualdades
24. e promova melhores condições de vida, sobretudo para
25. as populações mais pobres.

27. CONJUNTURA NACIONAL

28. O ano de 2025 foi marcado por intensas disputas
29. sociais e políticas com algumas vitórias importantes para o
30. povo brasileiro, mas também com revezes e desafios ainda
31. não superados. Os primeiros meses do ano foram marcados
32. pela queda de popularidade do governo Lula por conta da
33. inflação de alimentos e pela ausência de políticas com maior
34. apelo popular. Ao mesmo tempo, a direita ganhou espaço
35. projetando suas lideranças e pautas. O Centrão e o bolso-
36. narismo se afinaram no Congresso e impuseram derrotas
37. ao governo. A maior delas aconteceu no final do primeiro
38. semestre com a derrubada dos decretos sobre o IOF.

39. No entanto, parte expressiva da sociedade rejeitou a

manobra e promoveu uma campanha nas redes sociais que ficou conhecida como “Congresso inimigo do povo”. A comunicação do governo assumiu uma postura mais ofensiva, o que ajudou no embate. Além disso, a disputa coincidiu com o começo da coleta de votos do Plebiscito Popular com milhares de militantes nas ruas. O que inicialmente apareceu como uma vitória da direita acabou servindo como o ponto de virada na disputa social e política.

Foi nesse contexto que Trump anunciou o tarifaço ao Brasil por razões comerciais, como resposta à regulamentação das Big Techs e à participação do Brasil nos BRICS e, o que ganhou mais destaque, como uma chantagem à justiça brasileira diante do processo de prisão de Bolsonaro.

A ação de Trump, apoiada e incentivada pelo fugitivo Eduardo Bolsonaro, foi mal vista pela maioria da sociedade. Por outro lado, a postura do governo de defesa da soberania combinada com a busca de negociação teve apoio popular e também de setores da burguesia. Recentemente, Trump recuou em parte da taxaço o que significou uma vitória para o Brasil e uma derrota para o bolsonarismo.

A maioria dos ministros do STF sofreu sanções dos Estados Unidos, em especial, Alexandre de Moraes. A corte, no entanto, não cedeu às chantagens e concluiu o processo de julgamento de Bolsonaro e do principal núcleo golpista, em um processo de dimensão histórica. Pela primeira vez, um ex-presidente e generais do alto comando militar foram julgados e considerados culpados por tentativa de golpe e devem cumprir suas penas.

Outra importante vitória foi o projeto de mudança na cobrança do Imposto de Renda aprovado em uma movimentação que não deixou à direita, outra opção que não fosse apoiar o projeto. O Plebiscito Popular cumpriu um papel destacado ao pautar o tema de isenção do imposto de renda, vinculando também a demanda por taxaço de grandes fortunas. Grande parte do movimento social organizado, inclusive a CNTE, e os partidos de esquerda ajudaram a promover o diálogo com milhões de pessoas. A pauta do fim da escala 6X1, no entanto, ainda não avançou no Congresso e deve ser um embate prioritário em 2026.

1. Em resposta aos avanços da esquerda, o Centrão e os
 2. bolsonaristas tentaram reagir com a aprovação da PEC da
 3. Blindagem e com o PL da anistia. A repercussão foi negativa
 4. na sociedade e as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular,
 5. que já vinham organizando mobilizações de rua, convocaram
 6. atos por todo o Brasil, com ampla adesão de artistas que pro-
 7. vocaram grande adesão e enterraram a PEC da Bandidagem.
 8. Esse embate marcou a volta do protagonismo da esquerda
 9. nas ruas, que agora pautam também a necessidade de mais
 10. recursos e políticas de combate à violência de gênero, após
 11. a onda de feminicídios brutais veiculados na mídia do País.

12. Após sucessivas derrotas, a direita levou a disputa
 13. para o seu terreno e promoveu uma imensa chacina no Rio
 14. de Janeiro a fim de colocar o tema da segurança pública em
 15. pauta. Foi a ação mais bem sucedida da direita no segundo
 16. semestre o que evidencia a profundidade do racismo no
 17. país e o repúdio das comunidades à violência sofrida no seu
 18. cotidiano.

19. A realização da COP no Brasil foi importante para for-
 20. talecer o Brasil como um país com crescente protagonismo
 21. na diplomacia e para dar impulso às lutas ambientais em nível
 22. nacional. No entanto, não avançou como o esperado, espe-
 23. cialmente no que tange a eliminação gradual do uso de com-
 24. bustíveis fósseis e na arrecadação de recursos para o finan-
 25. ciamento climático e proteção de florestas tropicais, também
 26. ficaram explícitas as contradições do Governo Federal, como
 27. no projeto de exploração de petróleo na região amazônica.

28. Poucos dias após o final da COP 30, o Congresso “Ini-
 29. migo do Povo” derrubou os vetos de Lula ao PL da Devas-
 30. tação, consolidando a destruição do licenciamento ambien-
 31. tal no Brasil. Na calada da noite aprovaram o PL da Dosi-
 32. metria que possibilita a redução de pena dos golpistas do 8
 33. de janeiro, incluindo Jair Bolsonaro. Além disso, a Câmara
 34. protagonizou um dos episódios mais emblemáticos desde a
 35. redemocratização, quando a mando de Hugo Mota, o sinal
 36. de transmissão da TV Câmara foi cortado, a imprensa foi
 37. expulsa - incluindo agressões aos profissionais - e também,
 38. deputadas e deputados sofreram agressões pela polícia legis-
 39. lativa por ordem do presidente da Câmara. Essas ações foram

tomadas diante do protesto pacífico de Glauber Braga devido
 a decisão do presidente de pautar a cassação de seu man-
 dato. Após intensa mobilização popular, Glauber teve seu
 mandato mantido, mas recebeu como punição seis meses de
 suspensão. A manutenção do seu mandato foi uma grande
 vitória para a esquerda, pois fazia o combate ao orçamento
 secreto. Na mesma noite, a Câmara manteve o mandato de
 Carla Zambelli, presa na Itália e já condenada no Brasil. No
 mesmo período, o Senado aprovou o Marco temporal sem
 grandes alardes.

Todas essas movimentações estão alimentando gran-
 des mobilizações contra o “Congresso Inimigo do Povo” para
 o dia 14/12/25, com forte chamada das grandes mídias. A
 agressão à imprensa levou a uma abertura histórica do Jornal
 Nacional, e agora alimenta a chamada por mobilização nas
 ruas junto aos movimentos sociais e partidos da oposição.

O ano de 2025 termina com um saldo positivo e gran-
 des oportunidades de enfrentamento para os setores democrá-
 ticos e populares, contudo, todas essas ações recentes mos-
 tram que a direita e a extrema-direita, junto ao conservado-
 rismo seguem fortes e com possibilidades de vitórias em dife-
 rentes níveis.

Em 2026, uma das grandes tarefas será a reeleição
 de Lula para barrar a tentativa de volta ao governo extrema-
 -direita e da direita neofascista. Lula tem aparecido como
 líder nas pesquisas, mas com margem apertada. No entanto,
 cabe ao movimento sindical pautar o fim do Arcabouço
 Fiscal (política neoliberal), a redução drástica dos juros e
 o fim da autonomia do Banco Central, que o BNDES não
 assessorou ou financiou projetos de PPPs ou privatização direta
 de serviços e patrimônio público. A direita e a extrema-direita
 seguem como favoritas a ganhar na maior parte dos estados e
 a eleger a maiores bancadas para as casas legislativas, sendo
 assim a principal ameaça a de conseguirem uma vitória mais
 larga no Senado para a partir disso boicotar a presidência e
 atacar o STF. Isso representa um perigo enorme para a garan-
 tia de direitos, uma vez que a classe trabalhadora tem sido
 atacada profundamente por reformas e legislações dentro de
 um projeto neoliberal e de extrema-direita.

Os resultados dependerão em grande medida da capacidade de promoção de políticas de interesse popular e de mobilização em favor dessas mudanças. Cabe aos movimentos sociais organizar as mobilizações e pressionar o governo por realizações nesse sentido.

A pauta do fim da escala 6x1 com redução da jornada é prioritária para a Classe Trabalhadora, e com forte apoio popular. Também é muito positivo o aceno do governo em torno da tarifa zero no transporte público, embora ambos sejam temas que mexam diretamente com a burguesia nacional

A reforma no imposto de renda, com isenção para parte da população, abriu caminho para a taxação de grandes fortunas e deve continuar nos debates no próximo período. Além disso, é preciso pressionar para que haja avanços nas políticas de reformas agrária e urbana, e de adaptação climática, que seguem sem se realizar.

A luta pela manutenção dos investimentos em saúde e educação são estratégicos, assim como do sistema de assistência e previdência. Os cortes orçamentários propostos e apoiados por setores do governo, também contribuem para uma insatisfação com o governo, monitorada frequentemente para medir a temperatura e pautar as movimentações políticas.

É preciso, no entanto, avançar no diálogo e na organização dos setores da classe que trabalham como autônomos nas suas mais variadas formas, bem como inserir o trabalho de cuidado e a divisão de tarefas na luta pela redução da desigualdade de gênero e como uma pauta econômica.

POLÍTICA EDUCACIONAL

OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA!

Ataques como a implantação das escolas cívico-militares, aprovadas em vários Estados e Municípios, são exemplos da disputa ideológica no campo educacional, assim como a lógica do governador Tarcísio, em São Paulo, com a privatização *stricto sensu* de escolas, superando proposições iniciais da fração burguesa, localizada na frente ampla do governo federal, que se reduz a parcerias público-privadas. Apesar das diferenças nesses temas, a direita converge

em agendas como a plataformização da educação, ou seja, o uso de plataformas tecnológicas em substituição ao ensino presencial.

PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E O PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA

A valorização dos trabalhadores em educação, é pauta essencial dos Sindicatos da educação, prevista no Art. 67 da LDB (9.394/96) e reforçado na CONAE de 2024. A Reforma Administrativa derrotada provisoriamente pela mobilização dos Servidores em escala nacional, já ocorre, em centenas de municípios e dezenas de Estados do país. A lógica coroneísta e privatista das contratações e terceirizações do serviço público, com planos de carreira achatados (quando existem) e congelamento de salários, é reiterada e atravessa as redes educacionais.

Mesmo com a Lei 11.738/2008 estabelecendo o Piso Nacional do Magistério, o entendimento da matéria encontra-se sob interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque a maioria dos gestores utiliza a artimanha de incidir o reajuste apenas sobre a base salarial e não sobre os vencimentos, resultando em lutas dos Profissionais do magistério em vários estados, pela correta aplicação da Lei do Piso.

A luta pelo Piso Nacional dos Funcionários de Escola (PL 2531/21), é instrumento fundamental de reconhecimento para esses profissionais que integram, com protagonismo, o espaço escolar. A adoção dessa medida pode representar uma reviravolta nas políticas educacionais, sobretudo no combate à terceirização dessa atividade-meio, hegemonicamente presente nas redes de ensino.

A gestão de Camilo Santana tem optado por programas que não mexem na estrutura educacional, como o Programa Mais Professores Brasil, reprodutor de medidas que transversalizam o consumo, insistem na lógica meritocrática de bonificações, excluem outros profissionais da escola e não enfrentam com intensidade derrotas de governos anteriores, como a Reforma do Ensino Médio, reforçando o diagnóstico da reprodução social do capital na escola, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo, seguindo a cartilha neoliberal. Outra medida que é um ataque à educação foi

1. a aprovação do programa “pé de meia” com os recursos ins-
2. titucionais da educação.

3. **A LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRA-**
4. **TUITA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE**
5. **REFERENCIADA**

6. As pautas clássicas da educação pública, seguem a
7. trajetória dos movimentos sociais da década de 1980 e suas
8. lutas posteriores, além das elaborações de Saviani, Florestan
9. Fernandes, Paulo Freire, Libâneo e outros intelectuais que
10. produziram um debate à altura da realidade brasileira para
11. pensar o projeto da educação pública no país.

12. Combater projetos gerencialistas e direitistas: esco-
13. las cívico-militares, ou privatistas extremos, como o de Tar-
14. císio em São Paulo. Defendemos educação antirracista, anti-
15. machista, anti-LGBTfóbica e combate à exclusão social. Em
16. defesa da pauta ambiental no PNE aprovada pela deputada
17. Sâmia Bonfim —, respeito à pluralidade cultural e religiosa,
18. combater a intolerância nas escolas.

19. É preciso “desmercantilizar a educação pública”.
20. Combater o domínio das Big Techs, que se apropriaram de
21. R\$ 23 bilhões em contratos de 2014 a 2025, no Brasil. A
22. política da PLATAFORMIZAÇÃO da Educação tem cau-
23. sado um adoecimento gigantesco dos professores e levado
24. ao óbito, alguns.

25. É preciso lutar para reverter essa situação e construir
26. alternativas tecnológicas públicas, utilizando a inteligência
27. das nossas universidades federais.

28. Em defesa do ensino presencial e condições de infra-
29. estrutura adequadas para os educandos: Garantir a obrigato-
30. riedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo
31. da educação básica. Organizar o encontro nacional dos pro-
32. fessores de Filosofia e Sociologia da CNTE.

33. Sistema Nacional de Educação (LC 220/2025): é fun-
34. damental para o equilíbrio dos sistemas, especialmente no
35. que diz respeito ao financiamento público — mal utilizado
36. por prefeituras e Estados devido à falta de organização admi-
37. nistrativa —, à necessidade de melhor monitoramento e regu-
38. lação dessas verbas, à distribuição mais equitativa de recur-
39. sos para municípios e Estados com maior necessidade, entre

outros elementos que promovam articulação entre os entes
federativos.

AVANÇOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS!

Mecanismos de controle social necessários, conse-
lhos e fóruns educacionais, tem o aparelhamento por parte
de governos como limitações, além da dependência dos con-
textos políticos. A organização da categoria dos profissio-
nais da educação, retomando o legado clássico da luta ope-
rária: manifestações políticas, atos, paralisações e greves são
imprescindíveis

A luta dos trabalhadores da educação do Pará, em
2024 — ocupando estradas e a SEDUC, fazendo o governo
recuar com o fechamento de escolas indígenas, apontou a
direção correta da luta. As pautas levantadas ao longo deste
documento se materializarão através dessas ações, em uni-
dade geral dos profissionais, seja em pautas locais ou em
pautas amplas, como o piso nacional, além da aplicação dos
10% do PIB na educação pública.

POLÍTICA SINDICAL

A reforma trabalhista de Temer permitiu ao capital,
coordenado pelo setor financeiro, reduzir o preço da força
de trabalho através da desregulamentação do Estado. Além
disso, o conservadorismo tenta estrangular a organização sin-
dical e política da classe trabalhadora.

A precarização e a informalização do mercado de tra-
balho é a ordem dominante. Cerca de metade da força pro-
dutiva no Brasil é exercida sem direitos. São os que traba-
lham por “conta própria”. Estão aí os milhões de entrega-
dores e trabalhadores de aplicativos. A chamada uberização
do trabalho também começa a chegar com força em seto-
res menos precarizados e inclusive na educação. Além dos
mecanismos da terceirização de vários serviços educacionais,
como merenda e vigilância, também há a proliferação de con-
tratos temporários, passando de 45% no país, de professores
e professoras temporárias.

Os avanços tecnológicos e científicos pela lógica do
lucro rápido, máximo e privado, além da permanente pre-
gação ideológica dos círculos neoliberais e sua mídia que

1. advogam o predomínio do individualismo e da “colabora-
 2. ção” do trabalhador com o patrão, entre outras variáveis, já
 3. desafiavam o movimento sindical, popular e a esquerda. Mas
 4. agora a Inteligência Artificial e outras tecnologias servem
 5. para substituir os trabalhadores e ampliar ainda mais os
 6. lucros, tentando compensar a queda geral da taxa de lucro,
 7. advindas desde a crise de 2008. Como apenas o trabalho
 8. humano produz valor, a precarização e redução de políticas
 9. públicas de saúde, habitação e educação são necessárias ao
 10. capital.

11. Os impactos dessas medidas trouxeram ainda mais
 12. dificuldades de organização e mobilização da classe traba-
 13. lhadora, nos diversos setores, ainda que com nuances e dife-
 14. renças, a depender do ramo e do tipo de atividade econômica;
 15. as privatizações foram um dos pilares do enfraquecimento
 16. em setores importantes para a organização sindical; a tercei-
 17. rização e o empreendedorismo são a nova ordem de precari-
 18. zação do trabalho.

19. Com a chegada do PT à presidência da república
 20. (2002) tivemos, também, um processo de fragmentação polí-
 21. tica no modelo de sindicalismo gestado nas lutas operárias
 22. de 1970/80. A CUT perdeu parte da capacidade de aglutinar
 23. diversos setores da esquerda sindical.

24. Mas a roda girou para trás com o avanço da extrema
 25. direita em todo o mundo e também no Brasil. Assim, um dos
 26. desafios práticos do movimento é garantir um princípio basi-
 27. lar: construir a mais ampla unidade de nossa classe contra a
 28. extrema direita e em defesa dos nossos direitos. É preciso
 29. unidade de ação das diversas centrais e do movimento popu-
 30. lar no Brasil.

31. A CNTE cumpre um papel importante nesse sentido
 32. e pode aprofundar a sua importância. A confederação tem
 33. dentro de si uma diversidade de organizações sindicais o que
 34. a fortalece e a enraiza no território nacional. É importante que
 35. todos os setores dispostos a construir um caminho comum
 36. para a CNTE tenham a responsabilidade de participar da sua
 37. direção. Isso demanda abertura ao diálogo de todas as partes.

38. A participação da CNTE na organização do Plebiscito
 39. Popular realizado em 2025 pela reforma no imposto de renda

e pelo fim da escala 6x1 foi positiva e indica um caminho a
 ser aprofundado, o de articular a confederação e os seus sin-
 dicatos nas lutas de interesse da classe trabalhadora brasileira.

Além das pautas educacionais, há lutas cruciais que
 demandam o protagonismo da confederação, como a luta
 contra a Reforma Administrativa e a resistência às tentativas
 de retirada dos pisos constitucionais, entre outras.

A eleição de Lula foi uma vitória muito importante.
 No entanto, a direita segue com força na sociedade e nos
 espaços de poder, em especial no Congresso. Além disso,
 como é um governo de composição, há dentro dele setores
 conservadores.

A manutenção da autonomia e independência do
 movimento sindical não pode ser confundida com se abster
 da disputa em curso no país. Há uma luta aberta contra a
 direita que faz oposição e há também uma disputa com seto-
 res que tentam moderar ou distorcer os sentidos da mudança.

Os atenuantes feitos na Reforma do Ensino Médio do
 golpista Temer foram importantes, mas insuficientes. Pesou
 aqui a força da direita no congresso. No entanto, há limites
 por dentro do próprio governo, como ocorre no MEC onde há
 poder demais para instituições privadas que se dizem defen-
 soras da educação, mas que, na prática, operam no sentido
 da privatização, muitas vezes apoiada pelo próprio BNDES.

A burguesia tem diversos instrumentos a sua dis-
 posição. A força da nossa classe vem da nossa capacidade
 de organização e de atuação em defesa dos nossos interes-
 ses. É fundamental resgatar o cotidiano de formação e poli-
 tização das classes trabalhadoras a fim de restabelecer um
 sindicalismo militante, com capacidade de agregar novos
 atores numa perspectiva de classe, e de reverter o processo
 de destruição da política e de fragmentação das organizações
 daqueles que vivem do próprio trabalho.

Portanto, diante deste novo momento histórico, é
 necessário que a CNTE atue na construção da unidade da
 classe trabalhadora na sua diversidade para derrotar direita
 neofascista e ajudar na ampliação de direitos e redução de
 desigualdades.

1. BALANÇO POLÍTICO

2. Nos últimos anos a educação vem sendo muito ataca-
3. da, nos Estados e Municípios, bem como em âmbito nacio-
4. nal, mediante vários projetos que transitam no Congresso
5. Nacional. Tais projetos são de autoria da ultra direita e do
6. centrão.

7. A Lei do Piso Nacional vem sendo descumprida
8. pelos governos em geral. Onde transitou no STF a redefini-
9. ção do impacto do PSPN na remuneração docente, ao ponto
10. de revisar decisões anteriores do STF que definiram que o
11. Piso do Magistério público tinha efeito de vencimento base.
12. Vale ressaltar que a atuação da CNTE foi muito importante
13. para tentar frear uma decisão prematura do Supremo ainda
14. no início do segundo semestre de 2025. A contração de um
15. escritório lobista foi de suma importância, no entanto faltou
16. a orientação da mesma para que seus sindicatos filiados fizes-
17. sem pressão política no STF na perspectiva de garantia do
18. PSPN como vencimento base.

19. As tentativas de privatizações da educação vêm ocor-
20. rendo com mais intensidade em âmbito nacional, com desta-
21. que para São Paulo, Paraná, Pará e outros.

22. A plataformação está crescente e generalizada,
23. levando ao adoecimento do conjunto das trabalhadoras e tra-
24. balhadores da educação, levando o adoecimento generalizo
25. de nossa categoria.

26. Os últimos anos estão sendo marcados pela ausên-
27. cia de concurso público e o desdobramento disso é a eleva-
28. ção do número de trabalhadores(as) contratados em muitos
29. casos já superam os concursados. Essas ações ao nosso enten-
30. dimento, estão preparando o terreno da reforma administra-
31. tiva que transita no congresso ao longo dos anos. Na prática,
32. o vínculo temporário já é precarizado, a mão-de-obra dos
33. mesmos impõe jornada de trabalho superior aos efetivos, em
34. resumo os contratados trabalham mais e ganham menos que
35. os efetivos, podendo serem demitidos a qualquer momento.

36. Outro ponto importante é a dificuldade que os sin-
37. dicatos de base da educação pública vêm tendo de realizar
38. atos de massa para levar suas categorias ao enfrentamento
39. dos governos. As assembleias presenciais, também não vêm

tendo adesão massiva. Cabe uma análise mais profunda da
CNTE sobre os pontos em questão.

Diante deste cenário de ataques, que a educação
pública vem sofrendo e as diversas atividades chamadas
pela CNTE, seja por formação de dirigentes das entidades
de base e ou atos em Brasília não vem refletindo em impac-
tos necessários que possam resultar em avanços na política
de ampliação de direitos, somente na manutenção do que se
tem hoje. Neste sentido temos um balanço positivo da CNTE
pela ousadia de subsidiar suas afiliadas de base. Porém acha-
mos importante que a mesma prime pela ampliação em sua
direção do maior número possível das diversas organizações
políticas existentes na educação hoje (centrais sindicais, cor-
rentes políticas e outros setores organizados na sociedade).

ESTATUTO

Para uma chapa ter direito a eleger representantes na
direção da CNTE é preciso que tenha, no mínimo, 10% dos
votos.

POLÍTICAS PERMANENTES

O capitalismo segue cada vez mais crescente; con-
centrando as riquezas em uma minoria e o desdobramento
das opressões se encontra na divisão de classes. A conjun-
tura atual está marcada pelo avanço da extrema-direita mun-
dial, que também é alicerçada em preconceitos e discrimina-
ção de gênero, raça, etnia e contra pessoas LGBTQIA+. No
Brasil, a educação representa um campo fundamental de dis-
puta para a desconstrução das estruturas de opressão e a cons-
trução de uma contra-hegemonia anticapitalista, antirracista
e anti imperialista. Neste âmbito também é preciso pensar
a formação para um mercado de trabalho que se adeque às
novas demandas da sociedade. Isso inclui trabalhar por novas
perspectivas que favoreçam profissões “verdes”, pensadas
para garantir a soberania energética e alimentar voltada a uma
transição ecológica que reduza desigualdades e garantir direi-
tos para a classe trabalhadora.

Nesse sentido é preciso pensar em políticas que avan-
cem no combate as chacinas, a violência policial contra a

1. população negra, pobre e periférica, além do combate a cul-
2. tura do estupro que se perpetua, muitas vezes também nas
3. escolas. É tarefa urgente combater o crescimento da violên-
4. cia nas escolas, em todas as dimensões que as constituem.

5. Assim, cabe a CNTE a criação e a consolidação de

6. políticas permanentes que apontem para:

7. a) Que se garanta trabalho e emprego com condições

8. adequadas e salário digno além do fim da escala 6X1;

9. b) Que a violência seja analisada e pautada como um

10. caráter da formação cultural das masculinidades, que deve ser

11. revista, no intuito de acabar com a violência de gênero que

12. mantém a opressão de meninas e mulheres, além de acarretar

13. sofrimento também para meninos e homens.

14. c) Que se discuta a desigualdade de gênero no Brasil

15. como política de formação entre trabalhadoras e trabalhado-

16. res da Educação, para que se consolide uma práxis de luta e

17. de ensino que fomentem a construção de uma sociedade livre

18. de opressões de gênero no Brasil.

19. d) Que se oriente a construção e a divulgação de mate-

20. riais que eduque trabalhadoras e trabalhadores da educação

21. para os desafios socioambientais impostos pelo contexto

22. de emergência climática e seus impactos na natureza e no

23. mundo do trabalho.

24. e) Que se construa uma política de formação que

25. aborde a diversidade social, cultural e étnica Brasileira, que

26. engaje a sociedade na defesa de povos indígenas, quilom-

27. bolas e comunidades tradicionais garantindo acesso à edu-

28. cação em seus territórios. E ainda, atuando na defesa diante

29. das ameaças da burguesia nacional especialmente a ligada

30. ao agronegócio, contribuindo para o combate da violência

31. no campo.

32. f) Que se discuta amplamente a Reforma Administra-

33. tiva como parte do aprofundamento de políticas voltadas a

34. consolidação do projeto neoliberal de precarização das con-

35. dições de trabalho, que envolvem insegurança, aumento de

36. jornadas, fim da seguridade social, e perda de direitos dura-

37. mente conquistados.

38. g) Que se crie uma política que estude e oriente sobre

39. saúde mental das trabalhadoras e trabalhadores em educação,

a partir da compreensão das estruturas de opressão da socie-

dade Capitalista, englobando classe, gênero, raça, etnia e

orientação sexual.

PLANO DE LUTAS E ESTRUTURA

O momento, portanto, é de retomar a mobilização per-

manente, e de fazer valer nossos direitos nas lutas. Não pode-

mos esperar benesses de nenhum governo, e precisamos que

nossa categoria responda ao chamado do sindicato para as

lutas.

Considerando todo o exposto, defendemos:

1. Revogação da Emenda Constitucional 95/2016 (“teto dos gastos”);
2. Não à Reforma Administrativa;
3. Garantia do Piso sem perdas na remuneração;
4. Em defesa do PISO SALARIAL NACIONAL para os profissionais da educação com piso equiparado ao do magistério;
5. Jornada de trabalho com, no mínimo, 1/3 de Hora Atividade!;
6. Reforma nas escolas, com garantia de insumos, aparato tecnológico, materiais e condições dignas de trabalho;
7. Concurso público para todos os cargos e necessidades das redes de ensino;
8. Garantia de alimentação escolar contínua e de qualidade, com complementação estadual para sua aquisição plena;
9. Contra a informalização da educação básica “homeschooling”;
10. Continuar o combate à “Escola sem partido”;
11. Garantir a Subvinculação dos precatórios do Fundef em forma de abono, incluindo o conjunto dos trabalhadores (as) em educação, assegurando os anos citados na Lei Federal;
12. Assegurar o piso do magistério como vencimento base;
13. Em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis;
14. Pelo não pagamento da dívida externa.
15. Em defesa da Reforma agrária e urbana.
16. Alunos por turma com no máximo 25 estudantes;

1. 17. Em defesa do investimento necessário à escola pública,
2. 10% já;
3. 18. Abaixo as terceirizações e a precarização do trabalho nas
4. escolas;
5. 19. Contra a privatização da educação.

6.

7. **ASSINAM AS RESOLUÇÕES DA**

8. **INTERINDICAL:**

9. **CPERS:** Neiva Inês Lazzarotto, Silvana Santos
10. de Souza, Karla Sadosky e Silva, Gilmar Nunes Corrêa,
11. **APEOESP:** Marcos Cesar, Sérgio Martins da Cunha,
12. Stenio Matheus de Moraes Lima, Andre Luiz Rodrigues de
13. Camargo, Alexandre Tardelli Genesi, Constância Regina
14. Silva, Neusa Aparecida Santos Barreto da Costa, Elias Ade-
15. lino Framesqui, Inês Paz, Catarina Cava Freire, Cicero
16. Evaldo da Silva Freire, Ozani Martiniano de Souza, Robson
17. Fernando dos Santos, Maria Helena de Carvalho, Gabriela
18. Silva Amorim, José Carlos, Adriana Farias, **SINPEEM:**
19. Renato Rodrigues dos Santos, Flávia Cristina Alves de
20. Jesus, Laura de Carvalho Cymbalista, **SEPE:** Helenita Maria
21. Beserra da Silva, Maria Beatriz Lugão Rios, Ana Celia Silva,
22. Arilson Mendes Sá, Elda Pimentel a Silveira, Rose Cipriano
23. Lapa, Fabricia Janaina da Silva Trajano, Felipe do Vale Silva,
24. Marcos Paulo Felicio, Maria de Lourdes de Oliveira Mon-
25. teiro, Mary Ellen Sikva Santos, Renata Roseo Nascimento,
26. Rosângela Rodrigues Dietrich Breuer, Sandra Regina de
27. Souza Cruz, Matheus Guimarães, Juliana Silveira Corrêa,
28. **SindUte:** Silvania Moraes Rosa, **SINPRO-DF:** Herbert Gler
29. Mendes dos Anjos, **SINTEPP:** Maria da Conceição Holanda
30. Oliveira
31. José Mateus Rocha da Costa Ferreira, Saulo Vieira
32. Ribeiro, Rainilza Maria Xavier Rodrigues, Marcelo Diniz
33. Pereira, Vanderley Pereira de Sousa, Renato de Sousa Silva,
34. Simone Máximo Fernandes, Jesiel Batista de Andrade, Silvio
35. Cesar Marques da Costa, Alberto Ferreira de Andrade Júnior,
36. Aparecida Cirlene Cabral, José Benedito Corrêa Foro, Elson
37. dos Santos Barbosa, Aluizio Barroso Pinheiro.
- 38.
- 39.

09 - SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO E AVANTE, ESCOLA DO POVO

POLÍTICA EDUCACIONAL: A EDUCAÇÃO INTEGRAL E EM TEMPO INTEGRAL: FUNDAMENTOS, DEFESA E BASE LEGAL DA POLÍTICA NACIONAL

A defesa da Educação Integral e em Tempo Integral não se sustenta apenas como uma demanda pedagógica contemporânea, mas como um compromisso legal, ético e social assumido pelo Estado brasileiro em favor do desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Trata-se de uma política pública que encontra forte respaldo na legislação educacional, nas diretrizes nacionais e nos compromissos internacionais firmados pelo Brasil, estruturando-se como um direito do estudante e um dever do poder público.

1. FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS E SOCIAIS

A Educação Integral parte do entendimento de que o estudante é um sujeito multidimensional, cuja formação envolve aspectos cognitivos, socioemocionais, culturais, físicos e éticos. Organizar o currículo e a rotina escolar a partir dessa concepção significa ampliar tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, garantindo não apenas melhores resultados acadêmicos, mas uma formação verdadeiramente humanizadora.

Já a Educação em Tempo Integral, ao ampliar a jornada para sete horas diárias ou mais, vai além do prolongamento do tempo escolar: propõe-se a qualificar esse tempo, diversificando experiências formativas, promovendo protagonismo juvenil e fortalecendo a construção de projetos de vida. Dessa forma, a escola torna-se um espaço de proteção, equidade e desenvolvimento integral.

2. EFEITOS E IMPACTOS COMPROVADOS

Pesquisas nacionais e internacionais mostram que escolas de tempo integral tendem a apresentar melhores índices de aprendizagem, maior permanência, redução da evasão

e melhoria da convivência escolar. Em territórios vulnerabilizados, os impactos são ainda mais relevantes, pois ampliam a proteção social, reduzem desigualdades e fortalecem vínculos com famílias e comunidades.

3. A BASE LEGAL DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

A implementação da Educação Integral e em Tempo Integral é amparada por um robusto conjunto de normas legais que estabelecem princípios, diretrizes e metas obrigatórias.

3.1 Constituição Federal de 1988

Art. 205: estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, fundamento central da Educação Integral.

Art. 206: assegura a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade.

Art. 208, V: determina a oferta de programas suplementares (transporte, alimentação, assistência à saúde) como parte do dever estatal, condição indispensável para ampliação da jornada.

Art. 227: reforça o dever da família, sociedade e Estado de assegurar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996)

Art. 1º: define a educação como processos formativos desenvolvidos em múltiplos espaços e tempos, reforçando a concepção de Educação Integral.

Art. 3º: destaca princípios como a formação integral do educando, a equidade, a valorização da experiência extra-escolar e a articulação entre os entes federados.

Art. 34: estabelece que o ensino fundamental deve ter, progressivamente, ampliação da jornada escolar e atendimento em tempo integral.

Art. 87: trata da organização dos sistemas de ensino e coloca a ampliação da jornada como estratégia para melhorar a qualidade da educação.

3.3 Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014)

A legislação define metas específicas relacionadas à Educação Integral:

Meta 6: oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e para 25% dos estudantes da educação básica.

Entre suas estratégias:

1. ampliação da jornada para sete horas ou mais;
2. articulação com políticas de assistência social, saúde, cultura e esporte;
3. construção e requalificação de espaços;
4. formação específica de profissionais.

3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais e BNCC

As DCNs reforçam a formação humana integral e o desenvolvimento pleno como finalidade da educação básica.

A BNCC orienta para experiências que integrem dimensões cognitivas e socioemocionais, fortalecendo o papel da Educação Integral.

3.5 Marcos complementares

Programas como o **Mais Educação (2007)** e o **Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (2016)** impulsionaram experiências e normativas de ampliação da jornada.

Compromissos internacionais, como o **ODS 4 – Educação de Qualidade**, reforçam a necessidade de políticas de equidade, integralidade e ampliação do tempo escolar.

4. UMA ESCOLHA ÉTICA, SOCIAL E LEGAL

Diante dos fundamentos pedagógicos, evidências científicas e respaldo legal, a Educação Integral e em Tempo Integral se consolida como política estruturante para assegurar equidade, qualidade e justiça social. É, simultaneamente, uma exigência legal e uma escolha ética.

Ao defendê-la, reafirma-se o compromisso com o direito ao desenvolvimento pleno, com a redução das

desigualdades e com uma escola pública capaz de garantir oportunidades reais para que cada estudante construa seu projeto de vida, fortaleça sua autonomia e exerça plenamente sua cidadania.

Trata-se, portanto, de uma política que não apenas cumpre a lei, mas realiza o sentido mais profundo da educação como bem público e direito universal.

5. A CENTRALIDADE DOS GESTORES E PROFESSORES NA CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Nenhuma política de Educação Integral se torna realidade apenas por normativas, recursos ou estruturas físicas. Sua efetivação depende, de maneira decisiva, da atuação qualificada e comprometida dos gestores escolares e dos professores, protagonistas da transformação da cultura pedagógica.

Gestores com visão estratégica, liderança democrática e capacidade de articulação intersetorial são fundamentais para organizar tempos, espaços e projetos que ampliem oportunidades educativas e garantam coerência entre planejamento e prática.

Da mesma forma, professores preparados, valorizados e envolvidos com o projeto educativo tornam-se agentes essenciais para desenvolver metodologias inovadoras, promover aprendizagens significativas e integrar dimensões cognitivas, socioemocionais, culturais e éticas.

A Educação Integral exige profissionais que compreendam sua natureza humanizadora e assumam esse compromisso ético com postura investigativa, sensível e colaborativa. Sem essa base humana qualificada, nenhuma ampliação de jornada ou diversificação curricular produz os impactos transformadores esperados pela sociedade.

6. O QUE ESTAMOS VENDO NA REALIDADE?

Observa-se, empiricamente, que a Educação Integral e em Tempo Integral está distante do ideal concebido. Ampliou-se o tempo, mas não houve investimentos em:

1. gestão verdadeiramente democrática;
2. formação na perspectiva da Educação Integral e

1. valorização dos educadores;
2. 3. adequação e qualificação dos espaços físicos necessários;
3. 4. um currículo compatível com os princípios da Educação
4. Integral, que garanta qualidade com equidade.

7. REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E IMPACTOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

8. A reestruturação do Ensino Médio (Lei nº

9. 14.415/2017) gerou intensos debates, especialmente em rela-

10. ção ao papel e à carga horária das disciplinas de Ciências

11. Humanas e Sociais.

12. A redução da carga horária e da obrigatoriedade

13. dessas disciplinas na formação geral básica levou o currí-

14. culo a focar excessivamente em competências de caráter téc-

15. nico ou comportamental – como empreendedorismo e pro-

16. jeto de vida – em detrimento do aprofundamento em concei-

17. tos científicos, culturais e conhecimentos historicamente acu-

18. mulados das Humanas.

19. Entretanto, as Ciências Humanas são essenciais para:

20. 1. o desenvolvimento do pensamento crítico;
21. 2. a capacidade de análise da realidade social, cultural e
22. econômica;
23. 3. a compreensão dos direitos humanos e da cidadania;
24. 4. o entendimento da complexidade do mundo e de suas
25. demandas sociais.

8. A MUNICIPALIZAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO DE RECURSOS

29. A Municipalização tem sido amplamente discutida

30. nas políticas públicas educacionais, especialmente pelo con-

31. flito distributivo de recursos financeiros.

32. Quando os municípios passam a assumir o ensino fun-

33. damental, muitas vezes não possuem recursos financeiros e

34. estruturais suficientes para garantir qualidade, tampouco para

35. expandir a Educação Infantil, sua competência prioritária.

36. Os recursos do FUNDEB, distribuídos com base

37. no número de matrículas, podem tornar-se insuficientes se

38. houver grande ampliação do ensino fundamental municipa-

39. lizado, comprometendo:

1. investimentos em creches;
2. expansão da Educação Infantil;
3. manutenção e melhoria da qualidade.
4. Em muitos casos, a municipalização:
5. trava a expansão do atendimento às crianças;
6. gera precarização da qualidade;
7. resulta na transferência de responsabilidades sem apoio técnico adequado.

Além disso, frequentemente é imposta de cima para baixo, desconsiderando a opinião e o histórico da comunidade escolar, o que gera resistência e rompe vínculos com a escola — referência e ponto de apoio para toda a sociedade.

POLÍTICAS PERMANENTES PARA MULHERES

Durante séculos, o papel das mulheres esteve restrito ao ambiente privado, limitado por normas sociais e leis que as tratavam como cidadãs de segunda classe. No Brasil, embora avanços tenham sido conquistados ao longo da história, como o direito ao voto em 1932 e a eleição da primeira deputada federal em 1933, a trajetória de participação política e social das mulheres sempre foi permeada por desigualdades e exclusões. Entre as décadas de 1970 e 2000, intensas mobilizações populares contaram com expressiva participação feminina na luta contra a ditadura, pela anistia, pela Constituinte e pela ampliação de direitos, consolidando sua presença nas agendas políticas nacionais.

Entretanto, a partir de 2013, o país vivenciou um cenário de crescente tensão política, marcado por ataques às instituições democráticas e pela disseminação de discursos de ódio direcionados às mulheres, pessoas negras, populações pobres e trabalhadores. Essa conjuntura contribuiu para o golpe institucional que retirou da presidência a primeira mulher eleita, Dilma Rousseff, inaugurando um período de retrocessos profundos. Políticas sociais foram desmontadas, a educação sofreu militarização e censura, e ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero foram fragilizadas.

Durante o governo Bolsonaro, caracterizado por forte componente misógino, observou-se o agravamento da violência política e social contra as mulheres. Houve restrições

a políticas de saúde reprodutiva, interrupção de campanhas de combate à violência e desestruturação de programas educacionais voltados à diversidade e aos direitos humanos. O resultado foi o aumento significativo da vulnerabilidade feminina. Mais de 47 mil mulheres foram assassinadas na última década, e apenas em 2025 registraram-se mais de 27 mil tentativas de feminicídio, com 1.075 mortes confirmadas, números possivelmente subnotificados.

Com a chegada do Governo Lula e a retomada do diálogo com acordos internacionais, políticas públicas e movimentos sociais, abriu-se uma nova perspectiva de reconstrução institucional, com foco em direitos humanos e combate às desigualdades. Entre as prioridades, destaca-se o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, articulado a estratégias de prevenção, educação e fortalecimento das redes de proteção. Contudo, mesmo com avanços recentes, persistem obstáculos estruturais: resistências conservadoras dificultam a implementação de programas de igualdade de gênero, a formação docente em diversidade sexual e os investimentos em saúde reprodutiva e planejamento familiar.

A superação das desigualdades de gênero demanda ações permanentes e intersetoriais. Entre os desafios atuais, estão a eliminação da desigualdade salarial, a ampliação da participação das mulheres na política e nos espaços de poder, o combate aos estereótipos de gênero e a garantia de acesso ao trabalho decente. A educação também ocupa papel estratégico nesse processo, sendo fundamental que o sistema educacional promova valores de igualdade, respeito e diversidade.

POLÍTICAS PERMANENTES

Para enfrentar desigualdades históricas e garantir que os direitos das mulheres não fiquem sujeitos a alternâncias de governos ou oscilações políticas, torna-se essencial a existência de **Políticas Permanentes** — estratégias contínuas que assegurem proteção, autonomia e participação plena das mulheres na sociedade.

As políticas permanentes devem atuar em diversas frentes articuladas. Uma delas é a **formação política e cidadã das mulheres**, que fortalece sua capacidade de

intervenção social, sindical e institucional. Investir em processos contínuos de educação política contribui para ampliar a participação feminina em espaços de decisão e reduzir barreiras estruturais que perpetuam a desigualdade.

Outro eixo fundamental é o **enfrentamento à violência de gênero**, que exige ações permanentes de prevenção, acolhimento e responsabilização. Isso inclui campanhas educativas, fortalecimento das redes de proteção, ampliação das casas-abrigo, garantia de atendimento especializado e integração entre saúde, segurança pública, educação e assistência social. A violência não pode ser tratada como evento isolado, mas como fenômeno estrutural que demanda políticas estáveis e investimento contínuo.

As **políticas de saúde integral da mulher** também devem ser permanentes, garantindo acesso a atendimento humanizado, saúde sexual e reprodutiva, planejamento familiar e acompanhamento especializado. O desmonte de tais políticas tende a aprofundar desigualdades, especialmente entre mulheres negras, indígenas, quilombolas e periféricas.

A **autonomia econômica** é outro pilar indispensável. Programas de formação profissional, incentivo ao empreendedorismo, ampliação do acesso ao mercado de trabalho e promoção do trabalho decente devem ser contínuos, com foco especial na superação das desigualdades salariais e da segregação ocupacional.

Além disso, as políticas permanentes precisam incorporar uma perspectiva **interseccional**, reconhecendo que mulheres vivenciam desigualdades de formas diversas conforme raça, classe, território, orientação sexual, idade e deficiência. Assim, políticas devem ser desenhadas considerando as especificidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, trabalhadoras rurais e mulheres com deficiência, entre outras.

Por fim, a promoção da igualdade de gênero exige também o fortalecimento de **mecanismos institucionais**, como conselhos de direitos, secretarias e coordenadorias de políticas para mulheres, garantindo sua autonomia, financiamento estável e capacidade de implementação. Sem estruturas permanentes, as políticas ficam vulneráveis a retrocessos

que comprometem conquistas históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o país viva um momento de reconstrução democrática, o percurso rumo à igualdade de gênero permanece desafiador. A garantia dos direitos humanos das mulheres exige políticas abrangentes, continuadas e intersetoriais, que articulem educação, saúde, trabalho, segurança pública e participação política. As Políticas Permanentes desempenham papel central nesse processo, pois asseguram continuidade, ampliam a proteção social e fortalecem a autonomia das mulheres, independentemente das mudanças políticas.

Somente com ações duradouras e compromisso coletivo será possível superar o legado histórico de desigualdades, combater a violência de gênero e construir uma sociedade baseada na justiça, na equidade e no respeito às diferenças.

ASSINAM:

Juçara Maria Dutra Vieira, Joara Dutra Vieira, Selene Barboza Michielin, Valéria Chemale Espindola, Leonel Paulo Ferreira Michielin, Celi Lúcia Wiest, Jussara Rodrigues Langer, Mauro João Calliari, Helena Maria Caon, Nelita Ferreira da Costa, Olívia Melo da Silva, Bárbara Karina Gonçalves Panciera, Valmira Simões Ramo, Elenir Terezinha Garcia, Helen Cabral, Ângela Costa, Fátima Terres, Erondina Nery Eva Prates, Ida Dettmer, Diva Pedroso de Moura, Sérgio Luiz Barbosa, Sueli Low Lopes Copetti, Francisca Bueno, Maria Cristina Silva Souza, Abilio Daniel Paz, Raquel Kroeff Borges, Ângela Hubner, Elvia Regina Wiceskoski, Aline Zacouteguy Martins, Ana dos Santos, Osmar Emílio Mussatto, Carolina Moretti Berto, Lizete Marin Pastore, Najia Naji Pegorini, Neide Maria Borges Dutra, Danúbia Bianchi Menegat, Vera Lúcia Lisboa Borges, Orilda Salete Melo da Silva, Ana Cristina Goulart Luz, Rosane Maria Kramer, Marta Nishiguchi de Araújo, Eronilda Aparecida Melo da Silva, Isabel Cristina Teixeira Lopes, Gilmar de Assis Euzébio, Edson Ramos de Paulo Júnior, Maria da Glória Reinoso Homem.

10 - UNIDADE CLASSISTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL:

SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA!

O imperialismo estadunidense aprofunda os ataques ao processo revolucionário cubano e aos governos bolivarianos e progressistas através do embargo econômico e financeiro. Repudiamos a inclusão de Cuba na lista de Estados que patrocinam o terrorismo internacional e o agravamento das sanções a Cuba decorrente dessa classificação. Em 2026, celebrar-se-ão os 100 anos do nascimento de Fidel Castro, um dos mais importantes líderes revolucionários socialistas do século XX. Expressamos toda a nossa solidariedade à revolução socialista, o povo cubano e trabalhadores, e propomos que a CNTE organize um seminário internacional em homenagem a Fidel Castro. Cuba vive e resiste!

Em desespero, o imperialismo estadunidense, promove o retorno à "diplomacia das canhoneiras" num momento crucial de colapso do unipolarismo - em que potências como China, Rússia e o BRICS já superaram a influência do G7. O governo Trump passou a ameaçar a Venezuela utilizando o grotesco e infundado pretexto de combater o narcotráfico

O movimento sindical internacional deve concretizar sua solidariedade com Cuba, Venezuela, Nicarágua, Colômbia e outros movimentos políticos e sociais da região que enfrentam políticas imperialistas. Lamentamos profundamente a derrota do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia, que encabeça uma experiência singular de organização política dos movimentos indígenas, junto com a classe operária. Saudamos o triunfo do povo equatoriano que rejeitou, por meio de um referendo, a proposta de permitir a instalação de bases militares estrangeiras no seu território. Os trabalhadores equatorianos também rejeitaram a proposta de alterar a constituição para retirar conquistas populares e civilizacionais alcançadas durante o governo de Rafael Correa. Recordamos que o Equador foi o primeiro Estado a definir-se como Estado Plurinacional, o que constitui uma evidente

conquista civilizacional. Declaramos a nossa solidariedade com os(as) trabalhadores(as) argentinos que estão vivendo uma terrível experiência de ajustamento neoliberal com o governo de Milei. Há um recrudescimento e uma atualização da antiga Doutrina Monroe, bem como a possibilidade de um novo Plano Condor - agora com a justificação da luta contra o narcotráfico.

Exigimos o fim do genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza e em todos os territórios ocupados pelas forças sionistas do Estado de Israel. Nós solidarizamos com os(as) trabalhadores(as), com as mulheres e o povo da Palestina na sua luta contra a colonização sionista e pelo direito à autodeterminação. Palestina livre do rio até o mar!!

Manifestamos a nossa solidariedade com os povos africanos que lutam pela liberdade, democracia, justiça e progresso social, e que carregam as marcas da destruição econômica, étnica e do ódio religioso semeado pelo colonialismo europeu. Hoje, enfrentam desgarradoras lutas internas promovidas pelos interesses imperialistas e pelos seus lacaios nacionais. Manifestamo-nos pelo fim das devastadoras guerras civis no Sudão e na República Democrática do Congo. Saudamos os povos da Aliança dos Estados do Sahel (AES): Mali, Burkina Faso e Níger que, juntamente com os povos do Chade, Senegal e Costa do Marfim, lutam contra a herança colonial francesa, que aprisiona suas economias. Lutamos para que a Guiné-Bissau, pátria de Amílcar Cabral, retorne ao campo da luta anti-imperialista, pela democracia e pelo socialismo. Defendemos a Frente Polisário, que luta pela independência e autodeterminação do território do Saara Ocidental.

Lutamos pela paz no mundo, mas uma paz fundada na justiça e o progresso social e socioambiental. Por isso repudiamos a imposição dos EUA sobre os países europeus para aumentar o gasto militar até 5% do PIB, deixando para trás as necessidades dos(as) trabalhadores(as).

A CNTE deve participar na Federação Internacional de Sindicatos da Educação (FISE/FSM), por esta ser a

que efetivamente defende uma política de enfrentamento ao imperialismo. A classe trabalhadora internacional também precisa de se reorganizar e de apostar nas suas próprias forças, sem tutela neocolonial, para enfrentar as centrais sindicais subordinadas ao capitalismo internacional, eurocêntrico e racista, que têm uma concepção de colaboração de classes e de pacto social entre capital e trabalho.

Propostas

1. Solidariedade efetiva com a revolução cubana e com as lutas anti-imperialistas dos povos e trabalhadores da América Latina e do Caribe.
2. Organizar junto com outras entidades sindicais, movimentos populares, coletivos pedagógicos, acadêmicos e culturais, um seminário internacional em comemoração aos 100 anos do natalício de Fidel Castro.
3. Convidar uma delegação de sindicatos da educação de Cuba para o seminário internacional comemorativo do natalício de Fidel Castro.
4. Participar do movimento Cuba vive e resiste!
5. Participar da construção da XXVIII Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba a ser realizada no ano de 2027 em Brasília.
6. Apoio firme ao povo venezuelano e repúdio a qualquer tentativa de invasão militar por parte do governo Trump.
7. Defesa dos povos do continente africano na luta contra a opressão neocolonial e o imperialismo.
8. Solidariedade com as lutas do povo da Palestina e seu direito ao território e à autodeterminação.
9. Participar e construir a FISE/FSM;
10. Combater todas as diretrizes do Banco Mundial e as formulações das entidades do grande capital internacional para a educação.

CONJUNTURA NACIONAL: SEMANISTIA PARA OS GOLPISTAS, PELO FIM DO ARCABOUÇO FISCAL!

O governo Lula 3 se configura como um governo de frente ampla, marcado pelo predomínio de setores da burguesia financeira e do agronegócio e em, menor medida, a

burguesia industrial, o que se evidencia na manutenção — e até no reforço — de políticas de financeirização, privatização e terceirização. Em vez de reverter essas pautas, o governo, e os partidos políticos que o sustentam, recusam apelar para a mobilização operário-popular para desequilibrar o jogo institucional, e aprofunda medidas como o Novo Arcahouço Fiscal, as concessões rodoviárias, portuárias e ferroviárias, além da entrega de unidades de conservação. Soma-se a isso a não reversão da autonomia do Banco Central e a ausência de recomposição orçamentária para áreas essenciais como a educação. Dessa forma, o governo se distancia das promessas feitas durante a campanha eleitoral à população pobre e trabalhadora, aos povos indígenas e comunidades tradicionais, às mulheres, às pessoas com deficiência e à população LGBT.

Duas novidades políticas merecem destaque neste último período do Governo. A primeira é a entrada de Guilherme Boulos, dirigente político do PSOL e principal referência do MTST, na estrutura institucional do governo. Evidentemente a entrada deste dirigente no bloco governamental deixou sua base política e social muito tensionada, já que não parece ter sido acompanhada de uma guinada à esquerda nas ações do governo. A segunda novidade é a condenação e prisão dos líderes do golpe de 7 de Janeiro de 2023, nomeadamente o ex-presidente Jair Bolsonaro e elementos da cúpula militar. Trata-se, sem dúvida, de uma grande vitória popular e institucional com uma projeção significativa para o futuro das lutas sociais. Isto é resultado, fundamentalmente, da pressão popular e de uma longa campanha de luta, na qual a UC e o PCB tiveram uma participação destacada. Vale lembrar a campanha “Fora Bolsonaro!” e também a importante mobilização feminista “Ele Não!”. Recentemente a mobilização contra a “PEC da bandidagem”, demonstrou o poder da mobilização popular para mudar a correlação de forças no Congresso. Obviamente, nada está garantido, dado que o curso dinâmico e contraditório da luta de classes se desenrola num cenário histórico, nacional e internacional, muito aberto. Neste sentido, é pertinente recordar a pressão exercida pelo governo dos EUA para impedir a condenação e prisão de Bolsonaro, tendo chegado ao ponto de impor sanções

comerciais, taxando algumas exportações, com o objetivo de forçar o governo a ceder no que se refere ao funcionamento institucional. Nesta linha de pressão, alguns magistrados do STF foram e continuam a ser alvo de sanções, como a proibição de entrada nos EUA e a suspensão de movimentações financeiras nas contas bancárias.

Um fato positivo, ainda que insuficiente, é a aprovação da isenção do imposto de renda (IRPF) para os(as) trabalhadores(as) que ganham uma renda de até R\$ 5000 mensais. Beneficia a grande parcela da classe trabalhadora. Demonstra o quanto pode ser feito no sentido da justiça tributária, já que nosso regime tributário funciona como um processo redistributivo às avessas.

Outro fator positivo é a taxa de desemprego de 5,4% registrada em outubro. É importante destacar a evolução favorável deste indicador, que se relaciona, de forma indireta e aproximada, ao conceito de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva” — isto é, o contingente de trabalhadores disponíveis para o capital que funciona como instrumento de pressão sobre a classe trabalhadora. A redução desse exército industrial de reserva é, sem dúvida, um resultado positivo, ainda que saibamos que, no capitalismo, ele permanece estruturalmente necessário e indestrutível para a reprodução do capital. Além de mais, parte desta redução acontece com base no aumento do trabalho precarizado e pejetizado. Mas, devemos também atentar para outro aspecto sinalizado por esse indicador: o esgotamento do chamado “bônus demográfico” no Brasil. A queda da taxa de fecundidade para 1,6 filho por mulher em 2025 — partindo de 6,3 filhos por mulher em 1960 — expressa uma mudança estrutural no padrão de (re)produção da força de trabalho (e do trabalho reprodutivo das mulheres), que agora se reflete na atual taxa de desemprego. O longo ciclo de crescimento capitalista pela superexploração da abundante oferta de mão de obra barata está chegando a um ponto de inflexão, o que torna ainda mais urgente a construção de uma agenda de debate e ação política para a classe trabalhadora, nos moldes do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT).

A extrema-direita tem tentado retomar o

protagonismo no debate público através de atos violentos, como a chacina realizada pelos órgãos de segurança pública sob o comando do governador Cláudio Castro no dia 28 de outubro de 2025 no estado do Rio de Janeiro, os ataques aos direitos reprodutivos e às crianças com a revogação da Resolução n.º 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que prevê um atendimento rápido e humanizado para meninas vítimas de violação, sem a obrigatoriedade de apresentação de queixa ou autorização judicial, pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2025, bem como as tentativas de flexibilização e até extinção das licenças ambientais pela Lei n.º 2159/2021, conhecida como “PL da Devastação”, que teve 63 artigos vetados, dos quais o congresso levantou 56. Estão a fazer cálculos eleitorais ao instrumentalizar o discurso sobre a segurança pública, utilizando-o como arma para criminalizar a juventude pobre, negra e das zonas periféricas, e assim justificar o aumento da prisão em massa, da violência e do extermínio dessas populações. Este discurso também tem por objetivo ocultar as verdadeiras causas das desigualdades sociais e proteger as milícias, bem como o envolvimento de setores do próprio Estado com o crime organizado. Neste contexto, a desmilitarização da polícia e a descriminalização das drogas são medidas urgentes para pôr termo a esta lógica repressiva e construir políticas de segurança que estejam verdadeiramente comprometidas com a classe trabalhadora. Afinal, só combateremos efetivamente o crime quando enfrentarmos o capital. Repudiamos a caracterização das organizações criminosas como organizações terroristas, que não visam senão abrir os territórios à intervenção das forças armadas dos EUA.

A nível institucional, a PEC 38, que visa a “reforma administrativa”, representa mais uma etapa do processo de desmantelamento dos direitos conquistados no período pós-ditadura. A manifestação realizada em Brasília no dia 29 de outubro foi importante para atrasar, ainda que temporariamente, os planos da burguesia de destruir os serviços públicos. No entanto, este foi apenas um passo. É imprescindível que a mobilização continue a crescer, articulando partidos,

1. sindicatos e movimentos sociais em fóruns regionais de luta
 2. por todo o país, de modo a acumular forças para a constru-
 3. ção de um movimento nacional de base operário-popular que
 4. aponte para a organização da classe trabalhadora, a constru-
 5. ção de plataformas reivindicativas e um programa classista,
 6. e a luta pela realização de amplas mobilizações, paralisações
 7. e greves dos(as) trabalhadores(as) dos serviços públicos com
 8. amplo apoio popular. Neste contexto, defender a soberania
 9. popular também significa combater as terceirizações e priva-
 10. tizações que entregam setores estratégicos e serviços essen-
 11. ciais ao capital privado e ao crime organizado.

12. Simultaneamente, a luta pela redução da jornada de
 13. trabalho para 30 horas semanais e pelo fim da escala 6 x 1
 14. é fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida,
 15. saúde e dignidade à classe trabalhadora. A redução das horas
 16. de trabalho e a eliminação de horários abusivos são passos
 17. essenciais para construir relações laborais mais humanas e
 18. uma sociedade que coloque a vida acima do lucro, fortale-
 19. cendo a luta pelos direitos e pela justiça social.

20. Diante deste conjunto de ataques e da necessi-
 21. dade urgente de reorganização da classe trabalhadora, é
 22. fundamental reconstruir o Fórum Sindical, Popular e de
 23. Juventudes, realizar um novo Encontro Nacional dos(as)
 24. Trabalhadores(as) dos Serviços Públicos (das três esferas de
 25. governo) e construir um Encontro Nacional da Classe Tra-
 26. balhadora (ENCLAT). Este espaço deve servir para rear-
 27. ticular a militância, redefinir estratégias, modificar a cor-
 28. relação de forças na luta de classes e permitir que os(as)
 29. trabalhadores(as) passem da defensiva à ofensiva face aos
 30. ataques do capital.

31. **Propostas**

32. 1. Sem anistia para os golpistas de hoje e de ontem!.

33. 2. Enfrentar a PEC 38 e as propostas de "reforma do Estado"
 34. neoliberais, tanto a nível federal como a nível estadual e
 35. municipal.

36. 3. Exigir o fim do Arcabouço Fiscal e das contrarreformas
 37. trabalhista e da previdência social.

38. 4. Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem
 39. diminuição do salário.

5. Fim da escala de trabalho 6 x 1.

6. Defesa e ampliação das empresas estatais, como a Petro-
 bras, os Correios e a Eletrobras.

7. Robustecer o SUS, 100% público e estatal.

8. Aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP)
 21/2023 para "descongelar" a contagem do tempo de ser-
 viço dos funcionários públicos federais, estaduais e muni-
 cipais para efeitos de benefícios temporais que foram esta-
 belecidos durante a pandemia.

9. Contra a utilização dos recursos do BNDES para priva-
 tizar escolas.

10. Defesa dos concursos públicos como forma de ingresso
 em todas as esferas do serviço público.

11. Rejeitar a PDL 3/2025 ("*PDL da pedofilia*") que aponta
 para sustar a resolução 258/2024 do Conanda que esta-
 belece diretrizes sobre o atendimento de crianças e ado-
 lescentes vítimas de violência sexual.

12. Combater a cultura do estupro.

13. Fortalecer e ampliar o FONASEFE e construir o
 ENCLAT.

POLÍTICA EDUCACIONAL: LUTAR PELA ESCOLA PÚBLICA E POPULAR!

3.1 Plano Nacional de Educação (PNE)

Em 2025, será concluído o processo de discussão e
 aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para
 o próximo decênio. Diferentemente dos ciclos anteriores, a
 mobilização popular tem sido bastante reduzida. No primeiro
 PNE, apresentado em 1997, houve a formulação de uma pro-
 posta alternativa — o **PNE: Proposta da Sociedade Brasi-
 leira** — elaborada pela FNDEP (Frente Nacional em Defesa
 da Educação Pública) e aprovada no II CONED (Congresso
 Nacional de Educação). Embora essa proposta tenha sido
 encaminhada ao Congresso Nacional, acabou prevalecendo o
 plano apresentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

No **PNE: Proposta da Sociedade Brasileira**, esti-
 mava-se a necessidade de investir **10% do PIB** na edu-
 cação pública. Já no debate do segundo PNE, constitui-
 u-se um amplo movimento social em defesa dessa mesma

reivindicação. Em 2011, realizou-se um plebiscito popular e, posteriormente, entre 8 e 10 de agosto de 2014, ocorreu o **I Encontro Nacional da Educação (ENE)**, no Rio de Janeiro. Outros dois ENEs foram realizados em 2016 e 2019.

Infelizmente — e fundamentalmente em razão da forte oposição de forças políticas pertencentes ao mesmo campo que, anteriormente, participaram da construção dos ENEs — não foi possível, apesar dos esforços de militantes de diversas correntes, entre as quais a UC, construir resistências ou contrapropostas com força suficiente para alterar de maneira substantiva o novo PNE.

No atual PNE, a questão do financiamento público da educação pública permanece central. Segundo dados da própria CNTE, com base em estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, o financiamento educacional situa-se em torno de **5,5% do PIB**, muito aquém da meta de **10%** prevista para 2024 no PNE anterior. Em 2024, de um orçamento federal de **R\$ 4,648 trilhões**, **43%** foram destinados ao pagamento de juros da dívida pública, enquanto apenas **3%** foram aplicados em educação.

A reforma do Ensino Médio de 2017 e o ajuste promovido em 2024 (Lei nº 14.945/2024) foram apresentados sob o falso discurso de enfrentamento da evasão escolar e do baixo desempenho dos estudantes, prometendo um ensino médio mais “atrativo”. Na prática, tais argumentos mascararam os interesses empresariais e não enfrentam os problemas estruturais da formação da juventude. O objetivo central é formar uma mão de obra precarizada, flexível, empreendedora e obediente, moldada às competências demandadas pelo mercado, resultando em piores condições reais de “empregabilidade”.

A superação das desigualdades educacionais exige recomposição orçamentária, valorização salarial dos(as) profissionais da educação e políticas públicas universalistas. Parte-se da premissa de uma educação comprometida com a classe trabalhadora, com a transformação social, com a eliminação das desigualdades, laica, diversa e inclusiva — em síntese, a proposta da **Escola Popular**, em oposição à **Escola do Capital**.

3.2 Educação pública em crise: precarização, mercantilização e aprofundamento das desigualdades

A educação pública vem sendo submetida a um processo sistemático de desmonte, diretamente articulado às demandas do grande capital. Nesse contexto, uma parcela minoritária dos(as) trabalhadores(as) é preparada para ocupar poucas vagas qualificadas, enquanto a maioria recebe uma formação mínima, suficiente apenas para o preenchimento de empregos precários, temporários e mal remunerados. Esse processo manifesta-se, entre outros aspectos, por meio de:

1. Redução efetiva do escopo curricular e abandono de projetos amplos de formação cidadã e emancipação cultural;
2. Ampliação do peso dos indicadores de avaliação nacionais e estaduais, como o SINAES, o SAEB e o ENEM, além de sistemas próprios criados por alguns estados, bem como do exame internacional PISA (OCDE). Essas avaliações exercem forte caráter regulador, pois seus resultados são utilizados para ranquear escolas e condicionar a distribuição de recursos;
3. Implementação de “itinerários formativos” e especializações cada vez mais precoces, individualizando trajetórias juvenis e reforçando a culpabilização das condições sociais dos estudantes;
4. Expansão acelerada do ensino a distância, ainda que recentes mudanças no MEC indiquem tentativas de contenção desse processo;
5. Intensificação da flexibilização e precarização das condições de trabalho docente;
6. Fragmentação dos processos pedagógicos, com perda do diálogo entre disciplinas, avanço da lógica neoliberal no currículo e imposição de conteúdos voltados à meritocracia, ao individualismo e à competitividade, reduzindo a autonomia docente e submetendo o ensino a “pacotes” padronizados;
7. Crescente dependência de materiais didáticos padronizados, produzidos por grandes grupos editoriais e empresas de tecnologia, que transformam a educação em um mercado nacional de mercadorias educacionais, ignorando as especificidades locais;

1. 8. Privatização direta ou indireta da educação pública, por
2. meio de parcerias público-privadas, escolas cívico-mili-
3. tares, terceirização da gestão escolar e de serviços essen-
4. ciais. Apesar das variações estaduais, o padrão nacional
5. é a subordinação da educação pública aos interesses do
6. lucro.

7. 3.3 Financiamento, orçamento e investimento: limi-

8. tes da promessa

9. A promessa governamental de priorizar o investi-

10. mento em educação enfrenta limites estruturais. O Arcabouço

11. Fiscal, a austeridade, a contenção do crescimento real dos

12. investimentos públicos e a destinação de recursos ao setor

13. privado impõem um teto às políticas educacionais. Mesmo

14. quando há avanços simbólicos, a trajetória predominante é

15. de manutenção mínima, incapaz de alterar as desigualdades

16. históricas.

17. Além disso, programas de valorização anunciados por

18. estados e municípios frequentemente carecem de recursos

19. efetivos, resultando em reajustes abaixo da inflação, parcela-

20. mento de retroativos e manutenção de condições precárias de

21. infraestrutura escolar. Assim, a consigna da “escola pública

22. de qualidade para todos” permanece, em grande medida,

23. como retórica — o que reforça sua centralidade como obje-

24. tivo permanente de luta.

25. 3.4 Fortalecer e ampliar a luta por uma Escola Popular

26. A educação não se resume ao financiamento ou à

27. infraestrutura: trata-se também de uma disputa sobre **o que**

28. **ensinar, para que ensinar, quem ensina e quem aprende.**

29. A luta educacional deve articular a reivindicação por recur-

30. sos a um projeto de **Escola Popular** que confronte os funda-

31. mentos do modelo dominante. Esse projeto implica:

32. 1. Defender a autonomia intelectual e didático-pedagógica
33. dos(as) profissionais da educação frente à lógica da for-
34. mação imediata para o mercado e à imposição de conteú-
35. dos padronizados;
36. 2. Valorizar a cultura dos povos oprimidos — indígenas,
37. quilombolas e populares — rompendo com a hegemonia
38. eurocêntrica e elitista do saber;
39. 3. Promover o conhecimento científico e a aplicação

tecnológica em diálogo com os saberes populares e tra-

dicionais, enfrentando o epistemicídio;

4. Articular teoria e prática, trabalho manual e intelectual,
- formando sujeitos preparados para viver e lutar, e não
- apenas competir no mercado;
5. Reivindicar recomposição orçamentária real, vinculada
- à valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação,
- à infraestrutura adequada e à ampliação do acesso e da
- permanência;
6. Defender a escola pública, gratuita, laica e diversa, arti-
- culada às lutas contra o colonialismo, o racismo, o capa-
- citismo, o machismo, a LGBTfobia e a mercantilização
- do saber;
7. Ampliar a participação da comunidade escolar e dos
- movimentos populares, transformando a escola em espaço
- de poder popular;
8. Construir frentes unitárias entre sindicatos, movimen-
- tos sociais e coletivos de educação, articulando greves e
- lutas, como demonstrou a greve do ensino público fede-
- ral em 2024;
9. Denunciar e enfrentar processos de mercantilização, mili-
- tarização e privatização da educação.

3.5 Lutar! Criar! Escola Popular!

A tarefa é clara: fortalecer a luta contra-hegemonica

e construir a escola pública e popular como parte do projeto

histórico de emancipação da classe trabalhadora. Trata-se de

reivindicar não apenas salários e condições de trabalho, mas

uma nova concepção de educação — uma educação “para

além do capital”, voltada à formação de sujeitos capazes de

transformar a sociedade.

A educação pública é um direito social e um dever

do Estado. Definir o tipo de educação que queremos implica

disputar conteúdos, formas institucionais, práticas pedagó-

gicas e suas relações com o conjunto da sociedade. A Escola

Popular busca superar a divisão entre trabalho manual e inte-

lectual e socializar o saber como patrimônio histórico-cultu-

ral da humanidade.

O trabalho deve ser compreendido como princípio

educativo, orientando uma formação integral e omnilateral.

1. A Escola Popular insere-se nas lutas contra-hegemônicas
2. que visam constituir a classe trabalhadora como sujeito da
3. História, fortalecendo o Poder Popular na perspectiva do
4. socialismo.

5. 3.6 Fortalecer a educação popular autônoma e inde-
6. pendente do Estado burguês

7. As iniciativas de educação popular não podem ser
8. esquecidas pelo conjunto dos militantes, devendo ser uma
9. das prioridades centrais. Construídas pelas próprias mãos
10. da classe trabalhadora, estas iniciativas procuram escapar às
11. formas de dominação do Estado burguês, seja a nível ideoló-
12. gico, estrutural, de relações de trabalho ou financeiro. Num
13. momento de avanço do poder político empresarial, inclusive
14. na educação pública, que também funciona como mecanismo
15. de reprodução do capital, estas iniciativas merecem a atenção
16. e o apoio das organizações.

17. Pré-vestibulares populares, creches comunitárias,
18. escolas comunitárias, além de ações educacionais de movi-
19. mentos sociais e de práticas de acolhimento político-pedagó-
20. gico de comunidades ancestrais, devem ser propostas como
21. contraponto à escola dominada pelo neoliberalismo, seja em
22. sua forma pública, seja em sua forma privada.

23. Isso não significa abandonar a centralidade da disputa
24. pela escola pública com horizonte de construção do poder
25. popular, mas compreender que existem limites e conjunturas
26. específicas nessas disputas, especialmente diante do avanço
27. do controle direto de secretarias de educação e do Ministé-
28. rio da Educação pelos interesses empresariais. Portanto, uma
29. educação autônoma e independente — na qual os trabalha-
30. dores definam a linha política de modo a projetar a organiza-
31. ção, a formação militante e a revolução brasileira — passa,
32. necessariamente, pelo fortalecimento e pela proposição de
33. novas ações, bem como pela prática da educação popular já
34. existente. Isso inclui, enfrentar e evitar tentativas de apare-
35. lhamento, controle e pacificação dos objetivos revolucioná-
36. rios por meio de editais públicos e privados para estas inicia-
37. tivas que exigem contrapartidas e acompanhamento ou tutela
38. pedagógica do Estado ou de setores privados.

39. Iniciativas populares de educação também podem

expressar contradições e reproduzir o pensamento domi-
nante, especialmente quando assumem formas de ONGs,
convênios ou ações imediatistas decorrentes da precariedade
e da ausência de um projeto revolucionário. Cabe aos mili-
tantes propor ações vinculadas ao projeto político anticapi-
talista e fortalecer aquelas que já existem nessa perspectiva.
Que os profissionais da educação em luta se organizem, for-
taleçam e estruturem projetos verdadeiramente revolucioná-
rios, para além das relações de trabalho formal, baseados no
trabalho de base, na atuação territorial e na mobilização cole-
tiva da classe trabalhadora em contato e construindo um pro-
jeto político-pedagógico classista, anticapitalista, antiopres-
são e que coloque na ordem do dia pautas centrais inviabili-
zadas pela dinâmica da educação formal.

Propostas

1. 10% do PIB exclusivamente para a educação pública e gratuita.
2. Lutar pela aplicação efetiva do piso e da malha salarial dos profissionais da educação pelos governos estaduais e municipais.
3. Articular a realização de evento unificado, junto com o Contee, Sinasefe, Fasubra, Andes-SN e entidades estu-
dantis, em defesa da educação pública, gratuita, laica e popular.
4. Construir e participar do ENE.
5. Incorporar a proposta da Escola Popular no debate pro-
gramático e no plano de lutas da CNTE;

POLÍTICA SINDICAL: UNIDADE, SOLIDARIEDADE E LUTA ANTICAPITALISTA!

O ciclo da Nova República está marcado pela pre-
sença do movimento dos(as) trabalhadores(as) pautado ini-
cialmente pelas concepções do “Novo” sindicalismo. Este foi
um movimento reativo ao sindicalismo da Era Vargas pau-
tado pelo controle estatal-patronal dos sindicatos, a partir do
Ministério do Trabalho por diversos mecanismos de repres-
são e cooptação.

A concepção de um sindicalismo autônomo, de base
que privilegia as formas de ação direta, ganha hegemonia no

1. processo de reorganização da classe trabalhadora na saída da
2. ditadura empresarial-militar. Desse sindicalismo surgiu, um
3. partido político de massas, organizado em torno de uma lide-
4. rança carismática, que chegou até à presidência da república
5. pelos caminhos eleitorais e praticou a política de conciliação
6. de classes, outrora repudiada.

7. Uma inflexão da conjuntura aconteceu em 2013
8. quando massas populares se mobilizaram em quantidade de
9. milhões e entraram na cena política. Setores normalmente
10. desavisados do movimento sindical chegaram até avaliar
11. erroneamente que estávamos diante de uma situação pré-
12. -revolucionária e que estava na hora de “botar todo mundo
13. fora”, levantando a palavra de ordem anti-política de “fora
14. todos”, fazendo mais uma vez o jogo às forças da reação e
15. do imperialismo.

16. As forças da reação e do imperialismo conseguiram
17. redirecionar esse movimento por “mais direitos” (que
18. o governo de conciliação de classes se mostrava impotente
19. de viabilizar afundado no pântano das alianças de classe),
20. no sentido da luta contra a corrupção sistêmica, como se
21. esta fosse a causa principal do fracasso das expectativas por
22. mais direitos, e não o imperialismo, o agronegócio e a bur-
23. guesia local. Surge assim o “lavajatismo” do “partido” da
24. força-tarefa dos procuradores da república, setores da Polí-
25. cia Federal e da “grande” imprensa, liderados pelo juiz Sérgio
26. Moro, que fraudaram deliberadamente diversos processos
27. judiciais, muitos deles posteriormente anulados (como no
28. caso mais notório do ex-presidente “Lula”). Tudo o qual
29. desembocou no golpe institucional de 2016 contra a ex-pre-
30. sidente Dilma e posteriormente no triunfo eleitoral do Bol-
31. sonaro, um tradicional político do setor podre, clientelista e
32. corrupto do sistema político tradicional.

33. A débil resistência que a CUT e as centrais sindicais
34. ofereceram ao golpe institucional, evidenciou de uma forma
35. nítida a urgência de iniciar um processo de reorganização das
36. lutas dos(as) trabalhadores(as) para oferecer uma resistência
37. de classe aos ataques aos direitos sociais, políticos e às liber-
38. dades da classe trabalhadora. Daí a proposta que levantamos
39. desde a Unidade Classista da realização de um (ENCLAT),

para construir uma política sindical de unidade, solidarie-
dade e luta anticapitalista. Entendemos que este congresso
da CNTE tem que aprovar esta iniciativa e construir as arti-
culações entre as centrais sindicais, sindicatos, movimentos e
correntes políticas que tenham também este mesmo interesse.

No ano de 2019 foi criado o Fórum Sindical, Popular
e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, com
participação de sindicatos, movimentos sociais e de juven-
tudes. Esta iniciativa aponta para resistir aos ataques aos direi-
tos e liberdades do governo de ultra-direita, perspectivando a
construção do ENCLAT num prazo breve. A CNTE deveria
também integrar este espaço, somando esforços para a cons-
trução de um ENCLAT.

O FONASEFE junto com o Fórum das Centrais Sin-
dicais organizou, nos dias 29 e 30 de junho de 2021, o Encon-
tro Nacional dos(as) trabalhadores(as) e trabalhadoras do Ser-
viço Público que aprovou um plano de luta e uma paralisa-
ção nacional. Entendemos que o resultado ficou aquém das
possibilidades pela preocupação das centrais e federações
de amarrar todo o processo de cima para baixo, com pouco
espaço para as construções pela base nas reuniões preparató-
rias. Entretanto mostrou um caminho, neste caso, de organi-
zação um efetivo ENCLAT setorial, num processo de baixo
para cima. Entendemos que no quadro atual faz-se neces-
sário a realização com uma outra metodologia de um novo
Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Ser-
viço Público.

A luta contra a Reforma Administrativa, continua na
pauta no Congresso Nacional como um espada de Dâmo-
cles, pendendo dos(as) trabalhadores(as). Um fator relevante,
que devemos aprender desta experiência de enfrentamento à
reforma administrativa nas suas diferentes formulações, é o
fator da unidade. O FONASEFE junto com FONACATE,
têm conseguido até o momento, conter no Congresso o trâ-
mite da atual PEC 38/2025 da contrarreforma administra-
tiva. Não podemos baixar os braços, porque estes são projetos
de classe, e portanto os governos passam mais o projeto da
classe burguesa local de uma Reforma Gerencial do Estado
formulada no primeiro governo de FHC, permanecerá para o

próximo governo. Se a PEC não passar neste governo, seguramente será o primeiro ponto da pauta do próximo governo seja quem for o titular.

Propomos que a CNTE se empenhe na organização de um próximo Encontro Nacional da Educação (ENE), juntamente com as entidades sindicais nacionais da educação, como o Andes-SN, a Fasubra e o Sinasefe. A CNTE é uma das principais entidades articuladoras do Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE), ao passo que o Andes-SN é uma das principais entidades articuladoras da CONEDEP (Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita). Está na hora de ambas as entidades retomarem o trabalho conjunto em torno do histórico PNE (Proposta da Sociedade Brasileira), de 1997.

Propostas

1. Promover e participar da construção de um ENCLAT.
2. Participar do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.
3. Fortalecer, ampliar e capilarizar o FONASEFE.
4. Enfrentar a Reforma Administrativa e a reforma gerencial do Estado.
5. Construir e participar de um ENE.
6. Articular a realização de evento unificado, nos moldes da Plenária Nacional em defesa da Educação Pública, junto com o Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Contee e entidades estudantis, em defesa da educação pública, gratuita, laica e popular.

BALANÇO POLÍTICO DA CNTE: SUPERAR A CONCILIAÇÃO DE CLASSES E CONSTRUIR O ENE!

A CNTE é uma organização sindical muito importante, tanto pela quantidade de sindicalizados quanto pelo setor no qual atuam os profissionais da educação. São 50 entidades de base filiadas e um contingente de 1 milhão de filiados. Mesmo não atuando num setor produtivo *stricto sensu*, tem um grande potencial de incidir na agenda política nacional em função da sua abrangência nacional e capilaridade. Os profissionais da educação são intelectuais, organizadores

da cultura, especialmente na classe trabalhadora e camadas populares.

Faz parte do conjunto das entidades filiadas à CUT que viraram desde uma origem de luta contra a ordem institucional burguesa nos anos oitenta até o atual amoldamento a essa mesma ordem que outrora era criticada e combatida. Assim foi com a maioria do movimento sindical que emergiu das lutas contra a ditadura e pela democracia entre as décadas de 70 e 80 do século passado.

Entendemos que estamos numa encruzilhada histórica na qual é necessária uma virada fundamental na condução das lutas da classe trabalhadora. Os sintomas de esgotamento das concepções e práticas sindicais amoldadas à ordem burguesa são bastantes evidentes tanto aqui no Brasil como em escala internacional. As jornadas de junho de 2013, a eleição do Bolsonaro, o crescimento do movimento pentecostal pautado na teologia da prosperidade, evidenciaram uma nova subjetividade posta em movimento pelos processos de precarização e empreendedorismo do trabalho deste longo ciclo neoliberal.

Neste sentido entendemos que a CNTE precisa fazer um balanço crítico e autocrítico deste longo ciclo histórico que está se encerrando nesta década. Houve ganhos, mas também houve muitas perdas. Entre o PNE - Proposta da Sociedade Brasileira de 1997 e o PNE, que está para ser aprovado em 2025, há significativas diferenças para pior. São projetos de educação que apontam para objetivos e projetos de sociedade distintos. De um lado fortalecer a escola pública e popular, do outro, promover o setor privado empresarial. Este mesmo setor empresarial que pretende não apenas lucrar, quanto também realizar um trabalho cultural de construção de um novo senso comum, fundado na empregabilidade da força de trabalho. Ilusões de humanizar o capitalismo precisam ser criticadas e deixadas de lado para assumir explicitamente a luta contra este sistema de exploração e opressão.

Certamente que na luta contra o capitalismo e suas personificações concretas no dia a dia dos(as) trabalhadores(as) é necessário estabelecer mediações concretas. A construção da unidade do movimento dos(as)

1. trabalhadores(as) nos parece um elemento fundamental para
 2. poder avançar nesta perspectiva. Apontar para um ENCLAT
 3. ou evento semelhante, participar da construção do Fórum
 4. Sindical, Popular e de Juventudes, construir o projeto de
 5. Escola Popular a partir das formulações da escola unitária,
 6. investir na construção coletiva, ampla e unitária do ENE,
 7. desenvolver uma política de solidariedade internacional anti-
 8. -imperialista, são todas formas concretas de avançar nesta
 9. direção que estamos sinalizando.

10. A valorização do profissional da educação como
 11. um intelectual, organizador da cultura entre os(as)
 12. trabalhadores(as) e as camadas populares, é um ponto de par-
 13. tida concreto a partir do qual se podem articular outras rei-
 14. vindicações: salários, carreiras, condições materiais de tra-
 15. balho adequadas; um ambiente de trabalho sem violência de
 16. gênero, nem sexual ou étnico-racial; tempo para estu-
 17. dar e investigar; formação profissional contínua com acesso a
 18. cursos de pós-graduação; tempo livre para desfrutar da vida
 19. cotidiana e da cultura; um serviço de saúde pública de qua-
 20. lidade, proteção social e uma previdência pública.

21. Segundo o informe do DIEESE (Balanço das Greves
 22. de 2024), na base do sindicato houve um conjunto bastante
 23. significativo de greves, fundamentalmente de caráter defen-
 24. sivo. No setor do funcionalismo público estadual, em 2024,
 25. aconteceram 73 mobilizações no setor da educação, envol-
 26. vendo professores e profissionais técnico-administrativos do
 27. ensino básico ao superior. No setor municipal, foram defla-
 28. gradadas 108 mobilizações por professores e técnico-adminis-
 29. trativos na educação infantil e no ensino fundamental. Entre
 30. as mobilizações que se destacam, está a greve dos professo-
 31. res da rede municipal do Rio de Janeiro no final de 2024, lide-
 32. rada pelo SEPE/RJ. De fato, um resultado da mobilização foi o
 33. regresso do SEPE/RJ à base da CNTE. No estado do Paraná,
 34. em junho de 2024, os profissionais da educação iniciaram
 35. uma greve contra o Projeto de Lei n.º 345/2024 (conhecido
 36. como "Programa Parceira da Escola"), o qual previa a priva-
 37. tização de cerca de 204 escolas públicas. As greves tendem a
 38. ficar isoladas; falta unificar e dar uma orientação política defi-
 39. nida para preparar a categoria para as lutas cotidianas.

Temos um balanço crítico da direção da CNTE, tanto do ponto de vista estratégico como das ações táticas para este período de enfrentamento às políticas dos governos estaduais e municipais, que são muito diferenciados, já que há governos de extrema-direita e outros do campo do progressismo, ainda que, em geral, todos gravitem em torno de políticas de cortes de gastos. Consideramos necessário um novo rumo na política sindical da entidade e a criação de uma nova hegemonia na direção que aponte para o enfrentamento efetivo da ordem social capitalista e das suas manifestações concretas no domínio da educação básica.

Propostas

1. Promover a ampliação da participação das mulheres nos colegiados de direção do sindicato.
2. Creche e serviços para as crianças nos congressos e eventos do sindicato para promover a participação das mães, dos pais e responsáveis das crianças nos eventos da categoria.

POLÍTICAS PERMANENTES: CONTRA O RACISMO, O CAPACITISMO E O PATRIARCADO!

O movimento conservador de extrema-direita, tanto a nível nacional como internacional, trabalha com uma agenda político-moral de ódio às mulheres e as dissidências de gênero e sexo, os povos originais, de defesa anacrônica da família tradicional patriarcal e do modelo monogâmico, patriarcal e heteronormativo de relações socioafetivas.

6.1 As lutas feministas: por nossas vidas e nossos direitos

As lutas feministas no Brasil seguem marcadas por profundas desigualdades no trabalho, na renda e no acesso a direitos, originadas na divisão sexual do trabalho. Em 2024, 42,5% das mulheres ocupadas estavam na informalidade — chegando a 62% no trabalho doméstico — e a dupla jornada permanece estruturante: somando trabalho remunerado e não remunerado, elas dedicam 53,6 horas semanais, quase dez a mais que os homens. Mesmo assim, trabalham menos horas remuneradas e recebem, em média, 22,3% a menos,

diferença ainda mais dura para mulheres negras, cuja renda equivale a 56% da de homens brancos. Apenas 38% dos cargos gerenciais no país são ocupados por mulheres.

A violência de gênero segue em níveis alarmantes: foram 1.470 feminicídios em 2023 — quatro por dia —, afetando majoritariamente mulheres negras. Um caso recente é o assassinato das quebraadeiras de coco babaçu Antônia Ferreira dos Santos e Marly Viana Barroso, às vésperas da COP30, que evidencia tanto a violência patriarcal quanto, neste caso, o avanço predatório do agronegócio na Amazônia. O quadro se agrava diante de ameaças legislativas, como o PDL 3/2025, e da redução de 18,4% no orçamento do Ministério das Mulheres, afetando políticas essenciais. Some-se a isso o alto sub-registro e as desigualdades interseccionais que atingem com mais força mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, rurais e com deficiência.

Para enfrentar essa realidade, é urgente fortalecer as redes de proteção e as políticas estruturais de igualdade de gênero — e, sobretudo, fortalecer e ampliar a organização, a solidariedade e a luta unificada dos movimentos de mulheres e feministas, com uma perspectiva interseccional e classista, no Brasil e no mundo. A causa feminista é de todes — por nossas vidas e nossos diretos — e a CNTE tem de estar presente!

6.2 Contra a violência sobre a população LGBT+

A luta é urgente no Brasil, considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em termos de homicídios de pessoas LGBT e é também o país com a maior taxa de assassinatos de pessoas trans a nível mundial. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma pessoa LGBT é morta no país a cada 19 horas. Segundo a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada no país. A esperança média de vida destas pessoas é de 35 anos.

O resultado de negligenciar esta questão é a persistência dos níveis de violência anteriormente mencionados.

É evidente que não basta a educação, sendo também necessárias medidas de apoio social, emprego e rendimento para garantir a inclusão e a sobrevivência social.

Homenageamos a Wilson Honório da Silva, militante de longa data, cofundador do Quilombo Raça e Classe e do Núcleo de Consciência Negra na USP, lutador na defesa dos direitos LGBTI+, dirigente do PSTU, que faleceu muito prematuramente, no dia 17 de setembro de 2025. Wilson presente, agora e sempre!

6.3 Lutas antirracistas: Vidas Negras Importam!

O racismo é inerente à sociedade capitalista, porque ele se utiliza do racismo para dividir a classe trabalhadora. É por isso que não se pode separar a luta de classes da luta contra o racismo.

As lutas antirracistas no Brasil intensificaram-se recentemente em resposta ao aumento da visibilidade de casos de violência racial, ao fortalecimento de movimentos negros e ao debate público em torno de políticas de igualdade racial. Mobilizações nacionais têm denunciado o genocídio da população negra — especialmente juventude periférica —, o racismo institucional nas forças de segurança, a sub-representação política e a exclusão econômica estruturada. Organizações do movimento negro, coletivos de mães vítimas da violência estatal, entidades estudantis, sindicatos e movimentos culturais têm atuado de forma articulada, reivindicando medidas efetivas de proteção à vida, combate à violência policial, ampliação das políticas de cotas e garantia de direitos sociais.

Ao mesmo tempo, ampliaram-se as disputas em torno das políticas públicas de ação afirmativa e da presença de pautas antirracistas em escolas, universidades, serviços públicos e espaços culturais. O período também foi marcado por enfrentamentos às ofensivas conservadoras contra a abordagem crítica das relações raciais na educação e às tentativas de deslegitimar políticas de diversidade. Em resposta, movimentos sociais têm defendido a centralidade do antirracismo como política de Estado e como princípio estruturante da luta por democracia, reforçando campanhas por justiça para vítimas de racismo, valorização da cultura afro-brasileira e

1. fortalecimento das instituições voltadas à promoção da igual-
 2. dade racial. Aqui também, a centralidade da luta está na uni-
 3. dade, organização e solidariedade do movimento negro,
 4. numa perspectiva classista e anticolonial — vínculos que a
 5. CNTE deve fortalecer e ampliar de forma permanente.

6. **6.4 Emergência climática e as lutas indígenas por** 7. **território, agroecologia e soberania alimentar**

8. O governo e os empresários do agronegócio e mine-
 9. ração insistem em avançar sobre as Terras Indígenas. Neste
 10. sentido foi finalmente aprovada a Lei 14.701/2023 (conhe-
 11. cida como “marco temporal”). Esta lei regulamenta a demar-
 12. cação de terras indígenas no Brasil. Sua principal disposição
 13. é a adoção da tese do marco temporal, que restringe o direito
 14. dos povos indígenas às terras que ocupavam na data da pro-
 15. mulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

16. Segundo o relatório anual Conselho Indigenista Mis-
 17. sionário (Cimi), em 2024 — primeiro ano de vigência da Lei
 18. 14.701/2023 (conhecida como “marco temporal”) — foram
 19. registrados 424 casos de violência contra povos indígenas:
 20. entre eles, 211 assassinatos, além de tentativas de homicídio,
 21. ameaças, violência sexual, racismo e lesões.

22. Foi aprovada a Lei n.º 2159/2021, a “PL da Devasta-
 23. ção”. Em meados de 2025, o congresso aprovou uma nova lei
 24. de licenciamento ambiental que enfraqueceu drasticamente
 25. os controles ambientais no país. O presidente Lula vetou 63
 26. artigos dessa lei e, em novembro de 2025, o congresso der-
 27. rubou 56 dos 63 vetos presidenciais à nova lei, numa decisão
 28. que ocorreu após a conclusão da 30ª Conferência das Partes
 29. da ONU (COP 30), realizada em Belém, em 2025.

30. Como ficou evidente na Cúpula dos Povos realizada
 31. durante a COP 30 sobre Mudança do Clima, a luta contra a
 32. emergência climática é, antes de tudo, uma luta por um outro
 33. modo de viver e de produzir. Exige transformar o modelo
 34. predatório que concentra terras, expulsa comunidades e des-
 35. trói os biomas responsáveis por regular o clima do planeta.
 36. Para enfrentar essa crise, é imprescindível romper com a
 37. lógica do agronegócio exportador e de seus monocultivos —
 38. principal motor do desmatamento e das emissões no Brasil
 39. — e avançar na reforma agrária popular que garanta a terra a

quem cuida e trabalha nela.

Este é o caminho para construir soberania alimentar por meio da agricultura agroecológica, que produz alimen-
 tos saudáveis, sequestra carbono, preserva a água e a biodiver-
 sidade. Trata-se, portanto, de uma batalha civilizatória: uma
 luta por justiça climática e social em que os povos do campo,
 dos rios e da floresta, das periferias urbanas e a classe traba-
 lhadora, historicamente os mais impactados, sejam os prota-
 gonistas de um projeto de sociedade que supere o metabo-
 lismo social fetichizado pelo capital na relação entre a huma-
 nidade e a natureza.

Propostas

1. Combate firme a todas as formas de opressão, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e o preconceito étnico.
2. Contra toda forma de assédio moral, assédio sexual e opressões nas escolas.
3. Legalização do aborto e por políticas de saúde para a mulher.
4. Defesa dos povos originários e dos territórios indígenas. Exigir políticas de saúde e educação específicas.
5. Prestar ampla solidariedade aos povos originários na luta pelos seus territórios.
6. Promover o modelo de agricultura agroecológica, contra o desmatamento, pela terra para quem cuida e trabalha nela, soberania alimentar e justiça climática e social.

PLANO DE LUTAS E ESTRUTURA

As lutas devem privilegiar, simultaneamente, a der-
 rota da ultradireita e das políticas neoliberais, apontando para
 a construção de espaços de unidade sindical, ENCLAT seto-
 rial dos(as) trabalhadores(as) do serviço público e Encontro
 Nacional da Educação (ENE), que apontem para uma saída
 que tenha como meta enfrentar os principais problemas da
 classe trabalhadora, dos segmentos populares e das cama-
 das médias, com uma perspectiva de ruptura com as políticas
 neoliberais, o capitalismo e o imperialismo. Trata-se de cons-
 truir um caminho que coloque a classe trabalhadora, sua orga-
 nização política e sua consciência social no centro da cena

política, ou seja, o Poder Popular.

No atual contexto político — marcado pela ameaça da extrema-direita e pelo avanço das políticas neoliberais — torna-se ainda mais decisivo preservar a independência de classe do movimento dos trabalhadores. Para isso, é fundamental construir e articular lutas tanto nas instâncias institucionais quanto nos movimentos populares e sindicais, de modo a potencializar uma estratégia que opere, de forma combinada, *por dentro e desde fora* do sistema institucional, ampliando a capacidade de resistência e de transformação social.

Defendemos a construção de um ENCLAT que faça uma síntese da atual etapa histórica de luta da classe trabalhadora, que levante uma plataforma reivindicativa e um programa de soluções para enfrentar a crise geral estabelecida. Nesta direção de unidade sindical e popular, entendemos também ser importante dar continuidade, a um nível superior, às experiências unitárias setoriais realizadas nos últimos tempos, como o Encontro Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Serviço Público e o Encontro Nacional da Educação.

O sistema financeiro atua como ‘veias abertas’ da acumulação oligárquica de riqueza monetária — e também da corrupção, ao facilitar a lavagem do dinheiro ‘sujo’ proveniente da economia do crime organizado. Se estatizado, esses recursos poderiam ser direcionados à economia real, contribuindo para reconstruir e impulsionar um parque industrial renovado, de baixo impacto ambiental. Isso permitiria gerar mais emprego formal, melhores salários e ampliar a arrecadação fiscal necessária para financiar investimento público e políticas sociais.

No que se refere à defesa dos serviços públicos e das empresas estatais, é necessário continuar a enfrentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma administrativa e contra a privatização das empresas estatais, bem como promover a reestatização da Petrobras e sua orientação como empresa de energias renováveis ao serviço do povo. É igualmente fundamental defender o SUS público, estatal e gratuito.

No que se refere à educação, enfatizamos a luta salarial e por condições de trabalho dignas, bem como o enfrentamento ao projeto educacional conservador-autoritário em todas as suas formas, juntamente com a defesa da *Escola Popular* como projeto da classe trabalhadora para enfrentar o projeto da *Escola do Capital*.

Lutar contra o agronegócio e a política de genocídio dos povos tradicionais e originários. Defender a demarcação das terras indígenas e a reforma agrária popular, enfrentando as políticas de desflorestação da Amazônia e de outros biomas.

Não menos importantes são as lutas em torno da questão do racismo e as lutas antipatriarcais do movimento feminista e LGBT. Defendemos a legalização do aborto seguro e gratuito e políticas de saúde específicas para as mulheres.

Enfrentar o imperialismo e praticar a solidariedade internacional com o povo da Palestina, de Cuba, da Venezuela e de todos os povos que lutam pela liberdade, democracia, justiça e progresso social.

Propomos a realização de um grande evento internacionalista e anti-imperialista, com a participação de sindicatos cubanos da educação, para homenagear os 100 anos do nascimento de Fidel Castro.

Propostas

1. Sem anistia para os golpistas!
2. Promover a construção de um ENCLAT.
3. Articular a realização do ENE.
4. Fortalecer e ampliar o FONASEFE.
5. Fim do arcabouço fiscal, as contrarreformas trabalhista e previdenciária.
6. Aprofundar a luta contra a reforma administrativa.
7. Diminuição da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem perda salarial.
8. Fim da escala de trabalho 6 x 1.
9. Defesa do SUS público, estatal e gratuito.
10. Reposição das perdas salariais.
11. Reajuste do piso salarial nacional dos profissionais do magistério.
12. Valorização salarial de todos os profissionais da educação.

1. 13. Realização de concursos públicos e estruturação da carreira profissional.
- 2.
3. 14. Melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação.
- 4.
5. 15. Política de assistência escolar (transporte, merenda, textos e cadernos, uniforme escolar, creches, etc.).
- 6.
7. 16. Orçamento público para a educação pública.
8. 17. 10% do PIB exclusivamente para a educação pública e gratuita.
- 9.
10. 18. Lutar pela escola pública e popular.
11. 19. Apoiar as demarcações das terras indígenas e quilombolas.
12. 20. Pela reforma agrária popular, defesa da agroecologia, contra o desmatamento, pela terra para quem cuida e trabalha nela, soberania alimentar e justiça climática e social.
- 13.
- 14.
15. 21. Contra o racismo, sexismo, LGBTfobia, etarismo e capacitismo.
- 16.
17. 22. Legalização do aborto e por políticas públicas de saúde para a mulher;
- 18.
19. 23. Solidariedade internacional anti-imperialista.
20. 24. Contra o genocídio do povo da Palestina;
21. 25. Promover a paz mundial, pelo direito à autodeterminação dos povos, com justiça e progresso social.
- 22.
23. 26. Organizar junto com outras entidades sindicais, movimentos populares, coletivos pedagógicos, acadêmicos e culturais, um seminário internacional em comemoração aos 100 anos do natalício de Fidel Castro.
- 24.
- 25.
- 26.

27.

28. **ASSINAM:**

29. Alan Lopes - SEPE/RJ, Amanda Bastos A. De Amorim - SEPE/RJ, Amauri Arrighi - APEOESP/SP, Ana Paula das Neves - APEOESP/SP, Ana Paula Martins - SEPE/RJ, Anderson Tavares - SEPE/RJ, André Rodrigues - SEPE/RJ, Andressa Gomes Lopes - SEPE/RJ, Arnaldo Guedes - APEOESP/SP, Arnaldo Henrique De S. Santos - SEPE/RJ, Carolina Guimarães Severo - APEOESP/SP, Cleiderman Teixeira De Souza Braga - SEPE/RJ, Cloves Lauton - APEOESP/SP, Danielli Ovsiany Becker - APP-SINDICATO/PR, Diego Jilson Lemes Valdez - APP-SINDICATO/PR, Diego Nogueira - SEPE/RJ, Elcine Nunes - APEOESP/SP, Emanuel

Borges Candal - SEPE/RJ, Fabiano Silva - SEPE/RJ, Fabrício Gavetti - APEOESP/SP, Fatima Cristina Ayrola De Carvalho - SEPE/RJ, Flávia Souza - SEPE/RJ, Flávio Fernandes - APEOESP/SP, Francisco Paiva das Neves - Apeoc-CE, Gabriel d Angelo - APEOESP/SP, Graciete Santana Nogueira Nunes - SEPE/RJ, Jéssica Adrielle de Freitas Lima - Sind-UTE/MG, Julia Rinaldin Silveira - APP-SINDICATO/PR, Juliana Lyra Boretti - APP-SINDICATO/PR, Laura Beraldo Amaral - SEPE/RJ, Ley Gomes - APEOESP/SP, Livia Oliveira Vasconcelos - Sind-UTE/MG, Luís Fernando de Barros Costa - Sind-UTE/MG, Luiz Guilherme Santos - SEPE/RJ, Marcelo Antônio da Silva - APEOESP/SP, Marília Formiga T. Santos - SEPE/RJ, Matheus Magossi Ruiz - APEOESP/SP, Osvaldo Teodoro dos Santos Filho - Sind-UTE/MG, Pablo Barros Dias - Sind-UTE/MG, Patrick Zanon Guzzo - SEPE/RJ, Pollyana Paula dos Santos Prado - APEOESP/SP, Priscila Luana Gabriel - APEOESP/SP, Ranildo de Lima Ferreira - APP-SINDICATO/PR, Renato da Silva Lima - APEOESP/SP, Ricardo Pinheiro - SEPE/RJ, Rosa Neves - SEPE/RJ, Saulo Fernandes Oliveira Araújo - Sind-UTE/MG, Sidney Alves de Oliveira Junior - APEOESP/SP, Sidney Sebastião De Moura E Silva - SEPE/RJ, Tânia Mara Gomes Da Silva - SEPE/RJ, Thiago Coqueiro Mendonça - SEPE/RJ, Thiago Silva - APEOESP/SP, Tuani Guimarães de Ávila Augusto - Sind-UTE/MG, Valmir Schmitt - APEOESP/SP, Victor Hugo Arona do Monte - SEPE/RJ.

11 - É PRECISO ARRANCAR ALEGRIA AO FUTURO! V. MAIAKÓVSKI - CORRENTES DO PSOL

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Vivemos uma situação de ofensiva imperialista (liderado pelo neofascista Trump) fechando espaço aéreo, posicionando navios, porta-aviões, etc. no golfo do Caribe, com intuito de afrontar a soberania venezuelana e derrubar o governo Maduro.

Há pouco, o mundo assistiu com horror à guerra desencadeada pela agressão injusta de Israel contra o Irã. A estratégia de dominação imperialista israelense na região tem seu ponto mais grave no genocídio contra o povo palestino, mas já culminou em ataques ao Líbano, à Síria, ao Iêmen e à fronteira do Egito.

Trump tem responsabilidade ativa pelas mortes ocorridas. Além dos Estados Unidos ter fornecido armas e apoio diplomático à Israel desde o início do genocídio do povo palestino, lançaram mão da maior bomba não nuclear já conhecida pelo mundo, em território iraniano. Para piorar, isto ocorreu depois que o governo iraniano já tinha buscado ajuda internacional para um possível cessar-fogo.

As tarifas contra o Brasil é parte da gana imperialista dos EUA. Lula já condenou o genocídio do povo palestino, mas é muito importante ir além e **romper acordos comerciais e diplomáticos com Israel**.

Esse movimento militar reflete as crises estruturais que moldam a luta de classes no mundo. A questão **climática** já provoca impactos em todos os continentes, a exemplo das catástrofes no Rio Grande do Sul, Marrocos, Espanha e no Texas, tendem se converter em acontecimentos comuns. Também segue com a **crise econômica global**, iniciada em 2008 no coração do imperialismo, que persiste com quase uma década de pequeno crescimento do PIB, desaceleração econômica em alguns países centrais e profundos ataques aos direitos sociais, além de retrocessos históricos e conflitos armados. **Também vemos o acirramento entre EUA (e aliados europeus) e China (e seus parceiros no Oriente, como Rússia e países africanos)**, que intensifica

conflitos regionais. Tudo isso se combina com a **ascensão da extrema-direita**, em um movimento articulado internacionalmente, com base social de massas, discurso antissistema e apoio de setores fundamentalistas e da burguesia, e o que podemos chamar de **crise de identidade do proletariado**, reflexo do colapso da URSS, de três décadas de neoliberalismo e governos progressistas incapazes de promover transformações estruturais profundas.

Vemos o crescimento do investimento em armamento na Europa, do discurso em torno da autonomia estratégica e a construção do que já tem se chamado de “novas economias de guerra” na região. No mesmo sentido, o papel da OTAN tem sido de ampliar as provocações e as tensões geopolíticas. **Defendemos o fim da OTAN** em um contexto de ampliação das agressões imperialistas e ofensivas neocoloniais.

Na América Latina há governos de extrema direita, como Millei na Argentina, Noboa no Equador, Bukele em El Salvador e onde há governos progressistas a oposição da extrema direita é forte e segue com protagonismo nas ruas. Mas nossa classe segue em luta.

Diante desse cenário, temos duas tarefas centrais. A **construção da unidade para barrar o crescimento de alternativas de extrema direita**. A **segunda é a construção de alternativa política à barbárie, a disputa de um projeto socialista** para responder às demandas concretas, atuais e históricas da classe trabalhadora em cada país.

Soberania da Venezuela! Fora Tropas Imperialistas da América Latina!

- Rompimento dos acordos comerciais e diplomáticos com Israel!
- Fim da OTAN!
- Unidade para barrar o crescimento de alternativas de extrema direita!
- Construir uma alternativa política à barbárie, de disputa de um projeto socialista!

1. CONJUNTURA NACIONAL**1. Avanço democrático e ofensiva da extrema-direita**

A condenação e prisão de Jair Bolsonaro e de seus cúmplices golpistas representam uma vitória histórica da democracia brasileira. Pela primeira vez, setores militares e civis responsáveis por arquitetar uma ruptura institucional são julgados e punidos. Esta vitória precisa ser defendida e ampliada.

No entanto, a extrema-direita – em aliança com o centrão – segue atuando para reverter a decisão judicial, articulando no Congresso projetos de anistia e redução de pena para Bolsonaro. Não aceitaremos conciliação com golpistas. Não aceitaremos anistia. Exigimos a responsabilização completa dos articuladores, executores e financiadores do golpe, bem como a expropriação dos bens utilizados para atacar a democracia.

2. Soberania sob ataque: enfrentar o imperialismo e o fascismo internacional

O Brasil está no centro de uma ofensiva imperialista articulada pelo governo Trump e pelo fascismo internacional. O objetivo é intervir no processo eleitoral de 2026, desestabilizar o país e enfraquecer o governo Lula.

O tarifaço global, o uso da Lei Magnitsky e as tentativas de constranger instituições brasileiras são expressões de uma guerra política e econômica que visa impedir que o Brasil exerça sua autodeterminação. A extrema-direita brasileira funciona como correia de transmissão dessa ofensiva estrangeira.

A resposta do governo Lula, com firmeza política e diplomática, fortaleceu a posição do país. Mas o confronto está apenas começando. Por isso, afirmamos: defender a soberania nacional é tarefa central da classe trabalhadora.

Chamamos à construção de uma articulação latino-americana antifascista, envolvendo governos progressistas e movimentos populares de todo o continente, para enfrentar conjuntamente o bloco imperialista liderado por Trump.

3. Unidade de ação e mobilização popular: única força capaz de derrotar o golpismo

A derrota definitiva da extrema-direita não será produto apenas de decisões institucionais: exige força social organizada nas ruas, nos locais de trabalho e estudo, e nas redes.

A frente única de esquerda deve intensificar mobilizações, articulando a luta pela soberania com as pautas populares: fim da escala 6x1, taxaço dos super-ricos, defesa dos serviços públicos e ampliação de direitos sociais.

Os aliados burgueses do governo são instáveis e vacilam. Quem pode sustentar Lula contra o golpismo e o imperialismo é o povo mobilizado, não os setores empresariais que oscilam conforme os ventos da conjuntura.

4. Disputa do orçamento e enfrentamento ao projeto ultraliberal do centrão

O orçamento federal é hoje o principal terreno de disputa política. O centrão e a extrema-direita atuam para preservar privilégios das elites financeiras, impor austeridade e bloquear políticas públicas. A derrubada do decreto sobre o IOF e os ataques aos pisos constitucionais de saúde e educação fazem parte da mesma estratégia: sabotar o governo, impedir avanços sociais e preservar os interesses dos mais ricos.

Declaramos: o centrão e a extrema-direita são inimigos diretos do povo brasileiro.

É fundamental que o governo Lula rompa com a tutela da austeridade fiscal e implemente o programa eleito em 2022: revogação das contrarreformas, recomposição do Estado, fortalecimento da educação e dos serviços públicos e retomada do investimento social.

5. Educação, direitos sociais e programa da classe trabalhadora

Na educação, é urgente que MEC, estados e municípios garantam o cumprimento e a ampliação do piso nacional, carreiras dignas, jornada justa e previdência adequada para o funcionalismo. O país só reconstruirá a escola pública enfrentando os interesses privatistas e a política de cortes que ataca diretamente professores e estudantes.

Apoiamos medidas como:

tributação dos super-ricos;

corte dos privilégios militares;

1. ampliação da isenção do Imposto de Renda;
2. fim da escala 6×1 e valorização do trabalho;
3. fortalecimento da soberania e reindustrialização
4. nacional.

5. **6. Nossa tarefa histórica**

6. A CNTE e os movimentos sociais devem construir
7. uma agenda de mobilização permanente contra o golpismo,
8. contra o imperialismo e contra a austeridade. Devem disputa
9. rar pela esquerda o programa da reeleição de Lula em 2026,
10. garantindo que o próximo ciclo seja de reformas estruturais
11. a favor do povo.

12. **Reafirmamos:**

13. Sem anistia. Sem conciliação com golpistas.
14. Soberania, justiça social e poder popular.
15. Só a luta organizada pode derrotar o fascismo e abrir
16. um novo projeto de país.

17.

18. **POLÍTICA EDUCACIONAL**

19. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edu
20. cação (CNTE), pelo seu papel histórico na defesa da educa
21. ção pública-estatal, precisa reafirmar-se como instrumento
22. de luta contra o avanço das políticas privatistas. Nas últimas
23. décadas, cresceu a influência de fundações empresariais na
24. formulação das políticas educacionais, no financiamento
25. indireto de instituições privadas e na imposição de currícu
26. los e plataformas alinhadas à lógica de mercado. Esse movi
27. mento, mesmo sob mudanças de governo, fortaleceu meca
28. nismos que reduzem o papel do Estado e submetem a educa
29. ção a interesses corporativos, precarizando o trabalho docente
30. e esvaziando a autonomia pedagógica.

31. A presença ativa de fundações como Itaú, Lemann,
32. Ailton Senna e Todos Pela Educação aprofunda a mercan
33. tilização da educação ao interferir em diretrizes pedagógi
34. cas, avaliações e modelos de gestão. Suas propostas padro
35. nizadas, apresentadas como “inovadoras”, reforçam o tecni
36. cismo, a meritocracia e o controle por resultados, em detri
37. mento de um projeto público-estatal, democrático e humani
38. zador. A CNTE deve reafirmar que recursos públicos devem
39. ser destinados exclusivamente às instituições públicas,

rompendo com terceirizações, convênios, vouchers, parce

rias público-privadas e plataformas privadas que desviam o

fundo público.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a

Reforma do Ensino Médio são pilares centrais desse pro

cesso. Construídas sob forte influência empresarial, padro

nizam o currículo e restringem a formação integral dos estu

dantes, além de abrir espaço para a entrada de empresas na

organização dos itinerários formativos, materiais didáti

cos e ambientes virtuais. A revogação da BNCC e do Novo

Ensino Médio é condição para reconstruir políticas curricu

lares democraticamente, com participação da comunidade

escolar e orientadas pela formação crítica, científica, huma

nista, laica e plural.

A plataformação da educação ampliou o controle

privado sobre as redes públicas, substituindo práticas peda

gógicas por sistemas digitais que assumem funções de diag

nóstico, atividades e avaliação. Esses mecanismos reforçam a

vigilância sobre o trabalho docente, empobrecem o processo

educativo e fragilizam o vínculo presencial como espaço

insubstituível de formação humana. A CNTE deve denun

ciar esse modelo, defender a educação presencial e fortale

cer a produção pública de materiais pedagógicos.

A precarização do trabalho se intensifica com con

tratos temporários, metas abusivas, assédio moral institucio

nal e falta de condições adequadas nas escolas. A valoriza

ção profissional deve ser eixo estruturante da ação sindical:

carreira real, concursos públicos, jornada justa, remunera

ção digna e condições materiais para ensinar e aprender. O

Piso Nacional precisa incluir todos os profissionais da edu

cação, com reajustes anuais e referência no DIEESE como

parâmetro mínimo de dignidade salarial e mecanismos que

obriguem estados e municípios a respeitarem integralmente

a lei, inclusive com a adoção de medidas restritivas do MEC

aos entes federados que burlarem a lei.

Persistem nas redes políticas meritocráticas, bonifica

ções e avaliações externas com impacto na remuneração, que

aprofundam desigualdades e individualizam responsabilida

des por problemas estruturais. A CNTE deve defender o fim

1. das avaliações externas de caráter punitivo e a construção de
2. processos avaliativos democráticos e formativos.

3. O fortalecimento da gestão democrática é igualmente
4. central. A eleição de diretores, diretoras e equipes gestoras,
5. garantindo participação democrática da comunidade escolar
6. nas eleições, no planejamento e decisões nos âmbitos admi-
7. nistrativo e pedagógico e no fortalecimento dos conselhos
8. de escolas são condições essenciais para uma escola pública-
9. -estatal que responda às necessidades da classe trabalhadora.
10. Do mesmo modo, a manutenção da Educação de Jovens e
11. Adultos (EJA) presencial e do ensino noturno é indispen-
12. sável para garantir o direito à educação aos trabalhadores e
13. trabalhadoras.

14. A CNTE precisa recuperar sua capacidade de mobili-
15. zação nacional para enfrentar a agenda privatista, intervir na
16. disputa do Plano Nacional de Educação e organizar a catego-
17. ria em defesa da educação pública-estatal. Seu protagonismo,
18. construído nas lutas históricas, é fundamental para barrar a
19. mercantilização e garantir direitos.

20. Reafirmamos como eixos centrais: a defesa do sis-
21. tema público-estatal; financiamento público exclusivo para
22. instituições públicas; revogação da BNCC e da Reforma do
23. Ensino Médio; valorização profissional com Piso Nacional
24. para docentes e funcionários; carreira e concurso como pila-
25. res da educação pública; combate à plataformização e ao
26. assédio moral institucional; fim da interferência empresarial
27. no MEC; manutenção da EJA e do ensino noturno; e fortale-
28. cimento da gestão democrática. A CNTE deve seguir como
29. instrumento indispensável de resistência e construção de uma
30. educação pública-estatal, democrática, laica, de qualidade e
31. emancipadora.

33. **POLÍTICA SINDICAL**

34. O movimento sindical brasileiro enfrenta, desde a
35. década de 2020, um cenário marcado pela intensificação da
36. precarização do trabalho, pela difusão de tecnologias digi-
37. tais orientadas à exploração e pelo fortalecimento da extrema
38. direita. No setor educacional, esses processos aparecem na
39. ampliação dos contratos temporários, na terceirização, na

uberização de funções e na tentativa permanente de restrin-
gir a atuação sindical. Diante desse contexto, o Congresso
da CNTE deve reafirmar a defesa da autonomia sindical, da
organização por local de trabalho e do enfrentamento das
desigualdades sociais, raciais e de gênero que estruturam o
trabalho no Brasil.

A Reforma Trabalhista de 2017 acelerou a desregu-
lamentação das relações laborais, enfraquecendo a negocia-
ção coletiva, ampliando contratos atípicos e reduzindo ins-
trumentos de proteção. A informalidade atinge quase metade
da força de trabalho, impulsionada pela lógica das platafor-
mas digitais, que também alcança o setor educacional por
meio do aumento dos vínculos temporários e da terceirização
em áreas essenciais da escola, além da plataformização. Esses
mecanismos fragmentam o cotidiano, dificultam a constru-
ção de identidades coletivas e ampliam a vulnerabilidade dos
profissionais.

As tecnologias digitais, especialmente a inteligência
artificial, têm sido usadas para intensificar o controle, substi-
tuir funções e monitorar trabalhadores, sem regulamentação
adequada. Paralelamente, o avanço da extrema direita esti-
mula discursos de ódio, políticas antissindicais e persegui-
ções ideológicas. Mesmo fora do governo, os núcleos ideoló-
gicos bolsonaristas permanecem ativos, influenciando práti-
cas institucionais e disputas dentro das escolas.

O movimento sindical enfrenta, portanto, três grandes
desafios: reconstruir sua capacidade organizativa; enfrentar a
extrema direita e seus ataques aos direitos civis e sociais; e res-
ponder às novas formas de precarização que atingem espe-
cialmente jovens, mulheres, negros e profissionais da educa-
ção. No caso da CNTE, a perda parcial de autonomia durante
períodos de alinhamento governamental reduziu sua pre-
sença cotidiana nas escolas e limitou sua combatividade, exi-
gindo um processo de reconstrução baseado na autonomia,
no diálogo com as bases e no fortalecimento da ação coletiva.

Para enfrentar esse cenário, o Congresso da CNTE
deve estabelecer diretrizes permanentes de ação sindical. A
primeira é a reorganização por local de trabalho, com forta-
lecimento de núcleos de base, formação de representantes,

1. comitês de combate à precarização e acompanhamento de
2. denúncias de assédio e perseguição política. A segunda é
3. a defesa da autonomia sindical frente a governos, partidos
4. e empresas, priorizando mobilizações pela revogação da
5. Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e contra
6. a Reforma Administrativa. A terceira é o combate direto à
7. precarização, com defesa da redução dos contratos tempo-
8. rários, realização de concursos públicos e enfrentamento da
9. terceirização.

10. Também é central a construção de uma frente ampla
11. contra o autoritarismo e as opressões, articulando raça,
12. gênero e classe como dimensões inseparáveis da luta sindical
13. e garantindo participação efetiva de mulheres e trabalhado-
14. res negros nos espaços de decisão, disputada por uma frente
15. de esquerda que influencie e dispute as bandeiras da classe
16. trabalhador e sua diversidade. Soma-se a isso a ampliação da
17. formação sindical crítica e a reestruturação da comunicação
18. para fortalecer a mobilização e disputar a narrativa pública
19. em defesa da educação pública-estatal e dos direitos sociais.

20. Somente um sindicalismo combativo, independente,
21. autônomo e enraizado nas bases poderá enfrentar o projeto
22. neoliberal, reconstruir a solidariedade de classe e defender os
23. profissionais da educação. Em um período marcado pela pre-
24. carização e pelo avanço da extrema direita, torna-se urgente
25. fortalecer a organização coletiva e recolocar a educação
26. pública-estatal como eixo de um projeto democrático, justo
27. e igualitário. “É preciso reinventar o mundo que queremos.”

28.

29. **BALANÇO POLÍTICO**

30. As conjunturas internacional e nacional seguem mar-
31. cadas pela intensificação da polarização entre um campo pro-
32. gressista, comprometido com a defesa do Estado Democrá-
33. tico de Direito, e o avanço de forças ultradireitistas de cará-
34. ter neofascista, apoiadas no nacionalismo xenófobo, no fun-
35. damentalismo religioso, na militarização e na retirada siste-
36. mática de direitos. Nesse cenário, a tática central da esquerda
37. deve ser a unidade com todos os setores democráticos para
38. derrotar a extrema direita e defender a soberania nacional,
39. sem abrir mão da independência política e do papel crítico da

esquerda socialista. É preciso disputar um programa que for-
taleça o campo progressista e amplie as condições de mobili-
zação da classe trabalhadora.

No Brasil, a disputa se expressa entre dois blocos prin-
cipais. De um lado, o governo Lula, que opera uma polí-
tica de conciliação com setores da burguesia, gerando avan-
ços sociais limitados, mas reais, e defendendo liberdades
democráticas. De outro, a recomposição da direita radical,
sustentada pelo agronegócio, capital financeiro, fundamen-
talismo neopentecostal e redes milicianas, que seguem atu-
ando mesmo após derrotas eleitorais e buscam novas lideran-
ças, como Tarcísio de Freitas e o partido do MBL.

Nesse contexto, nenhum projeto socialista possui
hegemonia. A tática dos movimentos sociais e sindicais deve
se orientar por um programa capaz de mobilizar as massas,
enfrentando o neoliberalismo, combatendo privatizações e
revogando ataques recentes aos direitos da classe trabalha-
dora. Esse programa deve unificar lutas locais e nacionais,
fortalecendo a mobilização em defesa da reeleição de Lula
contra a extrema direita, sem abrir mão da pressão por um
giro à esquerda em temas estruturantes como trabalho, renda,
serviços públicos e combate às desigualdades.

O governo Lula expressa contradições: avança em
políticas sociais e na recomposição de investimentos, com
medidas como a proposta de isenção do Imposto de Renda
até cinco mil reais, mas mantém limites estruturais como
o arcabouço fiscal, a dependência do centrão e o estrangul-
amento do orçamento pela dívida pública. Esses elemen-
tos restringem mudanças profundas e exigem maior pressão
social organizada.

Na educação, o paradoxo é ainda mais evidente. O
MEC mantém forte influência de fundações privadas, como
a Lemann, que orientam políticas a partir da lógica empres-
arial. O governo não enfrenta de forma decisiva a precariza-
ção, o uso abusivo de contratos temporários, a necessidade de
concursos públicos e a aplicação integral do Piso Nacional.
A ausência dessas medidas reforça limites e impõe à catego-
ria a tarefa de ampliar a mobilização em defesa de um pro-
jeto público, estatal e democrático.

A CNTE tem potencial para ser referência nacional na defesa da escola pública-estatal e dos profissionais da educação, mas sua direção atual não corresponde à importância da entidade. Tem se limitado à ação institucional, com baixa capacidade de mobilização e pouca independência crítica diante do governo. No debate do novo Plano Nacional de Educação, sua atuação burocrática abriu espaço para a interferência dos setores privatistas.

Nosso balanço indica que a CNTE precisa recolocar a mobilização de rua no centro de sua estratégia. As campanhas salariais estaduais e municipais devem ser articuladas às pautas nacionais, como a luta contra a Reforma Administrativa, a revogação da Reforma do Ensino Médio, a defesa dos pisos salariais nacionais e critérios justos de valorização. Essa convergência deve culminar em um grande ato nacional em Brasília durante a Semana da Educação de 2026.

A preparação para o julgamento do Piso Nacional no STF evidencia a falta de iniciativa da direção atual. As ações propostas são insuficientes para mobilizar a categoria e pressionar o tribunal. Defender a reeleição de Lula é estratégico para enfrentar a extrema direita, mas a independência política da CNTE é condição indispensável para que a entidade volte a ser instrumento real de luta e não se torne uma correia de transmissão do governo de turno.

POLÍTICAS PERMANENTES

“Pela vida, pela dignidade e pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação”

O Brasil contabilizava, em 2024, 2,36 milhões de docentes na educação básica (INEP/MEC), sendo 1,86 milhão na rede pública e 78,8% mulheres, o que evidencia a dimensão de gênero da profissão. O Censo Escolar mostra ainda que, em muitos estados, os contratos temporários já superam os efetivos, aprofundando a precarização. Intensificação da jornada, condições inadequadas, desvalorização profissional, adoecimento — sobretudo mental — e diversas formas de assédio e discriminação compõem o cenário atual. Esses processos atingem com maior força mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+. Diante disso, é urgente defender a

educação pública, garantir condições dignas de trabalho e assegurar respeito à diversidade.

1. Defesa da saúde dos trabalhadores da educação

A docência vive um processo crescente de precarização impulsionado por políticas neoliberais e meritocráticas que individualizam responsabilidades e culpabilizam professores pela crise educacional. Mesmo com mais profissionais atuando, a alta rotatividade, o avanço dos contratos temporários e a intensificação do trabalho têm comprometido o bem-estar da categoria. As licenças por transtornos mentais aumentaram de cerca de 30 mil (2014) para mais de 50 mil (2018), com manutenção dessa tendência até 2024. Perícias punitivas, sobrecarga administrativa e metas inalcançáveis agravam o quadro. A CNTE deve enfrentar esse problema de forma nacional, priorizando prevenção, combate ao assédio, canais de denúncia, apoio psicológico, fortalecimento da área de saúde e defesa de licenças dignas.

2. Defesa da estabilidade e valorização profissional

Em diversas redes públicas, os contratos temporários já superam o número de concursados, gerando instabilidade, fragilização dos vínculos com os estudantes e impacto pedagógico negativo. A CNTE reafirma a necessidade de nomeação imediata de concursados, realização periódica de concursos e implementação de políticas efetivas de valorização profissional, com piso digno, carreira estruturada, recomposição salarial e paridade entre ativos e aposentados.

3. Organização e centralidade das mulheres na luta sindical

Embora quase 80% da categoria seja formada por mulheres, elas são as mais afetadas por sobrecarga, assédio e violência institucional, além de permanecerem sub-representadas nos espaços de decisão. A precarização tem levado a adoecimentos graves e até mortes de professoras. Assim, a luta educacional não avançará sem a organização intencional das mulheres. A CNTE deve garantir participação equitativa em espaços de direção, criar mecanismos permanentes de acolhimento, promover formações e fortalecer políticas de enfrentamento às violências de gênero.

4. Enfrentamento à LGBTfobia e defesa da

1. **população LGBTQIA+**

2. O Brasil continua entre os países com maior violência
3. contra pessoas LGBTQIA+, e as escolas ainda reproduzem
4. silenciamentos e discriminações. Para que a educação seja
5. democrática, é essencial implementar políticas permanen-
6. tes de combate à LGBTfobia: formações, campanhas, mate-
7. riais pedagógicos e protocolos de acolhimento que garantam
8. segurança a profissionais e estudantes. A CNTE reafirma o
9. compromisso com a dignidade humana e o combate a todas
10. as formas de ódio.

11. **5. Combate ao racismo e valorização da popula-**
12. **ção negra**

13. A população negra segue enfrentando racismo estru-
14. tural, violência institucional e desigualdades de acesso à edu-
15. cação e ao mercado de trabalho. A evasão escolar, as dificul-
16. dades de permanência e as práticas discriminatórias eviden-
17. ciam esse cenário. A escola pública deve assumir papel cen-
18. tral na luta antirracista: denunciar a violência estatal, garantir
19. implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, ampliar polí-
20. ticas de cotas com permanência estudantil e promover cam-
21. panhas contínuas de combate ao racismo. A universalização
22. da educação pública e gratuita, especialmente para a juven-
23. tude negra, deve ser prioridade.

24. **6. Direitos dos profissionais aposentados**

25. Reformas da previdência reduziram direitos e agra-
26. varam o empobrecimento de aposentados da educação. A
27. CNTE defende paridade entre ativos e aposentados, rejeita
28. bônus que não integram a carreira e reafirma a necessidade
29. de aposentadoria digna, com reconhecimento e valorização.

30. **7. Direitos dos funcionários da educação**

31. As redes públicas enfrentam fragmentação entre con-
32. cursados, temporários e terceirizados, produzindo desigual-
33. dades e precarização. Enquanto concursados sofrem ataques
34. às carreiras, contratados e terceirizados enfrentam salários
35. baixos e instabilidade. A CNTE reafirma a defesa do con-
36. curso público, o fim da terceirização e a valorização dos fun-
37. cionários, incluindo a luta pelo piso nacional dos técnicos e
38. administrativos.

39. **Conclusão**

Reafirmamos o compromisso com a defesa da escola pública democrática, gratuita e laica; com a dignidade e a saúde dos trabalhadores; com o combate ao racismo, ao patriarcado e à LGBTfobia; com a valorização da carreira e da aposentadoria; e com a luta por justiça social. Defendemos também campanhas, fóruns, articulações com

PLANO DE LUTAS

1. Defesa da Escola Pública-Estatal

O 35º Congresso da CNTE reafirma a defesa da escola público-estatal, gratuita, democrática e de qualidade, rejeitando projetos de privatização, terceirização e militarização. Exige 10% do PIB para a educação, garantindo valorização dos profissionais, infraestrutura e políticas de permanência. A categoria deve manter mobilização permanente contra ataques ao direito à educação.

2. Valorização dos Trabalhadores da Educação

Reivindica a implementação integral do Piso Salarial Profissional Nacional como vencimento-base, com reflexos na carreira, e que o MEC rompa convênios com entes que descumprem a lei. Defende reajustes anuais, recomposição das perdas e políticas permanentes de valorização, além da regulamentação das carreiras e de um piso nacional para funcionários da educação.

3. Condições de Trabalho e Saúde

Prioriza o enfrentamento ao assédio moral e institucional. Exige políticas de saúde mental, prevenção ao adoecimento e melhoria das condições de trabalho, com implantação das CIPAs em todas as unidades escolares.

4. Revogação de Medidas Precarizantes

Reafirma a luta contra avaliações punitivas, metas gerencialistas e práticas de perseguição. Rejeita legislações que violem o Estatuto do Magistério, os planos de carreira e a autonomia pedagógica.

5. Financiamento da Educação

Defende que o Fundeb seja aplicado com foco na valorização profissional, por meio de concursos públicos e combate à precarização dos contratos temporários. Reitera que verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente às

escolas público-estatais, enfrentando privatizações e repasses ao setor privado.

6. Gestão Democrática e Participação Social

Defende eleição direta para direções escolares, com participação da comunidade no planejamento e nas decisões pedagógicas e administrativas. Reforça o fortalecimento dos conselhos de escola e o combate à censura, ao autoritarismo e às práticas fascistas, assegurando a liberdade de ensinar e aprender.

7. Combate às Opressões e Inclusão

Reafirma o compromisso com políticas de enfrentamento ao racismo, machismo e LGBTfobia. Defende a ampliação da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado.

8. Mobilização Nacional

Aprova, para março, uma jornada nacional de lutas com paralisações e atos em defesa da escola pública, do piso salarial e contra a privatização e militarização. Reforça campanhas de comunicação e articulação com estudantes, sindicatos e demais setores da educação.

9. Defesa da Democracia e dos Servidores Públicos

Se posiciona contra a reforma administrativa (PEC 38/2025), que desmonta direitos e precariza carreiras. Reforça o combate às práticas antissindicais e à criminalização dos profissionais da educação, priorizando a sindicalização e a defesa de trabalhadores perseguidos.

ESTATUTO

Alteração Artigo 49:

Art. 49 - A Diretoria da CNTE será eleita no Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, com mandato de 3 (três) anos.

Alteração parágrafo único Artigo 50:

Parágrafo Único - A eleição da Diretoria da CNTE se dará de acordo com proporcionalidade direta e qualificada e sem fração mínima, garantindo a representação das chapas concorrentes de acordo com sua votação.

Alteração no 2º parágrafo do artigo 59:

§ 2º - A parte correspondente a 3% (três por cento)

da contribuição prevista no caput será destinada à constituição do “fundo de solidariedade”, cuja utilização será definida pelo CNE.

ASSINAMAS RESOLUÇÕES:

Ana Paula Martins de Albuquerque (CNE) SIN-
 DEDUCAÇÃO – MA, Alfredo Andrade da Silva - CNE
 (APEOESP), Luiz Carlos de Freitas – CNE (SINPEEM),
 Richard Araújo - CNE (APEOESP), Rosilene Almeida da
 Silva - CNE (SEPE-RJ), Eliana Nunes dos Santos - Exe-
 cutiva APEOESP, Mônica Antônio da Silva Fernandes -
 Executiva APEOESP, **AFUSE:** Caroline Campos Apoli-
 nário Reis, João Paulo Gregório, **APEOC:** Francisco Jarir
 Lima Pereira, **APEOESP:** Alan Livan Araujo, Alexandre
 G. Fusco, Amanda Aparecida Manzano, Ana Claudia Toledo
 Prado dos Santos, Ana Lúcia Ferreira, Ana Paula Gregório,
 Ângelo Andriolo, André Marques Montanhani, André P. Fio-
 reli, Antônio Ferreira da Silva, Arthur Guilherme Monzelli,
 Azinete dos Santos, Beatriz dos Reis, Camila Roso, Carmen
 Tubio, Daniele Lima Ferreira, Danilo Marqui de Quei-
 roz, Decio Alves, Deodato Luiz Gonçalves, Débora Beta-
 nia de Santana, Douglas Eduardo Arf, Edgar Luis de Oli-
 veira Passos, Elaine Martiniano de Souza, Emerson Gomes
 da Silva, Evaristo Balbino da Silva, Everton da Silva Vas-
 concelos, Ezio Expedito Ferreira Lima, Fabiana Ribeiro da
 Silva, Fábio Marciel Pires, Flávio James de Paula, Fran-
 cisco Elianio B. Filho, Gésio Miguel Fernandes, Gilberto de
 Souza, Guilherme Ventura, Heloísa Freire Sanglard Brasil,
 Irene Tomaz de Aquino, Jacson Gomes Santana, Jânio Castro
 Moura, Jéssica de Cassia Alves Rodrigues, João Luis Dias
 Zafalão, João Marcelo Rodrigues, José Francisco da Silva,
 Juan Francisco Amaral Ramos, Juliana Ribeiro da Silva, Letí-
 cia Pereira dos Santos, Livia Rhiane Puglia de Souza, Lour-
 des Ferreira da Silva Moura, Lurdinha Pavan, Luciano Del-
 gado, Luci Ferreira da Silva, Lucimar de Oliveira Monta-
 nhani, Lucas Negreiros Escorse, Magali de Cássia Merenda,
 Mara Cristina de Almeida, Marcio de Oliveira, Marcos
 Biagi, Marise Tavares de Carvalho, Maria Alves Ribeiro,
 Marcelo Souza, Mateus dos Reis, Mauro Inácio, Mayra de

1. Mello Dresler, Michele Borges, Milton César Sena Sábio,
2. Patrícia Estrala Manso, Patrícia Lima de Oliveira, Patrícia Navarro Diniz Bastos, Priscila Ventura Trucullo, Rafael Aroni, Renato Pavan, Rita de Cássia Gabriel de Barros, Rita Laura Domingues Franco, Roberto Curcio, Rodrigo Corrêa dos Santos, Roger Reis Nina, Ronaldo Nascimento Mota, Ronygley Carvalho Fonseca, Rosa Araújo, Rosana Aparecida Pereira Reche, Rosana de Jesus, Rosângela Aparecida dos Santos, Rossana Arouck, Rui Carlos Lopes de Alencar, Selma Malta, Sheila Cristina Baptista de Carvalho, Silvio de Souza, Solange da Cruz, Suedno Pereira, Tales Machado de Carvalho, Valdina Barroso de Paula Costa, Vânia Pereira da Silva, Vanderlei Elias Nery, Veruschka Sales Azevedo, Vilson Antônio Fioretin, Yuri Alexandre Silva, **CPERS:** Daniela Peretti, Marcia Porto, Silvio Ferreira, **SEPE RJ:** Adriana Bitencourt da Silva – núcleo Volta Redonda, Adriano dos Santos – núcleo Itatiaia, Andrea Peçanha – núcleo Niterói, Andrea Prestes – regional 3, André de Oliveira Campos Freire – núcleo de São João de Meriti, Bernardo de Mattos Figueiredo – regional IV, Betto Almeida – núcleo Barra Mansa, Camila Valente de Souza – regional VII, Carol Castro – núcleo São João de Meriti, Daysiane Alves de Oliveira – núcleo de Resende, Diogo Henrique A. de Oliveira – núcleo de Niterói, Eliene Bitencourt do Prado – núcleo Volta Redonda, Flávia Andréa Carneiro Rodrigues – regional IV, Gabriel Felipe dos Santos, Guaraci Antunes de Freitas – regional V, Liliane da Silva Lima – Núcleo Rio das Ostras, Lino de Moura Araújo Júnior – regional IV, Lucas Hippolito Von der Weid – regional I, Lucas Souza Sampaio de Castro – núcleo Rio das Ostras, Luciano da Silva Barboza – núcleo Rio das Ostras, Marcela Maria Almeida Silva – núcleo de Niterói, Marcella Mendonça da Fonseca – regional I, Marcel Barão Gavazza – regional 3, Marcia Sérgio dos Santos – núcleo Volta Redonda, Marcos Cesar de Souza Costa Junior – núcleo Magé, Maria da Conceição Ferreira Nunes – núcleo Volta Redonda, Maria Hermínia Soares – regional V, Maria Izabel Frauches – núcleo Volta Redonda, Maria Joselma Britto – regional IV, Nilda Carneiro Rodrigues – regional IV, Rafaella Rodrigues de Moura Araújo

– regional IV, Raquel Lino – núcleo Volta Redonda, Raphael Rodrigues de Moura Araújo – regional IV, Ricardo Pereira – núcleo Caxias, Ricardo Vargas – núcleo Volta Redonda, Robson Pacheco Aquino – regional IV, Rodrigo Rodrigues de Moura Araújo – regional IV, Shyrley Marchi Torturela – núcleo de Volta Redonda, Sônia da Silva Manoel – núcleo Volta Redonda, Vanuzia de Fátima Muniz Machado – regional IV, Yandra Queiroz Guimarães – regional 7, **SINDEDU-CAÇÃO (MA):** Ana Gicélia do Nascimento Sousa, Fábio Oliveira Araújo, Gilvan Azevedo dos Santos, João Luis dos Santos Silva, Leonel Pereira Torres, Regina Sheila Bordalo Martins, Wallas Alves Martins, **SINDREDE/BH:** Cláudia Silva Ferreira Jácomo, Daniel Lages Wardil, Daniel de Oliveira Santos Pereira, Fábio Liberato de Faria Tavares, Luiza Nolasco André Moreira, Maria da Conceição de Oliveira Silva, Nilton Francisco Cardoso, Pedro Valadares, Ronaldo Maia Gonçalves, Vanderleia Reis de Assis, **SINPEEM (SP):** Andréia Vitorino da Silva, Barbara Soares de Barros, Cibele de Camargo Lima, Cláudia Cristina Alves de Souza, Evelin Aline Alves, Geovana da Silva Basseto, Isabel Cristina Oliveira Guedes, Israel Maurício de Moraes Nicoletti, Jair Francisco de Oliveira, Jaqueline Quadros Mesquita, João Batista Magalhães Paes de Barros Filho, Kelly da Cruz Bianchini, Lourdes Quadros Alves, Sandro Ribeiro Chagas, Silene A. Albuquerque da Silva, Simone Aparecida Coelho, Solange Fernandes, Vanessa Couto da Silva, **SINTE – PI:** João Antônio de Souza, Sinésio Soares, **SINTE – SC:** André Luiz Alves Pereira, Cristiane da Silveira Fogaça, Fanny Spina França, **SINTEP/PB:** João Tavares da Silva Neto, **SINTEPE:** André Filipe Costa de Oliveira, Diogo Xavier Gonçalves, Everton Kristomówsky Sales Carneiro de Melo, Gabriel Galvão de Farias, Ivaneide Severo Goiana, Raphaela Cristina Carvalho da Silva, Sergio Augusto Prado.

12 - RESOLUÇÕES DA CTB

Diante dos grandes desafios que o Brasil tem pela frente, precisamos apontar diretrizes e estratégias que possam dar respostas aos problemas que afligem parcela da população brasileira e alavancar o desenvolvimento nacional, com políticas de inclusão social, emprego e renda. No campo político, é fundamental construir uma frente ampla em defesa da soberania, da democracia e do respeito à pluralidade que compõem o Estado nacional brasileiro. Faz-se necessário o enfrentamento às oligarquias financeiras e ao imperialismo estadunidense que, aliados à extrema-direita no mundo, tentam barrar o avanço das forças democráticas e progressistas, em especial o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para que o Brasil possa superar a crise e dar passos largos rumo ao desenvolvimento nacional, dois grandes desafios estão na ordem do dia:

1. Garantir a vitória da aliança liderada por Lula em 2026;
2. Lutar pela realização de mudanças estruturais profundas, com um plano de desenvolvimento elaborado pela esquerda e por forças populares, democráticas e progressistas.

CONTEXTO INTERNACIONAL: CRISE DO CAPITALISMO, NOVA ORDEM MUNDIAL E DESAFIOS PARA CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR

O capitalismo contemporâneo enfrenta uma crise sem precedentes, com a perda da hegemonia dos EUA, da União Europeia e do Japão. A conjuntura atual é marcada pelo desenvolvimento da crise sistêmica do capitalismo, cujos principais indicadores são baixo crescimento econômico, ampliação da desigualdade de renda e riqueza, precarização do trabalho, concentração e centralização do capital, domínio da financeirização e da ampliação do rentismo e seu parasitismo, em contraste com o dinamismo da Ásia, notadamente da China, do Vietnã e da Índia.

A característica central do capitalismo é a

concentração de riqueza e as desigualdades sociais, aprofundadas pelo desmonte das políticas de proteção e bem-estar social, pela retirada dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e pela implementação de políticas fiscais que privilegiam os especuladores e penalizam os(as) trabalhadores(as). O 1% mais rico da população global detém 45% da riqueza mundial, enquanto os 50% mais pobres dela compartilham apenas 1% (Relatório de Riqueza Global do Credit Suisse, 2023). O fosso entre os que detêm os meios de produção e os que detêm a força de trabalho tem aumentado, acentuando a desigualdade e proliferando a fome, o desemprego e a miséria pelo mundo. A automação dos processos de trabalho e a Inteligência Artificial, sob o comando do capital especulativo, têm gerado um exército de desempregados, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

Na conjuntura atual, as contradições entre o trabalho e o capital têm se aprofundado, gerando crises e desigualdades gritantes, inclusive em países onde em determinados momentos essas contradições não eram tão acentuadas. Na busca desesperada pelo lucro, os capitalistas promovem uma desenfreada concorrência pela produtividade, intensificando a exploração da força de trabalho. As plataformas digitais (Uber, iFood etc.) fragmentam o trabalho, eliminando direitos e estabilidade. Os(as) trabalhadores(as) aparecem sob o falso título de “empreendedores de si mesmos”, mas sem proteção social e responsáveis pelos custos dos seus meios e instrumentos de trabalho. A este movimento soma-se a ofensiva neoliberal, política e econômica, contra os direitos e a organização dos(as) trabalhadores(as), levando à precarização e à degradação das condições de trabalho e à ampliação do desemprego.

O capitalismo, em sua ganância sem limites, tem interferido não só nas relações de trabalho, como também no ecossistema, contribuindo efetivamente para a mudança climática. As grandes potências imperialistas, principais responsáveis pelo acúmulo histórico das emissões de gases que

1. provocam a aceleração do aquecimento global, com conse-
 2. quências no efeito estufa, procuram bloquear o desenvolvi-
 3. mento econômico, tecnológico e social dos países do cha-
 4. mado Sul Global, nos quais os impactos das mudanças cli-
 5. máticas são proporcionalmente maiores. O enfrentamento
 6. pleno da crise climática não é possível pela lógica capitalista.
 7. A resposta às mudanças climáticas passa necessariamente
 8. por novas relações e novos padrões de produção e consumo,
 9. somente possíveis em sociedades socialistas. Como é pre-
 10. ciso usar os recursos naturais para subsistência ou desenvol-
 11. vimento social, seu uso deve ser feito com rigorosa aplicação
 12. de ciência e tecnologia para reduzir o impacto ambiental. O
 13. enfrentamento à mudança do clima e a defesa do desenvolvi-
 14. mento e da justiça social devem ser considerados como ele-
 15. mento estruturante da agenda de luta pelo socialismo e anti-
 16. -imperialista, uma vez que o caminho para aprofundar as con-
 17. quistas democráticas exige preparação para um contexto de
 18. emergência climática.

19. Com o desenvolvimento desigual e o declínio dos
 20. Estados Unidos/União Europeia e a ascensão da China, o
 21. mundo passa a vivenciar uma nova experiência, onde o capi-
 22. talismo sofre um deslocamento territorial, alterando uma
 23. dinâmica que por séculos estava estabelecida. Essa nova
 24. dinâmica abre espaço para o surgimento do BRICS (inicial-
 25. mente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que pos-
 26. teriormente teve a adesão de novos membros (Arábia Sau-
 27. dita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e
 28. Irã). O bloco chegou a representar 39% do PIB mundial e
 29. 49% da população mundial, conforme dados publicados pela
 30. Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvol-
 31. vimento, Indústria, Comércio e Serviços, referente ao ano
 32. de 2023. Com recursos naturais estratégicos (petróleo, terras
 33. raras etc.), produção agrícola, tecnológica e militar, o BRICS
 34. ganha relevância, alterando a nova ordem mundial.

35. A vitória de Donald Trump reacende mais intensa-
 36. mente o discurso intervencionista, bélico e de ocupação ter-
 37. ritorial. Com maioria na Câmara e no Senado e apoio das
 38. *big techs*, o governo Trump aplica políticas tarifárias, reforça
 39. o discurso militar, xenófobo e de extrema-direita. Exalta a

necessidade de recuperar a “América”, apontando como
 caminho a intervenção em países não alinhados, através da
 ocupação militar.

Na tentativa de assegurar uma certa unidade nacio-
 nal, o governo Trump tenta transferir para os imigrantes a
 responsabilidade pela grave crise econômica que o país vem
 enfrentando nas últimas décadas. Adotando, assim, medidas
 extremas, como deportação de imigrantes, como justifica-
 tiva de combate à crise e ao desemprego. A execução de sua
 política econômica e social conta com o apoio de parcela da
 sociedade e principalmente das *big techs*, controladoras das
 plataformas de comunicação. A política externa do governo
 Trump busca reverter o declínio dos Estados Unidos através
 do extremismo de direita e do neofascismo, adotando polí-
 ticas agressivas, protecionistas e medidas de guerra comer-
 cial para tentar recuperar a produção industrial e o domínio
 do comércio mundial. A política externa desse governo se
 alinha e dá sustentação à política genocida de Israel contra o
 Estado Palestino. A agressão ao Estado e ao povo palestino
 é um ato de lesa-pátria e genocídio contra toda uma popu-
 lação. Os EUA patrocina guerras pelos quatro cantos do
 mundo, tentando desestabilizar governos de viés popular e
 recuperar a hegemonia política com apoio de setores fascis-
 tas de extrema-direita. Recentemente, direcionaram ataques
 à Venezuela, provocando uma crise econômica e bélica na
 região do Caribe.

Defender a democracia, a soberania e a autodetermi-
 nação dos povos é uma ação política que exige unidade do
 campo progressista internacional, com o objetivo de barrar
 o avanço belicista e intervencionista estadunidense pelo
 mundo.

CONTEXTO NACIONAL: GARANTIR A REELEIÇÃO DE LULA E AMPLIAR O CAMPO DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA

No intuito de manter sua hegemonia, os Estados
 Unidos têm agido para tentar recuperar sua influência polí-
 tica, militar e econômica, patrocinando movimentos inter-
 vencionistas pelo mundo. No Brasil, não tem sido diferente.

1. Os ataques constantes, fruto de um conluio entre o governo
 2. Donald Trump e a extrema-direita, tendo à frente o clã Bolso-
 3. naro e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ataca-
 4. ram a economia nacional (taxação) e as instituições do país,
 5. em especial o STF, atingindo, a um só tempo, a soberania
 6. nacional e a democracia brasileira. Todavia, essas agressões
 7. resultaram em fracasso, visto que o objetivo mais visível e
 8. imediato não foi alcançado, pois Bolsonaro e demais com-
 9. parsas do comando golpista foram condenados. E, também,
 10. em vez de afastar o Brasil do BRICS, aumentou os laços do
 11. país com esse bloco, do qual recebeu solidariedade e apoio.

12. O governo do Brasil, liderado pelo presidente Lula,
 13. com a contribuição relevante do vice-presidente Geraldo
 14. Alckmin, colocou-se à frente da construção de uma ampla
 15. aliança em defesa da soberania nacional e das instituições do
 16. país, em especial do STF. Algumas ações do governo Lula
 17. oxigenaram o movimento sindical e popular, aproximando
 18. setores expressivos do povo brasileiro. Entre essas ações, des-
 19. tacamos a isenção do imposto de renda para quem ganha até
 20. cinco mil reais e o fim da jornada 6x1. Essas duas ações, efe-
 21. tivamente, mobilizaram setores expressivos da sociedade,
 22. impondo uma derrota aos setores mais conservadores da polí-
 23. tica brasileira.

24. As grandes mobilizações populares, que ocuparam as
 25. ruas de todo o Brasil, foram fundamentais para barrar a pro-
 26. posta dos setores da extrema-direita que defendiam a anistia
 27. para todos os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8
 28. de janeiro. Posteriormente a isso, o movimento popular, jun-
 29. tamente com entidades classistas de trabalhadores(as) e par-
 30. tidos políticos de esquerda, reforçaram a luta contra o fami-
 31. gerado PL da dosimetria.

32. O momento político exige uma reflexão serena e acer-
 33. tada sobre os desafios que estão por vir. O único caminho
 34. capaz de dar continuidade a um projeto de construção nacio-
 35. nal com soberania, democracia e inclusão social passa neces-
 36. sariamente pela reeleição de Lula à presidência e por uma
 37. maioria de parlamentares (deputados(as) – senadores(as)) ali-
 38. nhados a esse projeto de desenvolvimento nacional. Os desa-
 39. fios estão postos, não podemos baixar a guarda; a conjuntura

exige uma frente ampla, com todos os setores democráti-
 cos e progressistas para que possamos impor uma derrota
 à extrema-direita fascista e construir um Brasil soberano e
 democrático para todos(as) os(as) brasileiros(as).

POLÍTICA EDUCACIONAL

O debate acerca das políticas educacionais impõe con-
 siderar as partes e o todo. Modo geral, é a partir de um proje-
 tos de desenvolvimento que se vislumbra o estabelecimento
 de um sistema nacional de educação e a melhor medida para
 o mesmo é a aprovação de um plano nacional de educação
 condizente à essa necessidade.

Especificamente, o Novo PNE surge em um cenário
 de reconstrução da educação pública e do Brasil. O Golpe
 e a eleição de Bolsonaro repercutiram no insucesso das
 metas não plenamente atingidas. O texto original baseado na
 CONAE 2024, buscou recuperar e acelerar o tempo desperdi-
 çado e enfrentou diversas oposições no Congresso Nacional.

Os "nós críticos" não são poucos e formam vasto
 rol de desafios e enfrentamentos, que vão desde o tema da
 estruturação de um sistema nacional de educação que esteja
 conectado e contribua para o desenvolvimento nacional em
 amplo espectro (econômico, tecnológico, ambiental e social)
 até as questões que envolvem valorização profissional, for-
 mação e concepção pedagógica, inovação tecnológica na
 educação e a luta contra as políticas neoliberais que se imple-
 mentam desde a gestão até as formas de avaliação.

É preciso garantir condições materiais básicas, defen-
 dendo que as políticas públicas educacionais não sofram con-
 tingenciamentos fiscais e com um investimento de 10% do
 PIB para a rede pública. O financiamento é a garantia do
 Estado para assegurar a educação como direito. No PNE a
 lógica deve ser a do dinheiro público para a escola pública
 opondo-se à transferência de recursos para o setor privado e
 a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) é fun-
 damental. Além disso, garantir os mínimos constitucionais e
 os dividendos do Pré-Sal formam a base para a política orça-
 mentária para a Educação

1. A valorização dos trabalhadores da educação trans-
 2. cende o reajuste salarial, focando na carreira que proporcione
 3. estabilidade e progressão funcional. Desse modo é preciso
 4. pensar a questão salarial e de carreira de modo a enfrentar
 5. o apagão profissional nas áreas docentes, não-docentes e
 6. técnico-administrativa.

- 7. • Magistério: Defesa da Lei 11.738/2008, garantindo que
 8. o piso nacional incida sobre o vencimento inicial da car-
 9. reira, gerando repercussão em todos os níveis. Reivindi-
 10. ca-se a manutenção de 1/3 da jornada para planejamento
 11. (hora-atividade) e o acréscimo de 33,33% para profissio-
 12. nais com nível superior.
- 13. • Funcionários da Educação: Priorização do PL 2.531/2021
 14. para instituir um piso nacional para profissionais de apoio
 15. e técnicos, vinculando-o a 75% do valor do magistério.
 16. O objetivo é o reconhecimento desses servidores como
 17. educadores, combatendo a terceirização e garantindo o
 18. ingresso via concurso público.
- 19. • Aposentados: Luta pela paridade e integralidade, assegu-
 20. rando que reajustes da ativa sejam repassados aos inativos
 21. e combatendo o confisco previdenciário (contribuição de
 22. aposentados) estabelecido pela EC 103/2019.

23. Outro aspecto estratégico é a defesa do Estado e
 24. contra todas as formas de Mercantilização da Educação. A
 25. CTB posiciona-se frontalmente contra as reformas Adminis-
 26. trativa (PEC 32), Trabalhista e Previdenciária, interpretando-
 27. -as como um retrocesso enquanto Estado nas suas múltiplas
 28. dimensões (Soberano, Nacional Desenvolvimentista, Demo-
 29. crático de Direito e de Bem-Estar Social). Às últimas, reivin-
 30. dicações Às suas revogações; à primeira, ainda em trâmite,
 31. denunciamos que a quebra da estabilidade no serviço público
 32. e a liberação da terceirização para atividades-fim são ataques
 33. diretos ao funcionalismo público e à população que usufrue o
 34. direito enquanto cidadão, contribuinte e eleitor.

35. O fenômeno da "mercantilização" é denunciado atra-
 36. vés da compra de pacotes padronizados de ensino, planeja-
 37. mento, operação e gestão por fundações privadas ou Orga-
 38. nizações Sociais (OSs). A privatização indireta transforma o
 39. aluno em consumidor e retira o controle social sobre a verba

pública. Em contrapartida, defende-se a Gestão Democrá-
 tica, com eleições diretas para diretores e conselhos escola-
 res deliberativos, entendendo a participação da comunidade
 como o principal antídoto às diferentes formas de privatiza-
 ção e à doutrinação do Escola Sem Partido ou das Escolas
 Cívico-Militares.

A relação entre um Novo Projeto Nacional de Desen-
 volvimento (PND) e as políticas educacionais é de inter-
 dependência, complementariedade e unidade estratégicas:
 enquanto o PND define os rumos econômicos e sociais do
 país, a educação atua como o motor de produtividade, ino-
 vação e soberania necessário para sustentar esse crescimento
 no longo prazo.

É nessa perspectiva que avançamos o debate e a luta
 da categoria e suas representações sindicais, articulando
 investimento e qualidade tomando a Educação como vetor de
 Ciência, Tecnologia, Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento.

Seja na resolução dos problemas de natureza social,
 em especial na tríade democracia, cidadania e deveres e direi-
 tos humanos, seja no intento de oportunizar um novo ciclo
 de industrialização calcada na soberania e autonomia nacio-
 nais e na sustentabilidade ambiental as políticas educacionais
 devem apontar para o conceito de escola unitário e ensino
 politécnico, adequado e adaptado às condições e exigências
 sociais, econômicas e regionais.

Inconcebíveis, portanto, todas as políticas e pseud-
 pedagogias que rebaixamento e reduzem a Educação e os
 seus atores: educadores, educandos e comunidade escolar.
 A precariedade pedagógica, o abuso de plataformas digitais
 estandartizadas e cartilharizadas, a primazia da burocracia
 administrativa das planilhas e relatórios frente à projetos de
 ensino-aprendizagem ou programas de educação integral,
 corroem a base crítica e emancipatória possível da Educação
 e servem para alienação, domesticação e controle da juven-
 tude e dos próprios trabalhadores em educação.

A CTB - na condição de uma central sindical classista
 e socialista - não poderia de deixar de enfatizar de modo par-
 ticular duas preocupações com as verdadeiras excrescências
 pedagógicas que representam três manifestações da mesma

1. vertente ideológica: a escola cívico-militar, o Homeschooling e a Escola Sem Partido.

2. A educação pública, democrática e de qualidade é
3. um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação
4. soberana e justa. Historicamente, ela tem sido um campo de
5. disputa ideológica e política, e, no contexto atual, enfrenta
6. ataques de uma agenda conservadora que busca desman-
7. telá-la e cooptá-la para interesses alheios ao projeto de uma
8. sociedade inclusiva e equitativa.

10. **A Importância do Enfrentamento à Agenda Con-** 11. **servadora na Educação Pública**

12. É crucial e inadiável o enfrentamento ao avanço da
13. agenda conservadora na educação pública, que se manifesta
14. de diversas formas, cada qual com o potencial de minar os
15. princípios de universalidade, equidade e qualidade social. A
16. militarização das escolas, por exemplo, introduz uma lógica
17. de controle e disciplina que contradiz o ambiente de autono-
18. mia, diálogo e pensamento crítico essencial para a forma-
19. ção cidadã. Em vez de investir em pedagogias inovadoras
20. e em profissionais qualificados, a militarização busca solu-
21. ções punitivas para problemas complexos, descaracterizando
22. o papel da escola como espaço de aprendizado e desenvolvi-
23. mento humano integral.

24. Outro ponto de atenção é o **homeschooling** (educação
25. domiciliar). Embora possa ser apresentado como uma alter-
26. nativa de escolha familiar, sua expansão desregulada pode
27. levar à exclusão social de crianças e adolescentes, à dificul-
28. dade de fiscalização do currículo e da qualidade do ensino, e
29. à privação de experiências de socialização e diversidade que
30. apenas o ambiente escolar coletivo pode oferecer. Isso repre-
31. senta um risco para a formação de uma consciência coletiva e
32. para a garantia de direitos educacionais universais.

33. A proposta de "**escola sem partido**", por sua vez,
34. é um ataque direto à liberdade de cátedra e ao pluralismo
35. de ideias, pilares da educação democrática. Ao tentar proi-
36. bir o debate de temas sociais, políticos e culturais nas salas
37. de aula, essa agenda busca censurar educadores(as) e privar
38. estudantes do desenvolvimento do senso crítico e da capaci-
39. dade de análise da realidade. Uma educação verdadeiramente

libertadora deve fomentar o questionamento, a reflexão e a diversidade de perspectivas, preparando os(as) jovens para compreender e atuar em um mundo complexo.

Finalmente, a **privatização e a mercantilização da educação pública** representam a mais grave ameaça, ao transformar um direito social em um serviço a ser negociado no mercado. A transferência de recursos públicos para o setor privado, a adoção de modelos de gestão empresarial que priorizam o lucro em detrimento da qualidade pedagógica, e a precarização das condições de trabalho dos(as) profissionais da educação são reflexos dessa lógica. A educação não pode ser vista como mercadoria, mas como um investimento social que visa à emancipação e ao bem-estar coletivo.

O combate a essas iniciativas conservadoras exige a união de educadores(as), estudantes, pais, comunidades e movimentos sociais. É preciso defender a escola pública como um espaço de resistência, de construção de conhecimento crítico e de promoção da justiça social.

POLÍTICA SINDICAL

O movimento sindical, enquanto eixo central da organização da classe trabalhadora, encontra-se hoje inserido em uma conjuntura de transformações estruturais que impõem desafios à sua atuação histórica. No Brasil, enfrentamos um conjunto de ofensivas que ameaçam o serviço público, os direitos trabalhistas, a seguridade social e o financiamento da educação. Projetos de reforma administrativa, precarização da previdência, calotes em precatórios e iniciativas privatistas fazem parte de uma agenda regressiva que precisa ser derrotada. Soma-se a isso o fato de que o Congresso Nacional, dominado por interesses econômicos e fisiológicos, está de costas para o povo, aprovando pautas que aprofundam desigualdades e favorecem setores que lucram com o desmonte do Estado.

Nesse cenário, a organização da classe trabalhadora deve atuar para além da luta imediata por direitos; ela exige, fundamentalmente, uma reflexão rigorosa sobre o seu papel estratégico diante de um projeto neoliberal que, nos últimos anos, promoveu uma ofensiva sistemática contra

1. os marcos regulatórios do trabalho. Tal ofensiva não opera
 2. apenas no plano jurídico, mas visa, sobretudo, a desarticula-
 3. ção da força coletiva através da precarização e do desmonte
 4. das conquistas históricas do movimento. Ora, a moderniza-
 5. ção das forças produtivas e a consequente fragmentação do
 6. contingente laboral — fruto das novas dinâmicas de orga-
 7. nização do capital — estabelecem uma realidade em que a
 8. unidade de classe se torna, ao mesmo tempo, mais difícil e
 9. mais urgente.

10. Uma análise detida da realidade atual aponta para a
 11. necessidade premente de um reposicionamento do sindica-
 12. lismo. A crise orgânica do sistema capitalista global, asso-
 13. ciada à ascensão de forças de extrema-direita e ao enfraque-
 14. cimento das instituições democráticas, demanda um movi-
 15. mento sindical que seja capaz de ir além do corporativismo
 16. tradicional. Torna-se imperativo, portanto, a construção de
 17. uma estrutura mais fortalecida e radicalizada, apta a agluti-
 18. nar as diversas frações da classe trabalhadora, com especial
 19. atenção aos setores lançados à informalidade e à precarização
 20. absoluta. O esvaziamento da densidade sindical e a retirada
 21. de garantias fundamentais, consolidadas por reformas regres-
 22. sivas, como as reformas trabalhistas e da previdência, indi-
 23. cam que a sobrevivência do sindicalismo como força polí-
 24. tica de vanguarda depende da sua capacidade de se reinven-
 25. tar enquanto ferramenta de luta e representação.

26. No horizonte da atual quadra histórica, a rearticulação
 27. do movimento sindical impõe-se através de três eixos funda-
 28. mentais. Primeiramente, cumpre enfrentar a fragmentação do
 29. trabalho imposta pelo avanço das plataformas digitais, com-
 30. prendendo a informalidade não como um dado fortuito, mas
 31. como uma estratégia deliberada de desarticulação da cons-
 32. ciência coletiva. Em segundo lugar, é necessário fortalecer o
 33. poder político e institucional. O sindicalismo deve articular-
 34. -se em torno de uma estratégia nacional que paute a revoga-
 35. ção das reformas trabalhista e previdenciária e a construção
 36. de um novo modelo de desenvolvimento que coloque o tra-
 37. balho no centro das prioridades do Estado. Por fim, o terceiro
 38. eixo, consiste no resgate da unidade de ação entre as centrais
 39. sindicais e os diversos movimentos sociais. Este é o único

caminho capaz de articular frentes diversas, como a luta pelo
 fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho e a imple-
 mentação de uma reforma agrária que assegure a soberania
 alimentar. Somente através da integração entre as demandas
 urbanas e rurais, e do fortalecimento de uma consciência polí-
 tica classista, o movimento sindical poderá manter seu papel
 de vanguarda, rompendo com as amarras do capital e cami-
 nhando em direção à efetiva transformação das estruturas de
 desigualdade que sustentam a sociedade brasileira.

O Papel Estratégico do Sindicalismo Educacional Frente à Ofensiva Neoliberal

Cumprasse, inicialmente, que a precarização da
 escola pública e a atual ofensiva privatista não se constituem
 como meros equívocos de gestão administrativa ou inefici-
 ências técnicas. Pelo contrário, revelam-se como instrumen-
 tos deliberados do projeto neoliberal, cujo escopo central é a
 desarticulação da formação crítica indispensável ao enfren-
 tamento do sistema vigente. Nesse sentido, a defesa da edu-
 cação pública, ancorada em um financiamento robusto e em
 uma gestão efetivamente democrática, ergue-se como a ban-
 deira primordial do movimento sindical docente.

Neste cenário, a Confederação Nacional dos Traba-
 lhadores em Educação (CNTE) assume uma centralidade
 estratégica. Enquanto força aglutinadora, a CNTE precisa
 firmar-se como a referência nacional das lutas em defesa
 do ensino público, pautando uma formação que capacite o
 sujeito social a disputar os rumos da sociedade. Todavia, a
 eficácia desta vanguarda depende de uma articulação cada
 vez mais orgânica com os diversos atores progressistas que
 convergem na defesa desta causa histórica.

A construção de uma resistência capaz de superar os
 retrocessos exige que a CNTE articule um movimento inte-
 grado com outros setores da sociedade civil. A unidade de
 ação com as centrais sindicais, com o movimento estudan-
 til — representado por entidades como a UNE e a UBES —
 e com frentes regionais, como a Frente Norte-Nordeste pela
 Educação, é imprescindível para fortalecer o papel do Estado
 como garantidor de direitos. Esta convergência permite
 a edificação de uma agenda comum, na qual as demandas

1. imediatas dos profissionais da educação se fundem às neces-
 2. sidades de um projeto nacional de educação voltado para a
 3. emancipação e a democratização do conhecimento.

4. **O Caminho para a Renovação do Movimento Sin-** 5. **dical e a Necessidade de um Novo Pacto Social**

6. Como se pode notar, a superação da crise que assola
 7. a organização dos trabalhadores no Brasil demanda o forta-
 8. lecimento de um projeto de caráter nitidamente classista e
 9. nacional. Não se pode ignorar que o cenário de desindustria-
 10. lização, aliado ao aprofundamento da precariedade laboral e
 11. à concentração de renda, constitui a manifestação concreta
 12. da crise estrutural do sistema produtivo vigente. Por conse-
 13. guinte, urge que o movimento sindical articule suas frentes
 14. de resistência à defesa intransigente da soberania e da demo-
 15. cracia, projetando a classe trabalhadora como o sujeito cen-
 16. tral das grandes decisões políticas e sociais do país.

17. Nesse sentido, a luta pela redução da jornada de traba-
 18. lho, o combate ao regime desumano de escala 6x1 e à explo-
 19. ração mediada pelas novas plataformas digitais são funda-
 20. mentais para barrar a degradação da vida produtiva. Parale-
 21. lamente, no âmbito do setor público, a defesa dos direitos dos
 22. servidores e o combate à reforma administrativa, que reduz
 23. direitos e flexibiliza as relações de trabalho no setor, confi-
 24. guram-se como uma tentativa direta de desestabilizar o ser-
 25. viço público, enfraquecendo suas estruturas e desmantelando
 26. direitos fundamentais. Esse ataque à classe trabalhadora do
 27. setor público exige uma mobilização ainda mais estratégica,
 28. em que os sindicatos devem ocupar o papel de resistência,
 29. defendendo a manutenção dos direitos conquistados e a pre-
 30. servação do caráter público e de qualidade dos serviços pres-
 31. tados à população.

32. Em vista disso, a integração estratégica entre os sindi-
 33. catos e os diversos movimentos sociais é a condição neces-
 34. sária para a consolidação de um bloco de resistência estrutu-
 35. ral. Somente por meio de uma nova estratégia de articulação,
 36. voltada para o fortalecimento da consciência de classe, o sin-
 37. dicalismo poderá manter seu papel de vanguarda. A constru-
 38. ção de um modelo renovado, que absorva as novas formas
 39. de trabalho e combata a precarização sistêmica, será a chave

para romper com a hegemonia do capital financeiro e reali-
 zar, efetivamente, o projeto de emancipação dos trabalhado-
 res no Brasil.

POLÍTICAS PERMANENTES

Em 2025, as lutas foram gigantes, pois a demanda
 foi igualmente grande. O Centrão e a extrema-direita se
 uniram para destruir o Estado brasileiro, os direitos huma-
 nos e sociais de quem vive do trabalho. Entre seus maiores
 inimigos estão a educação pública, as mulheres, os LGB-
 TQIAP+, os povos originários, a população negra; enfim, a
 maioria absoluta da população brasileira.

1. Ataques à Educação Pública

A começar pelos sucessivos ataques à educação pro-
 movidos por governadores e prefeitos dos partidos de direita,
 inimigos do conhecimento, da ciência e da vida. A pressão
 sobre educadoras e educadores é tamanha que um levanta-
 mento feito pelo Centro do Professorado Paulista, por exem-
 plo, com base em dados da Diretoria de Perícia Médica do
 Estado, aponta para 95 afastamentos diários de professoras e
 professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo
 por adoecimento mental.

O que é muito grave, pois o adoecimento de educado-
 ras e educadores é caracterizado por gestões autoritárias, com
 cobrança de metas abusivas e empresariais, salários indignos,
 condições de trabalho precárias, escolas desestruturadas, falta
 de planos de carreira decentes e uma profunda desvaloriza-
 ção profissional. Tudo isso como parte de um projeto de des-
 monte da educação pública para manter uma reserva de mão
 de obra barata no mercado de trabalho.

2. Adoecimento

Os problemas de saúde física e mental se intensifi-
 cam devido às péssimas condições de trabalho, o que causa
 estresse, ansiedade, síndrome de *burnout* e depressão, além
 de problemas na voz, na audição e ortopédicos nos mem-
 bros superiores. Isso é agravado pela falta de autonomia, de
 reconhecimento, pelas salas superlotadas e pela sobrecarga
 burocrática de trabalho, além da insegurança vivenciada nas
 escolas.

1. Aliados a tudo isso, soma-se a violência crescente
2. contra as mulheres no quinto país que mais mata mulheres
3. no mundo e no campeão em assassinatos de LGBTQIAP+.
4. O abandono das políticas públicas nos governos do golpista
5. Michel Temer e de Jair Bolsonaro ainda surtem efeitos perniciosos,
6. como se vê diariamente no noticiário. Mulheres brutalmente
7. assassinadas apenas por serem mulheres.

8. 3. Questões de Gênero

9. De acordo com o DataSenado, em 2024, 3,7 milhões
10. de mulheres foram vítimas de violência doméstica/familiar.
11. Mais de 1.400 feminicídios ocorreram em 2024, ou seja, 4
12. mulheres assassinadas por companheiros ou ex-companheiros,
13. na maioria dos casos, por dia. É praticamente um genocídio,
14. como mostra o Mapa de Segurança Pública 2025.

15. Além desses números estarrecedores, 227 pessoas
16. foram estupradas por dia no ano passado, sendo 86% meninas
17. e mulheres. A maioria absoluta dos crimes ocorre dentro
18. de casa e é cometida por pessoas conhecidas das vítimas,
19. o que leva a uma subnotificação ainda mais perversa. Para
20. piorar, mais de 60% das vítimas têm até 13 anos, ou seja,
21. são crianças.

22. E a direita ainda quer proibir o aborto legal até para
23. meninas violentadas por padrastos, pais, tios, avôs, irmãos,
24. etc. A nossa luta é pela instauração de um amplo debate
25. envolvendo toda a sociedade em favor da cultura da paz, do
26. respeito, da liberdade e da igualdade de direitos tanto para
27. homens e mulheres quanto para a população LGBTQIAP+.

28. Além de as mulheres sofrerem diversos tipos de
29. violência, que vão da psicológica ao feminicídio, é muito
30. forte na sociedade brasileira a violência política de gênero.
31. E, apesar da exigência de cotas de 30% para as candidatas
32. mulheres, muitos partidos driblam a lei e colocam candidatas
33. laranjas, apenas para cumprir cota.

34. A legislação considera violência política de gênero
35. toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir,
36. obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher,
37. seja ela candidata ou mulher eleita. Também é crime qualquer
38. ação que menospreze ou discrimine sua condição, cor,
39. raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou dificultar a sua

campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.
Para que a prática seja considerada crime, não é preciso
haver agressão física. Atitudes no campo psicológico e simbólico
também são criminalizadas. A lei prevê pena de 1 a 4
anos de reclusão e multa, e, caso o crime seja praticado contra
mulher com mais de 60 anos, gestante ou pessoa com deficiência,
a pena pode chegar a 5 anos e 4 meses.

Mesmo assim, as mulheres enfrentam a violência política
de gênero em seu cotidiano, a começar pelo fato de não
ultrapassarem 15% de presença no Parlamento e em cargos
executivos, ainda menos. Até hoje, o Brasil teve apenas uma
mulher na Presidência da República, Dilma Rousseff, que sofreu
golpe de Estado em seu segundo mandato, num ambiente de
misoginia profunda.

Várias mulheres são agredidas por colegas parlamentares
homens em sua atuação, seja na Câmara dos Deputados,
assembleias legislativas ou câmaras municipais. Por isso, é
fundamental uma campanha intensa por Mais Mulheres na
Política, pois o lugar de mulher é onde ela quiser. É importante
que a CNTE, continue fortalecendo a luta das mulheres por
emancipação, a democracia total do país, só acontecerá de fato,
quando nenhuma mulher se sentir insegura no seu próprio
ambiente ou tiver salários mais baixos, não alçar cargos mais
altos pela condição de ser mulher.

4. Racismo e Povos Indígenas

Outra chaga terrível que nos aflige é o racismo. Negras e
negros sentem na pele todos os dias a dor de serem quem são
por uma sociedade moldada pela escravidão. O capitalismo
recicla esse racismo e o estrutura para aprofundar desigualdades
e explorar a mão de obra da maioria da população. Tanto que
as mulheres negras estão na base da pirâmide social com os
piores salários e as piores condições de trabalho, de moradia e
de vida.

Também os povos indígenas vêm sofrendo intensos ataques
às suas terras, às suas culturas e aos seus modos de vida.
Tanto que o Congresso aprovou recentemente a Lei do Marco
Temporal, que limita a possibilidade de reivindicação de suas
terras ao marco da Constituição de 1988, esquecendo-se de
que suas terras têm sido invadidas desde 1500.

1. O Supremo Tribunal Federal analisa a inconstitucionalidade
2. do marco temporal, o que pode restituir os direitos dos povos
3. originários.

4. **5. Questão Ambiental**

5. Como se não bastasse tudo isso, o Congresso apro-
6. vou o chamado PL da Devastação, que escancara as regras
7. de licenciamento ambiental, permitindo licenças automáti-
8. cas por autodeclaração, reduzindo o poder de órgãos fiscali-
9. zadores (como Funai, Ibama) e flexibilizando normas, o que
10. é visto por ambientalistas como um retrocesso perigoso que
11. desburocratiza atividades, mas aumenta riscos de desastres
12. e desmatamento.

13. O Centrão e a extrema-direita ignoram completa-
14. mente a crise climática, que tem causado enormes transtor-
15. nos para a vida de todo mundo com inundações terríveis e
16. eventos meteorológicos, como ciclones, em locais onde
17. jamais ocorreram. A crise climática tem causado ventos for-
18. tíssimos, tempestades, neblinas, raios e ondas de calor ou
19. frio extremos.

20. É preciso aprofundar a agroecologia, a proibição de
21. uso excessivo de agrotóxicos, a economia sustentável, com
22. indústrias sustentáveis. Tudo isso é o começo da preserva-
23. ção ambiental para salvar o planeta da destruição. Mais res-
24. peito à ciência, à cultura e à vida com mais investimentos em
25. educação de qualidade e a uma vida de saúde plena é o que
26. importa. Saúde, educação, liberdade, justiça e direitos iguais
27. para todos os gêneros.

28.

29. **BALANÇO**

30. Na Gestão 2022 a 2025, a CNTE focou na luta por
31. financiamento da educação pública, valorização dos profis-
32. sionais (piso e carreira), e na defesa de uma escola pública
33. de qualidade, com grande destaque para a mobilização em
34. torno do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2025-
35. 2035), pressionando por mais investimento e se colocando
36. muito crítica às propostas privatistas, além de combater refor-
37. mas administrativas, a famigerada PEC 32 (hoje 38). A luta
38. pela garantia do cumprimento das metas educacionais e a
39. efetivação de políticas como o Fundeb e o CAQ, com ações

que incluíram marchas, participação em audiências sobre o
PNE, visitas aos gabinetes dos parlamentares. Houve uma
participação importante nas lutas da pauta da classe trabalha-
dora, compreendendo seu papel de transformação e intersec-
ção com as demais lutas dos trabalhadores.

PRINCIPAIS FRENTES DE ATUAÇÃO (2022-2025):

- Luta pelo Novo Plano Nacional de Educação (PNE 2025-2035)
- Crítica ao Financiamento: A CNTE se colocou contrária à redução da meta de investimento público no PNE, defendendo o retorno do percentual de 10% do PIB. Fomos veementes na crítica à inclusão do investimento privado como substituto. Atuamos de forma direta e pressionamos pela regulamentação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e do Sistema Nacional de Educação (SNE). Lutamos pela importância do SNE e temos certeza dela, mas fizemos críticas à sua aprovação sem debate aberto e democrático com as entidades representativas da educação pública, e compreendemos ser importante o acompanhamento das entidades e da CNTE para garantir o cumprimento das metas.
- No tema Valorização e Carreira, defendemos o cumprimento do piso salarial, a valorização dos planos de carreira e o aumento do número de professores efetivos por meio de concurso público, combatendo o excesso de contratos temporários e o processo de *uberização*/precarização nas relações de trabalho.
- A Reforma Administrativa PEC 32/2020 nos colocou em movimentos constantes em Brasília, alertando sobre os prejuízos aos direitos dos servidores e à educação pública. Nossa luta teve resultado importante em um primeiro momento com a retirada do PL, recolocado hoje com novo número, mas com a mesma voracidade sobre a organização trabalhista e os direitos adquiridos pelos trabalhadores do setor público e pela redução do Estado, negando direitos à população que mais precisa do Estado. É necessário nos mantermos firmes na luta!
- No que tange à Defesa do Piso e Carreiras, atuamos pela

1. recomposição do tempo de serviço (PLP 4/2022) e na
2. regulamentação do direito de greve no serviço público
3. (PLC 45/2022), nas garantias de avanços e implementa-
4. ção da Lei do Piso, mas principalmente pelo cumprimento
5. da lei nos Estados e municípios. Para fortalecer piso, car-
6. reira e desenvolvimento da educação, fizemos movimen-
7. tos importantes pela valorização da política de financia-
8. mento, defendendo o Fundeb e apoiando sua permanên-
9. cia como um mecanismo essencial para o financiamento
10. da educação pública.

11. A luta exigiu da CNTE e de seus sindicatos filia-
12. dos muitas mobilizações e debates, paralisações e marchas.
13. As paralisações nacionais e as marchas, como a Marcha da
14. Classe Trabalhadora em Outubro de 2025, para pressionar
15. o Congresso, a participação em Debates e em Audiências
16. foram importantes. Estivemos juntos com o FNE para entre-
17. gar nossas pautas de valorização e nossas emendas ao Plano
18. Nacional, ao relator do PNE, ação importante para marcar e
19. centralizar nossas posições sobre a educação brasileira para
20. os próximos 10 anos.

21. Nossa atuação pavimentou o caminho e trouxe avan-
22. ços importantes, mas precisamos buscar formas de envolver
23. ainda mais as nossas entidades filiadas, fazendo valer a repre-
24. sentatividade real da CNTE, que está organizada de norte a
25. sul do nosso país. Pois, com o nosso poder de fogo, podemos
26. contribuir para grandes mobilizações, inclusive para influen-
27. ciar esse Congresso e atender à urgência de modificá-lo nas
28. urnas, para podermos avançar mais nas políticas de inves-
29. timento, na criação de programas como o de infraestrutura
30. escolar e sustentabilidade, na luta contra a privatização da
31. gestão e do ensino, em defesa da escola pública, democrática
32. e de qualidade, na valorização e formação dos profissionais e
33. em avanços nas políticas de financiamento e um Piso Salarial
34. Nacional que verdadeiramente represente a valorização dos
35. profissionais em educação! Este 35º Congresso da CNTE ser-
36. virá para analisar o balanço das lutas e definir novas estraté-
37. gias, com foco na continuidade das pautas prioritárias.

38.
39.

PLANO DE LUTAS

Tendo em vista os desafios que teremos pela frente, propomos, perante este 35º Congresso da CNTE, as seguin-
tes pautas:

1. CNTE/ Gestão:

- Criação do colegiado de presidentes;
- Novas fontes de financiamento da luta e gestão sindical;

2. Políticas de Financiamento da Educação Pública e Valorização de Seus Profissionais:

- Reajuste do piso: inflação + ganho real com repercussão na carreira;
- Diretrizes nacionais de carreira;
- Piso para funcionários da educação;
- Revisão do Novo Fundeb em 2026 com vinculação e sub-
vinculação dos Royalties do Petróleo e do Gás do Pré-Sal,
da Faixa Equatorial e da Faixa Sul;
- Fim das Emendas Pix para parlamentares;
- Taxação das *Bets*, bancos e bilionários com destinação
para educação pública;
- Luta pelo pagamento integral dos Precatórios do Fundef;
- Ampliação da articulação entre CNTE e FNNE na luta
pelo sucesso das ações relativas aos Precatórios do
Fundeb, Novo Fundeb e PrevFundeb.

3. **Defender a plena execução do cumprimento do PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional)** para todos(as) os(as) profissionais da educação brasileira, respeitando a instituição de suas carreiras, cargos e salários, assim como a regulamentação da jornada da reserva docente, fundamentadas no Plano Nacional de Educação (PNE), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Constituição, na garantia da valorização profissional e qualidade da educação nacional. Defender a educação pública, socialmente referenciada, de qualidade, sem abrir mão de nenhum direito, valorizando a diversidade, a equidade, buscando o combate à fome, promovendo a segurança alimentar e o permanente acolhimento no âmbito da retomada das aprendizagens e de um currículo progressista, valorizando o magistério, combatendo os grandes grupos educacionais mercantis que visam o lucro, bem como a

1. ofensiva da extrema-direita na educação. É igualmente
2. indispensável assegurar o pagamento do Piso Nacional
3. da Enfermagem. Defender a educação pública, inclusiva,
4. universal e de qualidade social. Regulamentar a educação
5. privada. Defender as universidades públicas estaduais,
6. municipais, federais, e os institutos federais e escolas téc-
7. nicas contra os cortes de investimentos que limitam cada
8. vez mais a autonomia didático-científica, administrativa,
9. financeira, patrimonial e orçamentária, bem como lutar
10. pela valorização dos servidores destas instituições.
11. 4. Garantir a qualidade da alimentação escolar definida no
12. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),
13. ampliando a aquisição de alimentos de qualidade por
14. meio do fortalecimento integral da agricultura familiar,
15. integrando o PNAE à cultura alimentar local;
16. 5. Defender as universidades públicas estaduais, municipais,
17. federais, e os institutos federais e escolas técnicas. Contra
18. os cortes de investimentos que limitam cada vez mais a
19. autonomia didático-científica, administrativa e financeira
20. das instituições;
21. 6. Participar da luta em defesa da soberania nacional amea-
22. çada pelo governo Trump, que impôs um tarifaço de 50%
23. às exportações brasileiras a pretexto de defender o golpista
24. Jair Bolsonaro, chefe da quinta coluna do imperialismo no
25. Brasil. Denunciar o imperialismo e defender a autonomia
26. do STF diante dos ataques dos EUA;
27. 7. Intensificar em todo o país a campanha pelo fim da escala
28. 6x1 e redução da jornada de trabalho para 36 horas
29. semanais.
30. 8. Construir uma ampla frente social e política para isolar e
31. derrotar a extrema-direita nas eleições de 2026, garantir
32. a continuidade do governo democrático e a luta por um
33. novo projeto nacional de desenvolvimento fundado na
34. valorização do trabalho, na democracia e na soberania.
35. 9. Pelo imediato cessar-fogo e fim do genocídio em curso na
36. Faixa de Gaza e o reconhecimento pleno do Estado Pales-
37. tino. Lutar por uma nova ordem mundial, efetivamente
38. multilateral e orientada para a solução pacífica dos con-
39. flitos internacionais, o fim da perigosa corrida armamentista,
- erradicação da fome e desenvolvimento soberano e com-
partilhado das nações. Exigir o fim do conflito no Leste
Europeu;
10. Intensificar a luta pela reforma agrária, o fortalecimento da
agricultura familiar e o projeto de desenvolvimento sus-
tentável e solidário do campo para interromper o êxodo
rural e assegurar a permanência da juventude no campo.
Lutar pelo êxito do programa de União e Reconstrução
Nacional do governo Lula;
11. Continuar batalhando pela mudança da política econô-
mica, destacando a necessidade de redução substancial
das taxas reais de juros.
12. Defesa de políticas ativas de emprego que promovam o
trabalho digno e de qualidade, a equidade e políticas inclu-
sivas para a juventude.
13. Sem anistia. Lutar pela rigorosa apuração e punição dos
golpistas. Prisão para Bolsonaro.
14. Revogação da privatização da Eletrobras, bem como da
Cedae e da Sabesp, empresas estratégicas que devem
retornar ao controle do Estado. Defender o fortalecimento
das empresas públicas.
15. Valorizar as negociações coletivas e o movimento sindical
instituindo a Contribuição Negocial, revisando a reforma
trabalhista e combatendo a precarização, restringindo a
terceirização e a *pejotização*, resgatando a ultratividade
das convenções e acordos coletivos de trabalho. Salva-
guardar a identidade do movimento sindical, garantindo
sua autonomia em relação a governos e partidos políticos;
16. Lutar pela implantação de políticas inclusivas no mercado
de trabalho, em benefício das Pessoas com Deficiência
(PCD), comunidade LGBTQIAP+, negros, indígenas e
ressocialização de ex-presidiários;
17. Defender o aprimoramento da Política Nacional de Saúde
do Trabalhador no âmbito do Sistema Único de Saúde
(SUS);
18. Destacar a luta pela saúde física e mental do trabalhador e
da trabalhadora, tendo em vista o adoecimento da classe
trabalhadora, tanto por assédio moral e sexual, depres-
são, quanto pela violência do trânsito, feminicídio, óbitos

1. maternos, assassinatos de adolescentes negros e negras
2. das periferias. Cerca de 30% da classe padece da síndrome
3. de *burnout*;
4. 19. Abolição do trabalho intermitente, uma modalidade
5. infame e inconstitucional de contrato de trabalho, que não
6. garante sequer o salário mínimo e nos foi imposta pela
7. reforma trabalhista aprovada no governo golpista presi-
8. dido por Michel Temer;
9. 20. Defesa dos concursos públicos, do serviço público e dos
10. servidores. Pelo fim da contratação de professores volun-
11. tários. Contra o contingenciamento de recursos nas uni-
12. versidades, que geram impactos nocivos como o corte
13. de bolsas de estudo, pesquisa e extensão, congelamento
14. de progressões e promoções, parcelamento e atraso nos
15. salários;
16. 21. Lutar pela erradicação do racismo e todas as formas de
17. discriminação e preconceito, combate ao machismo, ao
18. feminicídio, à violência contra as mulheres, ao fascismo,
19. ao nazismo, à homofobia e xenofobia. Lutar pela demo-
20. cracia com igualdade e fortalecimento da participação
21. política de gênero, raça e etnias;
22. 22. Lutar pela erradicação do trabalho análogo à escravidão,
23. que caracteriza a escravidão contemporânea, bem como
24. de todas as formas de superexploração do trabalho, que
25. em geral expressam o sentimento de "Casa Grande" que
26. em pleno século XXI ainda orienta o pensamento e a prá-
27. tica das classes dominantes brasileiras;
28. 23. Importância da Formação Política da Classe Trabalha-
29. dora: É fundamental intensificar e qualificar a formação
30. política da classe trabalhadora como estratégia central
31. para a transformação social. Isso implica em promover a
32. conscientização sobre as estruturas de poder, as dinâmi-
33. cas do capitalismo, os direitos históricos e a necessidade
34. de organização coletiva. A educação política deve instru-
35. mentalizar trabalhadores(as) para compreender as crises
36. do sistema, identificar as agendas conservadoras e rea-
37. cionárias – tanto no campo econômico quanto no social
38. e educacional – e capacitá-los(as) a atuar ativamente na
39. defesa de seus interesses, na construção de um projeto

nacional soberano e democrático, e na luta por um mundo mais justo e equitativo. Sem uma classe trabalhadora politicamente consciente e organizada, os avanços democráticos e sociais estarão sempre vulneráveis aos retrocessos impostos pelas elites e pelo capital. A formação política é, portanto, um investimento indispensável na capacidade de autodeterminação dos povos e na construção de um futuro socialista.

É neste espírito que reafirmamos nosso compromisso: nenhum passo atrás na democracia, nenhum direito a menos, nenhum silêncio diante das injustiças. Sigamos firmes nas ruas, nas redes e nas urnas, com coragem, organização e esperança!

NENHUM PASSO ATRÁS NA DEMOCRACIA E NOS DIREITOS SOCIAIS: A LUTA SEGUE FIRME NAS RUAS, NAS REDES E NAS URNAS

ASSINAM:

ADELAIDE MALHEIRO TAVARES GOMES LINS, ADNILZA RODRIGUES, ALCIONE NUNES, ALCIONE NUNES, ALCIVANE DA SILVA COSTA, ALEX SARATT, ALFEU ALCÂNTARA, AMANDA GONDIM, AMANDA GONDIM, AMARILDO SILVEIRA PEREIRA, ANA CAROLINA SALES, ANA DA GRAÇA MOURA DE ALMEIDA, ANA DIOLINA ÁLVARES DE AMORIM, ANA LEA PONTES SILVA, ANA MARQUES, ANA MARQUES, ANA PAULA SANTOS, ANA ROZELENE DE QUEIROZ ALVES, ANA SOARES DE ABREU, ANDERSON BATISTA DE MELO, ANERI TAVARES, ÂNGELA CRISTINA MUNIZ, ANILCE APARECIDA DUQUE, ANILDO DE SOUSA CARNEIRO, ANIZIO SANTOS DE MELO, ANTONIA JUCICLEIDE DA SILVA XAVIER, ANTONIA MARIA GOMES, ANTONILDE BARROS VIEIRA, ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA, ANTÔNIO GOMES MARQUES, ANTÔNIO IVANDI VIEIRA DA SILVA, ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA NETO, ARLETE SOUSA SALES, ARNILDO MOSCATO, AURILENE RAMOS SEMIÃO GAETA, AURIVANIA FARIAS, AVANI SANTANA,

1. BETHOVEN JARDIM DUTRA, CAIO HENRIQUE BAR-
2. CELOS ROCHA, CAMILA FENNER, CARMEN LUÍSA
3. URQUIZA DE SOUSA, CÍCERO AURELISNOR MATIAS
4. SIMIAO, CLEMILTON C. TROVÃO, DALMO SILVA
5. COIMBRA, DALVANIRA DOS SANTOS OLIVEIRA
6. NUNES, DARTAGNAN D'AGOSTINI, DENISE ALVES
7. MOREIRA, DIEGO DE FRANÇA CARVALHO, DIEGO
8. TISCHELER, DINA MARILU MACHADO ALMEIDA,
9. DJALMA PEDRO DA SILVA, EDENILDE DAMIANA R.
10. CARNEIRO, EDILSON CAVALCANTE FIALHO, EDITE
11. JOVINA, EDITE JOVINA, EDNA TEIXEIRA MAR-
12. TINS, EDUARDO SILVA SUASSERIG, EGLIA MARION
13. PEDROSO LEMOS, ÉLBIA PIRES DE ALMEIDA, EDIL-
14. SON ROCHA, ELIANE ALVES, ELIANE APARECIDA
15. ALMEIDA, ELIANE RAIMUNDO, ELIZÂNGELA
16. DIAS, ELIZÂNGELA PEREIRA AMOR, ELZANIRA
17. SOARES DE ANDRADE, ETEVALDO ALVES LIMA
18. FILHO, ELTON ARRUDA, EVANDA AMARAL, FABIO
19. DULLIUS, FABIO FREITAS, FÁBIO ORLAN MELO DA
20. SILVA, FERNANDA ÂNGELO, FERNANDA ÂNGELO,
21. FERNANDA NORNBERG, FERNANDO ROSÁRIO,
22. FRANCISCA EDNA LIMA CASTRO, FRANCISCA
23. PEREIRA DA ROCHA SEIXAS, FRANCISCO ALVES,
24. FRANCISCO CLEMILTON DA COSTA, FRANCISCO
25. DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES (GERRÁ), FRAN-
26. CISCO JARBAS LOBO DE MESQUITA, FRANCISCO
27. JOSÉ ANDRADE, FRANCISCO LEONARDO PAIVA DE
28. MOURA, FRANCISCO NETO, FRANCISCO NETO OLI-
29. VEIRA, GABRIELA VIANA, GENILSON ABREU TEI-
30. XEIRA, GENIZA MACIEL, GILVAN AZEVEDO FER-
31. REIRA, GIULIANO PEREIRA TEIXEIRA, HENRIQUE
32. LIMA, IARA PRADO, IDALMI PINHO GUILHERME,
33. IRANADJA ANDRADE, IRANADJA ANDRADE, ITALO
34. DRAGO, IVANILDO GALVÃO DE SOUSA, IVONETE
35. AMADOR, IZABEL CRISTINA ALVES LINS, IZABEL
36. FARIAS LOPES, JAIR ARAÚJO DOS ANJOS, JAIR
37. ARAÚJO DOS ANJOS, JANICE DA SILVA NERY, JANY
38. BARROS, JEAN CARMO BARBOSA, JEFEFERSON
39. LUIS DE CARVALHO DE MIRANDA, JELSIMAR

(MAZINHO), JESIEL GOMES ARAÚJO, JOABSON JARDER ATAÍDE SANTOS, JOÃO ANTÔNIO DONAZZATTI DE CARVALHO, JOÃO ANTÔNIO DONAZZATTI FERNANDES, JOÃO EUDES DOS ANJOS, JOÃO IVES DOTI, JOICE ESLABÃO, JOSÉ ANTÔNIO COELHO, JOSÉ CLEILSON COELHO, JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO LIMA (ZECA), JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO, JOSÉ EUDASIO GOMES, JOSÉ HELANO MAIA, JOSÉ JURANDIR DE SOUSA, JOSÉ OCLECIANO MARÇAL DE OLIVEIRA, JOSEFA LILÁ COSTA BARROSO, JOSILMA RODRIGUES FROTA, JOSIVALDO CORRÊA SILVA, JOVINA MARIA DA SILVA, JUCEMAR GONÇALVES COSTA, KELLY ROSINI, KELMA CRISTINA DA SILVA GOMES, LEONARDO PRETO ETCHEVARRIA, LEONILDE SANTOS CHAVES, LEONÍZIA NETA RODRIGUES, LILIAN BERNADON, LINDINALVA FERREIRA, LINDON JOHNSON DA SILVA, LUCIANO PEREIRA, LUIZ AUCI OLIVEIRA SOUSA, MAELSON QUEIROZ DA SILVA, MAGDA SCHIMIDT, MANOEL DE JESUS FONSECA GOIS, MARCELO NORIEGA PIRES, MÁRCIA DE ALMEIDA SILVA, MÁRCIA DE ALMEIDA SILVA, MARCIO DE OLIVEIRA, MÁRCIO DEJALMO, MARIA ADRIANA DE SOUSA, MARIA CLAUDETE SOARES DOS SANTOS PINHO, MARIA DIALEDA COSTA DO NASCIMENTO, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SILVA, MARIA EUGÊNIA TAUMATURGO DE SOUSA, MARIA JOSÉ CORREA BARRETO, MARIA LUCILENE BARBOSA FREITAS, MARIA MILITIANA MARTINS, MARIA VANUZA DE ARAÚJO LÔ, MARILEI CARVALHO, MARISA BARTH, MARISTELA ROQUE DE ABREU SILVA, MARIA RUTE, MARLEI VENTURA, MARTA ROSÁRIA DE SOUSA, MARY BRAGA MONTEIRO RIBEIRO, MAURÍCIO MANOEL SANTOS DA SILVA, MAX PESSOA DE PAULA, MICHAEL DA SILVA ALVES, MICHELE DAMASCENA DE SOUZA, MILTON GADELHA MENEZES, MIRIAM DAMASCENA DE SOUZA, MUNIR LAUER, NAINÉ FARIAS CAMARGO, NATHALIA NOGUEIRA DE FRANÇA

1. CARVALHO, NEUDSON CARVALHO DAS CHAGAS,
2. NEYLA MOREIRA DE MENESES, NILSON VELLAZ-
3. QUEZ, NILSON VELLAZQUEZ, OLGAMIR AMANCIA
4. FERREIRA, OSANO ALVES QUIRINO JÚNIOR, PATRÍ-
5. CIA DOMINGUES, PAULA VIRGÍNIA DE ARAÚJO
6. CARVALHO, PAULETE SOUTO, PAULO BATISTA,
7. PAULO CÉSAR MONTEIROVIEIRA, PEDRO NUNES
8. FILHO, PRISCILA MARROQUIM, QUEILA CRISTINA
9. DE SOUSA, RAFAEL KAPRON, RAIMUNDA REGINA
10. FERREIRA NOGUEIRA, RAIMUNDO RODRIGUES
11. DA SILVA, REGINA LUCIA SILVA BEZERRA, RÉGINA
12. MARIA SILVA GALENO, REINALDO SANTOS
13. CRUZ, RICARDO HENRIQUE DE S. COSTA, RITA
14. DE KACIA DE OLIVEIRA, RITA JOANA MARINHO
15. PEREIRA, ROBERTA MANICA, ROBSON CÂMARA,
16. ROBSON CASTRO, ROBSON CASTRO, SALETE DOS
17. SANTOS MATIAS, SAMUEL DUARTE SIEBRA, SAYO-
18. NARA FRAZÃO, SERGIO BEZERRA E SILVA NETO,
19. SÉRGIO RONALD PAZ DOS SANTOS, SILVANA BAR-
20. BOSA COSTA, SÍLVIA MARIA TEIXEIRA, SIMONE
21. CÉSAR, SOLANGE CARVALHO, SUELY ALVES DOS
22. S. MACHADO, SUZANA CABRAL, TÂNIA CECÍLIA
23. AZEVEDO DE MENEZES, TERESINHA CASTOLDI,
24. TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS, TEREZINHA DE
25. JESUS MARTINS, TOMÉ E SILVA, UZIEL FERREIRA,
26. UZIEL LOPES DA SILVA, VALDIELCIO ALVES DE
27. MOURA, VERA FERREIRA, VERA LÚCIA DA SILVA,
28. VERA LÚCIA DA SILVA, VERALUCIA BESERRA DE
29. ALMEIDA, VICTOR FROTA, WALTER THEOFILO
30. MAIA NETO, WIJAIRO JOSÉ DA COSTA MENDONCA,
31. WILMA ARAÚJO, WILMA ARAÚJO, YOLANDA DE
32. SOUZA COSTA BARBALHO , ZIVALDA DA SILVA
33. MAIA PAZ.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.

13 - CNTE INDEPENDENTE E DE LUTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Trump desencadeia guerra em escala mundial, resistência cresce

A ordem estabelecida após a Segunda Guerra Mundial está desmoronando. Asfixiado, o sistema da propriedade privada dos meios de produção não encontra saída senão através do ataque a direitos, conquistas dos trabalhadores e à soberania das nações. Esta é a origem da guerra na Ucrânia, do genocídio na Palestina e dos inúmeros conflitos em curso na África, Oriente Médio e Ásia.

Donald Trump busca que outros países paguem pelo gigantesco déficit estadunidense por meio de tarifas alfandegárias, supressão de barreiras à entrada de mercadorias estadunidenses, **realocação** de fábricas para os Estados Unidos ou por meio de ameaças de intervenção militar, como faz contra a Venezuela e a Colômbia em nosso continente. Trata-se de pilhagem e confisco pelo imperialismo estadunidense em escala mundial.

Esta guerra se desenvolve dentro dos próprios Estados Unidos, na perseguição aos imigrantes com o ICE (serviço de imigração), que vai ganhando contornos cada vez mais de milícia fascista, e contra o próprio povo, escalando medidas autoritárias contra o “inimigo interno”, com o corte das verbas na saúde e o ataque à autonomia das universidades.

A tentativa de Washington de desestabilização dos governos é evidente, seja pela intervenção militar direta, seja pela chantagem através de tarifas. No Brasil, a tentativa de intervenção tinha também um motivo político declaradamente assumido: livrar seu aliado Bolsonaro e os golpistas de 8 de janeiro da condenação. Na Venezuela, Trump realiza operações militares em Trinidad e Tobago para deixar bem claro que tem disposição de invadir por terra, com apoio de seus aliados, como sua “Nobel da Paz” María Corina. O bloqueio do espaço aéreo comercial aumenta o bloqueio econômico. As ações contra Petro e a Colômbia seguem pelo mesmo caminho, mal escondidas pelo “combate ao narcoterrorismo”.

Migrar não é crime!

Autorizado pela Suprema Corte a prender imigrantes que falem espanhol ou inglês com sotaque, Trump planeja deportar 11 milhões de imigrantes em situação irregular; destes, 230 mil são brasileiros. Cerca de 1,5 milhão já tem uma sentença de deportação, e 38 mil brasileiros também estão nesta situação. Não são poucos os relatos de medo e pânico entre imigrantes, que até deixaram de levar seus filhos à escola.

Trump ameaça o direito à migração. Sua política de deportações cria um problema social gravíssimo em suas nações de origem, onde a emigração foi a válvula de escape para a miséria imposta pela ordem imperialista decadente. Defender esse direito significa defender que o trabalhador, independentemente de sua origem, tenha condições de se organizar, viver com dignidade e lutar coletivamente.

“Plano de paz” de Trump em Gaza é continuidade do genocídio

Mesmo agora, depois de um cessar-fogo, a matança continua em Gaza. Segundo o Ministério da Saúde palestino, mais de 67 mil palestinos foram mortos desde 7 de outubro de 2023. Em 17 de novembro de 2025, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, sem vetos, o “Plano de Paz” de Trump para Gaza, que cria uma “Comissão da Paz”, presidida pelo presidente estadunidense, com a participação de líderes estrangeiros para supervisionar a governança do território. Na realidade, trata-se de uma ocupação internacional, não apenas de Gaza, mas de toda a Palestina.

A força internacional, tal como definida pela resolução, não tem como objetivo proteger o povo palestino contra a agressão sionista, que continua até hoje, mas tem como missão central desarmar a resistência.

Após 25 meses de genocídio do povo palestino e a descoberta, pelo mundo inteiro, da bestialidade da entidade sionista, uma mobilização popular mundial sem precedentes surgiu em apoio a Gaza e ao povo palestino em geral. O

1. slogan “Palestina livre, do rio ao mar” tornou-se uma rei-
 2. vindicação mundial. É urgente o fim dos massacres, o envio
 3. imediato de ajuda em todas as suas formas e a afirmação do
 4. direito do povo palestino à liberdade, à terra e ao Estado.
 5. Continua atual a luta pela ruptura das relações diplomáticas,
 6. comerciais e acadêmicas do governo brasileiro com o Estado
 7. de Israel.

8. **A greve dos professores na Cisjordânia**

9. A greve dos professores na Cisjordânia já dura mais
 10. de seis semanas, em defesa do pagamento integral e regular
 11. dos salários, do respeito a acordos anteriores que não foram
 12. cumpridos e da rejeição de medidas paliativas. Devemos ser
 13. solidários e apoiar o direito de greve.

14. A Autoridade Palestina, que já demitiu dezenas de
 15. grevistas, substituindo-os por funcionários sem formação
 16. docente, também vem denunciando os líderes da greve como
 17. membros do Hamas, abrindo assim caminho para a repressão
 18. por parte do exército de ocupação israelense.

19. **Resistência à Trump cresce mesmo dentro dos 20. EUA, em outubro foram 7 milhões às ruas**

21. Trump escala conflitos dentro e fora dos Estados
 22. Unidos, é seu método. Há resistência: uma onda de protes-
 23. tos em mais de 2600 cidades americanas reuniu 7 milhões de
 24. pessoas em 18 de outubro sob o slogan “No kings (sem reis)”.
 25. Greves vitoriosas, renovação de direções sindicais e a recusa
 26. política de voto nos dois candidatos na primária dos demo-
 27. cratas (Biden e Kamala) engajados na guerra em Gaza ante-
 28. cederam a reação popular.

29. No mesmo sentido está circunscrita a vitória em
 30. novembro de Zohran Mamdani, do militante de uma organi-
 31. zação socialista, à prefeitura de Nova York, através partido
 32. Democrata. Num só golpe, perdeu Trump e o establishment
 33. do próprio partido pelo qual concorreu. Impulsionado por
 34. milhões de visitas e ligações de telefônicas feitas por apoia-
 35. dores, Mamdani foi eleito com um programa de mudanças
 36. concretas como o congelamento de aluguéis, ônibus gratui-
 37. tos e creches universais, taxação dos super-ricos, o prosse-
 38. guimento da luta por uma Palestina livre, além da expulsão
 39. do ICE e o fim da perseguição aos migrantes.

“O inimigo está em nosso próprio país, é o nosso governo”

Itália, Argentina, Estados Unidos... a culpa não é do
 povo. A ascensão da direita e da extrema-direita em vários
 países é o resultado da falência da tentativa de “dar uma cara
 humana à globalização”, não foram poucos os governos de
 “esquerda” ou “progressistas” que aplicaram programas de
 austeridade, alimentando a desilusão e abrindo caminho
 para aventureiros. Na Europa, a consigna “O inimigo está
 em nosso próprio país, é o nosso governo” expressa a oje-
 riza aos governos que, sob o comanda da OTAN, aumentam
 os gastos militares para garantir a venda de armas estaduni-
 denses para manter a máquina de guerra e pilhagem em fun-
 cionamento, em detrimento a recursos para aposentadorias,
 saúde e educação públicas.

Num mundo em crise, a ruptura com o imperialismo
 é o fio condutor para evitar um futuro de guerra e destruição
 que este sistema tenta impor à humanidade.

CONJUNTURA NACIONAL

Com esse congresso não dá!

Na calada da noite de 9 de dezembro, a Câmara dos
 Deputados, aprovou a redução das penas de Bolsonaro, seus
 generais e dos demais golpistas de 8 de janeiro. Segundo
 Paulinho da Força, deputado articulado pelo golpista Temer
 para relatar o “PL da Dosimetria”, Bolsonaro poderia estar
 nas ruas já em 2028. A passada de pano para a tentativa de
 assalto ao poder em 2023 veio após o “preço” da candida-
 tura de Flávio Bolsonaro ser apresentado à luz do dia. Hugo
 Motta, presidente do “Congresso inimigo do povo” pagou
 o “preço” e sacou o projeto da cartola, com apoio de Alco-
 lumbre, e aprovou por 291 x 148 uma lei que pode liberar os
 generais em pouco mais de um ano!

Entre os que votaram na redução das penas não falta-
 ram deputados da frágil “base aliada” do governo. Não é sur-
 presa, a porções robustas das base parlamentar também vota-
 ram na PEC da Blindagem e na urgência da anistia anterior-
 mente. Ambos projetos só não foram aprovados por conta
 da reação das ruas no dia 21 de setembro em todo o país. Na

esteira das mobilizações a isenção do IR até R\$ 5 mil, promessa de Lula, foi aprovada. Mas isso não mudou a natureza de um Congresso movido à base das vergonhosas e bilionárias emendas parlamentares.

A realidade teima em comprovar que o Brasil não virou a página do golpismo. Dos três comandantes militares, apenas um foi denunciado (marinha), os demais (exército e aeronáutica) viraram meras testemunhas. O STM (Superior Tribunal Militar) ainda irá julgar a retirada das patentes e a expulsão dos militares condenados. Levantamento feito pela Folha de São Paulo, aponta que em 10 anos um único oficial general foi punido e, no mesmo período, pelo menos 20 processos envolvendo militares de alta patente tiveram como destino o arquivamento, fora aqueles que acabaram antes de chegar no Tribunal. A lista dos arquivados inclui um processo contra general Augusto Heleno...

No final de novembro, saído das catacumbas da histórica tutela militar, foi publicada uma nota da Comissão de Interclubes Militares que resgata cinicamente os argumentos de Fux no STF. Segundo os três altos oficiais das três armas que a subscrevem, as penas “nem deveriam existir” e a contestação “é não apenas legítima, mas necessária”. Não é possível nos dar o luxo de esquecer que o fracasso de 8 de janeiro também se deveu ao fato de que Joe Biden, à época presidente dos Estados Unidos, não queria um trumpista no poder num país que exerce enorme influência na América do Sul.

Medidas do governo Lula aliviaram a vida do povo, programas sociais foram reestabelecidos, mas os empregos continuam precários, milhares esperam na fila do INSS, os orçamentos das universidades continuam estrangulados (resultado do arcabouço fiscal), as chacinas e a brutalidade policial continua e os serviços de saúde e educação estão longe do mínimo necessário. Os sistema tributário injusto preserva os super-ricos e os efeitos da reforma trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações estão aí. Nem mesmo um projeto de lei que acabe com os produtos do golpe de 2017 e das “reformas” de Bolsonaro foi enviado ao parlamento.

A CUT está organizando uma marcha à Brasília em

abril de 2026, em direção ao primeiro de maio. As mudanças adiadas precisam ser retomadas e pautar o calendário eleitoral, se não forem durante o governo Lula, serão quando? É necessário retomar a luta pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações que ameaça liquidar as conquistas e os serviços públicos. Da mesma forma, é na mobilização que será possível acabar com a histórica luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e do fim da escala 6x1.

É o sistema político!

A Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal investigam 40 mil emendas parlamentares indicadas entre 2020 e 2024, são emendas saindo pelo ladrão. A suspeita de desvio é acompanhada do envolvimento do crime organizado com a Faria Lima, esta, por sua vez, envolvida na fraude de combustíveis. Puxando uma pena, vem a galinha toda. A escala da fusão entre deputados, o crime organizado e a Faria Lima expõe o sistema político.

Na Faria Lima é onde todos se encontram. Uma operação do Ministério Público de São Paulo demonstrou o ingresso do crime organizado na economia formal. Fintechs – bancos desregulados – e fundos de investimentos, foram usados para ocultar a origem da movimentação financeira estimada em R\$ 140 bi. Bancos como o Santander, Master, Genial e outros, também estão sob investigação. Coincidentemente (!!) o Master quebrou e foi palco de um escândalo que gerou calafrios no Congresso. Esta degeneração cada vez mais exposta é produto da própria decomposição do sistema, daí a relação siamesa entre o “informal” e o “formal”, o crime e as instituições.

A culpa não é do “povo que não sabe votar” e faz parlamentos cada vez piores. A questão fica clara quando vemos que Lula foi eleito com 50,9% dos votos em 2022 e os deputados do PT, Pcdob, Psol, PSB, PDT, Rede juntos tiveram 25% da Câmara. É o sistema político apodrecido que produz esse resultado.

É urgente uma reforma política que comece pelo voto em lista, financiamento público exclusivo de campanha e proporcionalidade do voto (um cidadão um voto). Um

país soberano passa por um novo Congresso, eleito sob novas regras, na perspectiva de uma constituinte soberana que reestabeleça os direitos perdidos, acabe com a tutela militar e faça as adiadas mudanças estruturais que o povo precisa.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Reverter a precarização de vínculos de trabalho, valorizar carreiras e salários em todo o Brasil

A CNTE, ao lado das três esferas da CUT, corretamente preparou a marcha a Brasília em 29 de outubro, que reuniu mais de 10 mil trabalhadores contra a PEC 38, a reforma administrativa de Hugo Motta. A ameaça de colocar na Constituição a gestão por metas, terceirização e liquidação de direitos e dos serviços públicos continua, mesmo que 33, entre os 171 que assinaram o projeto, tenham retirado seus nomes.

No Congresso inimigo do povo, tudo é possível. De costas para a população e de olho na privatização e nas negociações que isso pode acarretar, serviços básicos como a saúde e a educação seguem na alça de mira. A liquidação desses serviços é acompanhada pela precarização dos vínculos de trabalho, mesmo na educação.

A situação de boa parte das escolas ainda é extremamente precária. Fora a crise social, que reflete diretamente em sala de aula, dados do Censo Escolar de 2024 mostram que quase 650 mil alunos brasileiros estudam em unidades sem acesso à água potável, e outros 180 mil frequentam escolas onde não há qualquer fornecimento. A ausência de condições mínimas de ensino condena milhões de alunos a subempregos, enquanto a propaganda enganosa do empreendedorismo circula através de governos e ONGs.

Reforma administrativa em curso, mesmo sem a PEC 38

Mesmo sem ter sido aprovada, a reforma administrativa de Motta já está claramente em curso em estados e municípios. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que contratações temporárias em prefeituras do Brasil tiveram aumento de 52,5% entre 2013 e 2023. Já os cargos comissionados cresceram 36% no mesmo

período, enquanto o saldo positivo no número de servidores concursados foi de apenas 4% em dez anos.

O percentual de servidores temporários no serviço público municipal chegou ao maior patamar em pelo menos dez anos: 20%. Há muitas cidades de todos os tamanhos onde esse percentual ultrapassa 50%. Em Montes Claros (MG), por exemplo, cidade com 400 mil habitantes, o percentual é de 70%. João Pessoa, capital da Paraíba, tem 51% de temporários entre seus servidores.

A proliferação de contratos temporários, em detrimento dos concursos públicos com direitos, carreira e estabilidade, é instrumento de pressão permanente sobre os educadores e fonte abundante de assédio moral e de todo tipo de coação antissindical para cumprimento de metas ou desmandos de governantes de plantão. É, portanto, um problema sobre o qual toda a categoria deve se debruçar.

Os trabalhadores não são responsáveis pela precarização que lhes é imposta. Em todo o país devemos prosseguir na luta por concursos públicos e, ao lado disso, defender a estabilidade dos temporários até que sejam substituídos por trabalhadores nomeados e estáveis. Os atuais temporários devem ser valorizados em concursos, com pontuação equivalente ao tempo de serviço que desempenharam enquanto contratados.

BNDES fora da privatização de escolas via PPPs!

A política de privatização via Parcerias Público-Privadas (PPPs), em estados como São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, deve estar no centro de nossa mobilização para que isso não se alastre ainda mais pelo país. Não é aceitável que o BNDES faça qualquer tipo de assessoria ou financiamento a essas PPPs.

Da mesma forma, o Ministério da Educação, ainda infestado de privatistas e ONGs interessadas em assumir frações do Estado, deve abandonar a política de meritocracia e metas, que serve de impulso para que estados e municípios a reproduzam.

Piso salarial não é teto! Por um plano de carreira mínimo em todo o Brasil!

O piso nacional para professores é uma conquista a

ser defendida. A luta agora segue pela aprovação de um piso para funcionários de escola. Contudo, em diversos estados e municípios, o piso “virou teto” após a desfiguração sistemática dos planos de carreira e de “parcelas autônomas incorporadas”. No caso do Rio Grande do Sul, isso confiscou direitos de aposentados.

Um plano de carreira nacional mínimo, que valorize tempo de serviço e qualificação profissional, é fundamental para reverter a onda de ataques que não para.

Fim das escolas cívico-militares! Escola não é quartel!

Num país em que se sucedem chacinas em comunidades, colocando como alvo invariavelmente negros e pobres, sem que haja sequer apuração e punição aos responsáveis, os fatos narrados no Paraná mostram o lugar sombrio das escolas cívico-militares.

AAPP/Sindicato recebeu denúncias de doutrinação e violação dos direitos dos adolescentes pelo programa Colégios Cívico-Militares, implantado pelo governador Ratinho Jr. (PSD) no Paraná. No vídeo recebido pela entidade, estudantes de um colégio estadual de Curitiba entoam um canto com letra que faz apologia ao ódio e à violência, especialmente contra populações periféricas: “Homem de preto, qual é sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão”, diz um dos trechos cantados pelos alunos(as), enquanto marcham na quadra da escola, sob observação de um militar aposentado.

Os fatos ocorridos no Paraná não são isolados. Este modelo busca reproduzir todo tipo de autoritarismo, ao mesmo tempo em que extrapola a função das forças de segurança. A melhoria da escola pública não passa pela sua militarização ou pela doutrinação dos estudantes. É preciso pôr fim a este modelo e lutar pela melhoria da educação laica, democrática e de qualidade.

ASSINAM:

Luiz Henrique Becker – Conselheiro Adjunto CNTE e Direção Central Cpers/RS, **Alagoas** – **Sintea** Emmanuel Wellington, **Bahia** – **APLB** Jaildo Calda dos

Santos Vilas Bôas Junior, William José Lordelo Silva, **Mato Grosso** – **Sintep** Marivone Pereira - presidente/Subsede Cuiabá, Robinson Cireia de Oliveira - Secretário Geral/Subsede Cuiabá, Alyson Cipriano — Secretário de Políticas Educacionais/Subsede Cuiabá, Dominga dos Santos — Secretária de Políticas Sociais/Subsede Cuiabá, Dioneia Funaro — Secretária Adjunta de Políticas Sociais/Subsede Cuiabá, Carlos Alberto Caetano — Secretário de Formação Sindical/Subsede Cuiabá, Duarte Pinto — Secretário da Rede Municipal/Subsede Cuiabá, Rose Ribeiro — Secretária Adjunta da Rede Municipal/Subsede Cuiabá, Jhonny Figueredo — Secretário de Organização Sindical/Subsede Cuiabá, Gilberto Brizola — Secretário Adjunto de Organização Sindical/Subsede Cuiabá, Virgulino da Guia — Secretário Adjunto de Articulação Sindical/Subsede Cuiabá, Michele Cristina Martins Ramos, Luciana Martins, **Minas Gerais** – **Sindute** Luã de Campos Cupolillo, Roberto Cupolillo - Deputado Estadual, Gilberto Paulino de Oliveira, Gabriel Lacerda Greggio, Maria Helena Gonçalves de Campos, Tiago de Paula Carvalho, **Pernambuco** – **Simpere** Jaqueline Dornelas da Silva - Coordenadora Geral, Aílson Carlos Ferreira Lopes - Secretário de Formação Política e Sindical, **Rio Grande do Sul** - **Cpers** Jorge Lothar von Mulhen - Diretor 14º Núcleo, Matheus Rodrigues dos Santos – Conselho Geral, Regina Kayser - Direção 14º Núcleo, Cledson Junior Farias - Direção 14º Núcleo, Jurandara Coletti - Direção 14º Núcleo, Dulcidia Nallem dos Anjos - Direção 14º Núcleo, Antonio Márcio da Silva Meirelles, Viviane Silveira Bermudez, Maria Nair Correa Lopes, Vanice Herpich, Janice Maria de Souza, Carolina Katty Jochins Arigon, Rosemar Frascatto Schio, Vera Luicia Orth Schuh, Moisés Ferraz Gomes Kuck, Paulo Lopes Muller, Adolfo Simon, Marília Jacobini Brum, Maria Marizete Muller, Sônia Rabaioli, Tânia Maria Steffen, **Santa Catarina** - **Sinte** Osvaldo França - Conselheiro, Juliana Andozio – Conselheira, Cintia Roveda, Murilo Neumann da Costa, **São Paulo** – **Apeoesp** José Reinaldo Matos Lima - Coordenador subsede Diadema e Diretor Estadual da APEO-ESP, **São Paulo** – **Sinpeem** Sabrina Teixeira - Diretora

1. sindical, Fabiana Emiko Oshiro - Conselheira regional,
2. Francisco Donizeti da Silva - Conselheiro regional, Joelma
3. M de Almeida Lima - Representante escolar, Marco Anto-
4. nio Ferreira - Conselheiro regional, Edilene de Cassia Zam-
5. brana Ferrel Ribeiro - Representante escolar, Maria Virgí-
6. nia André Cresta - Representante escolar, Reinaldo Reis
7. Alves - Representante escolar, Sirlene Araújo Dias - Repre-
8. sentante escolar, José de Arimateia Ribeiro, Milson Almeida
9. de Sousa, Angela Maria Damaceno Reis Alves, Renata V
10. Ruedas Simião, Eliton Abel Martins Marques, Roberto de
11. Mello Junior, Wesley Vieira, Rhudá Américo Sidrim, Célia
12. Maria de Paula.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.

ESTATUTO DA CNTE

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins e Duração

Art. 1º - A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, com sede e foro na cidade de Brasília, é uma entidade civil de caráter sindical, sem fins lucrativos, independente de qualquer atividade político-partidária, sem qualquer discriminação ou preconceito de raça, cor, sexo, credo religioso, com duração por prazo indeterminado, integrada pelos trabalhadores em educação – professores, funcionários da educação e pedagogos/especialistas – ativos e aposentados, efetivos e contratados, a qualquer título, desde que vinculados às redes públicas estaduais e/ou municipais de educação básica de todo o Brasil, que se regem pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A CNTE tem como finalidades:

- a) congregar trabalhadores em educação (professores, pedagogos/especialistas e funcionários da educação) em nível nacional, por meio de entidades a ela filiadas, com objetivo de defesa dos interesses da categoria, da educação e do País;
- b) buscar soluções para os problemas dos trabalhadores em educação, tendo em vista sua dignidade e valorização profissional, no interesse da educação;
- c) incentivar o aprimoramento cultural, intelectual, profissional e sindical dos trabalhadores em educação;
- d) manter o intercâmbio com suas filiadas e com entidades congêneres nacionais e internacionais, estabelecendo acordos e convênios, visando ao desenvolvimento da CNTE e de suas filiadas, na defesa de interesses comuns à categoria;
- e) propugnar pelo direito as condições condignas de trabalho e melhores condições sócio-econômicas;
- f) prestar assistência e apoio às filiadas e a seus sócios, sobretudo quando forem cerceados em suas atividades profissionais ou ameaçados em sua liberdade de expressão e organização em atividades intelectuais;
- g) examinar e propor soluções sobre os problemas da educação no País e sobre a formação e a qualidade de desempenho dos trabalhadores em educação;
- h) promover Seminários, Encontros e outras atividades de âmbito nacional que envolvam as entidades filiadas;
- i) apoiar a organização de outras categorias profissionais que atuem na educação e suas reivindicações;
- j) promover e defender o direito do povo a uma educação democrática e libertadora, acessível à ampla maioria e que se realize como interesse nacional e popular;
- l) promover a livre participação de todos para realizar e legitimar as formas institucionais necessárias à construção efetiva da soberania nacional e solidariedade internacional;
- m) incentivar o surgimento de lideranças e promover a instrumentalização adequada do pessoal que atua em nível de entidade; no cumprimento de suas finalidades e metas;
- n) incorporar-se nas lutas das demais categorias profissionais que defendam a transformação democrática da sociedade;
- o) defender a escola pública, gratuita, laica e de boa qualidade em todos os níveis e o direito ao seu acesso, permanência e êxito.

CAPÍTULO II

Das Entidades Filiadas: Admissão, Direitos e Deveres

Art. 3º - Podem filiar-se à CNTE as entidades sindicais de Trabalhadores em Educação de abrangência estadual, municipal ou regional, e no Distrito Federal, desde que tenham como objetivos precípuos a defesa dos interesses da categoria e o aprimoramento da educação.

§ 1º - Fica vedada a filiação de entidades sindicais que, muito embora tenham tal caráter, concorram diretamente com as entidades anteriormente filiadas.

§ 2º - Caberá ao Conselho Nacional de Entidades definir quais os casos que se enquadram no parágrafo anterior ao analisar os processos de filiação.

Art. 4º - A entidade sindical que desejar filiar-se à CNTE deve formalizar o pedido através do requerimento de seu Presidente ou Coordenador, instruindo-o com:

a) exemplar do Estatuto Social da Entidade;

b) declaração da Diretoria de que a Entidade se submete ao preceituado neste estatuto;

c) ata de posse da Diretoria em exercício;

d) ata da assembleia geral em que foi decidida a filiação;

e) declaração de que os membros da Executiva não exercem cargos de confiança em qualquer esfera de governo;

f) comprovação de que a entidade é composta apenas por trabalhadores em educação;

g) declaração da entidade comprometendo-se a encaminhar as deliberações da CNTE, assim como as das entidades às quais a CNTE é filiada.

§ 1º - A CNTE só poderá admitir a filiação de apenas uma entidade sindical municipal ou regional da mesma base territorial de representação.

§ 2º - A filiação de uma entidade sindical deverá ser precedida de amplo processo de debate com os trabalhadores, devendo contar com a presença de, no mínimo, um(a) diretor(a) da CNTE na assembleia de filiação.

Art. 5º - O pedido de desfiliação à CNTE deverá ser acompanhado de ata da assembleia geral em que foi decidida a desfiliação.

Art. 6º - A CNTE poderá reconhecer oposições sindicais, com base em critérios definidos por seu Conselho Nacional de Entidades, nos casos em que o sindicato tenha se desfilado dela.

§ 1º. O CNE também regulamentará a representação das oposições nos Congressos e Plenárias da CNTE.

§ 2º. Deferido o processo de reconhecimento, as oposições terão direito a um representante no Conselho Nacional de Entidades da CNTE.

Art. 7º - São direitos das filiadas:

a) participar do Congresso Nacional, do Conselho Nacional de Entidades (CNE) e da Plenária Intercongressual, desde que estejam quites com a Tesouraria;

b) sugerir à Diretoria Executiva da CNTE a realização de estudos de interesse da categoria, da educação e do ensino;

c) postular, junto à CNTE, a defesa de seus direitos ou dos seus associados perante qualquer esfera pública ou privada;

1. d) requerer ao Presidente da CNTE a convocação do CNE, obedecendo o estabelecido neste estatuto;
2. e) usufruir de todas as vantagens e serviços oferecidos pela CNTE;
3. f) contar com o apoio da CNTE, após sua prévia autorização, na promoção de Seminários, Encontros ou atividades de
4. natureza coletiva e de âmbito nacional, ou que envolvam as entidades de trabalhadores em educação do País ou estrangeiras.

6. **Art. 8º** - São deveres das filiadas:

7. a) cumprir e fazer cumprir este estatuto e seus atos complementares;
8. b) incentivar a solidariedade da categoria;
9. c) estar quites com as obrigações financeiras junto à CNTE;
10. d) adequar e executar, no âmbito das entidades, as políticas e o plano de lutas em nível nacional, encaminhados pela Dire-
11. toria Executiva da CNTE;
12. e) prestar relatório das atividades desenvolvidas no período, em atendimento aos planejamentos e orientações emanadas
13. da Diretoria Executiva, em cumprimento das políticas e das campanhas nacionais;
14. f) convocar assembleia geral ou congresso para escolha dos congressistas que representarão a entidade no Congresso
15. Nacional da CNTE.
16. g) exigir que os membros de sua diretoria executiva não exerçam cargo de confiança em qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO III Das Instâncias da CNTE

22. **Art. 9º** - São instâncias da CNTE:

23. a) Congresso Nacional - CN;
24. b) Plenária Intercongressual;
25. c) Conselho Nacional de Entidades – CNE;
26. d) Diretoria Executiva;
27. e) Conselho Fiscal.

Seção I Do Congresso Nacional - CN

32. **Art. 10** - O Congresso Nacional é instância soberana da CNTE, integrado por delegados e suplentes e reúne-se ordinária e

33. extraordinariamente.

35. **Art. 11** - O Congresso Nacional ordinário reunir-se-á quadrienalmente, em data e local determinados no Congresso anterior, sob

36. a presidência da CNTE.

37. § 1º - O Congresso Nacional ordinário terá seu temário, programação e ordem do dia definidos pelo Conselho Nacional

38. de Entidades.

39. § 2º - Caso o Congresso Nacional não determine o local do próximo Congresso, caberá ao CNE determiná-lo.

1. **Art. 12** - O Congresso Nacional reunir-se-á extraordinariamente:
2. **a)** por convocação do próprio Congresso;
3. **b)** por convocação do Conselho Nacional de Entidades.
4. **§ 1º** - O Congresso Nacional Extraordinário somente poderá deliberar sobre assuntos para os quais tenha sido especial-
5. mente convocado.
6. **§ 2º** - A convocação para o Congresso Nacional Extraordinário será efetuada pelo Presidente da CNTE ou seu substituto
7. legal, ou pela Executiva, devendo esta ser expedida em até uma semana após a competente solicitação e dirigida às entidades
8. filiadas, com edital publicado em jornais de circulação nacional.
- 9.
10. **Art. 13** - São delegados ao Congresso Nacional da CNTE:
11. **a)** com exceção dos adjuntos, os membros da Diretoria Executiva da CNTE, como delegados natos;
12. **b)** uma quantidade determinada de delegados, de acordo com o número de sócios da entidade, a ser estabelecida por coefi-
13. ciente calculado conforme o número total de delegados ao Congresso Nacional, garantindo no mínimo um delegado por entidade.
14. **§ 1º** - O número de delegados de cada Congresso será definido pelo Congresso anterior ou pelo Conselho Nacional de
15. Entidades.
16. **§ 2º** - Os suplentes eleitos simultaneamente com os delegados terão direito apenas a voz e serão inscritos no limite de 20%
17. dos delegados eleitos.
18. **§ 3º** - As delegações das entidades filiadas serão constituídas obedecendo-se ao critério da proporcionalidade entre as dife-
19. rentes propostas, assegurando-lhe a possibilidade de indicações regionais para posterior referendo de Assembléias Gerais ou Con-
20. gressos, desde que estas também obedeçam ao critério definido pelo CNE.
21. **§ 4º** - Para efeito de determinação da quantidade de delegados da entidade será utilizado o número de sócios desta, quites
22. com suas obrigações há 06(seis) meses do Congresso, observados, ainda, os critérios do art. 58 deste Estatuto.
- 23.
24. **Art. 14** - O pedido da inscrição de cada delegado deverá estar na Secretaria do Congresso no prazo definido pelo CNE e cons-
25. tará de:
26. **a)** Ata de registro da Assembléia Geral ou Congresso Estadual que elegeu ou referendou a eleição dos delegados e suplen-
27. tes contendo a nominata dos mesmos;
28. **b)** Cópia do comprovante de depósito no valor da inscrição solicitada.
- 29.
30. **Art. 15** - Ao Congresso Nacional compete:
31. **a)** definir a política educacional, cultural, social, econômica e associativa da CNTE;
32. **b)** fixar o plano de lutas em nível nacional;
33. **c)** aprovar relatório de atividades, tomada de contas e avaliação da implantação das políticas e Plano de Lutas fixados no
34. Congresso anterior;
35. **d)** eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
36. **e)** apreciar e aprovar alterações estatutárias.
- 37.
38. **Art. 16** - O Congresso Nacional Ordinário e Extraordinário é instalado em primeira convocação, desde que exista o quorum
39. de metade mais um dos congressistas credenciados, e em segunda, com qualquer número, meia hora após vencido o prazo de

realização da primeira.

Art. 17 - O Congresso Nacional poderá, na reunião ordinária, por aprovação de 50% mais um dos presentes, deliberar sobre assuntos não constantes da Ordem do Dia.

Seção II

Da Plenária Intercongressual

Art. 18 - A Plenária Intercongressual será realizada em data e local determinados pelo Conselho Nacional de Entidades.

Parágrafo Único – A Plenária Intercongressual terá seu temário definido pelo Conselho Nacional de Entidades.

Art. 19 - São delegados à Plenária Intercongressual da CNTE:

Os membros do Conselho Nacional de Entidades;

Os delegados representantes de entidades filiadas eleitos em Assembleia Geral, Conselho de Representantes ou Congresso, segundo critérios definidos pelo CNE.

Art. 20 – Em caso de necessidade, poderá ser convocada a Plenária Intercongressual Extraordinária, nas mesmas formas com que o Estatuto trata a convocação do Congresso Nacional Extraordinário.

Parágrafo Único – A convocação da Plenária Intercongressual deverá respeitar os mesmos critérios de participação da Plenária Ordinária.

Art. 21 – Compete à Plenária Intercongressual deliberar sobre os assuntos previstos no art. 15 deste Estatuto, com exceção das alíneas “d” e “e”, exclusivas do Congresso Nacional.

Seção III

Do Conselho Nacional de Entidades - CNE

Art. 22 - O Conselho Nacional de Entidades - CNE compor-se-á pela Diretoria Executiva da CNTE, pelos Adjuntos da Direção Executiva, apenas com direito a voz, pelos Presidentes ou Coordenadores das entidades filiadas, ou seus representantes legais, e por representantes de base eleitos em assembleia na seguinte proporção:

I. Até 10.000 associados: o presidente ou coordenador mais 1 (um);

II. de 10.001 a 20.000 associados: o presidente ou coordenador mais 2 (dois);

III. de 20.001 a 40.000 associados: o presidente ou coordenador mais 3 (três);

IV. de 40.001 a 60.000 associados: presidente ou coordenador mais 4 (quatro);

V. acima de 60.000 associados: o presidente ou coordenador mais 5 (cinco).

§ 1º - O representante de base do Conselho Nacional de Entidades e seu respectivo suplente serão eleitos em Assembleia Geral, Congresso ou eleição direta das entidades tendo mandato coincidente com o da respectiva diretoria.

§ 2º - Após a posse da nova diretoria, as entidades terão prazo de 90 dias para realizarem as eleições e as indicações de seus representantes ao CNE.

1. § 3º - O Conselho Nacional de Entidades reunir-se-á:
2. a) ordinariamente, duas vezes por ano, em data e local determinado na reunião anterior, ou por convocação da Diretoria
3. Executiva;
4. b) extraordinariamente, sempre que necessário.
5. c) por convocação do Presidente ou da Diretoria da CNTE;
6. d) por convocação do próprio Conselho;
7. e) por solicitação da maioria simples das entidades.
8. § 4º - O suplente do representante de base no CNE participa das reuniões em substituição ao titular, previamente comu-
9. nicada pela entidade sindical filiada.

11. **Art. 23** - Ao Conselho Nacional de Entidades compete:

12. a) apreciar, aprovar e avaliar os planos de operacionalização das políticas e do plano de lutas aprovados pelo
13. Congresso Nacional e elaborados pela Diretoria Executiva Nacional;
14. b) apreciar, aprovar e avaliar outros planos de campanhas reivindicatórias;
15. c) apreciar, aprovar e avaliar as demais decisões políticas e administrativas da Diretoria Executiva Nacional;
16. d) resolver os casos omissos no Estatuto até a realização do Congresso Nacional;
17. e) preparar com a Diretoria Executiva Nacional os Congressos Nacionais;
18. f) aprovar a filiação, desfiliação e exclusão de entidades por deliberação de no mínimo 2/3 de seus membros;
19. g) programar a realização de Seminários, Simpósios, Encontros Regionais e Estaduais, no interesse específico da
20. educação, do educador e da categoria profissional;
21. h) elaborar e fazer cumprir o regimento interno e demais normas necessárias à funcionalidade da CNTE;
22. apreciar e aprovar o orçamento da CNTE;
23. j) eleger delegados para representações no exterior;
24. l) referendar a criação de órgão;
25. m) autorizar a oneração de bens imóveis para os fins previstos na letra “i” do art. 27;
26. n) eleger substituto(a) para a vacância na Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da CNTE quando não houver mais
27. disponibilidade de Diretorias Adjuntas e de suplentes eleitos para o Conselho Fiscal, respeitada a proporcionalidade
28. do Congresso que os elegeu.

Seção IV

Da Diretoria Executiva Nacional

33. **Art. 24** - A Diretoria Executiva Nacional, composta mediante a representação paritária entre homens e mulheres, é órgão da
34. CNTE integrada pelos seguintes cargos: Presidência, Vice-presidência, Secretaria de Finanças, Secretaria Geral, Secretaria de
35. Relações Internacionais, Secretaria de Assuntos Educacionais, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Secretaria de Política Sindi-
36. cal, Secretaria de Formação, Secretaria de Organização, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Relações de Gênero, Secre-
37. taria de Aposentados e Assuntos Previdenciários, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos, Secretaria de Saúde dos/as Tra-
38. balhadores/as em Educação, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Funcionários/as
39. da Educação, Secretaria de Combate ao Racismo e doze Secretarias Executivas.

§ 1º - As Secretarias Executivas serão associadas às demais secretarias segundo as necessidades determinadas pelo plano de ação da CNTE.

§ 2º - Compete à Diretoria Executiva Nacional definir as atribuições das Secretarias Executivas.

§ 3º Além da Diretoria Executiva, serão eleitos mais 13 (treze) Diretores(as) Adjuntos(as) para desenvolver demandas nos estados, os quais serão acionados pela Presidência e/ou Secretaria Geral da CNTE, devendo, ainda, ocuparem cargos na Diretoria Executiva em caso de vacância, respeitando-se a proporcionalidade do Congresso que elegeu a Diretoria.

§ 4º - Para efeitos da aplicação da paridade disposta no caput, considera-se Diretoria Executiva da CNTE os cargos listados neste artigo, inclusive os(as) Diretores(as) Adjuntos(as), excetuando-se o de presidente

§ 5º - A Diretoria Executiva da CNTE será composta por critérios de proporcionalidade definidos no regimento eleitoral aprovado no Congresso Nacional da CNTE.

§ 6º - Os(As) representantes da CNTE em entidades internacionais, às quais a Confederação seja filiada, desde que não sejam membros da Diretoria Executiva da CNTE, contarão com estrutura de trabalho na sede da CNTE, com garantia de deslocamento e auxílio similar aos membros da Diretoria, e serão convidados a participar das reuniões da instância com direito à voz.

Art. 25 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de 4 (quatro) anos, podendo seus membros serem reeleitos.

Art. 26 - No caso de impedimento ou vacância temporária ou definitiva do Presidente, Vice-Presidente ou qualquer outro cargo, o(s) mesmo(s) será(ão) ocupado(s) por outro(s) diretor(es) indicado(s) pelas forças políticas que detinham o(s) cargo(s) original(is), devendo, ainda, a(s) vacância(s) na Direção ser(em) ocupada(s) por diretor(es) adjunto(s), mantendo-se a proporcionalidade entre as forças políticas que elegeu a Diretoria Executiva no Congresso da CNTE.

Parágrafo único. Caso as Diretorias Adjuntas não sejam suficientes para substituir as vacâncias, de modo a se respeitar a proporcionalidade do Congresso que elegeu a Diretoria Executiva, o Conselho Nacional de Entidades elegerá substitutos/as, respeitando a referida regra.

Art. 27 - À Diretoria Executiva Nacional compete:

a) elaborar planos de operacionalização das políticas e do plano de lutas aprovados pelo Congresso Nacional, submetendo-os à aprovação do CNE;

b) coordenar a execução, em nível nacional, através das entidades filiadas, dos planos de operacionalização das políticas e do plano de lutas;

c) votar os balanços anuais e balancetes, apresentados pelo Secretário de Finanças, a serem julgados pelo Conselho Fiscal e Congresso Nacional;

d) aprovar os regimentos das diversas áreas ou setores administrativos;

e) criar comissões para promover estudos no que se concerne à educação, ao ensino e ao interesse dos trabalhadores em educação;

f) estudar as propostas de filiação, de desfiliação e de exclusão de entidades filiadas, encaminhando-as ao Conselho Nacional de Entidades;

g) elaborar planos anuais e operacionais da CNTE, de acordo com as deliberações do Congresso Nacional;

h) propor orçamento, planos e despesas para aprovação pelo CNE;

i) solicitar ao CNE “referendum” para despesas extraordinárias superiores a 1/5 (um quinto) da previsão da

1. arrecadação mensal, sob justificativa;
2. **j)** manter publicação informativa da CNTE;
3. **l)** realizar estudos e pesquisas sobre a situação profissional e cultural da categoria em diferentes níveis, divulgando
4. o resultado;
5. **m)** promover o Congresso Nacional;
6. **n)** realizar a Plenária Intercongressual;
7. **o)** programar a realização de Conferências, Seminários, Simpósios, Encontros Nacionais ou Regionais e Estaduais,
8. no interesse específico da educação e/ou dos trabalhadores em educação;
9. **p)** manter intercâmbio com órgãos de classe congêneres no País ou exterior;
10. **q)** prestar relatório de suas atividades ao Congresso Nacional da Entidade;
11. **r)** submeter ao Conselho Fiscal para estudo, exame e parecer, a prestação de contas para a aprovação pelo CNE e
12. pelo CN;
13. **s)** criar órgãos e contratar pessoal necessário à execução dos trabalhos.

Art. 28 - À Presidência compete:

16. **a)** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
17. **b)** exercitar e acionar as competências e as ações previstas no art. 27 deste Estatuto, comprometendo-se com sua
18. execução;
19. **c)** representar a CNTE, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;
20. **d)** convocar ordinária e extraordinariamente o Congresso Nacional, o CNE e as reuniões da Diretoria Executiva,
21. e presidi-los;
22. **e)** assinar contratos, convênios ou quaisquer outros atos jurídicos, inclusive os que importem em transmissão e
23. recebimento de domínio, posse, direitos, pretensões e ações sobre bens móveis e imóveis, após deliberação das
24. instâncias;
25. **f)** onerar, após autorização do Conselho Nacional de Entidades, bens imóveis de propriedade da CNTE, tendo em
26. vista a obtenção de meios necessários ao cumprimento dos objetivos sociais;
27. **g)** encaminhar à Diretoria proposta de filiação, ou sugerir exclusão de filiadas, mediante processo devidamente
28. instruído;
29. **h)** assinar, juntamente com o Secretário de Finanças, os documentos da Tesouraria, tais como: cheques, notas
30. promissórias, balanços e balancetes;
31. **i)** autorizar pagamentos e recebimentos;
32. **j)** designar comissões “ad referendum” do CNE para representar a CNTE, perante as entidades de classe, órgãos
33. públicos e de caráter privado, bem como para outros fins não previstos no presente estatuto;
34. **l)** outorgar “ad negocia” ou “ad judicia”, especificando-lhes poderes;
35. **m)** solicitar ao Conselho Fiscal, sempre que necessário, a emissão de pareceres sobre a matéria contábil, financeira
36. ou econômica da CNTE.

Art. 29 - À Vice-Presidência compete:

39. **a)** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

1. b) substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos, observado o art. 26, caput;
2. c) auxiliar o Presidente no desempenho de suas atividades;
3. d) executar outras atribuições que lhe forem confiadas pelo Presidente e/ ou Diretoria;
- 4.

5. **Art. 30** - À Secretaria de Finanças compete:

6. a) Apresentar à diretoria orçamento, plano de despesas, balanços e balancetes e relatórios para efeitos de estudo e
7. posterior aprovação nos termos deste estatuto;
8. b) administrar os fundos previstos neste estatuto;
9. c) fazer despesas autorizadas pela Diretoria;
10. d) organizar e responsabilizar-se pela contabilidade;
11. e) apresentar balancete semestral e relatório anual da Tesouraria;
12. f) assinar com o Presidente cheques e outros títulos de créditos;
13. g) exercer outras atividades peculiares ao cargo;
14. h) acompanhar o cadastro das entidades filiadas para proceder à cobrança das contribuições sindicais de forma
15. direta ou através do convênio com a CUT, de acordo com os arts. 58 e 59 deste Estatuto.
- 16.

17. **Art. 31** - À Secretaria Geral compete:

18. a) Encarregar-se dos assuntos da Secretaria Geral, segundo deliberações das instâncias da entidade, analisando e
19. propondo medidas para o melhor desempenho da CNTE, mediante plano de ação.
- 20.

21. **Art. 32** - À Secretaria de Relações Internacionais compete:

22. a) Encarregar-se dos assuntos internacionais, segundo deliberações das instâncias da entidade, analisando e
23. propondo medidas necessárias ao melhor desempenho da CNTE, no interesse da categoria e da Educação, mediante
24. plano de ação.
- 25.

26. **Art. 33** - À Secretaria de Assuntos Educacionais compete:

27. a) Encarregar-se dos assuntos educacionais segundo deliberações das instâncias da entidade, analisando e propondo
28. medidas necessárias ao melhor desempenho da CNTE, mediante plano de ação;
29. b) subsidiar a Diretoria e as afiliadas, formulando políticas e coordenando campanhas nacionais.
- 30.

31. **Art. 34** - À Secretaria de Imprensa e Divulgação compete:

32. a) encarregar-se dos setores de imprensa, comunicação, publicação e da produção de material, segundo deliberações
33. das instâncias da CNTE, analisando e propondo medidas para o melhor desempenho da entidade, segundo o plano
34. de ação;
35. b) estabelecer e manter contato com órgãos de comunicação e imprensa nacionais e locais, para divulgação de
36. informações de interesse da classe trabalhadora e da educação;
37. c) fortalecer a imprensa sindical, propondo políticas de ação à CNTE e às afiliadas.
- 38.

39. **Art. 35** - À Secretaria de Política Sindical compete:

1. a) Encarregar-se dos assuntos sindicais segundo deliberações das instâncias da CNTE, analisando e propondo
2. medidas no interesse da categoria, mediante plano de ação;
3. b) promover a articulação da CNTE com todas as associações profissionais, sindicatos brasileiros e central sindical.
- 4.

Art. 36 - À Secretaria de Formação compete:

6. a) Coordenar os assuntos relativos à formação, subsidiando as necessidades de instrumentalização político-sindical
7. das lideranças;
8. b) articular convênios com entidades e centros de formação para a execução de atividades;
9. c) propor medidas visando à formação de lideranças, mediante plano de ação.
- 10.

Art. 37 – À Secretaria de Organização compete:

12. a) subsidiar a Diretoria no acompanhamento e fortalecimento das entidades filiadas, formulando políticas e
13. coordenando campanhas nacionais;
14. b) assegurar que as políticas voltadas aos diversos segmentos da categoria consolidem o processo de unificação
15. orgânica.
- 16.

Art. 38 - À Secretaria de Políticas Sociais compete:

18. a) estabelecer e coordenar a relação da CNTE com as organizações e entidades do movimento popular da sociedade
19. civil em seu âmbito de acordo com a linha geral determinada por este Estatuto e instâncias da CNTE;
20. b) promover e contribuir na discussão e elaboração de políticas sociais que abrangem os trabalhadores em educação;
21. c) coordenar a execução de atividades e elaboração de políticas sociais, no âmbito da CNTE.
- 22.

Art. 39 - À Secretaria de Relações de Gênero compete:

24. a) Coordenar e desenvolver as atividades pertinentes às relações de gênero dos trabalhadores em educação no
25. âmbito da CNTE;
26. b) subsidiar as instâncias e as afiliadas formulando políticas e coordenar campanhas nacionais que visem o
27. incentivo, a organização e a participação das trabalhadoras em educação.
- 28.

Art. 40 - À Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários compete:

30. a) incentivar a organização e a representação sindical dos trabalhadores em educação aposentados;
31. b) coordenar e desenvolver as atividades pertinentes aos interesses previdenciários dos trabalhadores em educação,
32. analisando e propondo medidas necessárias ao melhor desempenho da ação política e organizativa da CNTE.
- 33.

Art. 41 - À Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos compete:

35. a) Coordenar e acompanhar ações no âmbito do Poder Legislativo, discutindo e propondo formulações que
36. atendam os interesses dos trabalhadores em educação com base nas resoluções e instâncias da CNTE;
37. b) Acompanhar as questões jurídicas de interesse dos trabalhadores em educação, subsidiando as entidades
38. sindicais filiadas, instâncias e organismos da CNTE.
- 39.

Art. 42 – À Secretaria de Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação compete:

- a) formular propostas de políticas públicas que visem atender as questões específicas da saúde dos/as trabalhadores/as em educação;
- b) promover estudos que diagnostiquem as causas dos problemas que afetam a saúde dos/as trabalhadores/as em educação.

Art. 43 – À Secretaria de Assuntos Municipais compete:

- a) articular, formular e acompanhar questões relativas à organização dos servidores públicos municipais da educação, com vistas a capacitar suas intervenções em âmbito da Confederação e dos municípios.

Art. 44 – À Secretaria de Direitos Humanos compete:

- Atuar na denúncia de violações, na apuração de responsabilidades e na formação e participação em redes de solidariedade que venham a ser determinadas pelas instâncias da CNTE.

Art. 45 – À Secretaria de Funcionários/as da Educação compete:

- a) coordenar e desenvolver as atividades pertinentes ao segmento dos/as trabalhadores/as Funcionários/as, no âmbito da CNTE;
- b) subsidiar a Diretoria e as afiliadas, formulando políticas e coordenando campanhas nacionais específicas dos/as Funcionários/as;
- c) fortalecer a integração das lutas e unificação de professores/as e funcionários/as.

Art. 46 – À Secretaria de Combate ao Racismo compete:

- a) coordenar, propor e encaminhar política de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial desenvolvidas pela CNTE;
- b) fortalecer o Coletivo Nacional de Combate ao Racismo “Davani Lellis” da CNTE e fomentar a criação e o funcionamento de Coletivos Estaduais e Municipais junto às entidades filiadas;
- c) desenvolver estudos, pesquisas, projetos e publicações para subsidiar a CNTE e suas afiliadas no monitoramento e implementação do Estatuto da Igualdade Racial e do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação brasileira.

Seção V

Do Conselho Fiscal

Art. 47 - O Conselho Fiscal é integrado por 5 (cinco) membros titulares eleitos pelo Congresso Nacional.

§ 1º - O presidente é eleito pelos seus pares.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 3º - Serão eleitos 3 (três) suplentes que poderão ascender ao Conselho Fiscal em caso de vacância de titular, respeitando-se a proporcionalidade eleitoral do Congresso da CNTE.

§ 4º - Aplica-se a regra do parágrafo único do art. 26 deste Estatuto, em eventual necessidade disposta no parágrafo

1. anterior.

2.

3. **Art. 48** - Ao Conselho Fiscal compete:

- 4. a) Examinar, anualmente, os livros, os registros e todos os documentos de escrituração da CNTE;
- 5. b) analisar e aprovar, juntamente com o CNE, os balanços e balancetes prestados pela Diretoria, “ad referendum”
- 6. do Congresso Nacional;
- 7. c) fiscalizar a aplicação, pela Diretoria, das verbas da CNTE;
- 8. d) emitir parecer e sugerir medidas sobre qualquer atividade econômico-financeira quando solicitado pela diretoria.

9.

10.

11. CAPÍTULO IV

12. Das Eleições

13.

14. **Art. 49** - A Diretoria da CNTE será eleita no Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, com mandato de 4 (quatro)

15. anos.

16.

17. **Art. 50** - A Diretoria da CNTE será eleita em chapa completa por votação direta pelos delegados presentes à plenária do

18. Congresso.

19. Parágrafo Único - A regulamentação do critério da proporcionalidade será elaborada pelo CNE e submetida ao Congresso

20. Nacional e constará do Regimento Eleitoral do Congresso.

21.

22. **Art. 51** - Qualquer trabalhador em educação poderá candidatar-se à Diretoria da CNTE, desde que comprove ser associado de

23. uma entidade filiada à CNTE e não exerça cargo de confiança de qualquer esfera de governo.

24.

25. **Art. 52** - O Regimento Eleitoral será aprovado pelo próprio Congresso em que se realizarão as eleições.

26. Parágrafo Único - O Regimento Eleitoral será elaborado pelo CNE.

27.

28. **Art. 53** - Qualquer candidatura somente será homologada mediante a aprovação das exigências deste Estatuto perante a mesa

29. do Congresso.

30.

31. CAPÍTULO V

32. Do Patrimônio e do Regime Financeiro

33.

34. **Art. 54** - Constitui-se patrimônio da CNTE:

- 35. a) Os bens móveis e imóveis;
- 36. b) as doações de qualquer natureza;
- 37. c) as dotações e legado.

38.

39. **Art. 55** - Constitui-se receita da CNTE:

1. a) As contribuições mensais pagas pelas filiadas;
2. b) As rendas de qualquer natureza.
- 3.

4. **Art. 56** - A filiada pagará mensalmente, a contar do seu ingresso na CNTE, a contribuição fixada no Artigo 59.

5.

6. **Art. 57** - As entidades filiadas obrigam-se a dar ingresso na Secretaria de Finanças da CUT de soma equivalente às contribuições referidas no artigo anterior, impreterivelmente, até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento de suas consignações, que serão repassadas à Secretaria de Finanças da CNTE.

9. § 1º - As entidades não filiadas à CUT obrigam-se a dar ingresso na Secretaria de Finanças da CNTE de soma equivalente às contribuições referidas no artigo anterior, impreterivelmente, até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento de suas consignações.

11. § 2º - O não cumprimento do estabelecido neste artigo acarretará em sanções contidas neste Estatuto e/ou estabelecidas pela CNTE.

13.

14. **Art. 58** - A cada 4 (quatro) anos, as entidades filiadas atualizarão seus cadastros financeiros e de associados junto à Secretaria de Finanças da CNTE, tendo como base o mês de junho que antecede o Congresso da CNTE.

16. § 1º - Em se tratando de entidades filiadas à CUT, a CNTE informará a Central o número de associados e os valores de arrecadação de suas afiliadas, após conferir as listas de consignações de associados, para que a atualização seja incorporada às regras da Central Sindical.

19. § 2º - As entidades não filiadas à CUT encaminharão os cadastros a que se refere o caput para a CNTE, que providenciará sua atualização e o acompanhamento das contribuições.

21. § 3º - As entidades que não procederem a referida atualização, no período indicads, estarão automaticamente impedidas de efetuarem aumento de sócios para o Congresso Nacional da Confederação.

23. § 4º - Em havendo desacordo na conferência feita pela CNTE nas listas de consignações dos associados das filiadas, caberá recurso dessas ao Conselho Nacional de Entidades da CNTE, a quem compete dirimir as questões não consensuais.

25. § 5º - As listas de sócios com os respectivos valores de contribuição de cada associado deverão ser fornecidas por órgãos públicos responsáveis pela gerência de pessoal da educação, de forma impressa ou por meio eletrônico, admitindo-se listagens próprias, exclusivamente, dos associados que recolhem contribuições diretamente nos sindicatos filiados.

28.

29. **Art. 59**- A contribuição mensal das entidades filiadas será de 3,8%

30. § 1º - Eventuais acordos financeiros das entidades filiadas à Central Única dos Trabalhadores, a quem está vinculada a arrecadação prevista no caput, não poderá ocasionar prejuízos às receitas da CNTE, devendo a Secretaria de Finanças da CNTE se fazer presente na composição dos acordos e ser comunicada oficialmente sobre o teor dos mesmos pela CUT e pelas entidades filiadas.

34. § 2º - A parte correspondente a 0,5% (meio por cento) da contribuição prevista no caput será destinada a constituição do “fundo de solidariedade”, cuja utilização será definida pela Diretoria “ad referendum” do CNE.

36.

37.

38.

39.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades, Suspensão, Perdas, Extinção de Mandatos e Licença

Art. 60 – São penalidades:

- a) advertências;
- b) suspensão;
- c) exclusão de entidade filiada;
- d) extinção de mandato de diretor e conselheiro fiscal.

Art. 61 - As penalidades tipificadas no artigo anterior serão aplicadas pelo Presidente, em cumprimento de deliberações do Conselho Nacional de Entidades, facultada ampla defesa à/ao destinatária/o da pena.

§ 1º - A penalidade de advertência será decidida pela Diretoria e aplicada pelo Presidente.

§ 2º - Da decisão caberá recurso ao Congresso Nacional, a partir da comunicação desta à afiliada.

Art. 62 - Constituem-se faltas determinantes de exclusão:

- a) atrasar, por mais de 12 meses, o pagamento das mensalidades;
- b) infringir disposições deste Estatuto;
- c) não cumprir as campanhas desenvolvidas pela CNTE;
- d) deixar juridicamente de existir.

Art. 63 - A diretoria dosará a pena, segundo a extensão da gravidade da infração, de acordo com o regulamento.

Art. 64 - O reingresso da filiada excluída poderá ocorrer mediante solicitação da própria afiliada à Diretoria Executiva, sendo necessária aprovação do pedido, por maioria simples, no CNE.

Parágrafo Único – Fica, ainda, como condição de reingresso o pagamento das mensalidades atrasadas.

Art. 65- Extingue-se o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal:

- a) Por morte;
- b) por renúncia;
- c) por interdição;
- d) por término do mandato;
- e) por exercício de cargo de confiança em qualquer esfera de governo.

Art. 66 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal terão seus mandatos suspensos quando deixarem de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, ou quando suas entidades filiadas tornarem-se inadimplentes pelo segundo mês consecutivo, excetuando-se os casos de cortes de consignações por parte dos executivos locais.

§ 1º - Cabe à Diretoria determinar a duração da suspensão no caso de faltas, devendo a punição por inadimplência perdurar até o adimplemento da dívida da entidade filiada do(a) diretor(a) com a CNTE, observado, ainda, o disposto na alínea “d” do art. 67.

§ 2º - Para ambas as suspensões os cargos permanecerão vagos.

Art. 67 - O membro da Diretoria e do Conselho Fiscal perderá seu mandato por decisão de 2/3 da Diretoria quando:

- a) Infringir normas deste Estatuto;
- b) dilapidar o patrimônio da CNTE;
- c) abandonar o cargo;
- d) sua entidade filiada permanecer inadimplente por 12 (doze) meses.

Art. 68 - A perda do mandato será declarada pela própria Diretoria por ato específico, dando-se desta ciência ao interessado, cabendo recurso sem efeito suspensivo ao Conselho Nacional de Entidades.

Art. 69 - Os membros da diretoria têm direito a pedir licença das atividades da direção por um período de até um terço do mandato.

Parágrafo Único – Uma vez a licença ou a somatória das mesmas ultrapassarem um terço do mandato, o diretor será substituído em definitivo por um suplente da mesma chapa para ocupar cargo na Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 70 - Este Estatuto poderá ser alterado parcial ou totalmente, por proposição da Diretoria Executiva, CNE e Entidades filiadas.

Parágrafo Único - A reforma estatutária será aprovada pelo Congresso Nacional.

Art. 71 - A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE somente poderá ser dissolvida por deliberação unânime das filiadas, em pleno exercício dos seus direitos estatutários após ampla discussão.

Art. 72 - Os membros do Conselho Nacional de Entidades, Diretoria Executiva e Afiliadas não respondem individual ou solidariamente pelas obrigações assumidas pela CNTE.

Art. 73 - No caso de dissolução, o patrimônio terá destino decidido pela instância que o dissolveu, observadas as condições do Art. 71.

Art. 74 - O presente Estatuto passará a vigorar na data de sua aprovação pelo Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Art. 75 - Nos Estados, as entidades, desenvolvendo ou por desenvolver processos de unificação, poderão continuar filiadas à CNTE, desde que satisfaçam as condições exigidas por este Estatuto.

§ 1º - Nos Estados onde já houve processos de unificação, se alguma entidade recusou-se a participar ou acatar a decisão, esta será excluída da CNTE.

§ 2º - Caberá ao Conselho Nacional de Entidades, analisando os processos de unificação nos Estados, definir quais são os casos que se enquadram no parágrafo anterior.

Art. 76 - Os Especialistas em Educação serão organizados em departamento específico, que fará parte da estrutura diretiva da CNTE e estará vinculado a Diretoria Executiva da CNTE.

§ 1º - A estrutura e funcionamento do Departamento de Especialistas – DESPE, coordenado por um representante do respectivo setor, será regulamentado pelo Conselho Nacional de Entidades – CNE.

§ 2º - O(A) coordenador(a) do Departamento participará, apenas com direito à voz, das reuniões da Diretoria Executiva da CNTE.

Art. 77 - A juventude da educação será organizada em departamento específico, que fará parte da estrutura diretiva da CNTE e estará vinculado a Diretoria Executiva da CNTE.

§ 1º - A estrutura de funcionamento do Departamento da Juventude – DEJU, coordenado por um representante do respectivo setor, será regulamentado pelo Conselho Nacional de Entidades – CNE.

§ 2º - O(A) coordenador(a) do Departamento participará, apenas com direito à voz, das reuniões da Diretoria Executiva da CNTE.

Brasília/DF, 15 de janeiro de 2022

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

Presidente

Eduardo Beurmann Ferreira

OAB/DF nº 56.178

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTECUTIE



CNTE - SDS - Edifício Venâncio III - Salas 101 a 106 - Brasília/DF - CEP: 70.393-902
Tel.: (61) **3225-1003** - Whatsapp: (61) **8376-0013** - cnte@cnte.org.br - www.cnte.org.br